

ESTUDOS & ANÁLISES

INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

5

PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL  
DA PRODUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

ANDRÉ SIMÕES  
BETINA FRESNEDA  
ORGANIZADORES



**IBGE**  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República  
**Michel Miguel Elias Temer Lulia**

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
**Dyogo Henrique de Oliveira** (interino)

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Paulo Rabello de Castro**

Diretor-Executivo  
**Fernando J. Abrantes**

### ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas  
**Roberto Luís Olinto Ramos**

Diretoria de Geociências  
**Wadih João Scandar Neto**

Diretoria de Informática  
**José Sant'Anna Bevilaqua**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Maysa Sacramento de Magalhães**

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais  
**Barbara Cobo Soares**

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Análises  
Informação Demográfica e Socioeconômica  
número 5

# **Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais**

André Simões  
Betina Fresneda  
Organizadores

Rio de Janeiro  
2016

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 2236-5265 **Estudos e análises**

Divulga estudos de caráter investigativo ou descritivo, a partir dos resultados de uma ou mais pesquisas, de autoria pessoal, que expressam opiniões e guardam analogia de forma e conteúdo com trabalhos acadêmicos. A série **Estudos e análises** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4393-2 (meio impresso)

© IBGE. 2016

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

### **Produção do e-book**

Roberto Cavararo

### **Capa**

Renato J. Aguiar/Marcos Balster Fiore- Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

### **Ilustração**

Aline Carneiro Damacena - Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

---

Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais / André Simões, Betina Fresneda, organizadores. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016  
184p. - (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 2236-5265 ; n. 5)

Conteúdo parcial: Indicadores educacionais / Betina Fresneda – Indicadores de famílias / Cíntia Simões Agostinho – Indicadores de habitação e o direito à moradia / Bruno Mandelli Perez – Indicadores de padrão de vida e distribuição de renda / Leonardo Athias, Leonardo Oliveira – Indicadores de trabalho / André Simões, Paulo Dick.  
ISBN 978-85-240-4393-2

1. Indicadores sociais – Avaliação. 2. IBGE. 3. Indicadores econômicos. 4. Indicadores educacionais. 5. Famílias. 6. Direito à moradia. 7. Política de sustentação de renda. I. Simões, André. II. Fresneda, Betina. III. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. IV. Série.

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**  
RJ/IBGE/2016-21

CDU 311.141:308(81)  
DEM

---

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

# Sumário

## Apresentação

## Introdução

## Indicadores educacionais

*Betina Fresneda*

## Indicadores de famílias

*Cíntia Simões Agostinho*

## Indicadores de habitação e o direito à moradia

*Bruno Mandelli Perez*

## Indicadores de padrão de vida e distribuição de renda

*Leonardo Athias*

*Leonardo Oliveira*

## Indicadores de trabalho

*André Simões*

*Paulo Dick*

## Sobre os autores

### Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

## Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com a presente publicação, disponibiliza aos usuários uma série de textos relativos a temas selecionados que fazem parte da linha de trabalho da Coordenação de População e Indicadores Sociais, desenvolvidos no âmbito da Gerência de Indicadores Sociais.

Trata-se de uma publicação de natureza metodológica, cujo principal objetivo é sistematizar a produção dos indicadores para cada temática, levando em consideração, especialmente, as recomendações internacionais, a experiência dos institutos nacionais de estatística de outros países, além de questões conceituais relacionadas ao cálculo dos indicadores.

A referida publicação se mostra oportuna, no momento em que o IBGE assume importantes compromissos junto à Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN) na coordenação do processo de construção de indicadores voltados ao monitoramento da Agenda 2030<sup>1</sup>, no Brasil. A necessidade de conhecimento dos temas, metas e indicadores que compõe os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, bem como dos indicadores de população definidos pelo Consenso de Montevideu demandarão trabalhos desta natureza com maior regularidade.

**Roberto Luís Olinto Ramos**

Diretor de Pesquisas

---

<sup>1</sup> A Agenda 2030, anteriormente denominada Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, corresponde a conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>>.

## Introdução

As recentes discussões travadas nos fóruns internacionais, coordenados por instituições vinculadas ao sistema da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN), reforçam a necessidade dos países de investirem na construção de novas ferramentas de análise – conceituais e metodológicas – voltadas para a captação de informações que reflitam uma concepção de desenvolvimento articulada em torno da ideia de sustentabilidade – cuja principal característica encontra-se na integração das dimensões econômica, social e ambiental em um mesmo *framework* de análise. Nesse sentido, coloca-se aos países o desafio de construção de sistemas de indicadores que subsidiem a elaboração de políticas destinadas à apreensão das diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, cuja complexidade tem levado os referidos organismos internacionais a construir agendas de trabalho em torno da proposição, avaliação metodológica e definição de estratégias de monitoramento de indicadores, tarefa que tem mobilizado as mais diferentes organizações, pesquisadores e, obviamente, os institutos nacionais de estatísticas.

Estas agendas internacionais vêm ganhando importância estratégica no âmbito dos processos de trabalho dos sistemas estatísticos em todo o mundo e, em particular, do IBGE, que tem como importante desafio a coordenação das instituições produtoras de informações estatísticas nacionais em torno da construção de um sistema de indicadores – que articule informações oriundas de registros administrativos e pesquisas domiciliares – voltado a subsidiar a avaliação e monitoramento das políticas com base na Agenda 2030<sup>2</sup>. Cabe ressaltar os esforços em

---

<sup>2</sup> Importante mencionar que, independentemente da adoção de agendas internacionais ao seu plano de trabalho, o IBGE sempre buscou seguir e adaptar à realidade brasileira as recomendações internacionais acerca de coleta, metodologia e cálculo de estimativas e indicadores sociais, econômicos e ambientais, com vistas não só à validação estatística dos mesmos como possibilitar comparações internacionais.

torno da construção dos indicadores que irão compor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, conjunto de objetivos, metas e indicadores concebidos para o monitoramento, até 2030, de políticas cujo principal objetivo é corrigir ou amenizar contradições sistêmicas, prejudiciais a um processo de desenvolvimento que pretende ser sustentável. A amplitude e complexidade dos ODS – são 17 objetivos, 169 metas e cerca de 230 indicadores – exigirá que a Instituição se organize de forma a coordenar o processo de elaboração desses indicadores, criando estruturas voltadas para sua validação e disseminação entre os formuladores de políticas públicas.

Em paralelo, o IBGE também está envolvido, como ponto focal do Brasil, na organização da agenda de trabalho sobre população e desenvolvimento capitaneados pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL). A seleção de objetivos, metas e indicadores, consolidados no documento intitulado *Guia operacional para a implementação e o acompanhamento do Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento*, aprovado em 2013 na Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, segue modelo semelhante aos ODS, estando focado no monitoramento de indicadores relacionados às questões de população e desenvolvimento, que tangenciam muitas das metas e objetivos em discussão para os ODS, com a especificidade de dialogar de forma mais estreita com países latino-americanos e caribenhos sobre questões sociodemográficas mais concernentes à região.

A presente publicação tem como principal motivação contribuir para construção dessa estratégia, oferecendo ao leitor uma discussão centrada na avaliação metodológica da produção de indicadores que fazem parte de alguns dos temas tratados pela Gerência de Indicadores Sociais, do IBGE. Ao longo dos capítulos são abordadas, dentre outras, questões referentes à adequação dos indicadores produzidos pelo IBGE às recomendações internacionais; experiências de institutos nacionais de estatísticas de outros países; relações dos temas com os ODS; lacunas na produção de indicadores; além de questões conceituais. Pretende-se, com isso, fornecer não apenas uma avaliação do estado da arte da produção de indicadores sociais no IBGE, como também apontar sua importância estratégica no monitoramento das ações referentes à nova agenda de desenvolvimento.

A publicação está dividida em cinco capítulos que discutem a produção de indicadores para as seguintes áreas: educação; famílias; habitação e o direito à moradia; padrão de vida e distribuição de renda; e trabalho. Devido à amplitude que, muitas vezes, envolve a agenda de políticas e, portanto, de definição de conceitos e indicadores para determinados temas, foi necessário a realização de recortes (subtemáticos e/ou conceituais), como forma de apreender suas características principais – evitando, com isso, uma descrição excessiva de indicadores.

# Indicadores educacionais

Betina Fresneda\*

## Introdução

Os indicadores educacionais retratam o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país, pois a educação influencia características socioeconômicas e demográficas da população. Diferentes níveis educacionais estão relacionados a diferentes hábitos de saúde, comportamentos reprodutivos, salários, escolhas religiosas, mobilidade social, entre outros. Os retornos salariais provenientes da escolaridade no Brasil são altos se comparados aos demais países do mundo, intensificando a importância da educação para explicar a renda futura dos brasileiros (MENEZES-FILHO, 2001). O acesso às informações sobre o perfil educacional da população brasileira é essencial para orientar políticas públicas que promovam a democratização do acesso a oportunidades de aprendizado de qualidade no País.

Devido à abrangência da temática, os indicadores educacionais precisam dar conta das áreas relacionadas ao nível educacional da população, à frequência escolar, ao ambiente escolar, aos resultados educacionais e seus impactos no nível de vida da população. Além disso, é necessário que ocorra a revisão e atualização dos instrumentos de coleta das estatísticas educacionais e dos indicadores utilizados para acompanhar a evolução da educação brasileira e as mudanças ocorridas na sociedade e no próprio sistema educacional ao longo do tempo. Considera-se ainda imprescindível que esse esforço seja acompanhado de uma compatibilização que permita comparações internacionais. Nesse contexto, as informações a respeito do processo educativo no País são essenciais, por exemplo, para o monitoramento das metas relativas à

---

\* Doutora em Sociologia (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ). Mestre em Sociologia (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ). Economista e Tecnologista de Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

educação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS<sup>1</sup>, que substituem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. O Brasil se comprometeu a assegurar, até 2030, educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos (SUSTAINABLE..., 2015).

O aumento da escolaridade da população adulta é um processo necessariamente lento, tendo em vista o tempo requerido para a formação de cada nova geração. Por esse motivo, o baixo nível educacional da população brasileira atualmente é resultado da dívida educacional histórica e, como resultado, a média de anos de estudo dos brasileiros ainda está bastante aquém da média dos países latino-americanos, exceto da Colômbia, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano - RDH publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (HUMAN..., 2015b). De 2004 a 2014, a média de anos de estudo da população brasileira de 25 anos de idade ou mais passou de 6,4 para 7,8 anos de estudo completos, inferior ao ensino fundamental completo (SÍNTESE..., 2015). É interessante observar que o Chile<sup>2</sup> possuía uma média de anos de estudo de exatamente 6,4 em 1980, isto é, o Brasil demorou quase 25 anos para atingir o patamar chileno. A despeito do conhecido atraso educacional brasileiro, houve avanços inegáveis a partir da segunda metade do Século XX, quando ocorreu a intensificação da expansão educacional na educação básica, especialmente a partir dos anos 1990, com a universalização do acesso ao ensino fundamental (SILVA; HASENBALG, 2000).

A expansão educacional brasileira é resultado das principais reformas que incidiram sobre o sistema educacional desde a década de 1970 (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007). Elas representaram conjuntos de políticas educacionais relativamente articulados em função do seu contexto político e social, conforme resumidos a seguir.

O primeiro conjunto de medidas foi estabelecido pela Lei n. 5.692, de 11.08.1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que tornou compulsório o ensino de 1º grau, abarcando o primário e o ginasial. A incorporação do ensino ginasial ampliou a escolaridade obrigatória de quatro anos para oito anos, representando sérios desafios para a expansão da rede ainda incipiente de educação ginasial. A segunda onda de políticas educacionais foi resultado da renovação dos quadros técnicos a partir da vitória da oposição ao governo militar nas primeiras eleições gerais para cargos executivos, em 1982. O período foi caracterizado pelo crescimento das matrículas de 5ª a 8ª série, majoritariamente atendida pelas redes estaduais. O tema da municipalização já estava presente, mas foi ratificado apenas posteriormente pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Em relação ao orçamento, ocorreu uma evolução a partir da Emenda Constitucional n. 24, de 1983, de 01.12.1983, conhecida como Emenda Calmon, atualizada pela Constituição Federal de 1988, que vinculou 18,0% do orçamento da União à educação e 25,0% dos orçamentos de estados e municípios, além de instituir o salário-educação destinado exclusivamente à rede pública de ensino fundamental.

<sup>1</sup> Para informações detalhadas sobre o conjunto de objetivos e respectivas metas, consultar: NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2016. 18 p. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desensust/ODSportugues12fev2016.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desensust/ODSportugues12fev2016.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>2</sup> Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o documento: HUMAN development report 2015: work for human development. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2015b. 272 p. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015\\_human\\_development\\_report.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

As inovações na gestão e financiamento desenvolvidas no período 1995-2002 foram agrupadas na terceira geração de políticas educacionais, caracterizada, em termos gerais, pela universalização do acesso ao ensino fundamental. Para esse resultado, contribuiu, em especial, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, em 1996, que determinou que o financiamento de estados e municípios dependesse do número de alunos matriculados no ensino fundamental e estipulou um piso por aluno, permitindo melhorias na redistribuição dos recursos e aprofundamento da municipalização. O apoio do Ministério da Educação a programas de correção de fluxo a partir da década de 1990, visando reduzir os efeitos perversos e excludentes da reprovação em larga escala, também foi uma medida importante de democratização escolar. Em relação ao monitoramento da qualidade do ensino, foi feito um aprimoramento metodológico do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB<sup>3</sup>.

Em seguida, o quarto conjunto de políticas educacionais foi adotado a partir de 2003 até a atualidade. Em termos gerais, foram dados continuidade e aprofundamento às políticas anteriores. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, colocado em vigor em 2006 pela nova Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 2006) foi possível ampliar o FUNDEF, que passou a incluir a educação infantil e o ensino médio (tanto na modalidade regular quanto de jovens e adultos). Em 2006, a obrigatoriedade do ensino fundamental foi ampliada de oito para nove anos e, no ano seguinte, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE deu clara ênfase ao ensino fundamental e definiu metas para a melhoria da qualidade a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB<sup>4</sup>.

Destacou-se, ainda, a aprovação da Emenda Constitucional n. 59, de 11.11.2009, que amplia progressivamente a obrigatoriedade da educação básica para a faixa de 4 a 17 anos. Essa mesma Emenda Constitucional estabeleceu que o Plano Nacional de Educação - PNE é uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. Assim, o PNE passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, servindo de base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, com previsão de percentual do Produto Interno Bruto - PIB para o seu financiamento (PLANEJANDO..., 2014). Cumpre destacar ainda que, em 2015, foi elaborada pela Secretaria da Educação Básica, de forma preliminar, uma proposta para a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BASE..., 2016), a qual norteará os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem da educação básica em atendimento ao PNE.

Durante esse período, a expansão e democratização do ensino superior foram estimuladas por uma série de políticas públicas. Essas políticas vão desde o aumento das reservas de vagas nas instituições públicas direcionadas aos alunos de

<sup>3</sup> O SAEB, atualmente denominado de Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, é uma avaliação aplicada a amostras de alunos das 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries (atuais 5<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> anos) do ensino fundamental e aos alunos da terceira série do Ensino Médio, nas redes pública e privada. Além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar, são avaliadas habilidades dos alunos em língua portuguesa (foco em leitura) e matemática (foco na resolução de problemas).

<sup>4</sup> Esse indicador integra os resultados de desempenho dos alunos com as informações sobre rendimento escolar provenientes do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. O desempenho dos alunos é medido por meio da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (conhecida como Prova Brasil) e da ANEB. A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala aplicada aos alunos das 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries (5<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> anos) do ensino fundamental, de escolas públicas localizadas em áreas urbanas. A ANEB é aplicada para amostras de estudantes dos 5<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> anos (4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries) do ensino fundamental e do 3<sup>o</sup> ano do ensino médio, nas redes pública e privada. As duas avaliações medem o desempenho dos alunos em português e matemática, além de fornecerem informações sobre seu contexto socioeconômico.

diferentes perfis (portador de deficiência, procedente de escola pública, com baixa renda familiar, etnias específicas etc) até o aumento do acesso aos financiamentos estudantis reembolsáveis (como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES) e não reembolsáveis (como o Programa Universidade para Todos - PROUNI), disponíveis aos alunos das instituições privadas.

Tendo em vista esse quadro geral de mudanças e avanços nas políticas educacionais, é imprescindível o acesso a informações que permitam o monitoramento, e consequentemente aprimoramento, dessas políticas. O objetivo deste trabalho é subsidiar a discussão sobre a produção de indicadores educacionais no IBGE, sem pretender esgotá-la. Busca-se fornecer uma visão geral do que se entende por indicadores educacionais, sua importância e necessidade. Nesse sentido, considerou-se importante reunir um material que fizesse uma ponte entre o que os principais institutos de estatística produzem em termos de indicadores educacionais e o que o IBGE faz através de suas pesquisas domiciliares, à luz das recomendações internacionais. Finalmente, destacaram-se eventuais lacunas de coleta de informação por parte do IBGE, tendo em vista as especificidades nacionais e as agendas nacional e internacional.

## Recomendações internacionais

Os indicadores educacionais produzidos a partir da base de dados do IBGE e do Ministério da Educação estão de acordo com as recomendações internacionais e contribuem com informações acerca das temáticas sugeridas abaixo pela *Revised recommendation concerning the international standardization of educational statistics*, editada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (1978), a qual concerne estatísticas sobre:

- I. Analfabetismo;
- II. Nível de instrução da população;
- III. Assistência escolar (matrículas), docentes e estabelecimentos escolares; e
- IV. Recursos econômicos destinados à educação.

De acordo com essa classificação proposta pela UNESCO (1978), a produção de estatísticas educacionais no IBGE se concentra principalmente nos dois primeiros itens, isto é, incluem os indicadores clássicos de alfabetização e nível de escolaridade, obtidos por meio principalmente das pesquisas domiciliares (como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua e os Censos Demográficos). Por sua vez, a maioria das informações presentes nos dois últimos itens é disponibilizada pelo Ministério da Educação, sobretudo através do Censo Escolar, Censo da Educação Superior e avaliações do INEP (ANRESC, ANEB e Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA). Número de matrículas por nível de ensino, taxa de rendimento escolar, número de alunos por docente, cobertura do financiamento estudantil, desempenho escolar, infraestrutura escolar, qualificação dos docentes, proporção do investimento público com relação ao PIB e por estudante são exemplos de indicadores educacionais usados pelo Ministério da Educação para retratar essas temáticas. A seguir, são apresentados de forma mais detalhada os conceitos dos indicadores educacionais tratados pelo IBGE à luz das recomendações internacionais.

## Principais indicadores educacionais brasileiros produzidos com as bases de dados do IBGE

### Alfabetização

Segundo as orientações da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN) por meio do documento *Principles and recommendations for population and housing censuses, Revision 1* (UNITED NATIONS, 1998) uma pessoa deve ser considerada alfabetizada quando ela é capaz de ler e escrever um trecho simples relativo ao seu dia a dia de forma compreensível. Assim, uma pessoa unicamente capaz de ler ou escrever figuras ou seu próprio nome deve ser considerada analfabeta, assim como aquela que lê ou escreve uma frase memorizada. Contudo, a ONU (UNITED NATIONS, 1998) reconhece que novos entendimentos sobre os níveis, domínios e funcionalidades requeridas para identificar uma pessoa alfabetizada são amplamente aceitos.

As recomendações internacionais da UNESCO (1978, 2009) ampliam essa definição, afirmando que, além de saber ler e escrever uma simples declaração ou bilhete, para ser considerada funcionalmente alfabetizada, a pessoa deve poder se engajar em todas as atividades para as quais a alfabetização é necessária socialmente, possibilitando uma continuidade do uso da leitura, escrita e cálculo para seu próprio desenvolvimento e o de sua comunidade. Iniciativas como a pesquisa internacional sobre alfabetização e habilidades gerais de adultos (International Adult Literacy and Skills Survey - IALSS) são tentativas de gerar dados comparáveis entre os países, testando uma gama maior de habilidades básicas.

Historicamente, essa informação vem sendo coletada nos censos demográficos e nas pesquisas domiciliares por meio da pergunta "Sabe ler e escrever?". Ela permite o cálculo da taxa estimada de analfabetismo adulto (15 anos ou mais) para homens e mulheres, por área de residência (urbana ou rural), cor ou raça, grupos sociais e faixas de idade (10-14; 15-19; 20-24; 25-34; 35-44; 45-54; 55-64; e 65 ou mais) conforme orientação da UNESCO (1978, 2009). Como em muitos países as crianças de 10 a 14 anos de idade ainda se encontram em processo de alfabetização, os dados podem ser tabulados para todas as pessoas de 15 anos ou mais.

A taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade, que fez parte dos ODM, foi substituída pela Meta 4.6 dos ODS. Essa meta busca assegurar a redução do analfabetismo funcional entre adultos e sua eliminação entre os jovens, levando em conta as habilidades nas áreas de português e matemática. O Brasil não possui, até o presente momento, dados oficiais que mensurem as habilidades de leitura, escrita e matemática da população adulta que permitam o monitoramento dessa meta.

### Nível educacional da população e frequência escolar

O nível de escolaridade e a frequência escolar são os outros dois temas abarcados pelas estatísticas educacionais produzidas pelo IBGE em consonância com as recomendações da UNESCO (1978).

O nível educacional (*educational attainment*) é definido como o grau de ensino mais elevado concluído dentro do nível educacional mais avançado frequentado pela pessoa no sistema educacional regular do país no qual a educação foi recebida. A UNESCO (1978) recomenda que os dados sobre nível educacional sejam disponibilizados

para os adultos (15 anos ou mais), por sexo, área de residência (urbana ou rural), cor ou raça, grupos sociais e faixas de idade (15-19; 20-24; 25-34; 35-44; 45-54; 55-64; e 65 ou mais).

Além do nível educacional, o IBGE divulga a média de anos de estudo completos, calculada a partir da última série concluída com aprovação. Com o objetivo de harmonizar a duração do ensino fundamental que passou de oito para nove anos, a nona série concluída com sucesso tem sido classificada como oito anos de estudo completos<sup>5</sup>. Passada a fase de transição, isto é, considerando que a Lei n. 11.274, de 06.02.2006, estipulou um prazo para adequação de todas as escolas até 2010, a compatibilização poderá ser feita de outra forma, mas a nova variável de anos de estudo ainda não foi elaborada pelo IBGE.

De acordo com a ONU (UNITED NATIONS, 1998), a frequência escolar (*school attendance*) é definida como frequência em qualquer programa ou instituição educacional autorizada, pública ou privada, de ensino regular em qualquer nível educacional na época da pesquisa. Vale ressaltar que esse conceito é distinto do número de matrículas (*school enrolment*) proveniente de registros administrativos, podendo ocorrer divergência em seus respectivos resultados.

A UNESCO (2009) define duas formas de calcular as taxas de matrícula: A taxa bruta de matrícula ou taxa de escolarização bruta (*Gross Enrolment Rate - GER*) e a taxa líquida de matrícula ou taxa de escolarização líquida (*Net Enrolment Rate - NER*). No primeiro caso, divide-se o total de matrículas em determinado nível, independentemente da idade dos matriculados, pelo total da população com idade adequada para frequentar esse nível. O segundo caso corresponde à razão entre o total de matrícula das pessoas que frequentam determinado nível com idade adequada e a população total com a mesma idade. Esses indicadores dependem de dados provenientes dos registros administrativos para as matrículas e dos dados oficiais de população total por faixa etária.

A publicação do IBGE, *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (2015), calcula dois indicadores similares a partir das informações das pesquisas domiciliares sobre frequência à escola: taxa de frequência escolar bruta e a taxa de frequência escolar líquida. A taxa de frequência bruta é a proporção de pessoas que frequentam escola para cada grupo de idade independentemente do nível cursado (organizados em função da correspondência com a atual estrutura de ensino brasileiro, isto é, 0 a 5; 6 a 14; 15 a 17; 18 a 24; e 25 anos ou mais). Por sua vez, a taxa de frequência escolar líquida indica a proporção de pessoas cursando determinado nível com idade adequada em relação ao total da população com a mesma idade (educação infantil com idade de 0 a 5 anos; ensino fundamental com idade de 6 a 14 anos; ensino médio com idade de 15 a 17 anos; ensino superior com idade de 18 a 24 anos). Neste caso, como o objetivo do indicador é avaliar a adequação entre o nível frequentado e a idade, exclui-se do denominador aqueles que já concluíram o nível analisado.

Dessa forma, os conceitos de taxa bruta de matrícula e de taxa de frequência escolar bruta não são equivalentes. Por exemplo, no caso do ensino médio, taxa de escolarização bruta é calculado da seguinte forma: total de matrículas no ensino médio independentemente da idade do matriculado dividido pelo total da população

<sup>5</sup> Limitações no Questionário do Censo Demográfico 2010 impediram o cálculo dessa variável.

de 15 a 17 anos de idade. Como há muito atraso escolar no Brasil, esse indicador pode ultrapassar 100%. A taxa de frequência escolar bruta no ensino médio, por sua vez, é calculada da seguinte forma: o total de pessoas de 15 a 17 anos de idade que frequentam instituição de ensino, independentemente do nível frequentado, dividido pelo total de pessoas de 15 a 17 anos.

A princípio, informações sobre frequência escolar devem ser coletadas para toda a população, embora sejam mais relevantes para as pessoas em idade escolar oficial. Para propósitos de comparabilidade internacional, a classificação dos níveis educacionais deve ter como referência a Classificação Internacional Normalizada da Educação (International Standard Classification of Education - ISCED 2011). Essa classificação estabelece oito níveis de ensino como resultado da atualização realizada em 2011 da ISCED de 1997, contudo sua equivalência ao sistema educacional brasileiro ainda não foi concluída.

Esses indicadores podem ser desagregados por Grandes Regiões e Unidades da Federação, situação do domicílio (urbano/rural), rede de ensino, sexo, cor ou raça e quintos de rendimento domiciliar *per capita*, dependendo da precisão das estimativas. Todas as pesquisas domiciliares do IBGE, como a PNAD, Censo Demográfico, Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, Pesquisa Mensal de Emprego - PME e a PNAD Contínua, possuem blocos de educação que investigam as características educacionais da população, permitindo a construção da maioria dos indicadores descritos acima<sup>6</sup>.

## Experiências internacionais

Seguindo as orientações da UNESCO (1978), diversos institutos de estatística produzem informações sobre seus sistemas educacionais e a respeito do nível educacional da população, tendo em vista suas especificidades. Os países recorrem principalmente a informações advindas dos censos escolares para coletar dados sobre estabelecimentos, matrículas, características dos estudantes e docentes, entre outros, e utilizam ainda censos demográficos, pesquisas amostrais (transversais e longitudinais) e registros administrativos para investigar as características educacionais da população e aprofundar a análise em diversas temáticas.

A Austrália, por exemplo, pesquisa as atividades culturais, esportivas e recreativas das crianças de 5 a 14 anos de idade no suplemento da pesquisa mensal de emprego *Children's participation in cultural and leisure activities* (2012). Na França, são realizadas periodicamente pesquisas de painel para acompanhar os estudantes durante a integralidade do percurso escolar, recolhendo informações familiares e sociais que podem estar relacionadas ao desempenho escolar (BOUTCHENIK et al., 2015). A Finlândia realiza pesquisa sobre os estudantes que recorreram a classes de apoio durante a educação básica<sup>7</sup>; a Suécia procura saber os motivos pelos quais os alunos abandonaram o ensino médio<sup>8</sup>; e a Espanha investiga a participação na educação formal, não formal e treinamento nos últimos 12 meses da população de

<sup>6</sup> Para uma comparação mais detalhada dos blocos de educação das pesquisas domiciliares do IBGE, consultar: FRESNEDA, B.; SABOIA, A. L. *Uma contribuição para a produção de indicadores educacionais no IBGE: panorama nacional e experiências internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013. 42 p. (Textos para discussão, n. 47). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=286315>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>7</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o portal do Statistics Finland. Disponível em: <[http://tilastokeskus.fi/meta/til/erop\\_en.html](http://tilastokeskus.fi/meta/til/erop_en.html)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>8</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o portal do SCB. Disponível em: <[http://www.scb.se/UF0536-EN/#c\\_undefined](http://www.scb.se/UF0536-EN/#c_undefined)>. Acesso em: ago. 2016.

16 anos ou mais de idade<sup>9</sup>. Particularmente, os casos do México, Uruguai, Canadá e Reino Unido, serão examinados em maior detalhe devido aos seguintes fatores: proximidade com a estrutura brasileira; diversidade de informação disponível; e especificidades temáticas. Ademais, estes quatro países têm institutos de estatística reconhecidos internacionalmente por sua excelência.

## México

No portal do Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI<sup>10</sup> a educação é um subtema do tema “sociedade” e apresenta três subseções, seguindo a divisão temática sugerida pela UNESCO (1978):

- Características educacionais da população: população em idade escolar; população que frequenta a escola; população analfabeta; anos de estudo; e nível de escolaridade;
- Matrículas e processos escolares: matrículas por nível de ensino; matrículas na educação básica; matrículas na educação média superior (educação técnica); educação superior; taxa de promoção; taxa de evasão; e taxa de rendimento escolar; e
- Recursos para a educação: quantidade de professores; número de escolas; quantidade de alunos por escola; quantidade de alunos por professor; e gastos educacionais (por aluno e em relação ao PIB).

Para cada um desses indicadores, o portal do INEGI disponibiliza desagregações e definições metodológicas. A Secretaria de Educação Pública (Secretaría de Educación Pública) e a Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior - ANUIES, do México, são responsáveis pelos censos escolares, isto é, pela coleta de informações sobre os alunos, corpo docente, infraestrutura escolar para as educações básica e superior, respectivamente. Os indicadores relativos a esses temas encontram-se listados no tópico Matrículas e processos escolares, ou seja, essas informações são disponibilizadas no portal do Instituto, diferentemente do que existe no portal do IBGE. Complementarmente, o INEGI produz informações acerca das características educacionais da população por meio dos censos demográficos (Censo de Población y Vivienda) e via pesquisas domiciliares, especialmente via Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo - ENOE)<sup>11</sup>. Os indicadores relativos a esses temas encontram-se listados no tópico Características educacionais da população. Recentemente, foi incluído nessa pesquisa domiciliar um módulo sobre educação, capacitação e emprego (Módulo de Educación, Capacitación y Empleo - MECE)<sup>12</sup> por iniciativa da Secretaria de Trabalho e Proteção Social (Secretaría del Trabajo y Previsión Social). Essa pesquisa privilegia investigar a educação enquanto mediadora do trabalho e o módulo traz questões interessantes sobre abandono escolar, qualificação para o trabalho e transição da

<sup>9</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o portal do INE. Disponível em: <[http://www.ine.es/dynt3/inebase/index.htm?type=pcaxis&path=/t22/e308/meto\\_05/modulo/base\\_2011/2003/&file=pcaxis](http://www.ine.es/dynt3/inebase/index.htm?type=pcaxis&path=/t22/e308/meto_05/modulo/base_2011/2003/&file=pcaxis)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>10</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o portal do INEGI. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/Sistemas/temasV2/Default.aspx?s=est&c=21702>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>11</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/Proyectos/encuestas/hogares/regulares/enoe/Default.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>12</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o documento: MÓDULO de Educación, Capacitación y Empleo, 2009 - MECE 2009. México: Instituto Nacional de Estadística y GeografíaGeografía – INEGI. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/encuestas/hogares/modulos/enece/enece2009/default.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

escola para o trabalho. A partir dos resultados, o INEGI traça a Panorâmica da população jovem por condição de atividade (Panorámica de la población joven por condición de actividad)<sup>13</sup>, disponibilizando um conjunto de tabelas que tratam da situação de atividade dos jovens, incluindo informações sobre frequência à escola, desagregados por sexo, para três faixas etárias (15 a 24; 15 a 17; e 18 a 24 anos de idade).

## Uruguai

No portal do Instituto Nacional de Estadística - INE<sup>14</sup>, do Uruguai, a educação é um subtema do tema Demografia e Estatísticas Sociais (Demografía y Estadísticas Sociales) que disponibiliza os dados educacionais com séries históricas divididas em três subseções:

- Alunos matriculados: matrículas na educação primária pública e privada; matrículas na educação secundária pública e privada; matrículas na educação terciária pública e privada; matrículas na educação técnica pública; matrículas nos institutos de formação e aperfeiçoamento dos docentes; e número de estabelecimentos de ensino da educação;
- População de 25 anos ou mais, segundo grupos de anos de estudo concluídos: distribuição percentual da população total; distribuição percentual da população urbana; e
- Taxa de analfabetismo: por sexo, segundo o ano censitário.

Além desses dados gerais provenientes dos registros administrativos do Ministério da Educação e Cultura (Ministerio de Educación y Cultura), do Uruguai, e de dados da pesquisa domiciliar contínua (Encuesta Continua de Hogares - ECH), o INE realiza pesquisas temáticas que abarcam áreas específicas das estatísticas educacionais, como a pesquisa sobre nutrição, desenvolvimento infantil e saúde iniciada em 2013 (Encuesta de Nutrición, Desarrollo Infantil y Salud - ENDIS)<sup>15</sup>. Trata-se de uma pesquisa domiciliar longitudinal, atualizada a cada dois anos, que tem como objetivo fornecer informações nacionais sobre saúde e nutrição das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade, assim como sobre desenvolvimento infantil e práticas dessas crianças, contribuindo para a orientação de políticas públicas direcionadas à primeira infância. Os primeiros anos de vida são uma etapa chave para os resultados educacionais posteriores. Por esse motivo, o tema também está presente na Meta 4.2 dos ODS para a educação, que procura assegurar o desenvolvimento na primeira infância, o cuidado e a educação infantil de qualidade para meninos e meninas (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Outra pesquisa realizada pelo INE é a Pesquisa Nacional de Adolescência e Juventude (Encuesta Nacional de Adolescencia y Juventud - ENAJ)<sup>16</sup>. Essa é uma pesquisa nacional que tem como objetivo investigar a condição de vida dos jovens e adolescentes de 12 a 29 anos de idade. O bloco de educação do questionário

<sup>13</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <[http://www.inegi.org.mx/inegi/contenidos/investigacion/experimentales/pob\\_joven/presentacion.aspx](http://www.inegi.org.mx/inegi/contenidos/investigacion/experimentales/pob_joven/presentacion.aspx)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>14</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o portal do INE. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/educacion>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>15</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/encuesta-nacional-de-infancia-salud-nutricion-y-desarrollo-infantil-endis-2013>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>16</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/encuesta-nacional-de-la-adolescencia-y-juventud-enaj>>. Acesso em: ago. 2016.

(ENCUESTA..., 2013) conta com diversos quesitos que contribuem para compreender a situação educacional desses jovens. Investiga-se, por exemplo, se o entrevistado repetiu algum ano de cada etapa da educação básica, quais foram os motivos para a repetição e dentre os motivos listados qual seria o principal; idade com que abandonou a escola, em qual período do ano letivo estava quando abandonou a escola, quais foram os motivos do abandono e qual deles foi o principal; com qual intensidade a família influenciou na decisão de abandonar a escola, se há intenção em retomar os estudos e o porquê; idade em que completou o equivalente ao ensino fundamental e médio, porque decidiu frequentar o ensino médio e superior; se soube de situações de violência ou consumo de drogas na escola e com qual frequência; porque concluiu o ensino médio e superior; se concorda com um conjunto de ações de estímulo à motivação para estudar; como avalia o sistema de ensino de acordo com uma série de critérios; rede de ensino na qual cursou a maior parte do ensino médio; se contou com o apoio de aulas particulares para melhorar o desempenho escolar, para quais matérias, quem financiou as aulas particulares, entre outros. É interessante observar que muitos dos temas investigados pelo Uruguai são relevantes para compreender a realidade educacional dos jovens brasileiros, pois eles também sofrem com altas taxas de repetição, abandono escolar e falta de motivação com os estudos. Os resultados da pesquisa foram divulgados na publicação *Tercera encuesta nacional de adolescencia y juventud 2013* (2015).

## Canadá

O Canadá apresenta grande diversidade de fontes de dados educacionais e classifica os temas da área educacional e seus respectivos indicadores de forma um pouco distinta. O Instituto de Estatística do Canadá (Statistics Canadá - StatCan) realiza, em parceria com outras instituições, a produção de todas as estatísticas educacionais, inclusive daquelas advindas dos registros administrativos. Um dos produtos da parceria entre Statcan com o Conselho de Ministros da Educação (Council of Ministers of Education, Canada - CMEC) é a publicação *Education indicators in Canada: handbook for the report of the Pan-Canadian Education Indicators Program* (2015), que realiza uma síntese dos indicadores educacionais, divulgando os resultados das diversas fontes disponíveis. Esse documento apresenta cinco áreas gerais e suas respectivas subáreas para as quais há informações sobre definições e conceitos, metodologia, limitações e bases de dados, incluindo *links* para documentos de referência e tabelas com dados das pesquisas mencionadas. Resumidamente:

- Retrato da população em idade escolar: projeções da população em idade escolar levando em conta o tamanho da população; diversidade cultural; famílias com baixa renda; e *background* familiar;
- Financiamento do sistema educacional: gastos totais com educação; gastos das redes pública e particular; gastos familiares com educação e financiamento estudantil;
- Educação primária e secundária: anos iniciais e aptidão escolar; assistência escolar (matrículas); corpo docente; taxa de conclusão; desempenho e uso de tecnologias da informação;
- Educação pós-secundária: assistência escolar (matrículas); taxa de graduação; corpo docente universitário; pesquisa e desenvolvimento; alfabetização e nível educacional; e

- Transições escolares e resultados: transição para a educação pós-secundária; transição para o mercado de trabalho; e resultados no mercado de trabalho.

O primeiro tema tratado na área Retrato da população em idade escolar diz respeito às projeções da população em idade escolar de 5 a 29 anos de idade (divididos em grupos de 5 a 14; 15 a 19; e 25 a 29 anos de idade) a partir de dados do censo demográfico, hipóteses sobre a fecundidade das mulheres canadenses, expectativa de vida, migração e aspectos étnicos da população canadense. A diversidade da população em idade escolar é investigada, levando em conta a proporção de aborígene e “minorias visíveis”, classificadas como: chineses, coreanos, japoneses, sul-asiáticos, filipinos, árabes e latino-americanos. Adicionalmente, é investigada a proporção da população de 0 a 24 anos de idade que pertence às famílias de baixa renda. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que gastam 20,0% a mais da renda disponível em itens básicos como alimentação, moradia e vestuário se comparadas com os gastos de uma família considerada padrão ou média. Além disso, as informações são desagregadas dependendo da composição familiar, *status* ocupacional dos pais e tempo durante o qual a família permaneceu em situação de baixa renda. Essa última informação advém de uma pesquisa longitudinal destinada a acompanhar os indivíduos durante um período de seis anos, The Survey of Labour and Income Dynamics - SLID<sup>17</sup>. Finalmente, divulgam-se os arranjos domiciliares da população em idade escolar conforme investigado no censo demográfico (mora com os pais; o tipo de união dos pais; pais biológicos; vive apenas com o pai ou com a mãe; pais do mesmo sexo; e outras composições familiares).

Na área Financiamento do sistema educacional examinam-se os gastos públicos e privados com educação ao longo do tempo, regionalmente e por níveis educacionais. São disponibilizados os valores *per capita* e o percentual do PIB despendido com educação a partir de uma série de pesquisas e registros administrativos. Além disso, são coletadas informações sobre os gastos feitos pelas famílias com educação (material didático; transporte; moradia estudantil; mensalidades; cursos; esporte, entre outros), utilizando a pesquisa domiciliar anual de orçamentos familiares, The Survey of Household Spending - SHS<sup>18</sup>. O valor médio das mensalidades e custo da moradia estudantil por área de formação universitária é investigado em uma pesquisa específica, Tuition and Living Accommodation Costs - TLAC<sup>19</sup>. Os dados sobre o percentual de estudantes que financiaram seus estudos terciários e o grau de endividamento dos mesmos são investigados na pesquisa nacional dos graduados, National Graduates Survey - NGS<sup>20</sup>. Adicionalmente, essa pesquisa permite que se relacione a área de estudo, nível de qualificação e expectativa profissional do jovem.

O item Educação primária e secundária trata do grau de aptidão das crianças de 4 a 5 anos de idade para o ambiente escolar a partir do exame das condições de saúde, participação em atividades, exposição à leitura e desempenho linguístico. Esses dados constam na pesquisa longitudinal sobre crianças e jovens, National Longitudinal

<sup>17</sup> Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3889&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: ago. 2016. Consultar também: <[http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&Item\\_Id=128004&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2](http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&Item_Id=128004&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>18</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3508&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>19</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3123>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>20</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SurvId=20168&SurvVer=3&SDDS=5012&InstalId=15771&InstaVer=11&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: ago. 2016.

Survey of Children and Youth - NLSCY<sup>21</sup>, que coleta informações sobre os fatores que influenciam no desenvolvimento social, emocional e comportamental. Além disso, esse item inclui dados sobre matrículas, número de professores por aluno, tempo gasto em sala de aula e características do corpo docente para os níveis primário e secundário. O censo escolar anual é conduzido pelo StatCan junto aos departamentos de educação de todas as províncias do Canadá (Elementary-Secondary Education Survey - ESES)<sup>22</sup>. O desempenho escolar é medido por meio dos resultados do Programme for International Student Assessment - PISA, e da avaliação nacional conduzida pelo Conselho de Ministros da Educação, Pan-Canadian Assessment Program - PCAP<sup>23</sup>. O primeiro é uma avaliação internacional desenvolvida pelos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) que mede a competência dos estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciências. O segundo avalia o desempenho em matemática, leitura, escrita e ciências de amostras de estudantes no oitavo ano (*eighth grade*) independentemente da idade. Finalmente, são usados os dados do PISA para avaliar o uso de computadores entre os estudantes.

O item Educação pós-secundária prioriza a análise no nível pós-secundário no que diz respeito às matrículas e taxa de conclusão por área de estudo. Em relação ao nível pós-secundário não terciário (correspondente ao nível 4 da International Standard Classification of Education - ISCED 2011), dados são disponibilizados sobre os jovens contratados como aprendizes por sexo, idade e área de atuação. Essas informações são obtidas por meio de registro administrativo (Registered Apprenticeship Information System - RAIS)<sup>24</sup>. Os estudantes de instituições da educação terciária são investigados a partir do censo nacional do ensino pós-secundário (Postsecondary Student Information System - PSIS)<sup>25</sup>. Disponibilizam-se dados sobre matrícula nas faculdades (*colleges*<sup>26</sup>) e institutos mantidos com recursos públicos, além de toda gama de formação pós-secundária (universidades, faculdades - *community colleges* - e centros de treinamento vocacional), investigando características dos estudantes por área de formação. As características do corpo docente universitário, incluindo informações sobre salário médio, ramo e área de atuação, são coletadas pelo censo sobre esse tema, baseado em registros administrativos (University and College Academic Staff System - UCASS)<sup>27</sup>. Além disso, esse item inclui estimativas dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, total e percentual do PIB, a partir das definições e orientações da OCDE.

Ainda relativo ao item Educação pós-secundária, o Canadá participa, juntamente com outros países, de uma pesquisa internacional sobre alfabetização e habilidades gerais de adultos que permite obter informações mais aprofundadas

<sup>21</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4450&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>22</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&Survld=29078&SurvVer=2&Instald=29094&InstaVer=6&SDDS=5102&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>23</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da avaliação. Disponível em: <[http://www.cmec.ca/507/Programs-and-Initiatives/Assessment/Pan-Canadian-Assessment-Program-\(PCAP\)/PCAP-2016/index.html](http://www.cmec.ca/507/Programs-and-Initiatives/Assessment/Pan-Canadian-Assessment-Program-(PCAP)/PCAP-2016/index.html)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>24</sup> Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3154>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>25</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=5017>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>26</sup> Especificamente, no Canadá, *colleges* não equivalem às faculdades, pois somente as universidades podem emitir diplomas de graduação (*degrees*). Os *colleges* tendem a ser instituições profissionalizantes e oferecem certificados que não possibilitam o acesso aos níveis de mestrado e doutorado.

<sup>27</sup> Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3101>>. Acesso em: ago. 2016.

sobre capacidade de leitura, escrita e operações matemáticas básicas da população de 16 a 65 anos de idade (International Adult Literacy and Skills Survey - IALSS)<sup>28</sup>. O grau de alfabetização dos adultos é medido por meio de quatro domínios de competência cognitiva: compreensão de textos literários, compreensão de documentos informativos, conhecimentos numéricos e capacidade de resolver problemas. Cinco níveis hierárquicos de proficiência são classificados para cada domínio, dado que o nível 3 já é considerado o “adequado” para lidar com a crescente demanda da atual economia do conhecimento. Essa pesquisa permite desagregar dados por idade, sexo, etnia, nível educacional, condição de ocupação e saúde, área de residência (urbana e rural), acesso e uso de tecnologias da informação e participação em atividades comunitárias. Finalmente, o nível educacional da população canadense é medido de acordo com as categorias da ISCED e as informações são coletadas usando os dados da pesquisa domiciliar nacional (National Household Survey - NHS)<sup>29</sup> e da pesquisa mensal de emprego (Labour Force Survey - LFS)<sup>30</sup>.

O item Transições escolares e resultados investiga o percurso escolar de jovens até o ensino terciário e entrada no mercado de trabalho a partir da pesquisa longitudinal dos jovens em transição (Youth in Transition Survey - YITS)<sup>31</sup>, que acompanha duas coortes de jovens a cada dois anos (uma com jovens de 15 anos e outra com jovens entre 18 a 20 anos de idade em 1999) (YOUTH..., 1999). A situação educacional desses jovens em relação à educação secundária é dividida em três grupos: aqueles que seguiram os estudos secundários, aqueles que completaram esse nível e aqueles que o abandonaram. Uma classificação similar é usada para os estudos pós-secundários. O tipo e a área de qualificação pós-secundária são utilizados para estudos sobre inserção profissional desses jovens. Além disso, grupos de concluintes são entrevistados, dois e cinco anos após a conclusão do curso, com o intuito de investigar quais possuíam emprego em tempo integral, o nível salarial dos empregados e a mobilidade espacial antes e após a conclusão do curso (NATIONAL..., 2013). As frequências ao ensino secundário e pós-secundário são calculadas usando a pesquisa mensal de emprego LFS, assim como as taxa de desemprego e rendimentos por nível educacional. Finalmente, essa mesma pesquisa informa sobre o nível educacional, status ocupacional e grupo de idade dos jovens que conciliam estudo e trabalho.

## Reino Unido

O Instituto de Estatística do Reino Unido (Office for National Statistics - ONS) também recorre a um amplo conjunto de fontes de dados para abarcar a diversidade de temas apresentados no seu portal. Esse instituto classifica o tema Crianças, educação e habilidades (Children, Education and Skills) em três tópicos e respectivos subtópicos:

- Crianças e anos iniciais de escolarização: bem-estar e segurança das crianças; cuidado infantil; anos iniciais de escolarização; crianças menores de 5 anos;

<sup>28</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&Id=15034>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>29</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<https://www12.statcan.gc.ca/nhs-enm/2011/dp-pd/prof/help-aide/aboutdata-approposdonnees.cfm?Lang=E>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>30</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/eng/survey/household/3701>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>31</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4435>>. Acesso em: ago. 2016.

- Educação primária e secundária: escolas primárias e secundárias; estudantes da educação primária e secundária; docentes da educação primária e secundária; comportamento na educação primária e secundária; habilidades e qualificações da educação primária e secundária; e
- Educação pós-secundária e educação de adultos: provedores de educação pós-secundária e de adultos; habilidades e qualificações da educação pós-secundária; docentes da educação pós-secundária; frequência e comportamento na educação pós-secundária; estudantes da educação pós-secundária.

Como o portal disponibiliza uma variedade de publicações para cada um dos subtópicos, optou-se por selecionar algumas dessas publicações com o intuito de ilustrar o tipo de informação investigada e, quando possível, a fonte dessas informações. Percebe-se, pela distribuição temática, que esse país privilegia a divulgação de dados relativos ao item III sobre Assistência escolar (matrículas), docentes e estabelecimentos escolares listado nas recomendações da UNESCO (1978), divergindo das abordagens mexicana, uruguaia e canadense.

No primeiro tópico de Crianças e anos iniciais de escolarização, são divulgadas publicações sobre o bem-estar e segurança das crianças e adolescentes que participaram de programas de adoção, estiveram em orfanatos ou em programas de reabilitação. Avaliam-se o desempenho escolar dessas crianças e sua situação geral (ocupacional, educacional, comportamental, de saúde, entre outros) após terem saído dos cuidados providos pelo Estado (aos 16 e aos 19 anos de idade). O tipo de infração ou crime cometido por jovens de 10 a 17 anos de idade também é investigado. Além disso, divulgam-se dados sobre a percepção dos pais de crianças portadoras de deficiência sobre os serviços disponíveis; crianças desaparecidas; mortalidade infantil; e mortalidade infantil por causas evitáveis. A maior parte dessas informações são provenientes de registros administrativos. Em seguida, as informações sobre cuidado infantil são coletadas por meio do Censo da Educação Infantil (Early Years Census 2016)<sup>32</sup> e do Censo Escolar (School Census)<sup>33</sup>. Apresentam-se estatísticas para as redes pública, privada e filantrópica sobre oferta de creches e pré-escolas; o número de horas e de vagas oferecidas; as características dos trabalhadores e docentes; a avaliação dos pais sobre os serviços e motivos para usá-los ou não; e as características das mulheres no mercado de trabalho que usam os serviços públicos de cuidado infantil. Os anos iniciais de escolarização são investigados a partir de uma pesquisa longitudinal que acompanha o desenvolvimento cognitivo das crianças com até 5 anos de idade de acordo com os padrões estabelecidos pela Lei sobre Cuidado Infantil (Childcare Act 2006) (ENGLAND, 2006). Essa lei estabelece um currículo nacional de aprendizado e desenvolvimento infantil (Early Years Foundation Stage - EYFS)<sup>34</sup>. Informações provenientes dessa pesquisa são usadas para calcular indicadores e acompanhar metas nacionais (STUDY..., 2015). Finalmente, dados sobre crianças menores de 5 anos de idade que foram atendidas nos centros de atendimento focalizado nos grupos mais vulneráveis (SURE..., 2013).

<sup>32</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/481323/Early\\_Years\\_Census\\_guide\\_2016\\_version\\_1\\_2.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/481323/Early_Years_Census_guide_2016_version_1_2.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>33</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<https://data.gov.uk/dataset/school-census>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>34</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o documento: <<https://www.gov.uk/government/publications/early-years-foundation-stage-framework--2>>. Acesso em: ago. 2016.

O segundo tópico, Educação primária e secundária, traça um quadro geral das escolas, dos estudantes e dos professores da educação primária e secundária. O censo escolar (School Census)<sup>35</sup> é utilizado para a obtenção de informações anuais sobre as escolas primárias e secundárias; as características dos alunos; do corpo docente; e das instalações escolares (número de alunos por turma, quantidade de vagas disponíveis etc). Aprofunda-se a análise do censo escolar quanto a frequência dos alunos à escola e suas características sociodemográficas como sexo, etnia, elegibilidade para alimentação escolar gratuita, necessidades especiais e língua materna. Avaliam-se também o deslocamento dos alunos para a escola, qualidade da merenda escolar e motivos para a ausência na escola. Investiga-se ainda o percurso escolar dos alunos que terminaram o ensino secundário, isto é, o percentual destes que seguiram estudando e qual foi o curso ingressado. Além disso, duas pesquisas longitudinais (Youth Cohort Study - YCS & Longitudinal Study of Young People in England - LSYPE)<sup>36</sup> acompanham o destino dos jovens dos 13 aos 19 anos, inclusive daqueles que não estavam mais estudando.

Além do censo escolar, são utilizadas pesquisas anuais sobre o corpo docente (Annual Survey of Teachers in Service and Teacher Vacancies)<sup>37</sup> para calcular a proporção de alunos por professor e por demais trabalhadores da educação. Investigam-se ainda a qualificação dos professores, os motivos para a ausência dos mesmos e o perfil dos alunos dos cursos preparatórios para docentes. Merece destaque a pesquisa sobre o comportamento e atitude os jovens de 11 a 16 anos de idade (Young Persons Behaviour and Attitudes Survey - YPBAS)<sup>38</sup> que abarca temas como escolhas educacionais; nutrição; esporte; frequência a bibliotecas; atividades culturais; uso de tecnologias; atitudes em relação à violência doméstica; comportamento anti-social; drogas; álcool; cigarro; experiência sexual etc. Além disso, investigam-se o comportamento em sala de aula, bem-estar na escola (por exemplo, incidência de *bullying*) e os motivos para expulsão ou suspensão. O desempenho dos alunos é avaliado anualmente por pesquisas nacionais (National Curriculum Assessments)<sup>39</sup>.

Finalmente, o terceiro tópico, Educação pós-secundária e educação de adultos, trata da educação pós-secundária e educação de adultos a partir da publicação sobre a educação pós-secundária, *Higher education statistics for the United Kingdom* que provê informações sobre os alunos; professores; financiamento; graduados; destino dos graduados; e comparações internacionais. Além disso, há publicações sobre os programas de treinamento e preparação para o mercado de trabalho destinado a pessoas de 16 anos ou mais de idade e sobre o destino daqueles que participaram desses programas. Apresentam-se, também, os resultados de pesquisas longitudinais sobre o destino dos graduados da educação pós-secundária em relação ao emprego, nível salarial e educacional obtido (HIGHER..., 2014-2015).

<sup>35</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/statistics/schools-pupils-and-their-characteristics-january-2015>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>36</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/statistics/youth-cohort-study-and-longitudinal-study-of-young-people-in-england-the-activities-and-experiences-of-19-year-olds-2010>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>37</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<https://data.gov.uk/dataset/england-618g-teacher-numbers-2009>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>38</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <[https://data.gov.uk/dataset/young\\_persons\\_behaviour\\_and\\_attitudes\\_survey](https://data.gov.uk/dataset/young_persons_behaviour_and_attitudes_survey)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>39</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/collections/national-curriculum-assessments-test-frameworks>>. Acesso em: ago. 2016.

A análise mais detalhada das estatísticas educacionais existentes nesses quatro países ilustrou a diversidade de fontes e de temas investigados, em especial, a divisão entre os dados provenientes dos estabelecimentos escolares (a partir de registros administrativos e censos escolares) e aqueles advindos das pesquisas populacionais (como censos demográficos e pesquisas amostrais sobre mercado de trabalho). Ainda que a produção das informações relativas aos estabelecimentos escolares não ocorra necessariamente no âmbito dos institutos de estatística, elas são divulgadas pelos mesmos e, em alguns casos, como no Reino Unido e França, privilegia-se o acesso a esses dados nos seus respectivos portais. Além disso, alguns temas relativos às pesquisas populacionais se mostraram recorrentes, tais como: o desenvolvimento e saúde infantil; a transição da escola para o trabalho; e alfabetização de jovens e adultos. Essas questões serão tratadas em maior detalhe na seção a seguir.

## Discussão sobre temas relevantes não abarcados pelas pesquisas do IBGE

Conforme foi identificado na seção **Experiências internacionais**, informações sobre uma série de temas dependem de pesquisas específicas e/ou do uso de diferentes metodologias, como pesquisas longitudinais. Assim, a despeito da gama de informações proporcionadas pelas bases de dados do IBGE, a complexidade dos fatores que permeiam o processo educacional e seu impacto nas condições de vida da população motivam a formulação de pesquisas que enriqueceriam o conhecimento sobre a realidade educacional do País. Há questões que são intrínsecas à realidade brasileira que configuram temas relevantes de investigação e há demandas por informação que dizem respeito às agendas nacional e internacional com as quais o Brasil se comprometeu, como o PNE e os ODS.

Em relação às especificidades nacionais, destaca-se o elevado patamar de desigualdade social e educacional que permeia o País. Como a educação é a principal janela de oportunidade para a maioria dos brasileiros, sendo mediadora da transmissão de *status* entre as gerações e um atributo cada vez mais indispensável para a inserção profissional, a redução da desigualdade educacional brasileira se torna imprescindível para a promoção de uma sociedade justa e igualitária. Autores clássicos que analisaram as desigualdades educacionais, como Boudon (1973) e Bourdieu e Passeron (1964), partindo de correntes teóricas distintas, enfatizaram que essas desigualdades são fortemente determinadas pelo capital cultural herdado, isto é, há uma coincidência entre a cultura familiar e a escolar que beneficia aqueles cujos pais possuem maior escolaridade. Portanto, a informação sobre o nível educacional da família de origem é importante para se investigar as desigualdades de oportunidades educacionais. No Brasil, a informação sobre a escolaridade dos pais já foi investigada pelo IBGE em alguns módulos esporádicos da PNAD (1976, 1988, 1996, 2014) e em duas pesquisas pontuais: a Pesquisa sobre Padrões de Vida - PPV 1996/1997 e Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP 2008. A coleta dessa informação de forma mais regular permitiria o acompanhamento de um aspecto essencial da desigualdade de oportunidades no País.

Conhecer as estratégias adotadas pelos pais e familiares para garantir vantagens competitivas aos filhos no ambiente escolar, como cursos de língua, computação e aulas particulares também contribui para a compreensão da desigualdade no

desempenho escolar, sendo uma importante linha de pesquisa (ZANTEN, 2006). A Pesquisa Nacional de Adolescência e Juventude (Encuesta Nacional de la Adolescência y Juventud - ENAJ)<sup>40</sup>, realizada pelo Uruguai, investiga essas questões, conforme mencionado na seção **Experiências internacionais**. Complementarmente, ressalta-se a importância do aprendizado informal proporcionado pelo envolvimento dos pais em atividades culturais e o tipo de atividade cultural ou recreativa praticada pelas crianças e adolescentes. O Instituto de Estatística da Austrália (Australian Bureau of Statistics - ABS) investiga em suplementos da pesquisa mensal sobre força de trabalho quais são as atividades culturais que os pais praticam com seus filhos na primeira infância (Childhood Education and Care Survey - CEACS)<sup>41</sup> e quais atividades culturais, esportivas e recreativas as crianças de 5 a 14 anos de idade praticam (CHILDREN'S..., 2012) incluindo a frequência a bibliotecas públicas, museus ou galerias de arte, eventos artísticos (teatros, shows etc), tipo de esporte praticado e principais atividades recreativas (ler, andar de bicicleta, ver televisão, jogar jogos eletrônicos etc).

As desigualdades educacionais são agravadas devido à organização e ao funcionamento estratificado do sistema de ensino brasileiro, no qual a entrada na universidade está fortemente associada à conclusão do ensino médio em rede particular<sup>42</sup>. O Brasil é um dos países cuja desigualdade de desempenho entre os alunos da rede pública e privada de ensino é mais acentuada (PISA..., 2009). A maior parte dessa diferença decorre do perfil socioeconômico desigual dos respectivos públicos, mas frequentar a rede particular apresenta um efeito líquido no desempenho dos alunos não desprezível, conforme verificado em diversos estudos (ALBERNAZ et al., 2002; SOARES; ALVES, 2003; SOARES; ANDRADE, 2008; SOARES; CANDIAN, 2007; SOARES; MAROTTA, 2009; SOARES, 2005). Assim, a informação sobre o tipo de estabelecimento de ensino cursado no ensino médio possibilitaria conhecer em maior profundidade essa dualidade do sistema educacional brasileiro. A partir dessa informação, seria possível identificar, por exemplo, qual o perfil educacional daqueles que frequentam ou frequentaram o ensino superior, isto é, quantos vieram da rede pública ou privada de ensino médio. Esse tema será investigado no IBGE pela primeira vez no bloco de educação da PNAD Contínua.

O alto nível de repetência prejudica há décadas a capacidade de o País garantir escolaridade mínima obrigatória a gerações de brasileiros. Os efeitos perversos da "pedagogia da repetência" foram denunciados nos trabalhos seminais de Ribeiro (1991), evidenciando que a alta taxa de evasão entre os mais pobres estava relacionada à alta repetência, principalmente nas primeiras séries da escola, pois as crianças e suas famílias ficariam desestimuladas a permanecerem na escola. Mesmo após a implementação de políticas de correção de fluxo a partir da década de 1990, o Brasil apresentou, em 2009, a maior taxa de repetência no ensino fundamental quando comparado aos demais países da América Latina e Caribe, segundo o relatório *Global Education Digest*, de 2012, elaborado pelo instituto de estatística da UNESCO (OPPORTUNITIES..., 2012).

<sup>40</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/encuesta-nacional-de-la-adolescencia-y-juventud-enaj>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>41</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4402.0>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>42</sup> Segundo Ribeiro (2011) estudar em escola particular aumenta em 15 vezes as chances de entrar para a universidade em comparação com o ensino público.

A ENAJ, realizada pelo Uruguai, investiga os motivos pelos quais os entrevistados repetiram, apresentando listas distintas de motivos para cada etapa da educação básica. No caso do ensino médio, são listados os seguintes motivos:

problemas de saúde; trabalhava; não se preocupavam com você na escola; ficava o dia todo na rua; não ficava na sala de aula quando estava na escola; os professores implicavam com você; tinha que ajudar em casa; os temas estudados não lhe interessavam; não entendia o que era ensinado; ninguém da sua família ajudava com os deveres; ninguém da sua família se preocupava com as suas faltas; incompatibilidade com os esportes; seus amigos faltavam; não gostava de estudar; não gostava de ler; a escola ficava muito longe e outros (ENCUESTA..., 2013. p. 5-6, tradução nossa).

Além dessa pergunta, onde cada um dos motivos poderia ser selecionado separadamente, uma segunda pergunta foi realizada para que o entrevistado identificasse qual desses era o motivo principal.

Perguntas sobre os motivos do abandono escolar não são exploradas sistematicamente pelas pesquisas domiciliares do IBGE, mas estiveram presentes nos suplementos da PNAD 2001 e 2006, com os quais se investigou o trabalho infantil. A pergunta “qual é o principal motivo de não frequentar a escola ou creche?” foi feita a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Os três principais motivos para a população de 7 a 17 anos de idade não frequentar a escola em 2006 foram: não frequentavam por vontade própria ou de seus pais ou responsáveis ou porque concluíram a série ou curso desejado (37,8%); motivos relacionados a trabalho e afazeres domésticos (20,4%); e “outro motivo” (21,3%) (ASPECTOS..., 2008). A universalização da entrada no ensino fundamental reduziu significativamente o número de crianças de 7 a 14 anos de idade fora da escola, fazendo com que sua baixa incidência limite possibilidades de análises desagregadas. Além disso, esses suplementos não investigaram causas de abandono escolar que estão relacionadas à transição para a vida adulta, como gravidez, filho e casamento. O bloco anual de educação da PNAD Contínua (Características Básicas e Suplementares de Educação das Pessoas) irá investigar os motivos de não frequência à escola para duas faixas etárias, de 0 a 6 anos e de 14 a 29 anos de idade, adotando uma lista de motivos direcionada para cada grupo. A Pesquisa uruguaia, mencionada anteriormente, aprofunda essa investigação. Além da pergunta sobre os motivos do abandono escolar em cada etapa da educação básica e qual deles foi o principal, investiga-se ainda em qual período do ano letivo estava quando abandonou a escola, com qual intensidade a família influenciou na decisão de abandonar a escola, qual idade tinha quando abandonou a escola e se há intenção em retomar os estudos e o porquê. Todas essas informações contribuem para identificar o perfil dos jovens que não estudam e daqueles que não estudam nem trabalham, considerados jovens em situação de vulnerabilidade que requerem políticas públicas específicas.

O período durante o qual o jovem sai da escola e ingressa no mercado de trabalho é considerado um momento crucial no ciclo de vida dos indivíduos, representando o início do processo de autonomização que culmina na assunção plena dos papéis sociais de adulto. Para a sociedade, a transição pode significar mudança ou continuidade da divisão social do trabalho e da estratificação social. Os jovens, de forma geral, estão em desvantagem na competição por emprego, pois praticamente não possuem experiência nem qualificações específicas para certos tipos de trabalho, o que dificulta a sua inserção e aumenta a incidência de desemprego (FRESNEDA, 2009). Assim, devido à deterioração das condições do mercado de trabalho, a inserção juvenil tornou-se um problema social de grande envergadura e o período de transição da escola para

o trabalho está cada vez mais longo e heterogêneo. A saída da escola não representa mais o ingresso em um emprego de período integral, mas apenas uma de muitas combinações entre trabalho e estudo ao longo da vida (EDUCATION..., 2011). Como consequência, ocorreu o surgimento do que alguns pesquisadores têm chamado de *training state*, isto é, a proliferação de políticas de treinamento para o trabalho, como uma das formas encontradas pelos governos nacionais para lidar com o desemprego juvenil desde os anos 1980 (MIZEN, 2004). Como resultado, estatísticas sobre a transição da escola para o trabalho e sobre qualificação técnica, profissionalizante ou vocacional (Non-school qualification, vocational education, training, etc) passaram a ser divulgadas por diversos institutos de estatística.

Os suplementos da PNAD 2007 e de 2014, realizado pelo IBGE em convênio com o Ministério da Educação, *Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional* (2009) investigaram as características da educação profissional dos moradores de 10 anos de idade ou mais. O bloco anual de educação<sup>43</sup> da PNAD Contínua (Características Básicas e Suplementares de Educação das Pessoas) também prevê perguntas sobre educação profissional, curso técnico de nível médio e graduação tecnológica. Contudo, essas pesquisas não investigam a relação entre essas qualificações com a inserção profissional, isto é, sua contribuição para o primeiro emprego, o tipo de emprego obtido, a demora em obtê-lo, a rotatividade, a forma utilizada para ingressar no mercado de trabalho, compatibilidade entre a qualificação e a tarefa desempenhada etc. Além disso, ainda não é possível obter informações a partir de dados dessas pesquisas para o cálculo do indicador proposto para monitorar a Meta 4.3 do ODS que pretende assegurar acesso à qualificação profissional de qualidade (técnica ou vocacional) para homens e mulheres. Esse indicador depende de uma pergunta sobre a participação de jovens e adultos na educação formal, não-formal e treinamento nos últimos 12 meses.

Ainda em relação à agenda internacional, contida nos ODS, há alguns temas para os quais não há dados oficiais. Alguns desses temas são tipicamente investigados por meio de pesquisas domiciliares como o desenvolvimento infantil, analfabetismo funcional e computacional.

Assegurar o acesso de meninos e meninas a escolas de qualidade na primeira infância que os preparem para o ingresso no ensino fundamental está previsto na Meta 4.2 do ODS 4. Paralelamente, o PNE e a Lei n. 12.796, de 04.04.2013, que ampliam a obrigatoriedade da educação básica, procuram garantir a universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade. Essas metas são relevantes, pois se sabe que os anos iniciais da infância são uma etapa crucial para o desenvolvimento cognitivo, podendo significar uma perda de potencial humano quando negligenciada (ARAÚJO, 2011; CUNHA; HECKMAN, 2009). O Índice de Desenvolvimento na Primeira Infância (Early Child Development Index - ECDI) foi o indicador proposto para monitorar a Meta 4.2. Esse índice foi elaborado pela United Nations Children's Fund - UNICEF para o monitoramento das condições de crianças e mulheres em cerca de 30 países em desenvolvimento, utilizando a pesquisa Multiple Indicator Cluster Survey - MICS. Trata-se de um indicador sintético calculado para crianças de 36 a 59 meses de idade a partir de quatro domínios: desenvolvimento linguístico e matemático; físico; sócio-emocional e cognitivo. Retomando a seção **Experiências internacionais**, o Uruguai mede o desenvolvimento cognitivo das crianças

<sup>43</sup> O questionário do bloco ainda não está disponível para consulta.

por meio da pesquisa domiciliar longitudinal ENDIS e o Reino Unido também realiza a EYFS, pesquisa longitudinal sobre desenvolvimento infantil das crianças menores de 5 anos. Além disso, a ENAJ, realizada pelo Uruguai, pergunta se o entrevistado frequentou a educação pré-escolar. Esse tipo de pergunta retroativa pode contribuir para a compreensão do impacto da educação infantil no resultado educacional da população. Nenhuma dessas duas investigações foram realizadas pelo IBGE.

As pesquisas do IBGE coletam informações sobre a alfabetização a partir da pergunta “sabe ler e escrever?”, ou seja, a identificação dos analfabetos depende de autodeclaração. Por sua vez, diversos países, entre eles Itália, Noruega, Suíça, Bermudas, Estados Unidos, Hungria, Austrália, Nova Zelândia e Holanda, além do Canadá, mencionados anteriormente, e o estado mexicano Nuevo León, participam ou participaram da pesquisa internacional sobre alfabetização e habilidades cognitivas da população adulta realizada pela OCDE (IALSS). Essa pesquisa permite obter informações mais aprofundadas com comparabilidade internacional sobre capacidade de leitura, escrita e operações matemáticas básicas da população de 16 a 65 anos de idade. Eliminar o analfabetismo funcional entre os jovens e o reduzir entre os adultos até 2030 faz parte da Meta 4.6 dos ODS. Nesse sentido, a taxa de analfabetismo funcional, isto é, a proporção de jovens e adultos que não atingiram o nível mínimo de proficiência em leitura, escrita e matemática é o indicador proposto para monitorar essa meta. A Meta 9<sup>44</sup> do PNE busca, de forma similar, reduzir o analfabetismo funcional em 50,0% e, para tanto, a estratégia 9.6 prevê a realização de uma avaliação que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade. Todavia, não foi desenvolvida uma escala padronizada internacionalmente para mensurar os níveis de alfabetização dos adultos.

Reduzir o analfabetismo computacional é o indicador proposto para monitorar a Meta 4.4 dos ODS, que busca elevar substancialmente o número de jovens e adultos com habilidades relevantes para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo. O Sindicato Internacional das Telecomunicações (International Telecommunications Union - ITU) coleta dados sobre o uso de tecnologias da informação anualmente por meio dos Institutos Nacionais de Estatística (National Statistical Office - NSO). Porém, apenas três países em desenvolvimento possuem dados sistemáticos sobre esse tema de acordo com a UNESCO. Portanto, um esforço de padronização e disseminação dessa pesquisa para outros países teria que ser realizada para gerar comparabilidade internacional.

Finalmente, na ausência de uma pesquisa longitudinal para investigar a trajetória escolar da população, perguntas retroativas sobre o histórico escolar podem ser importantes fontes de informação. A PPV 1996/1997 incluiu um histórico escolar que pergunta, para cada nível de escolaridade, a idade de início, o tempo de permanência e o tempo fora da escola. Outra pesquisa que incluiu perguntas retroativas foi o suplemento da PNAD 2006, na qual se investigou se o morador de 0 a 17 anos de idade frequentou escola ou creche no ano anterior ao da pesquisa e se ele foi aprovado na última série que frequentou nesse ano anterior. A pesquisa longitudinal mais antiga já realizada começou com uma coorte de 5 362 britânicos nascidos em 1946 e segue por mais de 70 anos acompanhando esse grupo de pessoas e seus descendentes

---

<sup>44</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o documento: PLANEJANDO a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. 63 p. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

(National Survey of Health and Development - NSHD)<sup>45</sup>. Além de a pesquisa investigar diversas informações sobre a saúde dos entrevistados, ela procurou entender como o ambiente familiar e o escolar afetaram o desempenho dos estudantes, possibilitando a divulgação de resultados pioneiros a respeito dos determinantes das desigualdades educacionais.

## Considerações finais

Os indicadores educacionais são essenciais para o conhecimento de um dos principais determinantes da condição de vida da população na medida em que a educação é imprescindível para a promoção da cidadania, inserção social e desenvolvimento pleno dos cidadãos. Por esses motivos, os institutos de estatística e os organismos internacionais procuram retratar comparativamente os diversos aspectos das características educacionais da população, desde a organização do sistema educacional até os determinantes e os efeitos da educação adquirida. Assim, são necessárias informações tanto daqueles que frequentam as instituições de ensino quanto dos que delas saíram, recorrendo-se a pesquisas domiciliares, censos escolares e demográficos, além de registros administrativos e pesquisas longitudinais.

A partir da análise apresentada é possível elencar alguns temas relevantes a respeito da realidade educacional da população brasileira, mas que não são usualmente tratados nas pesquisas do IBGE. A análise das experiências internacionais mostrou que o desenvolvimento infantil, o analfabetismo funcional e a transição da escola para o trabalho são temas investigados na maioria dos institutos de estatística selecionados. Os dois primeiros temas, juntamente com o analfabetismo computacional e qualificação profissional, fazem parte da agenda internacional estabelecida pelos ODS, que substituem os Objetivos do Milênio, até 2030, pautando alguns desafios para a produção nacional de estatísticas educacionais por meio de pesquisas domiciliares.

Em relação aos temas relevantes para o contexto brasileiro, destacou-se a importância de dados sobre os determinantes das desigualdades educacionais, como o nível educacional dos pais, e algumas características específicas do sistema educacional brasileiro que influem na trajetória escolar e que ainda não são abarcadas sistematicamente pelas pesquisas do IBGE, como os motivos para reprovação e abandono escolar, mazelas que ainda afetam parte significativa dos jovens brasileiros. Evidenciou-se também que pesquisas longitudinais concebidas para acompanhar os estudantes ao longo de sua trajetória escolar permitiriam que se tivesse acesso detalhado tanto aos determinantes do percurso escolar quanto aos de sua interrupção. Além disso, possibilitariam investigar o processo de transição da escola para o trabalho, evidenciando o impacto de distintos caminhos educacionais nas formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

---

<sup>45</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.nshd.mrc.ac.uk/nshd/about-nshd/>>. Acesso em: ago. 2016.

## Referências

ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F. H. G.; FRANCO, C. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 32, n. 3, p. 453-476, dez. 2002. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/download/139/74>>. Acesso em: ago. 2016.

ANNUAL survey of teachers in service and teacher vacancies. [London]: Department for Children, Schools and Families, 2009. Disponível em: <<https://data.gov.uk/dataset/england-618g-teacher-numbers-2009>>. Acesso em: ago. 2016.

ARAÚJO, A. P. (Coord.). *Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências - ABC, 2011. 246 p. (Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Nacional. Estudos estratégicos).

ASPECTOS complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 184 p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/xml/suplemento\\_pnad.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/xml/suplemento_pnad.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

ASPECTOS complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 324 p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazeres/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016.

BASE nacional comum curricular. 2. versão rev. 651 p. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: ago. 2016.

BOUTCHENIK, B. et al. Quantifier l'influence totale de la famille d'origine sur le devenir scolaire et professionnel des individus. *Économie et Statistique*, Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, n. 477, jul. 2015. Disponível em: <[http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg\\_id=0&ref\\_id=ECO477A](http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg_id=0&ref_id=ECO477A)>. Acesso em: ago. 2016.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964. 189 p. (Le sens commun). Disponível em: <[https://monoskop.org/images/e/e1/Bourdieu\\_Pierre\\_Passeron\\_Jean\\_Claude\\_Les\\_heritiers\\_Les\\_etudiants\\_et\\_la\\_culture\\_1966.pdf](https://monoskop.org/images/e/e1/Bourdieu_Pierre_Passeron_Jean_Claude_Les_heritiers_Les_etudiants_et_la_culture_1966.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

BOUDON, R. *L'inégalité des chances: la mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Paris: Armand Colin, 1973.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

*Diário Oficial da União*, Congresso Nacional, Brasília, DF, ano 146, n. 216, 12 nov. 2009. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 109, n. 253, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6377-6380. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: ago. 2016.

CHILDREN'S participation in cultural and leisure activities. [Canberra]: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2012. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lookup/4901.0Explanatory%20Notes1Apr%202012?OpenDocument>>. Acesso em: ago. 2016.

CUNHA, F.; HECKMAN, J. J. Investing in our young people. *NBER Working Paper Series*, Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research - NBER, 2010. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w16201>>. Acesso em: ago. 2016.

DUBET, F. *L'école des chances*. Paris: Seuil, 2004. 96 p.

\_\_\_\_\_. *Les places et les chances: repenser la justice sociale*. Paris: Seuil; La République des Idées, 2010. 128 p.

DUBET, F.; DURU-BELLAT, M.; VÉRÉTOUT, A. *Les sociétés et leur école: emprise du diplôme et cohésion sociale*. Paris: Seuil, 2010. 224 p.

EARLY years census 2016: guide, version 1.2. London: Department for Education, 2015. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/481323/Early\\_Years\\_Census\\_guide\\_2016\\_version\\_1\\_2.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/481323/Early_Years_Census_guide_2016_version_1_2.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

EDUCATION at a glance 2011: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2011. 493 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/school/educationataglance2011oecdindicators.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

EDUCATION indicators in Canadá: handbook for the report of the Pan- Canadian Education Indicators Program. Ottawa: Canadian Education Statistics Council, 2015. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/81-582-g/81-582-g2015003-eng.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

ENCUESTA nacional de adolescência y juventud: formulário com variables. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Base de datos*. Montevideo, 2013. Disponível em: <[http://www.ine.gub.uy/c/document\\_library/get\\_file?uuid=e4927a4d-399f-420c-adf5-ee44fe7f50bf&groupId=10181](http://www.ine.gub.uy/c/document_library/get_file?uuid=e4927a4d-399f-420c-adf5-ee44fe7f50bf&groupId=10181)>. Acesso em: ago. 2016.

ENCUESTA nacional de ocupación y empleo. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, [2016]. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/Proyectos/encuestas/hogares/regulares/enoe/Default.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

ENGLAND. *Childcare Act 2006*, 11th July 2006. An Act to make provision about the powers and duties of local authorities and other bodies in England in relation to the improvement of the well-being of young children [...]. [London]: The Stationery Office Limited, 2006. Chapter 21. Disponível em: <[http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2006/21/pdfs/ukpga\\_20060021\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2006/21/pdfs/ukpga_20060021_en.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

ERIKSON, R.; JONSSON, J. O. *Can education be equalized?: the Swedish case in comparative perspective*. Boulder, CO: Westview Press, 1996. 293 p. Disponível em: <<http://esr.oxfordjournals.org/content/13/3/326.full.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 28, n. 100, p. 989-1014, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1728100.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

FRESNEDA, B. Transição da escola para o trabalho e estratificação social. *Revista Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v. 2, n. 1/2, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/2383/1917>>. Acesso em: ago. 2016.

FRESNEDA, B.; SABOIA, A. L. *Uma contribuição para a produção de indicadores educacionais no IBGE: panorama nacional e experiências internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013. 42 p. (Textos para discussão, n. 47). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=286315>>. Acesso em: ago. 2016.

HIGHER education statistics for the United Kingdom. [London]: Higher Education Statistics Agency - HESA, 2014-2015. Disponível em: <<https://www.hesa.ac.uk/sfr192>>. Acesso em: ago. 2016.

HUMAN development report 2015: briefing note for countries on the 2015: Chile. New York: United Nations Development Programme - UNDP, [2015a]. 7 p. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr\\_theme/country-notes/CHL.pdf](http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/CHL.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

HUMAN development report 2015: work for human development. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2015b. 272 p. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015\\_human\\_development\\_report.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

INTERNATIONAL adult literacy and skills survey. [Ottawa]: Statistics Canada - StatCan, [2016]. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&id=15034>>. Acesso em: ago. 2016.

LABOR force survey. [Ottawa]: Statistical Canada - StatCan, [2016]. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/eng/survey/household/3701>>. Acesso em: ago. 2016.

MENEZES-FILHO, N. Educação e desigualdade. In: MENEZES-FILHO, N. A.; LISBOA, M. (Ed.). *Microeconomia e sociedade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.

MIZEN, P. *The changing state of youth*. Basingstoke: Palgrave, 2004. 232 p.

MÓDULO de educación, capacitación y empleo, 2009. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2009. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/encuestas/hogares/modulos/enece/enece2009/default.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2016. 18 p. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desensust/ODSportugues12fev2016.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desensust/ODSportugues12fev2016.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NATIONAL curriculum assessment. [London]: Standards & Testing Agency, [2016]. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/collections/national-curriculum-assessments-test-frameworks>>. Acesso em: ago. 2016.

NATIONAL graduates survey. [Ottawa]: Statistics Canada - StatCan, [2014]. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/eng/survey/business/5012>>. Acesso em: ago. 2016.

NATIONAL household survey. [Ottawa]: Statistical Canada - StatCan, 2011. Disponível em: <<https://www12.statcan.gc.ca/nhs-enm/2011/dp-pd/prof/help-aide/aboutdata-approposdonnees.cfm?Lang=E>>. Acesso em: ago. 2016.

NATIONAL longitudinal survey of children and youth. [Ottawa]: Statistics Canada - StatCan, [2016]. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4450&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: ago. 2016.

NATIONAL survey of health and development. [London]: University College London - UCL, [2016]. Disponível em: <<http://www.nshd.mrc.ac.uk/nshd/about-nshd/>>. Acesso em: ago. 2016.

OPPORTUNITIES lost: the impact of grade repetition and early school leaving. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Unesco, Institute for Statistics, 2012. 191 p. (Global Education Digest). Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/ged-2012-en.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

PAN-CANADIAN assesment program. Toronto: Council of Ministers of Education - CMEC, [2016]. Disponível em: <<http://www.cmec.ca/en/>>. Acesso em: ago. 2016.

PANORÁMICA de la población joven por condición de actividad. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, [2016]. Disponível em: <[http://www.inegi.org.mx/inegi/contenidos/investigacion/experimentales/pob\\_joven/presentacion.aspx](http://www.inegi.org.mx/inegi/contenidos/investigacion/experimentales/pob_joven/presentacion.aspx)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1967-. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016.

PISA 2009 results: overcoming social background: equity in learning opportunities and aoutcomes. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2009. v. 2. Disponível em: <<https://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisa2009keyfindings.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

PLANEJANDO a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. 63 p. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

POLÍTICAS SOCIAIS: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 19, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_19\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

POSTSECONDARY student information system. [Ottawa]: Statistics Canada - StatCan, [2016]. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=5017>>. Acesso em: ago. 2016.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n1/02.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados - IEA, v. 5, n. 12, p. 7-21, maio/ago. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200002)>. Acesso em: ago. 2016.

SCHOOL census. London: Department for Education, [2016]. Disponível em: <<https://data.gov.uk/dataset/school-census>>. Acesso em: ago. 2016.

SCHOOLS, pupils and their characteristics: January 2015. [London]: Department of Education, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/statistics/schools-pupils-and-their-characteristics-january-2015>>. Acesso em: ago. 2016.

SEABRA, T. Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - CIES, n. 59, p. 75-106, 2009. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10120/10123.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 43, n. 3, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001)>. Acesso em: ago. 2016.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 132 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 35). Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao\\_de\\_vida/indicadores\\_minimos/sintese\\_indic\\_sociais\\_2015/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_de_vida/indicadores_minimos/sintese_indic_sociais_2015/default.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

SOARES, J. F. Qualidade e equidade na educação básica brasileira: fatos e possibilidades. In: SCHWARTZMAN, S. M. C. (Ed.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 87-114. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/3equidade.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP, v. 29, n. 1, p. 147-165, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a11v29n1.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

SOARES, J. F.; ANDRADE, R. J. DE. O efeito da escola básica brasileira. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, v. 19, n. 41, p. 379-406, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eaef/arquivos/1456/1456.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

SOARES, J. F.; CANDIAN, J. O efeito da escola básica brasileira: as evidências do PISA e do SAEB. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, n. 4, 2007. Disponível em: <[http://www.fe.ufrj.br/artigos/n4/numero4-efeito\\_da\\_escola.pdf](http://www.fe.ufrj.br/artigos/n4/numero4-efeito_da_escola.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

SOARES, J. F.; MAROTTA, L. Desigualdades no sistema de ensino fundamental brasileiro. In: VELOSO, F. et al. (Org.). *Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 73-91.

STUDY of early education and development: baseline survey of families: research report. [London]: Department for Education, 2015. 97 p. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/444852/DFE-RR480\\_Study\\_of\\_early\\_education\\_and\\_development\\_survey\\_of\\_families.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/444852/DFE-RR480_Study_of_early_education_and_development_survey_of_families.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

SURE start children's centres statutory guidance: for local authorities, commissioners of local health services and Jobcentre Plus. [London]: Department for Education, 2013. 21 p. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/273768/childrens\\_centre\\_stat\\_guidance\\_april\\_2013.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/273768/childrens_centre_stat_guidance_april_2013.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

SURVEY of household spending. [Ottawa]: Statistics Canada - StatCan, [2016]. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDS=3508&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: ago. 2016.

SUSTAINABLE development: goals. New York: United Nations - UN, Department of Economic and Social Affairs - DASA, [2015]. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/topics/education>>. Acesso em: ago. 2016.

TERCERA encuesta nacional de adolescência y juventud: ENAJ 2013. 149 p. Montevideo: Instituto Nacional de la Juventud - INJU, 2015. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/encuesta-nacional-de-la-adolescencia-y-juventud-enaj-/>>. Acesso em: ago. 2016.

TUITION and living accommodation costs. [Ottawa]: Statistics Canada - StatCan, [2016]. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDS=3123>>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Statistics Division. *Principles and recommendations for population and housing censuses*. New York: United Nations - UN, 1998. (Statistical Papers, Series M, n. 67/rev. 1).

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Education indicators: technical guidelines*. Paris: Unesco, 2009. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/eiguide09-en.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Revised recommendation concerning the international standardization of educational statistics*. Paris: Unesco, 1978. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13136&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13136&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>. Acesso em: ago. 2016.

YOUNG persons behaviour and attitudes survey. Belfast: Northern Ireland Statistics and Research Agency - NISRA, [2011]. Disponível em: <[https://data.gov.uk/dataset/young\\_persons\\_behaviour\\_and\\_attitudes\\_survey](https://data.gov.uk/dataset/young_persons_behaviour_and_attitudes_survey)>. Acesso em: ago. 2016.

YOUTH cohort study and longitudinal study of young people: 2010. [London]: Department for Education, 2011. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/statistics/youth-cohort-study-and-longitudinal-study-of-young-people-in-england-the-activities-and-experiences-of-19-year-olds-2010>>. Acesso em: ago. 2016.

YOUTH in transition survey. [Ottawa]: Statistical Canada - StatCan, [2016]. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4435>>. Acesso em: ago. 2016.

YOUTH in transition survey - YITS: cycle 6. [Ottawa]: Statistical Canada - StatCan, [1999]. Disponível em: <[http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&Item\\_Id=75581&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2](http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&Item_Id=75581&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2)>. Acesso em: ago. 2016.

ZANTEN, A. V. Fabrication et effets de la ségrégation scolaire. In: PAUGAM, S. (Ed.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: La découverte, 2006.

# Indicadores de famílias

Cíntia Simões Agostinho\*

## Introdução

A família pode ser considerada como uma unidade básica na sociedade, que tem função fundamental na reprodução social de valores culturais, normas e costumes, além de ser relevante no bem-estar econômico e social de seus integrantes.

A definição e a análise da família são objetos de estudo da Sociologia, Antropologia, Psicologia, História, Demografia, entre outras vertentes (MAJOR..., 2003). Entretanto, não há uma definição uniforme e universalmente aceita de família como um conceito sociológico-antropológico, parte devido às diferenças na estrutura e na função da organização familiar nas várias partes do mundo e ao longo do tempo, e parte em razão da diversidade de abordagens dos estudiosos do tema (UNITED NATIONS, 1973).

Independentemente de qual abordagem teórica for analisada, a composição das unidades domésticas<sup>1</sup> e das famílias vem sendo alterada por mudanças demográficas, sociais e na legislação (MAJOR..., 2003). Entre as modificações demográficas, destacam-se o aumento da esperança de vida, em todas as idades, e o forte declínio da fecundidade. Assim, na população, nota-se a tendência a ter mais idosos e menos

---

\* Doutora em Demografia (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). Economista e Tecnologista de Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

<sup>1</sup> Neste capítulo, o termo unidade doméstica foi utilizado para traduzir os termos *household*, do inglês (UNITED NATIONS, 2015), e *hogar*, do espanhol (NACIONES UNIDAS, 2010). No Censo Demográfico 2010, o termo unidade doméstica foi usado como tradução (CENSO..., 2010a), mas em anos anteriores do Censo Demográfico e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a nomenclatura utilizada foi "domicílio" para designar as unidades domésticas. Entretanto, nestas pesquisas, o termo domicílio foi empregado para designar o local com finalidade de residência ou moradia (CENSO..., 1970, 1980c, 1990, 2000a, 2010b). Como se verá na seção **Recomendações internacionais**, deste capítulo, o conceito de unidade doméstica (pessoas que residem no domicílio) é diferente de domicílio (unidade habitacional), e por esta razão decidiu-se, neste capítulo, não utilizá-las como sinônimo ou de forma intercambiável.

crianças e adolescentes. O aprofundamento da modernização das relações sociais, a migração para áreas urbanas, o aumento da escolaridade e da inserção das mulheres no mundo do trabalho são fatores sociais que produzem alterações nos arranjos familiares. As atualizações na legislação sobre divórcio, separação, união estável e, mais recentemente, casamento entre pessoas do mesmo sexo<sup>2</sup> também exercem efeito sobre a formação das famílias.

A família é tema recorrente no debate político e se constitui como público alvo de políticas e programas sociais. Além disso, o estudo da família e de sua configuração está diretamente associado a diversas temáticas, como crianças; adolescentes; jovens; idosos; fecundidade/maternidade; migração; relações de gênero; pobreza; desigualdade; mercado de trabalho; e uso do tempo, entre outras.

Nesta revisão de metodologia e de indicadores sobre família, o foco recai em informações obtidas de pesquisas domiciliares. Apesar da existência de recomendações e indicadores sobre este tema em registros civis, em outros registros administrativos e em outras fontes, esta análise iria além da proposta deste capítulo.

Este trabalho conta com seis seções, considerando esta introdução. Na próxima seção são apresentadas recomendações internacionais sobre famílias para censos de população e habitação, a seguir é feito um levantamento da metodologia de pesquisas nacionais em relação ao tema e, na seção **Metodologia das pesquisas: experiência internacional** tem-se uma revisão da metodologia de pesquisa para algumas experiências internacionais. A seção **Principais indicadores: panorama nacional e experiência internacional** trata dos indicadores sobre família encontrados nos resultados das pesquisas analisadas e, por fim, são feitas as considerações finais apontando os desafios da agenda internacional para as estatísticas sobre as famílias.

## Recomendações internacionais

Na terceira revisão da publicação *Principles and recommendations for population and housing censuses* estão definidos alguns conceitos relevantes na temática da família, como unidade doméstica, família e núcleo familiar (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa).

De acordo com as Nações Unidas (United Nations - UN), a unidade doméstica pode ser: unipessoal, em que uma pessoa faz provisão de seu próprio alimento, ou de outros itens essenciais para a vida, sem juntar-se a outra pessoa para fazer parte de uma unidade doméstica multipessoal; ou multipessoal, em que um grupo de duas ou mais pessoas vivem juntas e fazem, em conjunto, provisão de alimento ou de outros itens essenciais para a vida (UNITED NATIONS, 2015). As pessoas que formam a unidade doméstica multipessoal podem reunir os seus recursos e ter um orçamento comum; podem ou não ter laços de parentesco entre si ou pode haver uma combinação de pessoas com e sem laços de parentesco. Este conceito de unidade doméstica baseia-se no conceito de economia doméstica<sup>3</sup> e não pressupõe que o

<sup>2</sup> Para uma revisão sobre a evolução da legislação sobre divórcio e separação no Brasil, consultar o capítulo *Divórcios* na publicação: ESTADÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2013. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 2014. 207 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registorocivil/2014/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016. Para uma revisão sobre a evolução da legislação sobre casamento, união estável e sobre união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo, consultar o capítulo *Casamentos*, da mesma publicação.

<sup>3</sup> Neste capítulo, o termo unidade doméstica foi utilizado para traduzir os termos *household*, do inglês (UNITED NATIONS, 2015), e *hogar*, do espanhol (NACIONES UNIDAS, 2010).

número de unidades domésticas seja o mesmo do número de domicílios<sup>4</sup> ocupados, ou seja, pode haver mais de uma unidade doméstica por domicílio ocupado. Alguns países utilizam conceito diferente, de unidade doméstica-domicílio<sup>5</sup>, em que todas as pessoas que vivem em um domicílio pertencem à mesma unidade doméstica. De acordo com este último conceito, há uma unidade doméstica por domicílio ocupado.

A família (*family*)<sup>6</sup>, dentro da unidade doméstica, é definida como os integrantes da unidade doméstica ligados por laços de parentesco, em grau específico, através do sangue, adoção ou casamento. O grau da relação de parentesco utilizado para determinar os limites da família, nesse sentido, depende dos objetivos da análise e, por isso, não pode ser estabelecido de forma igual em todos os casos. Na prática, a maioria das unidades domésticas é composta por uma única família, mas não se deve assumir que esta identidade sempre exista (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa).

Pelas definições de unidade doméstica e de família, de acordo com as Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015), fica claro que esses conceitos são diferentes e não podem ser intercambiáveis no mesmo censo. As diferenças entre famílias e unidades domésticas são: a) a unidade doméstica pode ser constituída por uma pessoa, mas a família deve conter ao menos dois integrantes; e b) os integrantes de uma unidade doméstica multipessoal não precisam ter laços de parentesco entre si, enquanto os integrantes da família devem sempre estar ligados por laços de parentesco.

A unidade doméstica (*household*) pode ser formada por mais de uma família; ou uma ou mais famílias, junto com uma ou mais pessoas não ligadas por laços de parentesco; ou pode constituir-se totalmente de pessoas não ligadas por laços de parentesco. Uma família, tipicamente considerada, não compreende mais do que uma unidade doméstica<sup>7</sup>. É recomendado que a unidade doméstica seja usada como a unidade de enumeração e que a família seja somente um tópico derivado. A definição do local de residência habitual é recomendada como base para atribuir pessoas à unidade doméstica que elas residem normalmente.

Um tema colocado como básico no levantamento do censo é a variável Relação com a pessoa de referência da unidade doméstica (*Household reference person*) (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa). Na enumeração dos integrantes da unidade doméstica é útil identificar primeiro a pessoa de referência da unidade doméstica e só então listar os demais integrantes da unidade doméstica, de acordo com sua relação com a pessoa de referência. Países podem usar o termo que consideram mais apropriado para identificar esta pessoa (pessoa de referência da unidade doméstica - *household reference person*; pessoa responsável da unidade doméstica - *head of household*; e pessoa proprietária ou que aluga a residência em que vivem - *householder*, entre outros),<sup>8</sup> desde que a pessoa assim identificada seja utilizada unicamente para determinar as relações entre integrantes da unidade doméstica. Com relação à seleção da pessoa de referência da unidade doméstica, é

<sup>4</sup> Neste capítulo, o termo domicílios foi utilizado para traduzir os termos *housing unit*, do inglês (UNITED NATIONS, 2015), e *unidad de habitacion*, do espanhol (NACIONES UNIDAS, 2010).

<sup>5</sup> Neste capítulo, o termo unidade doméstica-domicílio foi utilizado para traduzir os termos *household dwelling*, do inglês (UNITED NATIONS, 2015), e *hogar-domicilio* ou *domicilio*, do espanhol (NACIONES UNIDAS, 2010).

<sup>6</sup> O termo família pode ser empregado em outras pesquisas, com outras definições, como na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, do IBGE. Neste capítulo, o entendimento para o termo família é dado pela definição das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015).

<sup>7</sup> Dada a existência de famílias poligâmicas em alguns países, assim como a custódia compartilhada de filhos e acordos de suporte em outros países, sugere-se que os países individualmente decidam a melhor forma de obter e disseminar dados sobre famílias (UNITED NATIONS, 2015).

<sup>8</sup> Na versão em espanhol, as opções de denominações para a pessoa de referência na unidade doméstica são as seguintes: *jefe del hogar*, *cabeza del hogar* ou *persona de referencia del hogar* (NACIONES UNIDAS, 2010).

importante especificar o critério para escolha da pessoa que pode descrever melhor as relações entre os integrantes da unidade doméstica, especialmente em casos de poligamia, ou de unidades domésticas com mais de uma família ou de outros tipos de unidades domésticas, como as compostas somente por irmãos sem pais presentes ou aquelas compostas totalmente por pessoas sem laços de parentesco (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa).

O conceito tradicional de responsável pela unidade doméstica (*head of household*) pressupõe que a maioria das unidades domésticas seja formada por unidades domésticas com família (em outras palavras, que as unidades domésticas se constituem totalmente de pessoas ligadas por laços de sangue, casamento ou adoção, com presença, eventualmente, de empregados domésticos) e que uma pessoa nesta unidade doméstica familiar tenha autoridade e responsabilidade na unidade doméstica e seja, na maioria dos casos, o principal responsável pelo suporte econômico. Essa pessoa é, então, designada como pessoa responsável pela unidade doméstica. No entanto, quando os dois integrantes de um casal se consideram como iguais em autoridade e responsabilidade na unidade doméstica, podendo também compartilhar o suporte econômico da unidade doméstica, o conceito tradicional de responsável pela família não é mais considerado válido, mesmo nas unidades domésticas familiares. Para estabelecer a relação entre os integrantes da unidade doméstica nessas circunstâncias, é essencial que: a) ou os integrantes da unidade doméstica designem um entre eles como pessoa de referência, sem implicação sobre responsabilidade na unidade doméstica; b) ou alguma provisão seja feita para designar responsabilidade conjunta, se assim for desejado. Mesmo nos vários países onde o conceito tradicional de responsável pela unidade doméstica ainda seja relevante, é importante reconhecer que os procedimentos seguidos para a aplicação do conceito podem distorcer a verdadeira situação, especialmente em relação à responsabilidade feminina na unidade doméstica (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa).

Desta forma, algumas orientações sobre a seleção da pessoa de referência são colocadas visando estabelecer relações de parentesco explícitas: a) ou o cônjuge ou a cônjuge de um casal unido legalmente que vive na unidade doméstica (de preferência da geração do meio em uma unidade doméstica de várias gerações); b) qualquer um dos parceiros de um casal em união consensual que vive na unidade doméstica onde não há casal unido legalmente presente (quando aplicável); c) progenitor (pai ou mãe), quando somente um dos pais vive com seus filhos ou filhas de qualquer idade<sup>9</sup>; ou d) se nenhuma das condições acima se aplicam, qualquer membro adulto da unidade doméstica pode ser selecionado. Nota-se que essas categorias não são nem exauríveis nem mutuamente excludentes (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa).

Após a identificação da pessoa de referência da unidade doméstica, cada um dos integrantes restantes da unidade doméstica deve ser identificado em relação a esta pessoa, conforme o caso, nas categorias seguintes: a) cônjuge (*spouse*); b) parceiro(a) em união consensual (parceiro(a) de coabitação), quando aplicável; c) filho(a); d) cônjuge do(a) filho(a); e) neto(a) ou bisneto(a); f) pais (ou pais do cônjuge); g) outros parentes; h) empregado doméstico; ou i) outra pessoa sem parentesco com a pessoa de referência. Caso a classificação seja considerada muito detalhada para

<sup>9</sup> Em português, os termos monoparental com filho ou pessoa de referência (ou chefe, ou pessoa responsável) sem cônjuge ou companheiro(a) com filho(a), também são utilizados para identificar esta categoria. O termo progenitor foi utilizado neste capítulo por referir-se ao pai ou à mãe. Algumas variações podem ser encontradas neste capítulo: progenitor (vivia) (residindo) sem cônjuge (ou sem companheiro) e com filho ou progenitor com filho.

o êxito da coleta das informações, as categorias f e g podem ser consolidadas como "outro parente"; e h e i podem ser consolidadas como "outra pessoa sem parentesco"<sup>10</sup> (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa).

A composição da unidade doméstica e da família é outro tópico tratado nas recomendações das Nações Unidas e pode ser examinada a partir de diferentes pontos de vista, mas para fins censitários recomenda-se que o aspecto primário considerado deva ser o de núcleo familiar (UNITED NATIONS, 2015). Um núcleo familiar pode ser de um dos seguintes tipos (cada um dos núcleos familiares deve ser constituído por pessoas que vivem na mesma unidade doméstica): a) um casal unido legalmente sem filhos; b) um casal unido legalmente com um ou mais filhos solteiros; c) um pai com um ou mais filhos solteiros; e d) uma mãe com um ou mais filhos solteiros<sup>11</sup>. Casais que vivem em união consensual podem, quando for considerado apropriado, ser considerados como constituindo um núcleo familiar.

O núcleo familiar é identificado a partir das respostas à pergunta sobre a relação com a pessoa de referência da unidade doméstica, complementada, se necessário, com informações sobre o nome e o estado civil. A identificação dos filhos e sua mãe (e pai) e a ordem em que as pessoas são listadas no questionário pode ser de ajuda adicional a este respeito. Para fins de recenseamento, um filho é qualquer indivíduo não casado, independentemente da idade, que vive com seu(s) pai(s) e não tem filhos na mesma unidade doméstica. Por conseqüência, a definição de filho é primariamente uma função da relação do indivíduo com outros integrantes da unidade doméstica, independentemente da idade.

O núcleo familiar não inclui todos os tipos de família, como irmãos ou irmãs que vivem juntos sem seus filhos ou pais, ou uma tia que vive com uma sobrinha que não tenha filho. Exclui também o caso de uma pessoa com laço de parentesco vivendo com um núcleo familiar, tal como definido acima, por exemplo, uma mãe viúva vivendo com seu filho casado e a família dele. A abordagem de núcleo familiar, portanto, não fornece informação sobre todos os tipos de famílias, nem sobre todos os integrantes da unidade doméstica. Os países podem expandir o estudo de famílias para além do definido como núcleo familiar, de acordo com seus próprios interesses.

As unidades domésticas devem ser classificadas por tipo, de acordo com o número de núcleos familiares que elas contêm e a relação, se houver, entre os núcleos familiares e os outros integrantes da unidade doméstica. A classificação das unidades domésticas, por tipo, segundo as Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa), encontra-se no **Anexo 1**, no final deste capítulo. Nas tabulações do censo, todos os países deveriam, ao menos, distinguir entre unidades domésticas unipessoais, nucleares, estendidas e compostas (UNITED NATIONS, 2015).

As pessoas podem ser classificadas pelo seu *status* na unidade doméstica ou na família. A classificação das pessoas, por *status* na unidade doméstica e *status*

<sup>10</sup> Para estimar a fecundidade pelo método filhos próprios, a mãe natural de cada criança com menos de 15 anos de idade deve ser identificada, se ela estiver na mesma unidade doméstica que seu filho. Uma maneira de fazer isso é identificar o número da linha da mãe ao lado da criança, se ambos estão vivendo no mesmo domicílio. Alguns países podem complementar as informações de parentesco com a pessoa de referência da unidade doméstica com informações sobre as relações diretas entre os integrantes da família, por exemplo, relacionando uma criança a seus pais, mesmo quando nenhum de seus pais seja a pessoa de referência da unidade doméstica.

<sup>11</sup> O conceito de núcleo familiar limita as relações entre crianças e adultos às relações diretas (primeiro grau), ou seja, entre pais e filhos. Em alguns países, a quantidade de unidades domésticas que pulam uma geração, ou seja, unidades domésticas constituídas por avós e um ou mais netos com nenhum pai dos netos presente, é considerável, sendo recomendado incluir este tipo de unidade doméstica no conceito de núcleo familiar.

na família, segundo as Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa), encontra-se no **Anexo 2**. Embora o *status* em si seja baseado em informações derivadas de respostas para o item sobre a relação com o responsável e de outros itens, a classificação das pessoas por seu *status* na unidade doméstica ou na família é uma abordagem diferente da tradicional, que classifica os integrantes da unidade doméstica apenas de acordo com sua relação com a pessoa de referência. Por exemplo, na abordagem tradicional, dada pela variável relação com a pessoa de referência, a pessoa seria classificada simplesmente como filho(a) da pessoa de referência. Na classificação pelo *status* na unidade doméstica, esta mesma pessoa seria classificada em “pessoa em uma unidade doméstica com pelo menos um núcleo familiar”, em uma das seguintes categorias: a) filho(a) vivendo com ambos os pais; b) filho(a) vivendo com a mãe sozinha; e c) filho(a) vivendo com o pai sozinho. Desta maneira, a classificação pelo *status* na unidade doméstica ou na família<sup>12</sup>, propõe categorias mais detalhadas que permitem analisar a inserção da pessoa na família ou na unidade doméstica, e não somente sua relação com a pessoa de referência.

As tabelas básicas recomendadas para tratar das características das unidades domésticas e das famílias são: a) pessoas em unidades domésticas, por relação com a pessoa de referência da unidade doméstica, estado civil e sexo; e pessoas em instituições<sup>13</sup>; b) pessoa de referência da unidade doméstica, por idade e sexo, e outros integrantes da unidade doméstica, por idade e relação com a pessoa de referência; e c) unidades domésticas, pessoas em unidades domésticas e número de núcleos familiares, por tamanho da unidade doméstica (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa).

Com as mudanças no padrão de formação, dissolução e reconstituição de famílias, foi divulgada uma publicação das Nações Unidas sobre conceitos e indicadores para mensurar novas formas de famílias, unidades domésticas e arranjos de vida<sup>14</sup> (UNITED NATIONS, 2011). Em *Measurement of different emerging forms of households and families* foram tratados os seguintes tópicos: a) famílias reconstituídas; b) deslocadores entre unidades domésticas (*commuters between households*); c) juntos, mas vivendo em separado (*living apart together*); d) casais de mesmo sexo; e) vivendo separados, mas em rede (*living apart but within a network*) (UNITED NATIONS, 2011, tradução nossa). Apesar de não ser objetivo deste capítulo aprofundar nos conceitos, na metodologia de coleta de dados e nos indicadores relacionados a estes tópicos, é importante mencionar a definição de cada um deles, uma vez que alguns destes temas já estão se tornando comuns nas pesquisas domiciliares (Quadro 1).

<sup>12</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o **Anexo** deste capítulo.

<sup>13</sup> As pessoas em instituições são pessoas que vivem em instituições e não são integrantes de uma unidade doméstica. Esse grupo constitui a população institucionalizada, que também é investigada no censo populacional (UNITED NATIONS, 2015).

<sup>14</sup> O termo arranjo de vida foi traduzido de *living arrangement*.

**Quadro 1 - Tópicos sobre novas formas de família, unidade doméstica e arranjo de vida**

Tópico	Definição
Família reconstituída	Consiste em um casal casado ou coabitando, ou casal (casado) de pessoas de mesmo sexo, com um ou mais filhos, em que ao menos um filho não seja filho de ambos parceiros, ou seja, seja filho somente de um dos parceiros. Casal reconstituído consiste em um casal casado ou coabitando, ou casal (casado) de pessoas de mesmo sexo, com ou sem filhos coabitando, em que ao menos um dos parceiros já tenha sido casado ou vivido em um relacionamento registrado anteriormente.
Deslocadores entre unidades domésticas	São indivíduos que dividem seu tempo entre dois lares, ou seja, pessoas que regularmente vivem em local diferente do seu local de residência usual por um período limitado de tempo (por exemplo, dois ou mais dias na semana, ou durante o período de aulas na universidade, etc).
Juntos mas vivendo em separado	São relacionamentos caracterizados por parceiros que mantêm relação íntima, vivem em duas unidades domésticas separadas e não têm uma unidade doméstica que compartilham juntos. Pessoas que vivem juntas, mas separadas, não representam um novo tipo de família, mas são reconhecidas como um arranjo de vida diferenciado, que está além da fase inicial de namoro associada ao processo de comprometimento do casal.
Casais do mesmo sexo	Consiste em parceiros de mesmo sexo que coabitam ou têm união registrada legalmente.
Vivendo separados, mas em rede	Consiste nos relacionamentos de ajuda e solidariedade (pessoas que o respondente tem afinidade - proximidade emocional - contatos sociais - com parentes, amigos - assistência instrumental e financeira e suporte/ajuda não remunerada) que uma pessoa/unidade doméstica mantém com outra pessoa/unidade doméstica que vive em domicílio separado.

Fonte: Elaborado pela autora com base em United Nations. Economic Commission for Europe. Measurement of emerging forms of families and households. New York; Geneve: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. Disponível em: <[http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/Families\\_and\\_Households\\_FINAL.pdf](http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/Families_and_Households_FINAL.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

Nota: O termo arranjo de vida foi traduzido de *living arrangement*.

## Metodologia das pesquisas: Brasil

A forma como os indicadores sobre famílias são apresentados varia entre os países e entre as pesquisas. Por este motivo, considerou-se relevante fazer uma revisão das metodologias de pesquisa, com foco em aspectos relacionados à composição das unidades domésticas e/ou das famílias e/ou dos núcleos familiares. Nesta seção foram analisadas informações sobre as metodologias das pesquisas, com foco nos seguintes tópicos em cada país e/ou pesquisa:

- verificar se o número de unidades domésticas é igual ao de domicílios (conceito unidade doméstica-domicílio) ou se pode haver mais de uma unidade doméstica por domicílio (conceito de economia doméstica);
- verificar se há diferença de definição para unidade doméstica e família;
- terminologia, definição e critério de seleção da pessoa de referência; e
- forma de coleta da informação sobre relação com a pessoa de referência (lista de categorias pré-determinadas, matriz parcial - relação de parentesco para determinados integrantes, matriz total - relação de parentesco para todos os integrantes).

O levantamento sobre as metodologias de pesquisas domiciliares na temática das unidades domésticas e família foi feito para o Brasil, utilizando o histórico dos censos demográficos de 1960 a 2010; o histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 1967 em diante e a PNAD Contínua, a partir de 2012, todos realizados pelo IBGE. Os pontos de análise identificados nos itens acima estão sistematizados no Quadro 2, para Censo Demográfico 1991 até o Censo Demográfico 2010, PNAD e PNAD Contínua.

## Brasil: censos demográficos de 1960 a 2010

No Brasil, o termo unidade doméstica foi utilizado somente no Censo Demográfico 2010, na divulgação de resultados (CENSO..., 2010a), não aparecendo na metodologia de coleta de dados (CENSO..., 2010b). Entretanto, na metodologia dos censos demográficos de 1960 a 2010, para definição e identificação do domicílio eram utilizados os critérios de separação<sup>15</sup> e independência<sup>16</sup>, que precisavam ocorrer simultaneamente<sup>17</sup> (CENSO..., 1980c, 1990, 2000a, 2010b). Deste modo, apesar do conceito de domicílio se referir ao local de moradia e não aos moradores, nos anos de 1991, 2000 e 2010, ao incluir no critério de separação do domicílio a parte sobre arcar total ou parcialmente com despesas de alimentação ou moradia, assim como definido pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015) para unidade doméstica (*household*), a definição de domicílio se aproxima ao conceito de unidade doméstica. Assim, nestas pesquisas considerou-se que havia uma unidade doméstica residente por domicílio ocupado. O conceito de família, a terminologia para a pessoa de referência e o quesito sobre relação com a pessoa de referência variaram mais ao longo dos anos e são descritos a seguir.

No Censo Demográfico 1960, o conceito de família censitária correspondia ao conjunto de pessoas moradoras em um domicílio, seja particular ou coletivo. O vínculo de convivência entre os moradores definia a formação de um grupo familiar ou de um grupo convivente. O grupo familiar era o conjunto de pessoas que, em virtude de parentesco, adoção, ou, simples dependência, viviam em domicílio comum, sob a direção ou proteção de um chefe, dono ou locatário de toda a habitação ou apenas de parte da mesma, como também a pessoa que vivia só, em domicílio independente. O conceito de grupo convivente foi usado para caracterizar o morador em domicílio coletivo. Havia a possibilidade de enumerar, no mesmo domicílio particular, dois ou três grupos familiares, sem relação de parentesco entre si, sendo denominado grupo familiar convivente, utilizando um formulário para cada grupo (CENSO..., 1960). A identificação da família era feita no momento da coleta dos dados. A definição para o chefe da família era pessoa responsável pelo domicílio. O parentesco ou a relação com o chefe da família era determinado para cada morador, por meio de pergunta com nove categorias de respostas codificadas (CENSO..., 1960, 1960a, 1960b).

No Censo Demográfico 1970 foi utilizado o conceito de família para designar: o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que morassem no mesmo domicílio; a pessoa que morasse sozinha num domicílio particular; e o conjunto de, no máximo, cinco pessoas que morassem num domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica. Havia a possibilidade de enumerar, no mesmo domicílio particular, as famílias conviventes, formadas por no mínimo duas pessoas e classificadas como principal, parente e não parente (CENSO..., 1970). A identificação da família era feita

<sup>15</sup> O critério de separação era atendido quando o local de habitação era limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo que as pessoas que nele habitassem se isolassem das demais para dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente (CENSO..., 1980c), arcando total ou parcialmente com suas despesas de alimentação ou moradia (CENSO..., 1990, 2000a, 2010b).

<sup>16</sup> O critério de independência era atendido quando o local de habitação tinha acesso direto que permitisse aos seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas (CENSO..., 1980c, 1990, 2000a, 2010b).

<sup>17</sup> Nos Censos Demográficos 1960 e 1970 houve menção somente ao critério de independência na definição do domicílio (CENSO..., 1960, 1970).

no momento da coleta dos dados. A definição para o chefe da família era pessoa responsável pelo domicílio. O parentesco ou a relação com o chefe da família era determinado para cada morador, por meio de pergunta com 12 categorias de respostas codificadas (CENSO..., 1970, 1970a, 1970b).

No Censo Demográfico 1980 foi utilizado o mesmo conceito de família empregado no Censo Demográfico 1970, assim como o conceito de famílias conviventes. A identificação da família era feita no momento da coleta dos dados. A mudança no Censo Demográfico 1980 foi a introdução do conceito de chefe do domicílio e a possibilidade de estabelecer o parentesco ou relação com o chefe do domicílio (havia somente um por domicílio, e era escolhido entre os chefes das famílias) e com o chefe da família (havia uma pessoa designada como chefe em cada família, podendo haver mais de um chefe de família – assim como mais de uma família, no mesmo domicílio). A condição de chefe, no domicílio ou na família, era definida como a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família. O parentesco ou relação com o chefe, do domicílio ou da família, era determinado por meio de pergunta com 14 categorias de respostas codificadas (CENSO..., 1980a, 1980b, 1980c).

O conceito de família, no Censo Demográfico 1991, considerava o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que morassem no mesmo domicílio; a pessoa que morasse sozinha num domicílio particular; e o conjunto de, no máximo, cinco pessoas que morassem num domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica. Novamente houve a possibilidade de enumerar, no mesmo domicílio particular, as famílias conviventes, formadas por no mínimo duas pessoas cada uma e as famílias eram classificadas como única (no caso de não haver família convivente) ou convivente (1ª; 2ª; 3ª; 4ª; e 5ª) (CENSO..., 1991a). A identificação da família era feita no momento da coleta dos dados. A definição para o chefe, da família ou do domicílio, era a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família; e o parentesco ou a relação com o chefe, da família ou do domicílio, era determinado para cada morador, por meio de pergunta com 16 categorias de respostas codificadas (CENSO..., 1990, 1991b, 1991c).

No Censo Demográfico 2000, o conceito de família considerava a pessoa que morasse sozinha; o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica; as pessoas ligadas por normas de convivência morando no mesmo domicílio particular; e as pessoas que tivessem laços de parentesco ou dependência doméstica morando em domicílio coletivo. Novamente houve a possibilidade de enumerar, no mesmo domicílio particular, as famílias conviventes, formadas por parentes com suas respectivas famílias ou pessoas não aparentadas com suas respectivas famílias (CENSO..., 2000a). A identificação da família era feita no momento da coleta dos dados. Houve alteração da denominação de chefe para pessoa responsável, na família ou no domicílio, designando a pessoa (homem ou mulher), responsável pelo domicílio ou pela família ou que assim fosse considerada pelos demais moradores. A relação com a pessoa responsável, pela família ou pelo domicílio, era determinada para cada morador, por meio de pergunta com 12 categorias de respostas codificadas (CENSO..., 2000a, 2000b, 2000c).

O Censo Demográfico 2010 apresentou diferenças importantes nos quesitos sobre famílias e como elas foram identificadas (CENSO..., 2010b, 2010c, 2000d). Tais mudanças vieram alinhadas com as recomendações das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015)<sup>18</sup>. Considerou-se como unidade doméstica, residente em domicílio particular<sup>19</sup>, a pessoa que morava sozinha; ou o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica. A unidade doméstica podia apresentar uma família única ou também podia ter famílias conviventes. A identificação da família, e também das famílias conviventes, foi realizada no processamento dos dados, por meio do cruzamento de informações disponíveis no questionário da amostra<sup>20</sup> (lista de moradores; sexo; relação com pessoa responsável no domicílio; pergunta sobre mãe viva e se esta residia no domicílio; pergunta para a mulher se vivia em companhia de cônjuge ou companheiro(a); e identificação do cônjuge ou companheiro(a) residente no domicílio) (SABOIA; COBO; MATOS, 2012). Foi possível também indicar se a responsabilidade do domicílio era de apenas um morador ou de mais de um morador. A definição para a pessoa responsável pelo domicílio era a pessoa (homem ou mulher), de 10 anos ou mais de idade, reconhecida pelos moradores como responsável pela unidade domiciliar; e, para cada morador era determinada a relação com a pessoa responsável pelo domicílio por meio de pergunta com 20 categorias de respostas codificadas<sup>21</sup> (CENSO..., 2010c, 2010d). Desta forma, não foi mais identificado, nem na etapa de coleta dos dados nem na etapa de processamento dos dados, o responsável pela família convivente que vivia com a família principal na unidade doméstica. Outros avanços na metodologia para estudo das famílias foram: identificação de casal do mesmo sexo, vivendo na mesma unidade doméstica, desde que um deles fosse identificado como a pessoa responsável; possibilidade de indicação da responsabilidade compartilhada; e identificação de família reconstituída. Uma limitação na identificação das famílias conviventes foi a ausência da pergunta sobre pai residindo no domicílio, que impossibilitou a identificação de núcleo familiar convivente formado por progenitor sem cônjuge e com filho, e também pergunta para o homem sobre identificação do cônjuge ou companheiro(a) residente no domicílio, que impossibilitou a identificação de casais de mesmo sexo como núcleo familiar convivente.

<sup>18</sup> A versão mais recente de *Principles and recommendations for population and housing censuses* (UNITED NATIONS, 2015) apresentou pouca mudança na temática de família. Na versão mais recente da publicação, houve o acréscimo de um parágrafo (4.135), referente à seleção da pessoa de referência, à seção Características da unidade doméstica e da família (*Household and family characteristics*).

<sup>19</sup> Foi coletada também informação sobre o grupo familiar em domicílio coletivo, que era o conjunto de pessoas que se relacionavam por laços de parentesco, residindo em uma ou mais unidades do domicílio coletivo.

<sup>20</sup> Não foi possível identificar se haviam famílias conviventes nos resultados do universo. Os indicadores construídos com dados do universo referiam-se a informações por domicílios particulares permanentes.

<sup>21</sup> As categorias utilizadas na variável Relação com responsável, no Censo Demográfico 2010, foram: 1 - Pessoa responsável pelo domicílio; 2 - Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente; 3 - Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo; 4 - Filho(a) do responsável e do cônjuge; 5 - Filho(a) somente do responsável; 6 - Enteado(a); 7 - Genro ou nora; 8 - Pai, mãe, padrasto ou madrastra; 9 - Sogro(a); 10 - Neto(a); 11 - Bisneto(a); 12 - Irmão ou irmã; 13 - Avô ou avó; 14 - Outro parente; 15 - Agregado(a); 16 - Convivente; 17 - Pensionista; 18 - Empregado(a) doméstico(a); 19 - Parente do(a) empregado(a) doméstico(a); e 20 - Individual em domicílio coletivo (CENSO..., 2010c, 2010d).

## Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1967 em diante

Na PNAD, o conceito de unidade doméstica como colocado pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015) nunca foi utilizado na metodologia de coleta de dados ou na divulgação de resultados da pesquisa. Entretanto, assim como mencionado acima, para o Censo Demográfico, na metodologia da PNAD a partir do ano de 1981, para definição e identificação do domicílio foram utilizados os critérios de separação<sup>22</sup> e independência<sup>23</sup>, que precisavam ocorrer simultaneamente<sup>24</sup> (PESQUISA..., 2014). Deste modo, apesar do conceito de domicílio se referir ao local de moradia e não aos moradores, a partir de 1981, ao incluir no critério de separação do domicílio a parte sobre arcar total ou parcialmente com despesas de alimentação ou moradia, assim como definido pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015) para unidade doméstica (*household*), a definição de domicílio se aproxima ao conceito de unidade doméstica. Assim, nestas pesquisas considerou-se que havia uma unidade doméstica residente por domicílio ocupado.

O levantamento histórico sobre a PNAD mostrou que o questionário não se alterou de forma significativa na parte sobre famílias. O conceito de família considerava a pessoa que morasse sozinha na unidade domiciliar; ou o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, morando na mesma unidade domiciliar. Até 1976, era captada somente a relação dos moradores do domicílio com o chefe (do domicílio). A partir de 1977, foi inserida a possibilidade de indicar a condição da pessoa em relação ao chefe do domicílio e ao chefe da família. As opções de resposta para os quesitos sobre condição no domicílio e na família variaram e, em 1981, passou a vigorar as oito categorias que estão disponíveis atualmente (PESQUISA..., 2016)<sup>25</sup>. Até 1990, era identificado o chefe do domicílio ou da família, a partir de 1992 a denominação foi alterada para pessoa de referência, sem haver mudança da definição, que correspondia ao morador (homem ou mulher) responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim for considerado pelas demais pessoas residentes. Também a partir de 1992 foi possível identificar a mãe que residia no mesmo domicílio<sup>26</sup>. Deste modo, nesta pesquisa, a identificação da família sempre se deu no momento da coleta das informações em campo.

<sup>22</sup> O critério de separação era atendido quando o local de habitação era limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo que as pessoas que nele habitassem se isolassem das demais, e que a pessoa ou o grupo de pessoas que nele habita arquem com parte ou com todas as suas despesas de alimentação ou moradia (PESQUISA..., 1981).

<sup>23</sup> O critério de independência era atendido quando o local de habitação tinha acesso direto que permitisse aos seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de habitação de outras pessoas (PESQUISA..., 1981).

<sup>24</sup> Até a PNAD 1979 houve menção somente ao critério de independência na definição do domicílio (PESQUISA..., 1967-).

<sup>25</sup> As categorias vigentes da variável condição na unidade domiciliar ou na família são: 1 - Pessoa de referência; 2 - Cônjuge; 3 - Filho; 4 - Outro parente; 5 - Agregado; 6 - Pensionista; 7 - Empregado doméstico; e 8 - Parente do empregado doméstico (PESQUISA..., 2016).

<sup>26</sup> Os instrumentos de coleta e manuais do entrevistador referentes à PNAD podem ser acessados no portal do IBGE na Internet, na aba *População*, disponível no endereço: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>; ou na página da Biblioteca do IBGE na Internet, disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>.

## Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2012 em diante

A PNAD Contínua foi implementada em Território Nacional a partir de janeiro de 2012. Nesta pesquisa, o conceito de unidade doméstica como colocado pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015) também não foi utilizado na metodologia de coleta de dados ou na divulgação de resultados da pesquisa. Apesar de também apresentar na definição e identificação do domicílio os critérios de separação<sup>27</sup> e independência<sup>28</sup>, que precisavam ocorrer simultaneamente (PESQUISA..., 2014), a definição de domicílio diferiu do conceito utilizado nas pesquisas anteriores (Censo Demográfico, a partir de 1991, e PNAD, a partir de 1981), não incluindo no critério de separação a parte sobre a pessoa ou grupo de pessoas que arcassem com parte ou com todas as suas despesas de alimentação ou moradia. Deste modo, para comparação entre os resultados destas pesquisas na parte sobre unidades domésticas, famílias e núcleos familiares, é preciso levar em consideração essa diferença metodológica.

O questionário da PNAD Contínua possui quesitos relacionados à temática da família. Uma vez que ainda não houve uma publicação com foco na família e unidades domésticas, não foi encontrada definição para esses termos. Nesta pesquisa há quesito sobre a responsabilidade pelo domicílio ser de apenas um morador ou de mais de um morador. Quando a resposta foi que havia apenas um morador responsável pelo domicílio, foi feita pergunta sobre o principal motivo para escolha desta pessoa como responsável pelo domicílio, com 11 categorias de respostas. No caso de haver mais de uma pessoa responsável, devia ser escolhida uma pessoa, dentre as pessoas consideradas responsáveis pelo domicílio, para iniciar a lista de moradores no domicílio e definir as relações de parentesco com a pessoa responsável pelo domicílio, variável que tinha 19 categorias de respostas (PNAD..., 2016). Neste instrumento de coleta os quesitos eram limitados para se identificar famílias ou núcleos familiares conviventes em uma mesma unidade doméstica. Encontra-se em fase de planejamento o bloco temático específico sobre família e nupcialidade.

---

<sup>27</sup> O critério de separação era atendido quando o local de moradia era limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo que as pessoas que nele habitassem se isolassem das outras pessoas da comunidade e se protegessem das condições climáticas e do meio ambiente (PESQUISA..., 2014).

<sup>28</sup> O critério de independência era atendido quando o local de moradia tinha acesso direto que permitisse aos seus moradores entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Ou seja, o local de habitação deveria ter acesso direto para a via pública ou para terreno, galeria, corredor, passagem, saguão etc., público ou comunitário (PESQUISA..., 2014).

**Quadro 2 - Características da metodologia sobre unidades domésticas e famílias em pesquisas domiciliares, por países selecionados**

(continua)

Relação entre número de unidades domésticas por domicílio	Identificação unidade doméstica/ <i>household/hogar</i>	Identificação família/ <i>family/familia</i>	Pessoa de referência			Variáveis complementares		
			Nomenclatura	Definição pessoa de referência	Relação com pessoa de referência ou indicação de matriz de parentesco	Pergunta identificação do pai no domicílio	Pergunta identificação da mãe no domicílio	Pergunta identificação de esposo/a ou companheiro/a no domicílio
<b>Brasil, Censo 1991</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Pergunta	Pessoa responsável pelo domicílio/pessoa responsável pela família	Sim	Pergunta com 16 categorias de resposta	Não	Não	Não
<b>Brasil, Censo 2000</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Pergunta	Pessoa responsável pelo domicílio/pessoa responsável pela família	Sim	Pergunta com 12 categorias de resposta	Não	Não	Não
<b>Brasil, Censo 2010</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Variável derivada	Responsável pelo domicílio (possibilidade de indicar responsabilidade compartilhada)	Sim	Pergunta com 20 categorias de resposta	Não	Sim	Sim (se mulher)
<b>Brasil, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1992 em diante</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Pergunta	Pessoa de referência do domicílio/pessoa de referência da família	Sim	Pergunta com 8 categorias de resposta	Não	Não	Não
<b>Brasil, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2012 em diante</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Não	Responsável pelo domicílio (possibilidade de indicar responsabilidade compartilhada)	Sim	Pergunta com 19 categorias de resposta	Não	Não	Não
<b>Argentina, Censo 2010</b>								
Possível mais de uma unidade doméstica por domicílio	Pergunta	Não diferença " <i>hogar</i> " de família	<i>Jefe o jefa</i>	Sim	Pergunta com 9 categorias de resposta	Não	Não	Não
<b>Uruguai, Censos 2011</b>								
Possível mais de uma unidade doméstica por domicílio	Pergunta	Não diferença " <i>hogar</i> " de família	<i>Jefe/a</i>	Sim	Pergunta com 15 categorias de resposta	Sim, com limitação	Sim, com limitação	Sim
<b>Uruguai, Encuesta Continua de Hogares</b>								
Possível mais de uma unidade doméstica por domicílio	Pergunta	Não diferença " <i>hogar</i> " de família	<i>Jefe/a</i>	Sim	Pergunta com 14 categorias de resposta	Sim, com limitação	Sim, com limitação	Sim
<b>México, Censo 2010</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Não diferença " <i>hogar</i> " de família	<i>Jefe(a)</i>	Sim	Pergunta com 8 categorias de resposta	Sim	Sim	Sim

**Quadro 2 - Características da metodologia sobre unidades domésticas e famílias em pesquisas domiciliares, por países selecionados**

(conclusão)

Relação entre número de unidades domésticas por domicílio	Identificação unidade doméstica/ <i>household/hogar</i>	Identificação família/ <i>family/familia</i>	Pessoa de referência			Variáveis complementares		
			Nomenclatura	Definição pessoa de referência	Relação com pessoa de referência ou indicação de matriz de parentesco	Pergunta identificação do pai no domicílio	Pergunta identificação da mãe no domicílio	Pergunta identificação de esposo/a ou companheiro/a no domicílio
<b>Austrália, Labour Force Survey</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Perguntas	<i>Household reference person/Family reference person</i>	Sim	Pergunta " <i>What is the person's relationship to Person 1/Person 2?</i> " com 7 opções de resposta para pessoa 2 e 6 opções de resposta para pessoa 3 em diante	Não	Não	Não
<b>Estados Unidos, Current Population Survey</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Variável derivada	<i>Householder</i>	Sim	Pergunta com 11 categorias de resposta	Sim	Sim	Sim
<b>Espanha, Censos 2011</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Variável derivada	Não tem	..	Matriz parcial, identificação de pai, mãe, cônjuge/companheiro e outro familiar no domicílio	Sim	Sim	Sim
<b>Espanha, Encuesta Continua de Hogares</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Variável derivada	Não tem	..	Matriz completa de relação entre membros da unidade doméstica, com 8 categorias pré-definidas.	Sim, via matriz de relação dos residentes	Sim, via matriz de relação dos residentes	Sim, via matriz de relação dos residentes
<b>Reino Unido, Labour Force Survey</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Variável derivada	<i>Household reference person</i>	Sim (variável derivada)	Matriz completa de relação entre membros da unidade doméstica, com 19 categorias pré-definidas.	Sim, via matriz de relação dos residentes	Sim, via matriz de relação dos residentes	Sim, via matriz de relação dos residentes
<b>Reino Unido, Censuses 2011</b>								
Uma unidade doméstica por domicílio	..	Variável derivada	<i>Household reference person/Family reference person</i>	Sim (variável derivada)	Matriz completa de relação entre membros da unidade doméstica, com 13 categorias pré-definidas.	Sim, via matriz de relação dos residentes	Sim, via matriz de relação dos residentes	Sim, via matriz de relação dos residentes

Fonte: Elaborado pelo autora.

## Metodologia das pesquisas: experiência internacional

Para as experiências internacionais, buscou-se identificar diferentes formas de captação de dados sobre unidades domésticas e famílias. Assim, foram analisadas informações da Argentina (Censo 2010), Uruguai (Encuesta Continua de Hogares - ECH e Censos 2011), México (Censo de Población y Vivienda 2010), Austrália (Labour Force Survey - LFS), Estados Unidos (Current Population Survey - CPS), Espanha (Censos 2011 e Encuesta Continua de Hogares - ECH) e Reino Unido (Censuses 2011 e Labour Force Survey - LFS). Para estas pesquisas, os tópicos de análise das metodologias de pesquisa, mencionados na seção anterior, estão sistematizados no Quadro 2.

### Argentina (Censo 2010), Uruguai (Censos 2011), Uruguai (Encuesta Continua de Hogares - ECH, desde 2006) e México (Censo de Población y Vivienda 2010)

Em três destas pesquisas, o conceito de unidade doméstica (*hogar*) referiu-se à pessoa ou grupo de pessoas que residiam no mesmo domicílio e, ou compartilhavam gastos de alimentação, no caso da Argentina (CENSO..., 2010f), ou dividiam um fundo comum ou orçamento, ao menos para sua alimentação, no caso do Uruguai (CONSIDERACIONES..., 2011; MANUAL..., 2014). A identificação das unidades domésticas foi feita por meio de pergunta no momento da coleta das informações. Desta forma, podia haver mais de uma unidade doméstica (*hogar*) residente em um domicílio (*vivienda*), tanto na Argentina quanto no Uruguai. No México, o conceito de *hogar censal* no Censo de Población y Vivienda 2010 referia-se à unidade formada por uma ou mais pessoas, ligadas ou não por laços de parentesco, que habitualmente residiam no mesmo domicílio particular (SÍNTESIS..., 2011). Então, no caso desta pesquisa, havia apenas uma unidade doméstica residente por domicílio e, na definição da unidade doméstica, não foi considerado o critério de compartilhar gastos com alimentação.

Quanto à diferenciação entre unidade doméstica e família, na aba sobre “Indicadores sociodemográficos” no *website* do Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC da Argentina (INDICADORES..., 2016b), no item *Hogar y familia* são apresentados somente indicadores de *hogares*, assim como na divulgação dos indicadores de *hogares* do Censo 2010 não houve menção ao termo família (CENSO..., 2016). Além disso, no documento *Sistema de Estadísticas Sociodemográficas (SESD): definiciones y conceptos utilizados en los cuadros* (SISTEMA..., 2010) do INDEC da Argentina, não havia o verbete família, mas foram detalhados diferentes tipos de *hogares*. Para o Uruguai, na publicação *Las transformaciones de los hogares uruguayos vistas a través de los censos de 1996 y 2011* (CABELLA; SOTO; PRIETO, 2015), referente a dados dos censos de 1996 e 2011, daquele país, constou nos aspectos metodológicos que uma unidade doméstica podia ser composta por mais de uma família, mas que o sistema estatístico não diferenciava entre unidade doméstica e família, como em diversos países. Também nas publicações sobre indicadores de família com dados da Encuesta Continua de Hogares - ECH, do Uruguai, não foi encontrada diferenciação entre *hogar* e família, sendo que os indicadores referem-se a *hogares* (PRINCIPALES..., 2009; PRINCIPALES..., 2014). No México, não foi feita diferenciação entre *hogar censal* e família, mas foi apontada a possibilidade de se identificar os núcleos familiares (SÍNTESIS..., 2011).

Nestas quatro pesquisas, a denominação dada à pessoa de referência na unidade doméstica foi de *jefe o jefa del hogar*, definida como a pessoa considerada como tal pelos demais integrantes da unidade doméstica particular (CENSO..., 2010f; CONSIDERACIONES..., 2011; MANUAL..., 2014; SÍNTESIS..., 2011). Somente um chefe ou chefa deveria ser designado por unidade doméstica. No Uruguai, na metodologia do Censos 2011, ainda havia a orientação que, caso não fosse identificado chefe ou chefa na unidade doméstica particular, solicitava-se que designasse uma pessoa adulta de referência (CONSIDERACIONES..., 2011).

A pergunta que identificava a relação com chefe ou chefa da unidade doméstica dispunha de nove categorias pré-definidas, no Censo 2010 da Argentina (CENSO..., 2010e); 14 categorias pré-definidas, na ECH do Uruguai, desde 2006 (ENCUESTA..., 2011a); 15 categorias pré-definidas, no Censos 2011 do Uruguai<sup>29</sup>; sete categorias pré-definidas e possibilidade de resposta aberta, no Censo 2010 do México (CENSOS..., 2010).

No instrumento de coleta do Censos 2011, do Uruguai, ainda foram adicionadas perguntas (e identificação) sobre mãe e pai residindo na mesma unidade doméstica, das pessoas na condição de neto na unidade doméstica, de qualquer idade, e para outros parentes e não parentes menores de 18 anos de idade, seguindo as orientações das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015). Também foi possível identificar o cônjuge ou companheiro residente na unidade doméstica. Assim, buscou-se compatibilizar o Censos 2011 com o bloco de perguntas da ECH, realizado desde 2006, com objetivo de adequar às mudanças ocorridas na dinâmica de formação das famílias (CONSIDERACIONES..., 2011).

No Censo de Población y Vivienda 2010, do México, também foram adicionadas perguntas que permitiam relacionar os residentes com sua mãe, seu pai e seu cônjuge, desde que estes residissem na mesma unidade doméstica, o que possibilitaria a construção e quantificação de núcleos familiares (CENSOS..., 2010).

No Censo 2010, da Argentina, não foram incluídas perguntas adicionais para captar as relações de parentesco entre os residentes da unidade doméstica.

### **Austrália (Labour Force Survey - LFS)**

O Australian Bureau of Statistics - ABS disponibiliza em sua página *web* a metodologia sobre família e unidade doméstica (*household*) utilizada nas pesquisas e no Censo de População e Habitação (Census of Population and Housing) (FAMILY..., 2014). A LFS, conduzida pelo ABS<sup>30</sup>, definiu como unidade doméstica uma ou mais pessoas, com ao menos uma pessoa de, no mínimo, 15 anos de idade, que usualmente reside no mesmo domicílio particular. Sendo assim, em cada domicílio particular reside uma unidade doméstica. De acordo com a metodologia havia diferenciação entre unidade doméstica e família. A família era composta por duas ou mais pessoas, com ao menos uma pessoa de, no mínimo, 15 anos de idade, relacionadas por sangue, casamento (registrado ou *de facto*) ou adoção, e que usualmente residam no mesmo domicílio. A base da família era formada, identificando a presença de um casal, de progenitor sem cônjuge residindo com filho, ou de outra relação de sangue. Desta forma, algumas unidades domésticas podiam ser formadas por mais de uma família.

<sup>29</sup> O instrumento de coleta do Censo 2011 do Uruguai está disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>30</sup> A LFS é conduzida pelo ABS desde 1960, sendo que em fevereiro de 1978 a frequência passou de trimestral para mensal. A LFS é desenhada para produzir indicadores primários sobre força de trabalho. Foram encontrados indicadores de família para os anos 2012-2013 (LABOUR..., 2013; FAMILY..., 2015). Indicadores de família foram encontrados em *Family characteristics 2009-10* (2011), que apresenta resultados da pesquisa Family Characteristics Survey - FCS, e compara resultados das pesquisas de 1997, 2003, 2006-2007 e 2009-2010.

Os conceitos de pessoa de referência na unidade doméstica e de pessoa de referência na família foram utilizados e definidos no momento da coleta das informações, considerando critérios de seleção. A pessoa de referência da família devia ter ao menos 15 anos de idade e era identificada de acordo com o critério familiar, devendo ser um dos parceiros em um casamento, registrado ou *de facto*, ou o progenitor que vivia sem cônjuge e com filho. Pelo critério não familiar, ou seja, se não era identificada alguma família no domicílio particular, devia ser escolhida, nesta ordem, a pessoa que tinha maior rendimento; ou o proprietário, comprador ou locatário principal do domicílio; ou a pessoa mais velha. Em unidades domésticas com apenas uma família, a pessoa de referência da família era designada também como pessoa de referência do domicílio. Em unidades domésticas com mais de uma família, e, conseqüentemente, com mais de uma pessoa de referência da família, um conjunto de critérios hierarquizados devia ser aplicado para selecionar a pessoa de referência da unidade doméstica, dentre as pessoas que foram identificadas como pessoas de referência da família. De maneira geral, o critério priorizava no núcleo familiar, se havia presença de casal, unido legalmente ou *de facto* e se havia filho dependente<sup>31</sup>.

A informação sobre relação de parentesco (*relationship*) na unidade doméstica e relação na família<sup>32</sup> era coletada por meio de pergunta e contou com seis categorias pré-codificadas, e uma opção de resposta aberta, para a segunda pessoa listada na família, e cinco categorias pré-codificadas, e uma opção de resposta aberta, para a terceira pessoa em diante listada na família. A primeira pessoa listada devia ser a pessoa de referência; a segunda pessoa devia ser esposo(a) ou companheiro(a) da primeira pessoa, se presente, caso contrário, qualquer pessoa presente, e a partir da terceira pessoa devia-se listar os demais integrantes da família.

Não havia perguntas adicionais para identificar pai, mãe e cônjuge ou companheiro na unidade doméstica. Entretanto, pela metodologia de identificar as famílias no momento da coleta, utilizando critérios hierarquizados, informações sobre a composição da família, composição da unidade doméstica e relação entre famílias na unidade doméstica podiam ser derivadas e estavam disponíveis para análise<sup>33</sup>.

A metodologia de coleta de informações sobre unidades domésticas e famílias no ABS assemelhou-se à metodologia utilizada no Brasil na PNAD e nos Censos Demográficos, até o ano 2000. Entretanto, na experiência brasileira, os critérios de definição das famílias e de seleção da pessoa de referência em cada família e no domicílio não eram tão claros na metodologia de pesquisa quanto na metodologia aplicada pela ABS.

---

<sup>31</sup> Para selecionar a pessoa de referência da unidade doméstica, entre as pessoas de referência da família, em unidades domésticas com mais de uma família, o critério de seleção foi, por ordem de prioridade: parceiro (selecionado como pessoa de referência da família) em união registrada ou *de facto* com filho dependente, parceiro em união registrada ou *de facto*, progenitor sem parceiro com filho, em caso de haver mais de uma pessoa na mesma situação, utilizava-se o critério não familiar (rendimento, proprietário de imóvel já quitado ou pagando, locatário primário, pessoa mais velha (IDENTIFYING..., 2014).

<sup>32</sup> A forma de codificar esta variável é bem detalhada. Para informações complementares, consultar: UNDERLYING concepts. In: FAMILY, household and income unit variables, 2014. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2014. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/1286.0~2014~Main%20Features~Underlying%20Concepts~15>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>33</sup> Para informações mais detalhadas sobre a classificação, codificação e método de coleta de cada uma destas variáveis consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/1286.0~2014~Main%20Features~Summary~1>>. Acesso em: ago. 2016.

## Estados Unidos (Current Population Survey - CPS)

Na CPS, realizada nos Estados Unidos<sup>34</sup> (neste formato, desde 1994), a unidade doméstica consistia de todas as pessoas que ocupavam um domicílio (casa, apartamento, conjunto de quartos ou quarto)<sup>35</sup>. Assim, havia apenas uma unidade doméstica por domicílio.

Nesta pesquisa, houve diferenciação entre unidade doméstica, família e grupo familiar. A unidade doméstica constituía-se de todas as pessoas que ocupavam uma casa ou apartamento ou um grupo de quartos que constituíam um domicílio. A unidade doméstica podia ser do tipo não familiar ou familiar. A unidade doméstica não familiar era formada por uma pessoa vivendo sozinha ou por um conjunto de pessoas sem laços de parentesco. A unidade doméstica familiar devia ser mantida por uma família (grupo de duas ou mais pessoas, sendo que uma delas era a pessoa proprietária ou que alugava o domicílio – *householder* –, que residiam juntas e estavam relacionadas por nascimento, casamento ou adoção), podendo incluir também qualquer pessoa que residisse na unidade doméstica sem laço de parentesco com a pessoa de referência (integrantes de famílias secundárias e/ou indivíduos). As famílias secundárias eram separadas entre as que tinham ou não tinham laço de parentesco com a pessoa de referência (*householder*). Os integrantes das famílias secundárias com laços de parentesco com a pessoa de referência – *related subfamilies* –, eram considerados integrantes da unidade doméstica familiar e da família; já os integrantes das famílias secundárias sem laços de parentesco – *unrelated subfamilies* –, eram considerados como integrantes da unidade doméstica familiar, mas não como integrantes da família. O grupo familiar consistia em um grupo específico de análise, sendo formado pela soma das unidades domésticas familiares, pelas famílias secundárias com laços de parentesco e pelas famílias secundárias sem laços de parentesco.

A pessoa de referência na unidade doméstica era denominada *householder* e correspondia à pessoa (ou uma das pessoas) proprietária ou que alugava o domicílio, ou, na ausência de pessoa que atendesse este critério, qualquer membro adulto, excluindo pensionista e empregado remunerado.

Além da pergunta sobre relação de parentesco com a pessoa de referência, que contava com 11 categorias pré-definidas, no questionário havia pergunta e identificação de mãe, pai e parceiro vivendo no domicílio. Após identificação de pai e mãe no domicílio, havia uma pergunta se filho era biológico, enteado (*step*) ou adotivo. Desta maneira, é possível identificar as famílias e núcleos familiares dentro das unidades domésticas.

<sup>34</sup> A CPS é a fonte primária das estatísticas de força de trabalho nos Estados Unidos. Houve mudanças importantes no questionário, na metodologia e na forma de captação das informações a partir de 1994. O conceito de pessoa de referência, a relação de parentesco (*relationship*) com a pessoa de referência e informações adicionais, como o status marital, a identificação do pai, da mãe e do cônjuge dentro da unidade doméstica estavam presentes nesta alteração metodológica de 1994 (DESIGN..., 2010).

<sup>35</sup> Para informações mais detalhadas sobre metodologia e instrumento de coleta adotados, consultar a página da pesquisa. Disponível em: <<http://www.census.gov/programs-surveys/cps/about.html>>. Acesso em: ago. 2016.

## Espanha (Censos 2011 e Encuesta Continua de Hogares - ECH)

O conceito de unidade doméstica nas pesquisas analisadas da Espanha, ECH<sup>36</sup> (desde 2013) (ENCUESTA..., 2015) e Censos 2011 (CENSOS..., 2013), correspondia à pessoa ou conjunto de pessoas que conviviam habitualmente em domicílio particular (*vivenda particular*). Desta forma, havia uma unidade doméstica por domicílio particular. No Censos 2011, utilizou-se o conceito de família, como o grupo de duas ou mais pessoas que formavam parte de uma unidade doméstica unidas por laços de parentesco, sanguíneos ou políticos<sup>37</sup>, independentemente do grau; e o conceito de núcleo familiar, que podia ser de quatro tipos: casal sem filhos, casal com filhos, pai com filho e mãe com filho (CENSOS..., 2013). Já na ECH da Espanha utilizou-se somente o conceito de núcleo familiar, que correspondia à unidade de análise intermediária entre a pessoa e a unidade doméstica. Os quatro tipos de núcleos familiares mencionados anteriormente, na metodologia do Censos 2011, eram os mesmos para a ECH (ENCUESTA..., 2015).

Uma particularidade das pesquisas conduzidas pelo Instituto Nacional de Estatística da Espanha - INE foi que as relações de parentesco eram coletadas por meio de matriz. No caso do Censos 2011, a matriz foi parcial (CENSOS..., 2011), ou seja, perguntando para cada pessoa de ordem *i* na unidade doméstica se residiam com determinados familiares (pai, mãe, cônjuge ou companheiro, outros familiares, com respectiva identificação de cada um deles na unidade doméstica). Na ECH, a matriz foi completa, ou seja, a pergunta foi da relação de parentesco da pessoa de ordem *i* com a pessoa de ordem *j*, havendo oito categorias pré-codificadas (ENCUESTA..., 2011b). Deste modo, nestas duas pesquisas não foi utilizado o conceito de pessoa de referência na unidade doméstica ou na família. A identificação da família ou do núcleo familiar se deu de forma derivada pelas questões coletadas na matriz de parentesco.

## Reino Unido (Censuses 2011 e Labour Force Survey - LFS)

Nas duas pesquisas analisadas do Reino Unido, LFS<sup>38</sup> (desde 1996) e Censuses 2011, o conceito de unidade doméstica foi aplicado para pessoas que moravam sozinhas ou o grupo de pessoas, não necessariamente com laços de parentesco, que viviam no mesmo domicílio, sendo que na LFS o grupo de pessoas devia compartilhar uma refeição ao dia ou compartilhar a sala de estar ou ambas (LABOUR..., 2008), e no Censuses 2011 o grupo de pessoas devia compartilhar a cozinha e compartilhar a sala de estar ou a sala de jantar (2011 CENSUS..., 2014b).

<sup>36</sup> A ECH, da Espanha, é uma pesquisa contínua com resultados anuais e ocorre desde janeiro de 2013 (ENCUESTA..., 2015).

<sup>37</sup> Nesta parte, a tradução foi de "[...] lazos de parentesco, ya sean de sangre o políticos" (CENSOS..., 2013). Na metodologia consultada não fica claro se este termo é usado para falar de laços atribuídos por registros civis (casamento), se está relacionado com normas de convivência ou se trata de algum outro laço.

<sup>38</sup> A LFS é uma pesquisa com foco em indicadores de mercado de trabalho e tem resultados para os trimestres, sendo realizada de forma contínua desde 1984. Até 1995, inclusive, a codificação da unidade familiar era feita pelos entrevistadores da LFS, que alocavam todos indivíduos da unidade doméstica a uma ou mais unidades familiares, utilizando como base as respostas para questões da relação de parentesco com o responsável (*head*) pela unidade doméstica e *status* marital. A partir de 1996, uma nova abordagem, a matriz da unidade doméstica (*household matrix*) foi implementada para coletar dados da LFS sobre estrutura da unidade doméstica e da família. Este método foi utilizado para identificar corretamente todas as famílias dentro da unidade doméstica; para promover informações mais detalhadas sobre a composição das famílias e unidades domésticas; e para proporcionar maior flexibilidade na análise das relações familiares. A partir de 2001, a LFS trocou o termo responsável (*head*) pela unidade doméstica por pessoa de referência (*reference person*) da unidade doméstica (LABOUR..., 2003).

No Censuses 2011 do Reino Unido, a família era definida pelo grupo de pessoas podendo ser formado por: casal unido legalmente, casal do mesmo sexo com parceria civil, ou casal coabitando, com ou sem filho(s), progenitor sem companheiro com filho(s); ou casal unido legalmente, casal do mesmo sexo com parceria civil, ou casal coabitando, com neto(s), mas sem filho presente no momento da entrevista; avô ou avó, sem companheiro e com neto(s) mas sem filho presente no momento da entrevista (2011 CENSUS..., 2014b). Assim, era possível que uma unidade doméstica fosse composta por mais de uma família. Na LFS do Reino Unido o conceito de família foi diferente por incluir a pessoa morando sozinha como família, compreendendo também: casal unido legalmente ou coabitando sem filho; casal unido legalmente ou coabitando com filho, que nunca se casou e nunca teve filho; ou progenitor sem cônjuge com filho (LABOUR..., 2008).

Na LFS, a denominação para a pessoa de referência era pessoa de referência na unidade doméstica, que não foi considerada para estabelecer relações de parentesco com demais integrantes da unidade doméstica, mas correspondia ao membro que fosse proprietário da acomodação, que fosse legalmente responsável pelo aluguel ou que ocupasse a acomodação como recompensa por seu trabalho. Se houvesse mais de uma pessoa que cumprisse os requisitos de seleção, devia-se selecionar a de maior rendimento ou a mais velha, nesta ordem (LABOUR..., 2008). No Censuses 2011 foram utilizados os conceitos de pessoa de referência na família e pessoa de referência na unidade doméstica. A pessoa de referência da família era identificada pelo tipo de família: na família formada por progenitor com filho, era selecionado o progenitor; na família formada por casal era selecionada uma pessoa do casal segundo critério de atividade econômica<sup>39</sup>. A pessoa de referência na unidade doméstica era selecionada pelo tipo de unidade doméstica: para pessoa morando sozinha ela era considerada a pessoa de referência da unidade doméstica; se a unidade doméstica tinha apenas uma família, a pessoa de referência da unidade doméstica era a mesma pessoa de referência da família; na unidade doméstica com mais de uma família, era selecionada uma pessoa, entre as que eram pessoas de referência da família, utilizando o critério de atividade econômica (2011 CENSUS..., 2014b). Uma vez que, nestas duas pesquisas, a coleta das informações de parentesco foi feita por matriz completa, a identificação da pessoa de referência, da unidade doméstica ou da família, foi feita em etapa posterior à coleta.

As relações de parentesco, em ambas as pesquisas do Reino Unido, foram coletadas por meio da matriz completa, estabelecendo a relação da pessoa de ordem  $i$  com a pessoa de ordem  $j$ , com 19 categorias pré-codificadas na LFS<sup>40</sup> e 13 categorias pré-codificadas no Censuses 2011<sup>41</sup>. A identificação da pessoa de referência da unidade doméstica, ou da família, foi feita de forma derivada (posterior) no Censuses 2011, com base em informações da matriz de parentesco e condição da atividade econômica, e, na LFS, por meio de perguntas sobre propriedade ou aluguel, rendimento e idade. Desta forma, a identificação da pessoa de referência não foi utilizada para estabelecer relações de parentesco na unidade doméstica ou na família.

<sup>39</sup> No critério de atividade econômica a ordem de seleção foi, por ordem de prioridade: trabalho em período integral; trabalho em período parcial; desempregado; aposentado; e outro. Se ambos integrantes do casal tivessem o mesmo *status* na atividade econômica, era selecionado o mais velho de ambos; se ambos tivessem a mesma idade, era selecionado o que foi listado primeiro.

<sup>40</sup> O instrumento de coleta da *Labour Force Survey* do Reino Unido está disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peopleinwork/employmentandemployeetypes/methodologies/labourforcesurveyuserguide#labour-force-survey-lfs-user-guides>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>41</sup> O instrumento de coleta do Censuses 2011 do Reino Unido está disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/census/2011census/2011censusdata/2011censususerguide>>. Acesso em: ago. 2016.

## Principais indicadores: panorama nacional e experiência internacional

Os principais indicadores sobre o tema de famílias foram separados por grandes grupos, pois existiam indicadores para unidades domésticas, para famílias e para pessoas. Além disso, indicadores gerados para alguns grupos específicos também foram analisados (Quadro 3). O levantamento dos indicadores na temática das unidades domésticas e famílias foi feito para o Brasil, utilizando os Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010, a PNAD, de 2001 em diante, e a PNAD Contínua, a partir de 2012. Nas experiências internacionais foram analisados indicadores da Argentina (Censo 2010), Uruguai (Censos 2011 e ECH), México (Censo de Población y Vivienda 2010), Austrália (Census of Population and Housing 2011 e LFS), Estados Unidos (CPS), Espanha (Censos 2011 e ECH) e Reino Unido (Censuses 2011 e LFS). A indicação da referência bibliográfica consultada para discutir os indicadores sobre unidade doméstica, família, pessoas e grupos específicos, segundo país e pesquisa analisados é feita no **Anexo 3**.

O Quadro 3 sintetiza os principais indicadores encontrados para unidades domésticas, famílias, pessoas e grupos específicos, de acordo com sua presença por país e pesquisa.

### Indicadores para unidades domésticas

Os principais indicadores encontrados para unidades domésticas foram: quantitativo de unidades domésticas; distribuição das unidades domésticas por domicílio; tipo de unidade doméstica; número de integrantes da unidade doméstica; tamanho médio da unidade doméstica; unidades domésticas por características da pessoa de referência<sup>42</sup> da unidade doméstica (sexo, grupos de idade, outras características); presença de pessoas em grupos de idade específicos na unidade doméstica (crianças, jovens, idosos).

Grande parte das pesquisas disponibiliza, em seus resultados, um indicador sobre a quantidade de unidades domésticas levantadas. Para o Brasil, no Censo Demográfico 1991 e 2000 e na PNAD, não foi utilizado o conceito de unidade doméstica. Desta forma, considerou-se que alguns indicadores sobre unidades domésticas não eram aplicados a estas pesquisas, mas foram identificados alguns indicadores para o domicílio<sup>43</sup>. O Censo Demográfico 2010 utilizou o conceito de unidade doméstica e apresentou o indicador em seus resultados.

A distribuição das unidades domésticas por domicílios só foi analisada nas pesquisas em que era possível haver mais de uma unidade doméstica por domicílio, nos demais casos, em que havia somente uma unidade doméstica por domicílio, este indicador não se aplicava. Deste modo, no Censo 2010 da Argentina, no Censos 2011 e na ECH do Uruguai, este indicador estava disponível.

<sup>42</sup> O termo pessoa de referência foi utilizado na tabela e no texto, a partir deste ponto, por ser considerado o mais neutro. Cada país e pesquisa tiveram uma definição e uma terminologia para este conceito. Para informações específicas de cada país e pesquisa, consultar as seções **Metodologia das pesquisas: Brasil** e **Metodologia das pesquisas: experiências internacionais**, nesta publicação.

<sup>43</sup> Novamente, é importante destacar a diferença entre domicílio (unidade habitacional) e unidade doméstica (pessoa ou grupo de pessoas residentes no domicílio). Entretanto, pela metodologia dos Censos Demográficos 1991 e 2000, apesar de não usarem o termo unidade doméstica, fica claro que havia apenas uma unidade doméstica residente por domicílio, podendo haver mais de uma família no domicílio (unidade doméstica). Desta forma, ao avaliar os indicadores disponíveis sobre o "domicílio", pode-se fazer uma aproximação para unidade doméstica, apesar da diferença destes conceitos.

O indicador relacionado à variável tipo de unidade doméstica apareceu em grande parte das pesquisas, mas apresentou alguma variabilidade nas categorias utilizadas. As categorias sugeridas pelas Nações Unidas envolvem três níveis, sendo que no primeiro nível há separação de seis categorias para unidades domésticas: unipessoais; nucleares; estendidas; compostas; outras; e não conhecida ou não declarada (UNITED NATIONS, 2015). No segundo nível da classificação, nas unidades domésticas nucleares, houve diferenciação do tipo de núcleo familiar (casal unido legalmente, companheiros que viviam em união, mãe com filho, pai com filho); nas unidades domésticas estendidas houve separação pela quantidade de núcleos familiares e/ou presença de outro parente; nas unidades domésticas compostas houve diferenciação pela quantidade de núcleos familiares e/ou presença de não parentes. O terceiro nível da classificação foi aplicado somente para unidades domésticas nucleares formadas por casal unido legalmente ou por companheiros que viviam em união, separando aqueles com filhos e sem filhos<sup>44</sup>.

As categorias da variável tipo de unidade doméstica na pesquisa do Censo Demográfico 2010, do Brasil realizado pelo IBGE, foram: unipessoal; duas ou mais pessoas sem parentesco; e duas ou mais pessoas com parentesco<sup>45</sup>. As categorias utilizadas pela Austrália foram semelhantes às do Brasil. Na Espanha e no Reino Unido houve diferenciação entre unidades domésticas unipessoais, familiares (separados os núcleos familiares: casal sem filho, casal com filhos, progenitor sem cônjuge com filhos), com mais de um núcleo familiar, pessoas que não formam um núcleo familiar. As categorias apresentadas nas pesquisas do Uruguai, Argentina e México indicavam se a unidade doméstica era unipessoal, nuclear, estendida, composta ou não familiar. Nos resultados do Censo 2010 da Argentina houve também uma tabela em que as categorias da variável tipo de unidade doméstica apareciam mais detalhadas, semelhante ao proposto pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015).

A distribuição das unidades domésticas pelo número de integrantes da unidade doméstica também esteve presente em praticamente todas as pesquisas analisadas, exceto na Austrália e na PNAD Contínua, do Brasil. No Brasil, o indicador referiu-se ao número de moradores em domicílios particulares permanentes, e não em unidades domésticas, uma vez que este conceito foi utilizado somente no Censo Demográfico 2010. O indicador tamanho médio da unidade doméstica também foi encontrado no resultado de algumas pesquisas, mas foi menos frequente que a distribuição das unidades domésticas pelo número de integrantes.

A distribuição das unidades domésticas por características da pessoa de referência, em especial sexo e idade, foi presente principalmente nas pesquisas da Argentina, Uruguai, México e Estados Unidos. No Uruguai, também foi feito indicador da distribuição das unidades domésticas por condição de atividade da pessoa de referência; nos Estados Unidos, foi utilizado a etnia/raça e o estado civil da pessoa de referência na construção de indicadores.

<sup>44</sup> Classificação completa do tipo de unidade doméstica em **Anexo**.

<sup>45</sup> No Censo Demográfico 1991 e 2000, e na PNAD, do IBGE, não havia o conceito de unidade doméstica, mas havia indicadores por tipo de composição familiar. As categorias da variável tipo de composição familiar, utilizada nestas pesquisas, se aproximaram das categorias da variável tipo de unidade doméstica, utilizadas nas pesquisas de outros países. Desta forma, apesar de não definir a unidade doméstica, a variável tipo de composição familiar, além de ter categorias relacionadas à categorização dos núcleos familiares, incluiu categorias relacionadas à caracterização das unidades domésticas. Para estas pesquisas, a análise desta variável foi indicada no Quadro 3, referente ao tópico de indicadores de família.

Notou-se que foi comum o indicador que destaca a presença de grupos populacionais etários nas unidades domésticas, principalmente para o grupo de crianças. A definição etária em cada um dos grupos de idade, entretanto, variou de acordo com o país analisado. No Uruguai (Censos 2011) e na Argentina (Censo 2010), houve indicação da presença de pessoas com menos de 18 anos, e na ECH, do Uruguai, a indicação foi de presença de pessoas com menos de 11 anos; na Austrália, houve indicação de presença de filhos dependentes, que eram aqueles com menos de 15 anos de idade ou de 15 a 24 anos de idade, que estudavam em período integral; na Espanha, a indicação foi de presença de filhos com menos de 25 anos; nos Estados Unidos, houve indicação de presença de diferentes grupos etários abaixo de 18 anos de idade; no Reino Unido, a indicação foi de presença de filho dependente, que eram aqueles com menos de 16 anos de idade ou de 16 a 18 anos de idade estudando em período integral; no Brasil, no Censo Demográfico 2000 houve indicação de presença de pessoas com menos de 15 anos de idade no domicílio. Nos resultados do Censo 2010, da Argentina, foi encontrado indicador da presença de jovens de 18 a 29 anos de idade. A presença de idosos de 65 anos ou mais de idade, na unidade doméstica, apareceu nas pesquisas do Uruguai, Espanha, Estados Unidos, Argentina e, de idosos de 60 anos ou mais de idade, no domicílio, nos resultados do Censo Demográfico 2000, do Brasil.

## Indicadores para famílias

Os principais indicadores encontrados para famílias foram: quantitativo de famílias; distribuição das famílias por unidades domésticas ou domicílios; tipo de família; número de integrantes da família; tamanho médio da família; famílias por características da pessoa de referência da família (sexo, grupos de idade, outras características); presença de pessoas em grupos de idade específicos na família (crianças, jovens, idosos).

Na Argentina e no Uruguai não houve diferenciação entre unidade doméstica e família, sendo que os indicadores foram construídos para unidades domésticas e foram apresentados na seção **Indicadores para unidades domésticas**. Nesta seção, **Indicadores para famílias**, os resultados não se aplicavam às pesquisas destes países. Apesar da possibilidade de identificar os núcleos familiares, apontada em *Censos de población y viviendas* (2010), do México, não foram encontrados indicadores para esta variável.

O indicador sobre a quantidade de famílias foi presente em praticamente todas as pesquisas do Brasil que foram analisadas, exceto na PNAD Contínua, e também nos resultados das pesquisas da Austrália. Já a distribuição das famílias por unidades domésticas foi encontrada somente para Austrália e de forma aproximada nas pesquisas do Brasil. No Brasil, as categorias da variável tipo de família se aproximavam mais de um indicador sobre quantidade de famílias por ordem, sendo que as categorias eram: família única; família convivente total; convivente principal; convivente segunda; convivente terceira; convivente quarta; e convivente quinta ou mais.

A distribuição das famílias pelo tipo de família, ou seja, pelo tipo de núcleo familiar, esteve presente em praticamente todas as pesquisas que analisam dados de família. Cabe mencionar que a PNAD Contínua, do Brasil, ainda não divulgou resultados referentes a famílias ou a unidades domésticas. As categorias da variável tipo de família normalmente separam casais (podendo ou não separar pelo tipo de união) com filho, casais (podendo ou não separar pelo tipo de união) sem filhos, progenitor sem cônjuge com filho (podendo ou não separar por sexo do progenitor). Os indicadores sobre o número de integrantes na família e o número médio de integrantes na família apareceram nas pesquisas, mas não de forma sistemática.

A distribuição das famílias de acordo com características da pessoa de referência foi marcante nas pesquisas do Brasil, especialmente analisando sexo, grupos de idade, condição de atividade, escolaridade, rendimento e cor ou raça. Foram também encontrados resultados deste tipo na CPS, dos Estados Unidos, de acordo com grupos de idade e escolaridade da pessoa de referência. Desta forma, pode-se notar que, na experiência internacional, as principais análises sobre famílias estavam relacionadas à variável tipo de família ou do núcleo familiar, dando menos ênfase aos indicadores por características da pessoa de referência.

A presença de pessoas em grupos etários específicos nas famílias foi encontrada principalmente para o grupo das crianças.

## **Indicadores para pessoas**

Os indicadores analisados para pessoas foram: quantitativo de pessoas nas unidades domésticas ou nas famílias; distribuição das pessoas por tipo de unidade doméstica ou de famílias; distribuição das pessoas por número de integrantes da unidade doméstica ou da família; relação de parentesco com a pessoa de referência; pessoas por características da pessoa de referência (sexo, grupos de idade, outras características).

A presença de indicadores sobre famílias ou unidades domésticas, utilizando as pessoas como nível de análise, não foi encontrada de forma consistente nas pesquisas levantadas. A variável específica para pessoas era a relação de parentesco com a pessoa de referência, sendo que este indicador foi encontrado principalmente nas pesquisas do Brasil, além de Argentina e México. A distribuição das pessoas por características da pessoa de referência também foi concentrada nos resultados das pesquisas do Brasil, Argentina, Uruguai e México. Pode-se notar que nos demais países analisados a ênfase maior se deu na caracterização e indicadores do núcleo familiar e da unidade doméstica. Cabe dizer, ainda, que na Espanha e no Reino Unido as relações de parentesco eram estabelecidas via matriz, e não por meio da variável relação com a pessoa de referência. No Reino Unido, apesar de ter definição para pessoa de referência, esta identificação foi feita de forma derivada, posterior à coleta de dados, e não foi utilizada para estabelecer laços de parentesco dentro da unidade doméstica com os demais integrantes residentes.

Apesar da sugestão das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015) de utilização da variável *status* da pessoa na unidade doméstica e na família, não foram encontrados indicadores com esta variável na revisão bibliográfica feita.

## Indicadores para grupos específicos

Os indicadores encontrados para grupos específicos estão relacionados com a dinâmica de formação das famílias (características das unidades domésticas unipessoais, coresidência dos jovens com os pais, casais do mesmo sexo, famílias ou casais reconstituídos) e com o bem-estar das crianças.

A análise das características das unidades domésticas unipessoais (por sexo; idade; escolaridade; estado civil; raça; e rendimento) foi feita em grande parte das pesquisas. Este é um estudo relevante, uma vez que parte significativa destas unidades domésticas são compostas por pessoas idosas e, com o avanço no processo de envelhecimento populacional, a perspectiva é de aumento da importância deste tipo de unidade doméstica.

Ao fazer o levantamento dos indicadores relevantes nas análises sobre as famílias, um tema recorrente foi a presença de crianças ou filhos na família. Nos países, havia a preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar das crianças, refletida em indicadores como coresidência com os pais (um, dois, nenhum), escolaridade ou condição de ocupação dos pais ou quantidade de crianças na família. Nota-se que ao menos um destes indicadores esteve presente nos resultados das pesquisas analisadas. A possibilidade de identificação no questionário do pai e da mãe residentes na mesma unidade doméstica, no momento da coleta de dados, enriquece a análise em relação à informação sobre relação de parentesco.

Notou-se também o destaque dado ao grupo dos jovens, em especial, à análise das formas de convivência dos jovens (se residiam com os pais, se formavam outra família - casal com ou sem filhos ou progenitor sem companheiro com filhos).

A identificação dos casais do mesmo sexo foi possível em algumas pesquisas analisadas, especialmente nos Censos Demográficos, mas também em pesquisas domiciliares amostrais voltadas para indicadores de mercado de trabalho. Da mesma forma, a identificação de casais reconstituídos ou famílias reconstituídas foi possível em algumas pesquisas.

Além dos indicadores apresentados no Quadro 3, outros indicadores relacionados ao tema de família foram encontrados, de forma menos sistemática nas pesquisas analisadas. Na LFS, da Austrália, houve informação sobre transições na infância, indicando se a pessoa experimentou divórcio ou separação dos pais antes dos 18 anos de idade ou se experimentou morte de algum dos pais antes desta idade. No Reino Unido, houve uma pergunta no Censuses 2011 sobre crianças com segundo endereço dos pais e foi feito um indicador sobre esta variável. Na CPS, dos Estados Unidos, houve indicação de avós vivendo com netos. Na Austrália e no Brasil, foram apresentados indicadores sobre casais com duplo rendimento e sem filhos.

**Quadro 3 - Presença de indicadores por unidade doméstica, família, pessoas e grupos específicos, segundo país e pesquisa analisados**

(continua)

País e pesquisa	Unidade doméstica										
	Quantitativo	Distribuição das unidades domésticas por domicílio	Tipo	Número de integrantes (1)	Tamanho médio (1)	Características da pessoa de referência (2)			Presença de grupos de idade específicos (1) (3)		
						Sexo	Grupos idade	Outra	Crianças	Jovens	Idosos
Brasil, Censo 1991	..	..	..	Sim	Sim						
Brasil, Censo 2000	..	..	..	Sim	Sim				Sim		Sim
Brasil, Censo 2010	Sim	..	Sim	Sim	Sim						
Brasil, PNAD	..	..	..	Sim	Sim						
Brasil, PNAD Continua											
Argentina, Censo 2010	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim
Uruguai, Censos 2011	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim		Sim
Uruguai, ECH		Sim	Sim	Sim		Sim			Sim		
México, Censo 2010	Sim	..	Sim	Sim		Sim	Sim				
Austrália, Census 2011	Sim	..	Sim								
Austrália, LFS	Sim	..	Sim						Sim		
Estados Unidos, CPS	Sim	..	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim
Espanha, ECH	Sim	..	Sim	Sim	Sim	..	..	..	Sim		
Espanha, Censos 2011	Sim	..	Sim	Sim	Sim	..	..	..	Sim		Sim
Reino Unido, LFS	Sim	..	Sim	Sim		..	..	..			
Reino Unido, Censuses 2011	Sim	..	Sim	Sim	Sim	..	..	..	Sim		

País e pesquisa	Família										
	Quantitativo	Distribuição das unidades domésticas por domicílio	Tipo	Número de integrantes (1)	Tamanho médio (1)	Características da pessoa de referência (2)			Presença de grupos de idade específicos (1) (3)		
						Sexo	Grupos idade	Outra	Crianças	Jovens	Idosos
Brasil, Censo 1991	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim			
Brasil, Censo 2000	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim			
Brasil, Censo 2010	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim		
Brasil, PNAD	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Brasil, PNAD Continua											
Argentina, Censo 2010	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Uruguai, Censos 2011	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Uruguai, ECH	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
México, Censo 2010											
Austrália, Census 2011	Sim		Sim								
Austrália, LFS	Sim	Sim	Sim						Sim		
Estados Unidos, CPS			Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Sim
Espanha, ECH			Sim			..	..	..			
Espanha, Censos 2011			Sim	Sim		..	..	..			
Reino Unido, LFS			Sim			..	..	..	Sim		
Reino Unido, Censuses 2011			Sim			..	..	..	Sim		

**Quadro 3 - Presença de indicadores por unidade doméstica, família, pessoas e grupos específicos, segundo país e pesquisa analisados**

(conclusão)

País e pesquisa	Pessoas						
	Quantitativo por número de unidades domésticas ou de famílias	Tipo de unidade doméstica ou de família	Número integrantes na unidade doméstica ou na família	Relação de parentesco com pessoa de referência	Características da pessoa de referência da unidade doméstica ou da família (2)		
					Sexo	Grupos de idade	Outra
Brasil, Censo 1991			Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Brasil, Censo 2000	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Brasil, Censo 2010			Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Brasil, PNAD				Sim	Sim	Sim	Sim
Brasil, PNAD Continua							
Argentina, Censo 2010		Sim		Sim	Sim	Sim	
Uruguai, Censos 2011	Sim	Sim	Sim			Sim	
Uruguai, ECH							
México, Censo 2010		Sim		Sim	Sim	Sim	
Austrália, Census 2011							
Austrália, LFS		Sim					
Estados Unidos, CPS							
Espanha, ECH			Sim	..	..	..	..
Espanha, Censos 2011				..	..	..	..
Reino Unido, LFS				..	..	..	..
Reino Unido, Censuses 2011		Sim		..	..	..	..
País e pesquisa	Grupos específicos						
	Características unidade doméstica unipessoal	Crianças ou filhos por coresidência parental (3)	Escolaridade ou condição de ocupação dos pais	Quantidade de filhos ou crianças na unidade doméstica ou na família	Corresidência dos jovens com os pais (3)	Casal do mesmo sexo	Família ou casal reconstituído(o)
Brasil, Censo 1991				Sim			
Brasil, Censo 2000				Sim			
Brasil, Censo 2010	Sim			Sim		Sim	Sim
Brasil, PNAD	Sim				Sim		
Brasil, PNAD Continua							
Argentina, Censo 2010			Sim	Sim			
Uruguai, Censos 2011	Sim	Sim				Sim	
Uruguai, ECH	Sim	Sim	Sim		Sim		
México, Censo 2010		Sim					
Austrália, Census 2011			Sim				
Austrália, LFS		Sim	Sim		Sim	Sim	Sim
Estados Unidos, CPS		Sim	Sim	Sim			
Espanha, ECH	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim	
Espanha, Censos 2011	Sim			Sim	Sim	Sim	Sim
Reino Unido, LFS	Sim	Sim		Sim	Sim		
Reino Unido, Censuses 2011	Sim			Sim			Sim

Fonte: Elaborado pelo autora.

(1) Nas pesquisas do Brasil não havia definição para unidade doméstica nas pesquisas PNAD e Censo Demográfico 1991 e 2000. Indicador refere-se a informações para domicílios particulares permanentes nestas pesquisas. (2) O termo "pessoa de referência" foi utilizado nesta tabela por ser considerado o mais neutro. Cada país e pesquisa tem uma definição e uma terminologia para este termo. Para informações específicas de cada país e pesquisa, consultar texto. (3) Cada país e/ou pesquisa utiliza uma idade limite diferente para definir os grupos de crianças, jovens e idosos. A idade limite de cada país e/ou pesquisa está detalhada na descrição dos indicadores, no texto.

## Considerações finais

A revisão bibliográfica sobre as metodologias de pesquisa, experiências nacionais e internacionais no tema das famílias traz questões que incitam à reflexão no que toca a produção das pesquisas e indicadores nacionais.

As Nações Unidas destacam a importância de se identificar e diferenciar a unidade doméstica, a família e o núcleo familiar (UNITED NATIONS, 2015). O Censo Demográfico 2010, do Brasil, trouxe avanços neste aspecto, com perguntas sobre mãe e cônjuge residindo no mesmo domicílio, além da pergunta sobre relação de parentesco com a pessoa responsável na unidade doméstica. No caso da PNAD Contínua, pesquisa que ainda está implementando módulos temáticos, até o momento não houve um módulo aprofundando a temática de família e o quesito que consta na pesquisa, no corpo básico, sobre este tópico (relação de parentesco com a pessoa responsável pelo domicílio) é limitado para análises da dinâmica de formação das famílias.

Um aspecto metodológico importante trata do critério de seleção da pessoa de referência (na unidade doméstica e/ou na família). Quando é selecionada uma pessoa pelo critério de suporte econômico ou de responsabilidade, não necessariamente esta pessoa é a mais adequada para estabelecer as relações de parentesco com os demais integrantes da unidade doméstica. Por outro lado, quando se seleciona uma pessoa de referência que permite definir um maior número de relações de parentesco, não se pode atribuir algum significado econômico ou de responsabilidade na família ao se analisar este indicador. Na utilização da matriz parcial ou total, em especial, a variável relação com a pessoa de referência não precisaria ser captada, no sentido de estabelecer as relações de dependência com os demais integrantes, ou seria captada para complementar a informação da matriz de parentesco. No caso de captação por matriz de parentesco, se fizer sentido também identificar a pessoa responsável ou a que promova o suporte econômico da família ou da unidade doméstica, o critério de seleção da pessoa deve estar claro na metodologia para a captação e a análise pode ser feita de forma direta.

Outro tópico relacionado à seleção da pessoa de referência é a questão da responsabilidade compartilhada pelo casal, pela perspectiva de suporte econômico (visão mais tradicional do conceito), que tenderia a aumentar na medida em que as mulheres estão mais inseridas no mercado de trabalho, auferindo rendimento próprio e assim, contribuindo no suporte econômico da unidade doméstica. Esse fator deve ser considerado ao se definir um critério para seleção de uma pessoa responsável na família ou na unidade doméstica. Mesmo ao se avaliar a possibilidade da responsabilidade compartilhada, o critério de definição de responsabilidade deve ser bem definido. No Brasil, discute-se que o critério estabelecido de identificação da pessoa de referência (e as variações deste termo utilizadas historicamente nas pesquisas analisadas: chefe, pessoa responsável), definido pela pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família ou que assim fosse considerada pelos demais moradores, ainda seja subjetivo. Este critério depende do que o conjunto de moradores, ou a pessoa que responda ao questionário, entenda por responsabilidade pelo domicílio (unidade doméstica) ou pela família. Deste modo, o conceito pode variar entre os moradores de uma mesma unidade doméstica e, também, entre as diferentes unidades domésticas não sendo possível atribuir uma análise objetiva<sup>46</sup> deste indicador. Então,

<sup>46</sup> Uma vez que o critério é subjetivo, não se sabe o critério utilizado em cada unidade doméstica ou família para escolha da pessoa de referência. Entre os critérios possíveis, pode-se pensar em: suporte econômico; proprietário do imóvel; pessoa cujo nome consta como principal locatária do imóvel; pessoa que realiza maior parte dos afazeres domésticos e cuidados; pessoa mais velha, entre outros.

além de ser um critério de seleção relativamente subjetivo, a escolha da pessoa de referência não implica que seja uma pessoa que se possa estabelecer o maior número de relações de parentesco na unidade doméstica ou na família.

Na análise dos indicadores, notou-se a tendência de concentrar mais as informações e estudos na forma de inserção do integrante na composição familiar, ao invés de simplesmente analisar a relação com a pessoa de referência na família. O Brasil traz muitos indicadores para pessoas considerando como variável de análise a relação com a pessoa de referência na família, enquanto nos demais países as análises focam nas famílias e unidades domésticas, construindo indicadores sobre composição da família e/ou da unidade doméstica. Além disso, foram encontrados diferentes indicadores relacionados com o bem-estar das crianças, como a presença, quantidade e idade de filhos ou de crianças nas famílias ou nas unidades domésticas. O estudo das famílias ou unidades domésticas de grupos etários específicos (jovens e idosos) também foi relevante no levantamento bibliográfico.

No Censo Demográfico 2010, do Brasil, apesar de algumas limitações na captação de informações sobre família (ausência de identificação do pai e de cônjuge, para homem), a construção de indicadores de famílias foi possível e vários indicadores encontrados na revisão bibliográfica foram divulgados nos resultados desta pesquisa. A identificação da família feita por meio de algoritmo (como no Censo Demográfico 2010 e nas pesquisas de outros países que utilizam matrizes) permite que o mesmo critério seja utilizado para se identificar as famílias. Quando a identificação da família é feita no momento da coleta, além de ser um procedimento que é reportado como complexo para ser feito em campo, não utiliza, necessariamente, o mesmo critério na separação e identificação das famílias, ou pode não identificar (todas) as famílias conviventes. Dependendo da informação coletada, quando se coleta a identificação das famílias em campo, fica difícil verificar se o mesmo critério foi aplicado em todos os casos. Deste modo, a identificação das famílias em campo, caso não tenha critérios especificados, pode ser subjetiva no sentido que algumas famílias são identificadas em campo e outras não.

Na PNAD, que foi a campo pela última vez no último trimestre de 2015 com metodologia diferente da do Censo Demográfico 2010, também foram encontrados muitos indicadores relevantes na temática da família, mas percebe-se que a análise ainda poderia ter sido ampliada, especialmente detalhando os tipos de arranjo familiar, presença de grupos etários específicos nas unidades domésticas, com análises mais aprofundadas para grupos populacionais específicos (crianças, jovens e idosos). A PNAD Contínua ainda não divulgou indicadores sobre família, nem sobre outros tópicos relacionados ao tema. Uma vez que ainda não houve módulo sobre o tópico de família nesta pesquisa, é importante refletir qual abordagem poderia ser feita, considerando os quesitos que já existem na pesquisa e as experiências abordadas nesta revisão. Da forma como está a metodologia da pesquisa (questionário de coleta) neste momento, não é possível identificar as famílias dentro das unidades domésticas, ponto que é essencial nas recomendações feitas pelas Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015).

## Referências

2011 CENSUS analysis: do the demographic and socio-economic characteristics of those living alone in England and Wales differ from the general population? London: Office for National Statistics - ONS, 2014a. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families>>. Acesso em: ago. 2016.

2011 CENSUS analysis: how do living arrangements, family type and family size vary in England and Wales? London: Office for National Statistics - ONS, 2014b. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families>>. Acesso em: ago. 2016.

CABELLA, W.; SOTO, M. F.; PRIETO, V. *Las transformaciones de los hogares uruguayos vistas a través de los censos de 1996 y 2011*. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2015. 64 p. (Atlas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay; fascículo 6). Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/atlas-sociodemografico>>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO 2010. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - Indec, [2016]. Disponível em: <[http://www.indec.gov.ar/nivel4\\_default.asp?id\\_tema\\_1=2&id\\_tema\\_2=41&id\\_tema\\_3=135](http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=41&id_tema_3=135)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1960: boletim de amostra - CD 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1960b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=597>>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1960: boletim geral - CD 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1960a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=598>>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1970: boletim da amostra - CD 1.01. Rio de Janeiro: IBGE, 1970a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=561>>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1970: boletim da não-amostra - CD 1.02. Rio de Janeiro: IBGE, 1970b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=559>>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1970: instruções de coleta - CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc109.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc109.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1980: boletim da amostra - CD 1.01. Rio de Janeiro: IBGE, 1980a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=5136>>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1980: boletim da não-amostra - CD 1.02. Rio de Janeiro: IBGE, 1980b. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc0114.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0114.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1980: manual do recenseador - CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 1980c. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc121.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc121.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1990: manual do recenseador - CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc157.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc157.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1991. Famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1991a. 282 p. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/78/cd\\_1991\\_n1\\_familias\\_domicilios\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/78/cd_1991_n1_familias_domicilios_br.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1991: questionário básico - CD 1.01. Rio de Janeiro: IBGE, 1991c. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc0151.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0151.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 1991: questionário da amostra - CD 1.02. Rio de Janeiro: IBGE, 1991b. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc167.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc167.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2000. Famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 200 p. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/87/cd\\_2000\\_familias\\_domicilios\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/87/cd_2000_familias_domicilios_amostra.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2000: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc187.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc187.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2000: questionário básico - CD 1.01. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc182.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc182.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2000: questionário da amostra - CD 1.02. Rio de Janeiro: IBGE, 2000c. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc2394.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2394.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010. Famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. 203 p. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd\\_2010\\_familias\\_domicilios\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010. Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd\\_2010\\_nupcialidade\\_fecundidade\\_migracao\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc2601.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010: questionário básico - CD 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc3128.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc3128.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010: questionário da amostra - CD 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010d. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc2584.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2584.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO. Instruções ao recenseador: recenseamento geral do Brasil: 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc94.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc94.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO nacional de población, hogares y viviendas 2010: cuestionário ampliado de viviendas particulares. 4 p. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2010e. Disponível em: <[http://www.indec.gov.ar/ftp/cuadros/poblacion/cuestionario\\_ampliado\\_2010.pdf](http://www.indec.gov.ar/ftp/cuadros/poblacion/cuestionario_ampliado_2010.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO nacional de población, hogares y viviendas 2010: glosario. 7 p. (Resultados definitivos. Variables seleccionadas, Serie B, n. 1). Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2010f. Disponível em: <[http://www.indec.gov.ar/ftp/cuadros/poblacion/glosario\\_censo2010.pdf](http://www.indec.gov.ar/ftp/cuadros/poblacion/glosario_censo2010.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSOS de población y viviendas 2010: cuestionario ampliado. 32 p. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, [2010]. Disponível em: <[http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/ccpv/cpv2010/doc/cpv2010\\_cuest\\_ampliado\\_d.pdf](http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/ccpv/cpv2010/doc/cpv2010_cuest_ampliado_d.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSOS de población y viviendas 2011: cuestionario de vivienda. 20 p. [Madrid]: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2011. Disponível em: <[http://www.ine.es/censos2011/censos2011\\_cuestionario.pdf](http://www.ine.es/censos2011/censos2011_cuestionario.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSOS de población y viviendas 2011: datos detallados. Notas de prensa: diciembre, 2013. 23 p. [Madrid]: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2013. Disponível em: <<http://www.ine.es/prensa/np824.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

CONSIDERACIONES metodológicas y conceptuales sobre los cuestionarios de población, hogares y viviendas de los Censos 2011. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2011. 51 p. Disponível em: <[http://www.ine.gub.uy/c/document\\_library/get\\_file?uuid=872d4c6a-ac66-42c8-9679-6e08b47e3e89&groupId=10181](http://www.ine.gub.uy/c/document_library/get_file?uuid=872d4c6a-ac66-42c8-9679-6e08b47e3e89&groupId=10181)>. Acesso em: ago. 2016.

CURRENT population survey (CPS): methodology. [Washington, D. C.]: U. S. Census Bureau, 2015. Disponível em: <<http://www.census.gov/programs-surveys/cps/about.html>>. Acesso em: ago. 2016.

DEPENDENT children usually resident in England and Wales with a parental second address, 2011. London: Office for National Statistics - ONS, 2014. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families>>. Acesso em: ago. 2016.

DESIGN and methodology: current population survey. New York: U.S. Census Bureau, Bureau of Labour Statistics, 2000. (Technical paper, n. 63). Disponível em: <<http://www.census.gov/prod/2000pubs/tp63.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

ENCUESTA continua de hogares: [cuestionarios]. 20 p. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística - INE, [2011a]. Disponível em: <[http://www.ine.gub.uy/c/document\\_library/get\\_file?uuid=862c045f-5a23-456f-9cf2-c6af4fb77d24&groupId=10181](http://www.ine.gub.uy/c/document_library/get_file?uuid=862c045f-5a23-456f-9cf2-c6af4fb77d24&groupId=10181)>. Acesso em: ago. 2016.

ENCUESTA continua de hogares: [cuestionarios]. Madrid: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2011b. 16 p. Disponível em: <[http://www.ine.es/inebaseDYN/ech30274/docs/cues2014\\_ech.pdf](http://www.ine.es/inebaseDYN/ech30274/docs/cues2014_ech.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

ENCUESTA continua de hogares: año 2015. Madrid: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2016. 10 p. Notas de prensa. Disponível em: <<http://www.ine.es/prensa/np965.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

ENCUESTA continua de hogares: metodologia. Madrid: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2015. 16 p. Disponível em: <[http://www.ine.es/inebaseDYN/ech30274/docs/meto\\_ech.pdf](http://www.ine.es/inebaseDYN/ech30274/docs/meto_ech.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2013. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 2014. 207 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2014/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016.

FAMILIES and households in England and Wales: 2011. London: Office for National Statistics - ONS, 2013. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families>>. Acesso em: ago. 2016.

FAMILIES and households: 2012. London: Office for National Statistics - ONS, 2012. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families/bulletins/familiesandhouseholds/previousReleases>>. Acesso em: ago. 2016.

FAMILIES and households: 2013. London: Office for National Statistics - ONS, 2013. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families/bulletins/familiesandhouseholds/previousReleases>>. Acesso em: ago. 2016.

FAMILIES and households: 2014. London: Office for National Statistics - ONS, 2015. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families/bulletins/familiesandhouseholds/previousReleases>>. Acesso em: ago. 2016.

FAMILIES and households: 2015. London: Office for National Statistics - ONS, 2015. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families/bulletins/familiesandhouseholds/previousReleases>>. Acesso em: ago. 2016.

FAMILY characteristics 2009-10. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2011. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Previousproducts/4442.0Main%20Features22009-10?opendocument&tabname=Summary&prodno=4442.0&issue=2009-10&num=&view=>>>. Acesso em: ago. 2016.

FAMILY characteristics and transitions 2012-13. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2015. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/0/E6A9286119FA0A85CA2569900255C89?Opendocument>>. Acesso em: ago. 2016.

FAMILY, household and income unit variables, 2014. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2014. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/1286.0~2014~Main%20Features~Summary~1>>. Acesso em: ago. 2016.

HOUSEHOLDS and household composition in England and Wales: 2001-2011. London: Office for National Statistics - ONS, 2014. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families/articles/householdsandhouseholdcompositioninenglandandwales/2014-05-29>>. Acesso em: ago. 2016.

IDENTIFYING household and family reference persons. In: FAMILY, household and income unit variables, 2014. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2014. Apêndice A. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/1286.0~2014~Main%20Features~Appendix%20A%20-%20Identifying%20Household%20and%20Family%20Reference%20Persons~19>>. Acesso em: ago. 2016.

INDICADORES IBGE: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua 1º trimestre de 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. 31 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

INDICADORES sociodemográficos. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - Indec, [2016b]. Disponível em: <<http://www.indec.gov.ar/indicadores-sociodemograficos.asp>>. Acesso em: ago. 2016.

LABOUR force survey user guide: volume 8: household and family data 2008. London: Office for National Statistics - ONS, 2008. 41 p. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peopleinwork/employmentandemployeetypes/methodologies/labourforcesurveyuserguidance#2007-release>>. Acesso em: ago. 2016.

LABOUR force survey user guides: volume 8: household and family data 2003. London: Office for National Statistics - ONS, 2003. 65 p. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peopleinwork/employmentandemployeetypes/methodologies/labourforcesurveyuserguidance#2007-release>>. Acesso em: ago. 2016.

LABOUR force, Austrália: labour force status and other characteristics of families 2012. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2013. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/PrimaryMainFeatures/6224.0.55.001?OpenDocument>>. Acesso em: ago. 2016.

LAS FORMAS de convivencia: 20º aniversario del año internacional de la familia. *Cifras: Boletín informativo del Instituto Nacional de Estadística*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2014. Disponível em: <[http://www.ine.es/ss/Satellite?L=es\\_ES&c=Page&cid=1254735116567&p=1254735116567&pagename=ProductosYServicios%2FPYSLayout](http://www.ine.es/ss/Satellite?L=es_ES&c=Page&cid=1254735116567&p=1254735116567&pagename=ProductosYServicios%2FPYSLayout)>. Acesso em: ago. 2016.

MAJOR trends affecting families: a background document. New York: United Nations - UN, Department of Economic and Social Affairs, Division for Social Policy and Development Programme on the Family, 2003. Disponível em: <<http://www.un.org/en/globalissues/family/links.shtml>>. Acesso em: ago. 2016.

MANUAL del entrevistador: encuesta continua de hogares: 2014. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2014. 122 p. Disponível em: <[http://www.ine.gub.uy/c/document\\_library/get\\_file?uuid=605207fc-f671-4780-8da8-7b3191d9bf58&groupId=10181](http://www.ine.gub.uy/c/document_library/get_file?uuid=605207fc-f671-4780-8da8-7b3191d9bf58&groupId=10181)> Acesso em: ago. 2016.

NACIONES UNIDAS. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. División de Estadística. *Principios y recomendaciones para los censos de población y habitación*. Rev. 2. Nueva York: Naciones Unidas, 2010. 427 p. (Informes estadísticos. Serie M, n. 67). Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/seriesm\\_67Rev2s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/seriesm_67Rev2s.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 1981: manual do entrevistador – PNAD 3.01. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc0298.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0298.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default\\_brasil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_brasil.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: notas metodológicas. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 47 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

PNAD contínua: questionário utilizado exclusivamente para treinamento. 31 p. Rio de Janeiro: IBGE, [2016]. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/Questionario\\_PNAD\\_Continua.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/Questionario_PNAD_Continua.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PRINCIPALES resultados 2009: Encuesta Continua de Hogares. [Montevideo]: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2009. 147 p. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/documents/10181/37924/ECH+2009.pdf/eb989287-b386-4f70-aece-30fe620142a1>>. Acesso em: ago. 2016.

PRINCIPALES resultados: Encuesta Continua de Hogares 2014. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2014. 68 p. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/documents/10181/37924/ECH+2014/808d35b5-f9df-44e6-86af-e4bec9f761a8>> Acesso em: ago. 2016.

SABOIA, A. L.; COBO, B.; MATOS, G. G. *Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2012. 38 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 39). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv58987.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

SÍNTESE de indicadores sociais 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2015/default\\_tab\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2015/default_tab_xls.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

SÍNTESES metodológica y conceptual del censo de población y vivienda 2010. Aguascalientes [México]: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, 2011. 81 p. Disponível em: <[http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/metodologias/est/sm\\_cpv2010.pdf](http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/metodologias/est/sm_cpv2010.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

SISTEMA de estadísticas sociodemográficas (SESD): definiciones y conceptos utilizados en los cuadros. [Buenos Aires]: Instituto Nacional de Estadística y Censos - Indec, [2010]. Disponível em: <[http://www.indec.mecon.ar/ftp/nuevaweb/cuadros/7/sesd\\_glosario.pdf](http://www.indec.mecon.ar/ftp/nuevaweb/cuadros/7/sesd_glosario.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

UNDERLYING concepts. In: FAMILY, household and income unit variables, 2014. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2014. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/1286.0~2014~Main%20Features~Underlying%20Concepts~15>>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Methods of projecting households and families*. New York: United Nations - UN, 1973. (Manuals on methods of estimating population: manual 7; Populations studies, n. 54 ). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/SocInd/manual7/manual7.html>>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Statistics Division. *Principles and recommendations for population and housing censuses*. Rev. 2. New York: United Nations - UN, 2008. 420 p. (Statistical papers. Series M, n. 67/rev. 2).

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Statistics Division. *Principles and recommendations for population and housing censuses*. Rev. 3. New York: United Nations - UN, 2015. 302 p. (Statistical papers. Series M, n. 67/rev. 3). Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/Series\\_M67rev3en.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/Series_M67rev3en.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS. Economic Commission for Europe. *Measurement of emerging forms of families and households*. New York; Geneve: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. 86 p. Disponível em: <[http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/Families\\_and\\_Households\\_FINAL.pdf](http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/Families_and_Households_FINAL.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

## Anexos

### **Anexo 1 - Classificações das unidades domésticas, por tipo, segundo as Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa)**

Os tipos de unidades domésticas poderiam ser:

a - unidade doméstica unipessoal;

b - unidade doméstica nuclear, definida como a unidade doméstica constituída inteiramente por um único núcleo familiar. Pode ser classificada em:

i - família de casal unido legalmente:

- com filho(s);
- sem filho(s)

ii - parceiros em união consensual (coabitação):

- com filho(s);
- sem filho(s)

iii - pai com filho(s);

iv - mãe com filho(s).

c - unidade doméstica estendida, definida como a unidade doméstica constituída de qualquer um dos seguintes:

i - um núcleo familiar único e outras pessoas relacionadas ao núcleo, por exemplo, um pai com filho(s) e outro(s) parente(s) ou um casal unido legalmente com outro(s) parente(s);

ii - dois ou mais núcleos familiares relacionados entre si, sem quaisquer outras pessoas, por exemplo, dois ou mais casais casados com (ou sem) filho(s);

iii - dois ou mais núcleos familiares relacionados entre si, além de outras pessoas relacionadas com, ao menos, um dos núcleos, por exemplo, dois ou mais casais casados com outro(s) parente(s); e

iv - duas ou mais pessoas relacionadas entre si, nenhuma delas constituindo um núcleo familiar.

d - unidade doméstica composta, definida como uma unidade doméstica constituída por qualquer um dos seguintes:

- i - um núcleo familiar único, além de outras pessoas, algumas das quais relacionadas com o núcleo e algumas das quais não são, por exemplo, mãe com filho(s) e outros parentes e não parentes;
- ii - um núcleo familiar único, além de outras pessoas, nenhuma das quais está relacionada com o núcleo, por exemplo, pai com filho(s) e não parentes;
- iii - dois ou mais núcleos familiares relacionados entre si, além de outras pessoas, algumas das quais são relacionadas com pelo menos um dos núcleos e algumas das quais não estão relacionadas com qualquer dos núcleos, por exemplo, dois ou mais casais com outros parentes e não parentes;
- iv - dois ou mais núcleos familiares relacionados entre si, além de outras pessoas, nenhuma das quais é relacionada com qualquer um dos núcleos, por exemplo, dois ou mais casais casados, com um ou mais com filho(s) e não parentes;
- v - dois ou mais núcleos familiares não relacionados entre si, com ou sem quaisquer outras pessoas;
- vi - duas ou mais pessoas relacionadas entre si, nenhuma delas constituindo um núcleo familiar, além de outras pessoas não parentes; e
- vii - apenas pessoas não relacionadas.

e - outro; e

f - desconhecido ou não declarado.

## **Anexo 2 - Classificação das pessoas, por *status* na unidade doméstica e *status* na família, segundo as Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa)**

As pessoas que vivem em unidades domésticas são classificadas por *status* na unidade doméstica como:

Pessoa em uma unidade doméstica com pelo menos um núcleo familiar:

- i - cônjuge casado;
- ii - parceiro em união consensual (parceiro de coabitação);
- iii - mãe sozinha<sup>47</sup> (*lone mother*);
- iv - pai sozinho<sup>48</sup> (*lone father*);
- v - filho (*child*) vivendo com ambos os pais;
- vi - filho (*child*) vivendo com a mãe sozinha;
- vii - filho (*child*) vivendo com o pai sozinho;
- viii - não é um membro de um núcleo familiar;
- viii - vivendo com parentes; e
- ix - vivendo com não parentes.

<sup>47</sup> Pessoa vivendo com filho, sem esposo.

<sup>48</sup> Pessoa vivendo com filho, sem esposa.

Pessoa em uma unidade doméstica sem núcleo familiar:

i - vivendo sozinha (*living alone*);

ii - vivendo com outros (vide nota de rodapé nº 49);

- vivendo com irmão (s);
- vivendo com outros parentes; e
- vivendo com não parentes.

As pessoas são classificadas por *status* na família<sup>49</sup> como:

Cônjuge:

i - esposo:

- com filho(s); e
- sem filho.

ii - esposa:

- com filho(s); e
- sem filho.

Progenitor sozinho (*lone parent*):

i - masculino; e

ii - feminino.

Filho:

i - com ambos os pais;

ii - com progenitor sozinho;

- com o pai sozinho; e
- com a mãe sozinha.

Não membro de um núcleo familiar:

i - parente do esposo ou da esposa;

- pai do esposo ou da esposa;
- irmãos do esposo ou da esposa; e
- outro parente do esposo ou da esposa.

ii - Não parente.

---

<sup>49</sup> As subdivisões desta categoria podem ser modificadas para se adequar às circunstâncias nacionais.

**Anexo 3 - Quadro de referências consultadas para discutir indicadores sobre unidade doméstica, família, pessoas e grupos específicos, segundo país e pesquisa analisados**

País e pesquisa	Referências consultadas
Brasil, Censo 1991	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&amp;i=P">http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&amp;i=P</a> >, acesso em 04/05/2016. * Publicação CENSO... (1991a).
Brasil, Censo 2000	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000fd.asp?o=29&amp;i=P">http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000fd.asp?o=29&amp;i=P</a> > e em < <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&amp;i=P">http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&amp;i=P</a> >, acesso em 04/05/2016. * Publicação CENSO... (2003).
Brasil, Censo 2010	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010FD.asp?o=15&amp;i=P">http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010FD.asp?o=15&amp;i=P</a> > e em < <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&amp;i=P">http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&amp;i=P</a> >, acesso em 04/05/2016. * Publicação CENSO... (2010a, 2012).
Brasil, PNAD	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&amp;i=P">http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&amp;i=P</a> > e em < <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnads.asp?o=4&amp;i=P">http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnads.asp?o=4&amp;i=P</a> >, acesso em 04/05/2016. * Publicação SÍNTESE... (2015).
Brasil, PNAD Contínua	* Publicação PESQUISA... (2014).
Argentina, Censo 2010	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.indec.mecon.ar/indicadores-sociodemograficos.asp">http://www.indec.mecon.ar/indicadores-sociodemograficos.asp</a> > e em < <a href="http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&amp;id_tema_2=41&amp;id_tema_3=135">http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&amp;id_tema_2=41&amp;id_tema_3=135</a> >, acesso em 27/05/2016.
Uruguai, Censos 2011	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011">http://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011</a> >, acesso em 27/05/2016. * Publicação CABELLA, SOTO E PRIETO (2015).
Uruguai, ECH	* Publicação PRINCIPALES... (2009, 2014)
México, Censo 2010	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www3.inegi.org.mx/sistemas/tabuladosbasicos/default.aspx?c=27303&amp;s=est">http://www3.inegi.org.mx/sistemas/tabuladosbasicos/default.aspx?c=27303&amp;s=est</a> >, acesso em 27/05/2016, e < <a href="http://www3.inegi.org.mx/sistemas/tabuladosbasicos/default.aspx?c=27302&amp;s=est">http://www3.inegi.org.mx/sistemas/tabuladosbasicos/default.aspx?c=27302&amp;s=est</a> >, acesso em 27/05/2016.
Austrália, Censo 2011	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.censusdata.abs.gov.au/census_services/getproduct/census/2011/quickstat/0?opendocument&amp;navpos=220">http://www.censusdata.abs.gov.au/census_services/getproduct/census/2011/quickstat/0?opendocument&amp;navpos=220</a> >, acesso em 27/05/2016.
Austrália, LFS	* Publicação LABOUR... (2013); FAMILY... (2015).
Estados Unidos, CPS	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.census.gov/hhes/families/data/cps.html">http://www.census.gov/hhes/families/data/cps.html</a> > Acesso em 27/05/2016.
Espanha, ECH	* Publicações LAS FORMAS... (2014); ENCUESTA... (2016).
Espanha, Censos 2011	* Tabelas de resultados na página <i>web</i> , disponível em < <a href="http://www.ine.es/censos2011_datos/cen11_datos_resultados.htm">http://www.ine.es/censos2011_datos/cen11_datos_resultados.htm</a> > Acesso em 27/05/2016. * Publicação CENSOS... (2013).
Reino Unido, LFS	* Publicações FAMILIES... (2012, 2013, 2015).
Reino Unido, Censuses 2011	* Publicações 2011 CENSUS... (2014a, 2014b); HOUSEHOLDS... (2014); DEPENDENT... (2014).

Fonte: Elaborado pela autora.

# Indicadores de habitação e o direito à moradia

Bruno Mandelli Perez\*

## Introdução

O direito à moradia é assegurado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Art. 6º (BRASIL, 2016). A concretização desse direito é objetivo de políticas públicas em todos os níveis de governo. É essencial, portanto, que o Sistema Estatístico Nacional esteja apto a produzir indicadores capazes de monitorar a realização deste direito, em suas diversas facetas.

Nesse capítulo, serão comparadas a produção de indicadores relacionados ao direito à moradia a partir de informações coletadas em censos e pesquisas domiciliares amostrais, no Brasil e em quatro casos estrangeiros, tendo como orientação a definição do direito à moradia adequada tal como desenvolvido pelos organismos internacionais.

Na primeira seção, **Direito à moradia no cenário internacional**, descreveremos a caracterização do direito à moradia adequada em tratados e documentos de organismos internacionais, além da abordagem do tema da moradia no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e as recomendações internacionais em relação à coleta de informações relacionadas à moradia nos censos. Na segunda seção, **Abordagem do tema no Brasil**, apresentaremos o tratamento do tema moradia, com base no Censo Demográfico 2010 e em pesquisas domiciliares amostrais, no Brasil, pelo IBGE e por um de seus principais usuários externos, a Fundação João Pinheiro - FJP.

---

\* Graduado em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Artes - ECA, Universidade de São Paulo - USP. Tecnologista de Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

Na terceira seção, **Experiências internacionais**, será utilizada a mesma abordagem para o Canadá, Austrália, União Europeia e México. Para cada caso, apresentaremos as principais pesquisas domiciliares, as informações relacionadas à moradia coletadas, os principais indicadores produzidos, algumas definições e conceitos utilizados e a forma como eles são apresentados – as desagregações e as unidades de análise adotadas na produção de indicadores.

Por fim, a conclusão se propõe a comparar o tratamento dado no Brasil e nos quatro casos estrangeiros analisados a cada um dos componentes do direito à moradia, tal como expostos na primeira seção.

A análise se concentra nas condições de moradia dos moradores de domicílios particulares, entendendo que os domicílios coletivos (como asilos, penitenciárias, alojamentos de trabalhadores etc.) têm características muito distintas, demandando uma abordagem própria.

## **Direito à moradia no cenário internacional**

### **Caracterização do direito à moradia pelas instituições internacionais**

Na legislação internacional, a moradia adequada é prevista como direito de todos na Declaração Universal Direitos Humanos, de 1948 (UNITED NATIONS, 1948), e no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966 (UNITED NATIONS, 1966). Nestes tratados, porém, o direito à moradia está apenas elencado entre outros direitos sociais, não estando explícita uma definição mais precisa do seu significado.

Nas décadas seguintes, o tema da moradia ganhou importância e uma institucionalidade mais robusta nos organismos internacionais. Nesse processo, destacam-se a realização, em 1976, da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), que, entre outras medidas, estabeleceu a obrigação dos governos de garantir o direito à habitação e serviços adequados para toda a população (UNITED NATIONS, 1976); a criação, no ano seguinte e como desdobramento imediato da Habitat I, do Centro das Nações Unidas para os assentamentos humanos, posteriormente ampliado e transformado no Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat); e a adoção pela Assembléia Geral, em 1988, da Estratégia Mundial para a Habitação até o Ano 2000.

Este último documento explicita que:

habitação adequada significa mais do que um teto sobre a cabeça: significa privacidade adequada, espaço adequado, segurança adequada, iluminação e ventilação adequadas, infraestrutura adequada e localização adequada em relação aos postos de trabalho e serviços básicos – tudo isso a um custo aceitável (UNITED NATIONS, 1976, p. 159, tradução nossa).

Em outra passagem, registra ainda que “os padrões de ‘adequação’ devem ser identificados com base na análise dos padrões e opções economicamente acessíveis para a população alvo e para a sociedade como um todo (UNITED NATIONS, 1976, p. 159, tradução nossa).

Em linha com esses desenvolvimentos, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - CESCR das Nações Unidas (United Nations - UN) produziu, em 1991, um documento (UNITED NATIONS, 1991, tradução nossa), que busca aprofundar e esclarecer a concepção de direito à moradia adequada, dividindo-o em sete componentes:

- Segurança de posse: que os ocupantes (sejam proprietários, locatários ou de outra condição) estejam protegidos de despejos arbitrários;
- Acesso a serviços, equipamentos e infraestrutura: que o domicílio tenha as instalações essenciais para garantir a saúde, a segurança, o conforto e a nutrição dos moradores, além do acesso a água, esgotamento sanitário, energia para iluminação e preparo dos alimentos;
- Acessibilidade econômica: que os custos econômicos associados à moradia não sejam elevados ao ponto de prejudicarem a satisfação de outras necessidades essenciais dos moradores;
- Habitabilidade: que o domicílio tenha espaço suficiente, ofereça segurança física e proteja seus moradores de intempéries e vetores de doenças;
- Acessibilidade: grupos sociais em desvantagem devem ter acesso à moradia adequada e suas necessidades específicas em relação à moradia devem ser contempladas;
- Localização: a localização do domicílio deve permitir acesso a postos de trabalho, serviços de saúde, escolas, creches e outros equipamentos sociais; e
- Adequação cultural: a forma de construção da casa e seus materiais devem permitir a expressão da identidade cultural de seus moradores.

Como fica claro, essa definição vai além da estrutura do domicílio propriamente dito, abarcando questões que tradicionalmente são abordadas dentro de outras temáticas. Por conta do componente de localização, por exemplo, podemos considerar que questões como o tempo despendido no deslocamento de casa para o trabalho são pertinentes ao monitoramento do direito à moradia, embora digam respeito também à temática de inserção no mercado de trabalho. Da mesma forma, a existência de alguns equipamentos no domicílio (como máquina de lavar roupas, geladeira, fogão etc.) pode ser considerada uma informação relevante ao componente de acesso a serviços, equipamentos e infraestrutura do direito à moradia.

Essa abordagem do direito à moradia adequada, dividido em sete componentes, permanece até hoje, embora se tenha avançado na especificação de cada componente.

Outro desenvolvimento importante foi a realização, em 1996, da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Habitat II, quando é aprovada a Agenda Habitat, um compromisso com a universalização do acesso à habitação adequada e com o desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis. O documento reconhece ainda que as limitações no acesso à moradia atingem de forma diversa os diferentes grupos sociais. Pontua assim que: “Atenção especial deve ser dada às condições e necessidades das pessoas vivendo na pobreza, as pessoas sem-teto, mulheres, idosos, povos indígenas, refugiados, desalojados, deficientes e grupos sociais vulneráveis” (THE HABITAT, 1997, p. 1, tradução nossa).

Nesse espírito, recomenda explícita e reiteradamente a importância de desagregar os indicadores de monitoramento de acordo com essas características, em especial por gênero, sempre que possível, inclusive no que se refere à oferta e demanda de habitações.

Em 2000, é criado ainda o mandato de Relator Especial das Nações Unidas sobre “Moradia adequada como um componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito à não discriminação neste contexto” (MORADIA..., 2014), que tem promovido estudos aprofundando a compreensão do direito à moradia – são especialmente significantes os esforços em torno dos temas de segurança de posse e de moradia para as mulheres.

Em relação ao direito à habitação por parte de grupos sociais em desvantagem, é importante mencionar também que uma série de acordos temáticos internacionais ressalta a importância de estender o direito à moradia a grupos populacionais específicos, entre eles a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais da Organização Internacional do Trabalho - OIT (1989) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2007) – o Brasil é signatário de todos essas convenções.

## **O direito à moradia no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**

A Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2015, estabeleceu 169 metas, para cumprimento até 2030, relacionadas a 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS<sup>1</sup>.

Uma dessas metas faz referência explícita ao direito à moradia adequada. Trata-se da Meta 11.1: “Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas” (NAÇÕES UNIDAS, 2016, p. 10), parte do Objetivo 11, “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (NAÇÕES UNIDAS, 2016, p. 1).

Desde o estabelecimento dos ODS em 2015, a Divisão de Estatística das Nações Unidas, em conjunto com outros organismos internacionais, tem trabalhado no desenvolvimento de indicadores para monitoramento das metas. O indicador 11.1.1 proposto<sup>2</sup> para monitoramento da Meta 11.1 é a “Proporção da população urbana vivendo em favelas, assentamentos informais ou moradias inadequadas” (UNITED NATIONS, 2016c, p. 2, tradução nossa).

Conforme a documentação de referência (UNITED NATIONS, 2016c), no cálculo desse indicador serão considerados como residindo em “em favelas, assentamentos informais ou moradias inadequadas” (UNITED NATIONS, 2016c, p. 2, tradução nossa) todas as pessoas que residirem em domicílios que não cumpram ao menos uma dessas cinco condições: acesso fácil a água potável; acesso a esgotamento adequado; durabilidade; espaço adequado; e segurança de posse.

<sup>1</sup> Para informações mais detalhadas, consultar: TRANSFORMANDO nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Adotado na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Nova York, 27 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>2</sup> Os indicadores ainda não foram confirmados para o monitoramento global da Agenda 2030 no momento da conclusão desse texto, em junho de 2016, com adoção prevista para os dias 10-19 de julho de 2017 no Fórum Político da Alto Nível do Conselho Econômico e Social da ONU (High-level Political Fórum - HLPF of the Economic and Social Council - Ecosoc).

Embora a noção de favela ou assentamento informal remeta a um conjunto de domicílios, o indicador em questão deve ser calculado individualmente (ou seja, o domicílio é classificado de acordo com suas próprias características, independentemente das características dos demais domicílios do entorno) a partir de pesquisas domiciliares.

Essa abordagem – identificação individual do domicílio com base nas cinco condições expostas – repete a metodologia que já vinha sendo utilizada no monitoramento do Objetivo 7 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, composto por quatro metas, cuja Meta 4 estabelece que: “Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados” (NAÇÕES UNIDAS, 2015), através do indicador “Proporção da população urbana vivendo em assentamentos precários” (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Há, no entanto, pequenas diferenças na definição de cada condição.

No formato atual, são consideradas formas adequadas de acesso à água a rede geral; fonte pública (desde que compartilhada entre no máximo cinco domicílios); poço artesiano; nascente protegida; poço raso protegido; e água de chuva armazenada ou água engarrafada. Quanto ao esgotamento, são considerados adequados o esgotamento por rede; a fossa séptica; e fossa comum com laje ou ventilada. Para o espaço adequado, o critério adotado foi de residirem no domicílio menos de quatro moradores por cômodo habitável.

Para a qualificação da durabilidade do domicílio, é listada uma série de critérios: construção com materiais permanentes; respeito aos códigos de obra; não estar dilapidado ou necessitando de reparos significativos; e não estar localizado em locais perigosos (declives acentuados, próximo a resíduos tóxicos, zonas alagáveis, ou muito próximo a ferrovias, rodovias, aeroportos e linhas de transmissão de alta tensão).

Por fim, a segurança de posse é mensurada através da existência de alguma documentação de posse do domicílio, ou percepção dos moradores de estarem protegidos contra despejos.

Trata-se, portanto, de um indicador complexo, que demanda uma série de informações oriundas das pesquisas domiciliares.

No âmbito dos ODS, há ainda outros indicadores propostos que se relacionam com ao menos alguns aspectos do direito à moradia adequada, e também deverão ser produzidos a partir de dados coletados com pesquisas domiciliares. É o caso, por exemplo, do indicador 6.1.1: “Proporção da população utilizando serviços seguros de abastecimento de água potável” (UNITED NATIONS, 2016a, p. 2, tradução nossa), ou o indicador 7.1.1: “Proporção da população com acesso a energia elétrica” (UNITED NATIONS, 2016b, p. 2, tradução nossa). Outros indicadores também se relacionam parcialmente com componentes do direito à moradia, mas demandam informações que não são produzidas a partir de pesquisas domiciliares. É o que ocorre com o indicador 11.2.1: “Proporção da população com acesso conveniente ao transporte público, desagregada por sexo, faixa etária e pessoas com deficiência” (UNITED NATIONS, 2016c, p. 1, tradução nossa), que se relaciona com o componente de localização do direito à moradia adequada, mas deve ser produzido a partir da localização espacial dos pontos de transporte público, conforme informado pelo poder público local.

## Recomendações de órgãos internacionais quanto à coleta de informações estatísticas relacionadas à moradia

Entre as recomendações internacionais a respeito da coleta de informações estatísticas em entrevistas domiciliares, uma referência fundamental é o *Principles and recommendations for population and housing censuses*, um documento produzido pela Divisão de Estatística das Nações Unidas com orientações para os censos nacionais. A última versão foi adotada em 2015 (UNITED NATIONS, 2015).

Em relação à temática de moradia, o documento aponta a importância dos censos nacionais em produzir informações necessárias ao desenvolvimento das políticas públicas de habitação e assentamentos humanos.

O documento contém uma lista de tópicos recomendados para coleta nos censos, divididos em tópicos fundamentais (*core topics*) e tópicos adicionais. O texto, porém, pondera que a definição dos tópicos a serem abordados em cada censo deve levar em conta as demandas locais e capacidade de coleta de informações de cada país.

Entre a lista de tópicos recomendados como fundamentais, há vários relacionados à caracterização da moradia: espécie de domicílio; tipo de domicílio<sup>3</sup>; condição de ocupação<sup>4</sup>; condição de propriedade (se o domicílio é uma propriedade particular, pública, comunal ou cooperativa); material utilizado na construção das paredes externas; número de cômodos; número de moradores; forma de abastecimento da água utilizada para beber; forma de esgotamento sanitário; destino do lixo; forma de iluminação ou origem da energia elétrica; existência de canalização de água no domicílio; existência de sanitário e classificação deste por tipo e por uso exclusivo ou compartilhado; existência de instalações para banho (chuveiro e/ou banheira); existência de cozinha (definida como cômodo dedicado e equipado para preparação das refeições); o combustível utilizado no preparo dos alimentos; e presença de bens relacionados às tecnologias de informação e comunicação (telefone, computador etc).

Como tópicos adicionais, o documento lista o número de quartos; a metragem do imóvel (embora ponderando as dificuldades técnicas envolvidas para coletar essa informação); disponibilidade de gás encanado; materiais utilizados na construção do piso e da cobertura; necessidades de reparos; ano ou período de construção (sugerindo coletar também informação sobre a forma de construção da casa, nos países onde é comum a construção pelos próprios moradores); número de domicílios no mesmo prédio; posição (andar) do domicílio no prédio; acessibilidade física ao domicílio (se é necessário utilizar escada ou rampa para chegar ao domicílio); custos de locação e moradia (podendo incluir prestações, impostos e taxas de serviços); posse de bens duráveis (como geladeira, máquina de lavar roupa etc); acesso a espaço recreativo externo (seja dentro do próprio terreno do domicílio, seja espaço público, nas proximidades); e utilização da residência para atividades econômicas<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> O conceito de tipo de domicílio se refere à configuração estrutural da construção onde se localiza o domicílio. Nas pesquisas do IBGE, por exemplo, os domicílios particulares permanentes são divididos em três tipos: casa, apartamento e cômodo – nesta última categoria são classificados os domicílios que ocupam um ou mais cômodos em cortiços e casas de cômodos.

<sup>4</sup> A condição de ocupação do domicílio é o arranjo por meio do qual os moradores ocupam aquela residência – se o domicílio é próprio; alugado; cedido etc.

<sup>5</sup> A lista inclui ainda como tópicos adicionais as formas de aquecimento da casa e da água, esses de menor relevância para a realidade brasileira.

Além das características da moradia, o documento ressalta a importância das informações a respeito dos moradores para a formulação de políticas públicas de moradia:

Devem ser coletadas suficientes informações demográficas, sociais e econômicas a respeito dos moradores para fornecer uma descrição adequada das condições de moradia e também para prover dados para análise das causas das deficiências de moradia e para o estudo de possíveis ações remediativas (UNITED NATIONS, 2015, p. 4, tradução nossa).

Destaca especialmente as informações de sexo e idade da pessoa de referência do domicílio como informações relevantes para a temática de moradia, sugerindo que as informações a respeito das características dos domicílios sejam apresentadas de forma desagregada de acordo com essas variáveis.

Por fim, o documento recomenda ainda que os censos mensurem a população sem-moradia<sup>6</sup>, distinguindo em duas classes ou graus: o primeiro, mais grave, seria a população vivendo nas ruas ou sem abrigo; já o segundo grupo reuniria pessoas sem moradia fixa ou residindo em abrigos.

## Abordagem do tema no Brasil

### Pesquisas e indicadores do IBGE

O IBGE coleta informações a respeito das condições de moradia no Censo Demográfico decenal e também em duas pesquisas amostrais, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada anualmente até 2015, e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, cuja última edição foi no biênio 2008/2009.

No Quadro 1, no **Anexo** deste trabalho, temos uma listagem esquematizada das principais informações coletadas no Censo Demográfico, POF e PNAD, em suas últimas edições, no que tange às condições de moradia, organizadas de acordo com os componentes dos direitos à moradia adequada, tais como caracterizados pelas Nações Unidas, aos quais se referem, tentando identificar qual aspecto do referido componente relaciona-se com a informação.

Percebe-se pelo Quadro 1 que as pesquisas domiciliares do IBGE produzem informações relacionadas aos sete componentes do direito à moradia adequada – o que não significa necessariamente que essas informações são suficientes para a construção de indicadores adequados ao monitoramento desses componentes, seja de forma exaustiva, seja de forma parcial.

Atualmente, a PNAD está em processo de substituição pela PNAD Contínua, que começou a coletar informações sobre os domicílios no último trimestre de 2015. A PNAD Contínua preserva a estrutura geral da PNAD no que se refere aos quesitos relacionados aos domicílios, com adição de alguns quesitos – intermitência nos serviços de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, material utilizado na construção do piso – e reformulação das categorias de outros. Por outro

<sup>6</sup> O termo em inglês é *homeless*. Muitas vezes esse termo é traduzido para o português como sem-teto. Nessa publicação, porém, escolheu-se utilizar como tradução o termo sem-moradia. Ocorre que alguns documentos internacionais consultados diferenciam explicitamente o conceito *homeless* do conceito *roofless*, este último podendo ser traduzido ao pé-da-letra como sem-teto. Além disso, como se verá, a utilização do termo *homeless* corresponde a uma categoria mais ampla do que o significado normalmente atribuído ao termo sem-teto no Brasil.

lado, em função de seu caráter longitudinal, a PNAD Contínua só realiza entrevistas em domicílios particulares permanentes, ao contrário da PNAD, que também realizava entrevistas em domicílios coletivos e particulares improvisados<sup>7</sup>. Além disso, a PNAD Contínua não identifica, no momento da entrevista, as famílias secundárias que habitam o domicílio e, portanto, não pode questioná-las quanto a intenção de constituir outro domicílio, ao contrário do que ocorria na PNAD.

Em geral, as informações listadas no Quadro 1 dizem respeito a aspectos objetivos da moradia. A exceção é o módulo de Condições de vida aplicado na POF 2008/2009, que contemplava perguntas relativas à percepção dos moradores a respeito de características do domicílio, do entorno e do acesso domiciliar a serviços de infraestrutura.

Cabe mencionar ainda a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, realizada pela primeira vez em 2013. A PNS possui quesitos a respeito da moradia semelhantes aos da PNAD, com a vantagem de permitir a análise dessas variáveis em conjunto com informações a respeito das condições de saúde dos moradores.

Nas publicações do IBGE<sup>8</sup>, os indicadores de moradia mais comumente destacados são a distribuição por tipo de domicílio; a média de moradores por domicílio e por dormitório; a distribuição por condição de ocupação do domicílio; material predominante nas paredes; proporção de domicílios com água encanada; existência de banheiro ou sanitário; origem do abastecimento de água; forma de esgotamento sanitário; destino do lixo; existências de iluminação elétrica; e presença de alguns bens duráveis.

As características do entorno foram abordadas na publicação *Censo demográfico 2010: características urbanísticas do entorno dos domicílios* (2010) – que divulgou os dados do entorno levantados no censo: existência de iluminação pública; pavimentação; calçada; identificação do logradouro; meio-fio/guia; bueiro/boca de lobo; rampa para cadeirante; arborização; e esgoto a céu aberto e lixo acumulado nos logradouros – e também, brevemente, descritas na publicação *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados* (2012) com dados da POF 2008/2009, onde foi abordada principalmente a presença de fatores de risco no entorno (vias movimentadas; lixões; fios de alta tensão; entre outros). Cabe esclarecer que essas informações não foram propriamente coletadas em questionários domiciliares, e sim levantadas através da observação direta, no período de pré-coleta.

Em se tratando de outros indicadores de construção mais complexa, as publicações de divulgação do Censo Demográfico<sup>9</sup> utilizaram o conceito de ocupação adequada e o de moradia adequada. Para ocupação adequada, foram classificados os domicílios particulares permanentes com no máximo dois moradores por dormitório. Foi considerado como moradia adequada (um indicador composto) o domicílio com ocupação adequada (tal como definido acima); abastecimento de água por rede geral; esgotamento sanitário por rede ou por fossa séptica; e lixo coletado direta ou

<sup>7</sup> De acordo com o glossário da PNAD, o domicílio improvisado é o “Domicílio particular localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que esteja servindo de moradia” (GLOSSÁRIO..., 2016).

<sup>8</sup> Para um exemplo, consultar: PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014. Acompanha 1 CD-ROM. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_sintese.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>9</sup> Para um exemplo, consultar: CENSO demográfico 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. 199 p. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd\\_2010\\_familias\\_domicilios\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

indiretamente. Os domicílios que reuniam algumas dessas condições, mas não todas, foram considerados semiadequados, e os domicílios que não reuniam nenhuma dessas condições foram considerados inadequados. Por esses critérios, apenas 52,5% dos domicílios brasileiros foram classificados como moradia adequada em 2010.

Já na *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015* (2015), publicação que utilizou principalmente dados oriundos da PNAD, os conceitos utilizados foram outros. Para monitoramento da adequação do espaço, foi utilizado o conceito de adensamento domiciliar excessivo, definindo como excessivamente adensado o domicílio com mais de três moradores por dormitório. Já a acessibilidade econômica dos domicílios foi monitorada através do conceito de ônus excessivo com aluguel, situação que se configura quando o valor do aluguel mensal iguala ou supera 30,0% da renda domiciliar mensal.

As desagregações mais utilizadas na divulgação de dados de moradia pelo IBGE são por situação do domicílio (quer dizer, situados em áreas rurais ou urbanas). São frequentes também desagregações por renda. Em muitas edições da *Síntese de Indicadores Sociais* foram usadas classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* em salários mínimos, enquanto na *Síntese de Indicadores Sociais de 2015*, quintis de renda domiciliar *per capita* foram utilizados.

As publicações de divulgação do Censo Demográfico também apresentam, com menor frequência, indicadores relacionados à moradia desagregados por classes de tamanho da população dos municípios; sexo; cor ou raça e faixa etária dos moradores; e sexo do responsável pelo domicílio.

A publicação *Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo* (2012a) apresentou resultados do Censo Demográfico 2010 para esse grupo específico, incluindo algumas características dos domicílios localizados em terras indígenas, ou com residentes indígenas. É digna de nota nesse sentido a existência, na operação censitária de 2010, de uma categoria específica para moradias tradicionais indígenas (oca ou maloca) dentro do quesito tipo de domicílio, cujos resultados foram explorados nessa publicação.

Em relação à unidade de análise utilizada nos indicadores relacionados à moradia, o IBGE utiliza tanto os domicílios como os indivíduos, isto é, há tanto indicadores onde os totais e proporções se referem ao número de domicílios, como aqueles que se referem ao número de moradores. A exceção é a *Síntese de Indicadores Sociais*, que nos últimos anos tem utilizado apenas os domicílios como unidade de análise nos indicadores relacionados à moradia.

É importante sublinhar também o conceito de aglomerado subnormal. O IBGE classifica nessa categoria o conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa – características bastante relacionadas a componentes do direito à moradia. A identificação dos conjuntos de domicílios que reúnem essas condições não é feita pelo IBGE a partir de pesquisas domiciliares, e sim a partir de imagens de satélite, levantamentos de informações junto ao poder público local e visitas *in loco*. Porém, a identificação de setores censitários pertencentes a aglomerados subnormais permite que a informação da localização do domicílio em aglomerado seja combinada com informações a respeito dos domicílios e dos moradores, coletadas nos questionários

domiciliares do Censo Demográfico 2010. Os aglomerados subnormais foram abordados na publicação *Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais: informações territoriais* (2013).

Por fim, embora esse texto tenha como foco os indicadores produzidos a partir de censos e pesquisas domiciliares, cabe mencionar também a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB, que coleta informações junto ao poder público municipal e empresas prestadores de serviços de saneamento, produzindo indicadores a respeito dos serviços de saneamento básico, agregados por município ou distrito. A última edição da PNSB foi em 2008.

Além do levantamento de informações da PNSB e das informações do poder público municipal utilizadas na definição dos aglomerados subnormais, o IBGE não utiliza no momento outras fontes administrativas para produção de indicadores relacionados à moradia.

## Os indicadores de déficit e necessidade habitacional da Fundação João Pinheiro

Um dos principais usuários externos das informações referentes à moradia produzidas pelas pesquisas domiciliares do IBGE é a Fundação João Pinheiro - FJP, órgão de pesquisa do governo estadual de Minas Gerais, que desenvolveu, em 1995, uma metodologia de aferição do déficit habitacional e das inadequações de domicílios no Brasil, que foi adotada oficialmente pelo governo federal.

Atualmente a FJP apresenta notas técnicas informando os indicadores anuais de déficit habitacional e inadequação de domicílios em todas as Unidades da Federação, calculado a partir dos dados da PNAD – com exceção dos anos de 2000 e 2010, quando foram utilizados os dados do Censo Demográfico, com as necessárias adaptações metodológicas, sendo possível produzir resultados municipais.

Na compreensão da FJP, o déficit e a inadequação são duas dimensões das necessidades habitacionais. O déficit diz respeito aos problemas de habitação que necessitam da construção de novos domicílios para sua solução. Já a inadequação reflete problemas que podem ser solucionados com melhorias na moradia, inclusive em elementos externos à habitação, como a infraestrutura de serviços.

Desde sua criação, a metodologia do déficit habitacional passou por algumas alterações, chegando a sua versão atual em 2007. No formato em vigor<sup>10</sup>, o déficit habitacional é composto por quatro componentes:

- habitações precárias: são consideradas habitações precárias os domicílios particulares improvisados e os domicílios onde as paredes externas foram construídas predominantemente por materiais não duráveis;
- coabitação familiar: a coabitação familiar ocorre quando o domicílio é do tipo casa de cômodos ou cortiço (já que esse tipo de domicílio não garante privacidade aos moradores) ou ainda quando, além da família principal, há uma família convivente no domicílio que manifestou intenção de constituir um domicílio exclusivo;

<sup>10</sup> Para informações mais detalhadas sobre a metodologia com os resultados de 2011 e 2012, consultar: DÉFICIT habitacional no Brasil: 2011-2012. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - FJP, Centro de Estatística e Informações - CEI, 2015. 126 p. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file>>. Acesso em: ago. 2016.

- ônus excessivo com aluguel: está configurado nos domicílios alugados onde o valor do aluguel mensal iguala ou excede 30,0% do rendimento familiar mensal – esse critério porém é aplicado apenas aos domicílios urbanos<sup>11</sup> com renda familiar mensal de até três salários mínimos. A utilização de um limite de renda na aplicação desse critério reflete a compreensão de que para famílias de renda mais baixa o comprometimento de uma parcela elevada da renda com o aluguel pode ser a única forma de garantir uma moradia. O limite específico de três salários mínimos foi adotado por ser o mesmo utilizado em programas habitacionais do governo; e
- adensamento excessivo em domicílios alugados: ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório. Esse critério é aplicado apenas aos domicílios alugados porque, segundo argumentação da FJP, no caso dos domicílios próprios, o adensamento excessivo pode, em alguns casos, ser resolvido pela ampliação do domicílio, com a construção de novos dormitórios – situação que corresponde, portanto, a inadequação, não ao déficit.

Os quatro critérios do déficit são aplicados de forma hierárquica, na ordem apresentada, e – com exceção do critério de famílias conviventes – não se acumulam, ou seja, um domicílio não é contado duas vezes como déficit, se incorrer em dois critérios.

Nota-se que essa metodologia precisará ser revista para se adequar à PNAD Contínua, já que esta não mensura nem a quantidade de domicílios improvisados, nem questiona as famílias secundárias a respeito da intenção de constituir outro domicílio (como mencionado antes, as famílias secundárias não são identificadas no momento da entrevista).

Na documentação de referência, a FJP pondera que uma aferição exata do déficit habitacional deveria contemplar ainda o efeito da depreciação dos imóveis, contabilizando também os domicílios habitados, construídos com material permanente, cuja estrutura física já está deteriorada de forma irreversível. A Fundação avalia, porém, que com as informações disponíveis atualmente na PNAD ou no Censo Demográfico, não seria possível estimar com a precisão necessária a quantidade de domicílios nessa situação.

Para 2013, a FJP estimou um déficit habitacional de 5,8 milhões de domicílios (DÉFICIT..., 2015b), o que representa 9,0% dos domicílios particulares ocupados no Brasil naquele ano. Essa proporção vem se mantendo relativamente estável, registrando um pequeno declínio em relação a 2007, quando era de 10,4%. Entre os quatro componentes, o que tem maior peso na composição do déficit é o ônus excessivo com aluguel, que em 2013 respondia sozinho por 43,7% do déficit habitacional - proporção que vem aumentando continuamente desde 2007, quando era de 29,8%.

A inadequação de moradia é estimada pela FJP apenas para os municípios urbanos, e é composta por cinco fenômenos: adensamento excessivo de domicílios próprios; ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo; inadequação fundiária (situação onde o domicílio é próprio, mas está localizado em terreno que não é próprio); cobertura inadequada (quando a cobertura do domicílio foi construída

---

<sup>11</sup> O conceito de área urbana utilizado pela FJP inclui aglomerados rurais de extensão urbana (DÉFICIT..., 2015a).

predominantemente com materiais inadequados<sup>12</sup>); e carência de infraestrutura – essa última situação ocorre quando o domicílio não dispõe de acesso a um dos seguintes serviços: iluminação elétrica; abastecimento de água por rede geral; esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica; e coleta direta ou indireta do lixo.

Ao contrário do déficit, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos, podendo o mesmo domicílio ser contabilizado em diversos tipos de inadequação. Em 2012, 13,9 milhões de domicílios particulares permanentes urbanos apresentavam ao menos uma inadequação, sendo a carência de infraestrutura a forma de inadequação mais comum.

Nas publicações da FJP, os indicadores de déficit e inadequação são desagregados com frequência por classes de renda familiar em salários mínimos das famílias residentes. O indicador de déficit é desagregado também pela situação rural ou urbana.

## Experiências internacionais

A seguir, será apresentada uma revisão a respeito do tratamento concedido a temática de moradia em censos e pesquisas domiciliares em quatro experiências internacionais. As experiências escolhidas foram as seguintes: Canadá, Austrália, União Européia e México. As três primeiras em função da qualidade de seus sistemas estatísticos. Já o México representa um país com características socioeconômicas mais próximas às brasileiras.

### Canadá

Dois órgãos públicos canadenses se encarregam da produção e análise de dados estatísticos a respeito do tema de moradia, o Statistics Canada - StatCan, agência nacional de estatística, e a Canada Mortgage and Housing Corporation - CMHC, empresa estatal de financiamento habitacional.

O StatCan coleta informações sobre domicílios em uma variedade de pesquisas. A mais importante delas é a National Household Survey - NHS, pesquisa domiciliar amostral, coletada quinquenalmente, em conjunto com o censo.

A NHS tem quesitos contemplando o tipo de domicílio; a condição de ocupação; número de cômodos e dormitórios; ano de construção do domicílio; valor de mercado estimado; necessidade de reparos; e uma ampla gama de informações sobre gastos relacionados à moradia (valores gastos com as contas de luz e água; com combustível para aquecimento e preparo dos alimentos; alugueis; taxas de condomínio; impostos; e juros de hipoteca). Coleta ainda informações sobre o modo utilizado pelos moradores em seu deslocamento casa-trabalho e tempo em minutos despendido no deslocamento<sup>13</sup>.

A Survey of Household Spending, pesquisa amostral anual, coleta as mesmas informações sobre as características gerais do domicílio e detalha ainda mais os gastos financeiros relacionados à habitação e às condições de hipoteca do domicílio (valor; prazo; taxa de juros; entre outros). Contém também quesitos sobre acesso domiciliar a alguns serviços, como linha telefônica, televisão a cabo e Internet.

<sup>12</sup> São considerados adequados para a cobertura dos domicílios telha, laje de concreto e madeira aparelhada, sendo considerados inadequados os demais (DÉFICIT..., 2015b).

<sup>13</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o questionário. Disponível em: <[http://www23.statcan.gc.ca/imdb-bmdi/instrument/5178\\_Q2\\_V1-eng.pdf](http://www23.statcan.gc.ca/imdb-bmdi/instrument/5178_Q2_V1-eng.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

Parte dessas informações era levantada também pela Survey of Labour and Income Dynamics - SLID, uma pesquisa longitudinal que acompanhava os indivíduos ao longo de seis anos. Essa pesquisa, porém, foi descontinuada em 2012.

Outro enfoque é adotado na Households and the Environment Survey - HES, uma pesquisa bienal. A HES examina a relação do domicílio com o meio ambiente, englobando questões como qualidade da água e do ar no domicílio; uso de produtos químicos no domicílio; práticas de compostagem; e presença de áreas verdes no entorno. Com essa abordagem, são levantados também quesitos relacionados ao saneamento básico, como origem da água consumida e destinação do esgoto e do lixo domiciliar<sup>14</sup>.

Já a CMHC coleta principalmente informações oriundas de registros administrativos, como a quantidade de autorizações para a construção e novas residências, número de unidades concluídas, venda de novas unidades, inadimplência de hipotecas, entre outras.

Tanto a CHMC como o StatCan produzem publicações de divulgação e análise dos dados coletados. Os dois órgãos compartilham as mesmas definições conceituais e utilizam dados um do outro em suas publicações. A publicação mais importante dentro da temática de habitação é a *Housing Observer*, publicado anualmente pela CMHC, mas há publicações temáticas dos dois órgãos com dados estatísticos relativos às condições de moradia de segmentos específicos da população, como indígenas, idosos, mulheres, imigrantes, entre outros.

As publicações utilizam diversos indicadores oriundos diretamente das pesquisas domiciliares, principalmente a distribuição percentual dos domicílios por tipo e por condição de ocupação<sup>15</sup>.

Além disso, a CMHC desenvolveu alguns outros indicadores relacionados ao direito à moradia. Os principais deles são a proporção de domicílios apropriados e a proporção de domicílios em necessidade habitacional fundamental<sup>16</sup>. O indicador de domicílio apropriado é na verdade um indicador composto, abordando três aspectos: para ser considerado apropriado o domicílio precisa ser adequado, compatível e economicamente acessível.

O domicílio é classificado como adequado quando tem piso; paredes; cobertura; fiação; e encanamento em boas condições. Essa condição é aferida nas pesquisas domiciliares através de um quesito que questiona aos moradores se existe necessidade de uma reforma estrutural no domicílio.

Para ser considerado compatível, o domicílio deve ter um número de dormitórios suficiente para alojar seus moradores. Para verificar esse critério, a CMHC considera que só podem dividir o mesmo quarto duas crianças com até 5 anos de idade, dois jovens do mesmo sexo entre 5 e 18 anos e dois adultos que formem um casal. Os demais indivíduos demandam quartos exclusivos. Quando o número de dormitórios no domicílio fica abaixo do que seria necessário para atender essas condições, ele é considerado inapropriado.

<sup>14</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o questionário. Disponível em: <[http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&a=1&&lang=en&Item\\_Id=148668](http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&a=1&&lang=en&Item_Id=148668)>. Acesso em: ago 2016.

<sup>15</sup> Cabe notar que algumas pesquisas canadenses incluem uma categoria de condição de ocupação *Band housing*, que serve para classificar especificamente os domicílios particulares geridos coletivamente por grupos indígenas.

<sup>16</sup> Utilizamos domicílio apropriado como tradução livre de *acceptable housing* e necessidade habitacional fundamental como tradução de *core housing need*. Os dois conceitos se aplicam apenas aos domicílios particulares. A definição completa dos conceitos está disponível no portal da CMHC. Disponível em: <<https://www03.cmhc-schl.gc.ca/hmip-pimh/en/TableMapChart/CoreHousingNeedMethodology>>. Acesso em: ago. 2016.

Já a acessibilidade econômica é atingida quando menos de 30,0% de renda domiciliar bruta é despendida em gastos relacionados à habitação. Nessa categoria, entram os gastos de aluguel; eletricidade; combustível para aquecimento e preparo dos alimentos; água; serviços municipais; taxas de condomínio; impostos sobre a residência; e prestações da hipoteca. Quando um desses três critérios é violado, o domicílio é considerado inapropriado. A situação de necessidade habitacional fundamental ocorre quando o domicílio é inapropriado e, além disso, não há alternativas apropriadas no mercado local de locação de residências<sup>17</sup>. Dessa forma, por exemplo, uma família que vive em um domicílio inapropriado, mas que tem condições financeiras de alugar um apartamento apropriado, não é incluída na classificação de necessidade habitacional fundamental.

São excluídos da classificação em necessidade habitacional fundamental os domicílios localizados em terras indígenas ou em propriedades rurais, devido à dificuldade de se mensurar adequadamente nesses casos os gastos relacionados à habitação. São excluídos também os domicílios onde os gastos relacionados à habitação superam o valor total da renda domiciliar – esses são considerados não interpretáveis pela CMHC.

Os domicílios classificados na situação de necessidade habitacional fundamental alcançaram o número de 1,6 milhão no Canadá, em 2011, conforme calculado pela CHMC com base em dados da NHS. Esse número equivalia a 12,5% do total de domicílios particulares canadenses. A falta de acessibilidade econômica dos domicílios é o principal determinante desse número. Dos domicílios canadenses classificados na condição de necessidade habitacional fundamental, 73,3% cumpriam os critérios de adequação e compatibilidade, violando apenas o critério de acessibilidade econômica.

De forma geral, a necessidade habitacional é tratada nas publicações da CMHC e do StatCan como um fenômeno resultantes de fatores demográficos e sociais, e não apenas como reflexo do estoque habitacional.

O *Canadian Housing Observer 2014* (2014) desagregou a incidência da necessidade habitacional fundamental de acordo com várias características dos domicílios e dos moradores, tais como: condição de posse; tipo de família; sexo e faixa etária da pessoa de referência; quintis de renda; pertencimento a etnias indígenas; nacionalidade; entre outros. Fica evidente, pelos resultados apresentados, que a ocorrência dessa condição é correlacionada com todas essas características.

Vale citar ainda outra publicação, *The dynamics of housing affordability*<sup>18</sup>, um estudo de 2008 feito em conjunto pela CMHC e pelo StatCan, que se dedicou a examinar a acessibilidade econômica dos domicílios canadenses com uma ótica longitudinal, abordando um período de três anos, entre 2002 e 2004, com base em dados da pesquisa SLID. O estudo revelou que a proporção da população vivendo em domicílios onde os gastos com moradia superavam 30,0% do rendimento domiciliar se manteve estável ao longo dos três anos (variando entre 19,4% e 20,0%), mas que havia uma rotação considerável no pertencimento a esse grupo, com famílias entrando e saindo dessa situação. Apenas 8,6% da população vivia em domicílios que excederam o limite de 30,0% em todos os três anos estudados. O estudo revela ainda que há uma significativa

<sup>17</sup> As alternativas disponíveis para aluguel são avaliadas pelos mesmos critérios de adequação, compatibilidade e acessibilidade econômica. Nota-se, portanto, que o indicador de necessidade habitacional fundamental não pode ser calculado unicamente a partir de pesquisas domiciliares, mas demanda também informação sobre as opções existentes no mercado de locação de residências.

<sup>18</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da publicação. Disponível em: <<https://www03.cmhc-schl.gc.ca/catalog/productDetail.cfm?cat=143&itm=13&lang=en&sid=SE2Sz6EfzR0JoailTWaHGSE3lww14yOA3ELdPcqs8a22FrBT9y6bfSkGxX5uwsVs&fr=1472131159315>>. Acesso em: ago. 2016.

diferença de perfil socioeconômico entre as famílias que enfrentavam um problema crônico de acessibilidade econômica do domicílio, em relação àquelas que viviam nessa situação de forma transitória: a primeira situação era muito mais comum nos domicílios pertencentes ao primeiro quinto de renda domiciliar.

## Austrália

Na Austrália, a produção de dados estatísticos a respeito da temática de habitação fica a cargo do Australian Bureau of Statistics - ABS, o órgão nacional de estatística. O ABS coleta informações a respeito dos domicílios durante o censo, realizado a cada cinco anos, e em uma gama de pesquisas domiciliares amostrais. No censo são coletadas informações sobre o tipo de domicílio; número de dormitórios; condição de ocupação do domicílio; valor do aluguel ou prestação; acesso à Internet no domicílio; e modo de transporte utilizado pelos moradores no deslocamento entre o domicílio e o trabalho.

Entre as pesquisas amostrais, a que explora o tema de moradia de forma mais aprofundada é a Survey of Income and Housing - SIH, uma pesquisa bienal. Além dos quesitos coletados no censo, a SIH contém ainda quesitos sobre a presença de problemas estruturais no domicílio; origem da água e da energia consumidas; informações detalhadas sobre as condições de hipoteca; valor do imóvel; valores de aluguel; condomínio; taxas de água; valor de aluguel pago por eventuais sublocatários; e quesitos de percepção quanto à satisfação com o domicílio. Além disso, há uma seção do questionário relacionada à mudança de domicílio, abarcando questões como quantidade de mudanças nos anos recentes; tempo de permanência no domicílio; condições da última habitação; motivo da última mudança; probabilidade de vir a mudar no próximo período; motivos de insatisfação com residência atual, entre outros.

Já na pesquisa General Social Survey - GSS, são abordadas outras questões relacionadas à moradia. Há uma atenção maior em relação à localização da residência, com quesitos sobre presença de serviços públicos no entorno; tempo de deslocamento de casa para o trabalho dos moradores; quesitos de percepção sobre o entorno (a respeito de violência, poluição sonora, limpeza etc.); e serviços públicos que não podem ser acessados por serem distantes do domicílio e não haver transporte adequado.

Cabe mencionar ainda a National Aboriginal and Torres Strait Islander Social Survey - NATSISS, uma pesquisa domiciliar amostral especificamente voltada a questões sociais dos povos aborígenes da Austrália, que abarca quesitos relacionados à moradia, permitindo uma caracterização básica da habitação e dos serviços presentes no domicílio.

Nas publicações do ABS, os indicadores de habitação mais comumente destacados são a distribuição percentual dos domicílios por tipo e condição de ocupação, além de indicadores de adensamento domiciliar e de acessibilidade econômica dos domicílios. Para o indicador de adensamento domiciliar, a Austrália adotou os mesmos padrões desenvolvidos pelo Canadá<sup>19</sup>. Quando o domicílio possui menos quartos do que o necessário para atender esse padrão, ele é classificado como excessivamente adensado<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Consultar no tópico anterior.

<sup>20</sup> O termo original em inglês é *overcrowded*.

Já em relação à acessibilidade econômica, os indicadores apresentados são a média dos valores do aluguel e prestação e o valor percentual dos gastos com moradia em relação ao rendimento domiciliar. O ABS também utiliza um patamar de 30,0% do rendimento domiciliar como limite aceitável para os gastos com moradia – situação batizada de *stress* habitacional, divulgando o percentual de domicílios que ultrapassa essa linha divisória. Quando o cálculo é feito com base em dados da SIH, são considerados como despesa com moradia os gastos com aluguel; prestação da hipoteca; taxa de água; impostos territoriais; e taxas de condomínio. No entanto, nas publicações que utilizam os dados do censo, o mesmo patamar de 30,0% é utilizado, porém o cálculo considera apenas o valor do aluguel ou da prestação da hipoteca, já que o censo não coleta informações sobre os demais gastos com moradia. Esse indicador, às vezes, é divulgado para o conjunto dos domicílios, mas a ABS argumenta que ele é mais adequado aos domicílios de baixa renda, e por vezes destaca a proporção registrada entre os domicílios dos dois primeiros quintos de renda<sup>21</sup>.

As estatísticas sobre o tema habitação oriundas da SIH são expostas de forma mais extensa pelo ABS na publicação bienal *Housing occupancy and costs*, que contém também indicadores relativos à estrutura física do domicílio, mudança de residência e satisfação com domicílio. Nessa publicação, em geral os indicadores são desagregados por condição de ocupação do domicílio; tipo de domicílio; faixa etária da pessoa de referência; quintis de renda domiciliar; e situação geográfica.

A temática de habitação também é abordada em outra publicação regular do ABS, a *Australian Social Trends*, periódico trimestral que contém artigos analíticos sobre recortes específicos. Entre os assuntos que já foram abordados estão a situação da moradia de alguns grupos populacionais, como idosos, jovens e aborígenes. Em 2010 essa publicação abordou o processo de mudança de domicílio, relacionando-a com o estágio do ciclo de vida dos moradores<sup>22</sup>.

Por fim, a publicação eletrônica *Measures of Australia's Progress*<sup>23</sup>, que reúne indicadores para acompanhar o progresso da Austrália em diversas questões, utiliza quatro indicadores para monitoramento da temática de habitação: proporção de domicílios próprios (com ou sem hipoteca); proporção de domicílios excessivamente adensados (pelo critério já exposto); proporção média do comprometimento da renda domiciliar com aluguel entre os domicílios alugados pertencentes aos dois primeiros quintis de renda domiciliar; e a proporção de pessoas vivendo sem-moradia – este último na condição de indicador principal do tema habitação.

O conceito de sem-moradia, demanda uma atenção maior por sua complexidade e importância no monitoramento do direito à moradia adequada, no âmbito do sistema estatístico australiano. Partindo de uma definição de moradia como um local onde o indivíduo dispõe de segurança, estabilidade e controle sobre o espaço, é classificado na categoria de sem-moradia o indivíduo que não dispõe de um desses elementos. Percebe-se, portanto, que um indivíduo pode dispor de um local para se abrigar, e mesmo assim ser classificado nessa categoria, se, por exemplo, não tiver estabilidade naquele local.

<sup>21</sup> Para informações mais detalhadas a respeito do conceito, consultar a página da SIH. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/6553.0~2013-14~Main%20Features~Housing~4>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>22</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da publicação. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/socialtrends>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>23</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da publicação. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/1370.0~2013~Main%20Features~Home~27>>. Acesso em: ago. 2016.

O ABS desenvolveu uma definição estatística desse conceito<sup>24</sup> e uma metodologia bem definida para estimar a população nessa condição, utilizando os dados do censo. A estimativa parte de seis grupos: pessoas morando ao ar livre ou em domicílios improvisados; pessoas morando em abrigos para sem-teto (*roofless*); pessoas morando em pensões; pessoas morando temporariamente em domicílios alheios; pessoas morando em abrigos temporários; e pessoas morando em domicílios severamente adensados (são classificados assim os domicílios que demandariam quatro dormitórios extras para atingirem um nível adequado de adensamento).

Dentro de cada grupo, são excluídos da estimativa aqueles indivíduos cujas demais características socioeconômicas levam a crer que as restrições que enfrentam em relação à moradia são uma situação momentânea ou voluntária. Os critérios exatos de exclusão variam segundo o grupo – e são complexos demais para serem expostos nessa publicação.

Embora seja mais ampla que a categoria de sem-teto ou morador de rua, a categoria de sem-moradia utilizada pelo ABS ainda corresponde a situações de restrições bastante severas ao direito à moradia adequada, sendo nesse sentido muito mais restrita que o indicador de necessidade habitacional fundamental utilizado no Canadá. O censo australiano de 2011 contabilizou 105 mil pessoas sem-moradia, número que equivale a apenas 0,5% da população australiana daquele ano<sup>25</sup>.

O conceito de sem-moradia é utilizado também em outras situações pelo ABS. A pesquisa GSS, por exemplo, contém quesitos que buscam identificar se o indivíduo já esteve, no passado, na situação de sem-moradia. Isso reflete uma compreensão, por parte do ABS, de que a ausência de moradia produz desvantagens e exclusão social que podem persistir mesmo após o indivíduo superar a situação de sem-moradia.

## União Europeia

O terceiro caso internacional é da União Europeia, através de seu braço estatístico oficial, a Comissão das Comunidades Europeias - EUROSTAT (Commission of the European Communities - EUROSTAT). Como se trata de um órgão multinacional, cabe ponderar que a produção de indicadores sofre algumas restrições, já que depende da produção de dados harmonizáveis pelos países membros – cada qual com seu órgão estatístico nacional e suas pesquisas próprias.

Ainda assim, o EUROSTAT dispõe de farto material estatístico em relação às condições de moradia da população, em geral abordadas dentro da temática mais ampla de condições de vida.

A principal fonte de dados utilizada pelo EUROSTAT nesse sentido é a European Union Statistics on Income and Living Conditions - EU-SILC. A EU-SILC não é propriamente uma pesquisa, mas sim um instrumento de coordenação entre pesquisas domiciliares nacionais, garantindo que um conjunto mínimo de informações seja coletado de forma comparável nos países membros.

<sup>24</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da publicação. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/1370.0>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>25</sup> Importante notar que para esse indicador a unidade utilizada no cálculo do indicador são os indivíduos, enquanto nos demais indicadores de moradia o ABS, em geral, utiliza os domicílios como unidade.

O módulo básico da EU-SILC contempla uma série de quesitos relacionados à habitação. Em relação à estrutura física do domicílio, ele abarca quesitos como tipo de domicílio; número de cômodos; presença de problemas estruturais no domicílio (goteiras; mofo nas paredes; madeira apodrecida nas janelas ou pisos); presença de instalação para banho (chuveiro ou banheira); e presença de instalação sanitária com descarga.

Em relação à segurança de posse e acessibilidade econômica da habitação, estão inclusos quesitos sobre condição de ocupação do domicílio; ano de compra ou ano de locação do imóvel; valor do aluguel; custo total de moradia (abarcando aluguel; juros da hipoteca; impostos; taxas; seguro; água; eletricidade; gás; e reparos não estruturais); valor principal da hipoteca, inadimplência com aluguel; ou com contas de serviços nos últimos 12 meses. Há ainda quesitos referentes à presença no domicílio de alguns bens duráveis, como máquina de lavar, televisor e computador.

Por fim, há ainda uma série de quesitos de percepção, abarcando temas como acessibilidade econômica (se o morador considera os gastos com habitação um ônus pesado); iluminação do domicílio (se o morador considera que domicílio é iluminado adequadamente pela luz do sol); bem como a respeito de poluição ambiental, sonora e de criminalidade no entorno.

Em 2012, foi aplicado, além desses quesitos básicos, um módulo temático de habitação, contemplando ainda quesitos referentes ao tamanho em metros do domicílio (declarado pelos moradores); satisfação com tamanho do domicílio; adequação das instalações elétricas e hidráulicas; presença de calefação; satisfação com a temperatura do domicílio no verão e no inverno; satisfação quanto à presença de comércio; transporte público; equipamentos de saúde e educação; e outros serviços no entorno. O módulo incluía ainda quesitos a respeito da mobilidade entre domicílios, por exemplo: se o indivíduo mudou de residência nos últimos cinco anos; a razão para ter mudado; se tem expectativa de mudar de domicílio nos próximos seis meses – diferenciando entre mudanças voluntárias e involuntárias, e especificando o motivo da mudança involuntária.

Além dos indicadores que se derivam imediatamente desses quesitos, o EUROSTAT desenvolveu ainda três outros indicadores que se prestam ao monitoramento do direito à moradia adequada.

O primeiro deles é a taxa de ônus excessivo com gastos de moradia, que equivale à porcentagem da população que reside em domicílios onde os gastos totais com moradia excedem 40,0% da renda domiciliar total. Nota-se, portanto, que embora o conceito seja análogo a conceitos existentes no Canadá e Austrália, o EUROSTAT optou por estabelecer o limite de acessibilidade econômica em um patamar mais elevado (de 40,0%, e não 30,0%). Mesmo com a adoção de um limiar mais elevado, a presença de ônus excessivo ainda era relativamente comum – em 2014, a taxa de ônus excessivo com gastos de moradia foi de 11,4% para o conjunto da União Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2016)<sup>26</sup>.

O segundo indicador é a taxa de adensamento excessivo, que corresponde à proporção da população que reside em domicílios excessivamente adensados. Ao contrário de Canadá e Austrália, onde o critério de adensamento excessivo se baseia no número de dormitórios, o critério de adensamento excessivo adotado pelo

<sup>26</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a base de dados eletrônica do Eurostat. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>>. Acesso em: ago. 2016.

EUROSTAT baseia-se no número de cômodos, contando como tal todos os espaços do domicílio com mais de quatro metros quadrados (4m<sup>2</sup>), como salas de estar, exclusive banheiros, sanitários, corredores, varandas, área de serviço etc – a cozinha é contada como cômodo quando é de uso misto, mas excluída da conta quando utilizada apenas para o preparo de alimentos.

É considerado excessivamente adensado o domicílio que não tenha cômodos suficientes para atender ao seguinte critério: um cômodo para cada casal residente; um cômodo para cada adulto solteiro; um cômodo para cada par de crianças de até 11 anos; um cômodo para cada dupla de jovens entre 12 e 17, solteiros e do mesmo sexo; e, por fim, um cômodo livre. Em 2014, 16,9% da população da União Europeia vivia em domicílios excessivamente adensados.

O terceiro indicador é a taxa de privação de moradia, definida como a proporção da população que vive em domicílios que tenham ao menos um dos seguintes problemas: problemas estruturais (goteiras, bolor ou madeira apodrecida); iluminação inadequada; ausência de instalação para banho; e ausência de instalação sanitária com descarga, de uso exclusivo. Em 2014, a taxa de privação de moradia para o conjunto da União Europeia era de 20,6%.

Quando as situações de privação de moradia e de adensamento excessivo ocorrem simultaneamente, o domicílio é classificado na categoria de privação severa de moradia, situação que atingia 5,1% da população da União Europeia em 2014.

Além desses indicadores mais específicos do tema habitação, há ainda o indicador de População em risco de pobreza ou exclusão social, um dos indicadores selecionados para monitoramento do desenvolvimento social europeu no âmbito da estratégia Europa 2020 (SMARTER..., 2015). Trata-se de um indicador multidimensional, que tem, entre seus componentes, alguns critérios relacionados à moradia, como ausência de capacidade financeira para pagar aluguel ou contas de serviços domiciliares, ou dificuldade de aquecer adequadamente o domicílio.

É importante notar que todos esses indicadores estão definidos como proporção da população e não proporção dos domicílios. A unidade de análise, portanto, é o indivíduo residente, e não o domicílio. O mesmo se repete em relação a outros indicadores relacionados à moradia, sendo pouco usual, por parte do EUROSTAT, utilizar o domicílio como unidade de análise.

Os indicadores da temática habitação são abordados em uma seção de atualização contínua na página eletrônica do EUROSTAT<sup>27</sup>, e em publicações impressas como a *Quality of life: facts and view, People in the EU: who are we and how do we live?* e *Living conditions in Europe*. Além dos indicadores de ônus excessivo, adensamento excessivo e privação de moradia, outros indicadores que têm destaques nessas publicações são a distribuição da população residente segundo o tipo de domicílio; condição de ocupação de domicílio; presença de problemas estruturais; presença de banheiro; presença de sanitário; satisfação com o domicílio; satisfação com o entorno; além da proporção da população que mudou de residência nos últimos cinco anos.

Em geral, além da desagregação por país, esses indicadores são desagregados por características socioeconômicas como situação geográfica (grau de urbanização da área); situação de pobreza (se o indivíduo tem renda acima ou abaixo da linha de

<sup>27</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página do EUROSTAT. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Housing\\_conditions](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Housing_conditions)>. Acesso em: ago. 2016.

pobreza); decis de renda; sexo; idade; arranjo familiar; naturalidade; entre outros. Na maioria dos casos, os indicadores de moradia se mostram sensíveis a essas características.

Embora os indicadores de moradia utilizados pelo EUROSTAT sejam construídos principalmente com base nas características dos domicílios particulares – já que a principal base de dados harmonizada, a EU-SILC, está restrita a esses domicílios – é importante ressaltar que o órgão desenvolveu ainda em 2004, através de um grupo de trabalho (THE PRODUCTION..., 2004), uma definição de privação de moradia que abarca também os indivíduos que, por não terem acesso a uma moradia adequada, moram na rua, em domicílios improvisados, ou residem de forma temporária em abrigos públicos, hotéis, pensões, ou na casa de parentes e amigos. Para sanar a lacuna entre essa definição e os indicadores existentes, o grupo de trabalho sugeriu a inclusão, em pesquisas domiciliares, de quesitos a respeito de experiências pregressas de moradia na rua e, nos censos nacionais, de quesitos para identificar pessoas que vivem em domicílios coletivos ou na casa de parentes por falta de alternativas.

## México

O México, através de seu Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, dispõe de uma série de instrumentos que coletam informações sobre moradia.

O censo mexicano, operação decenal realizada pela última vez em 2010, reúne, em seu questionário ampliado, quesitos referentes ao tipo de domicílio; condição de ocupação; material do piso; paredes e cobertura; origem do abastecimento de água; frequência do abastecimento; existência de canalização interna no domicílio; existência de cisterna ou reservatório de água; existência de sanitário (com ou sem sistema de descarga, se de uso exclusivo ou compartilhado); forma de esgotamento sanitário; destino do lixo; acesso à energia elétrica; existência de cozinha (isto é, um cômodo que seja utilizado para o preparo de alimentos, mesmo que tenha também outros usos); combustível utilizado na preparação de alimentos; e existência no domicílio de alguns bens duráveis (máquina de lavar roupas, refrigerador, televisor, computador). No caso dos domicílios próprios, há ainda um quesito a respeito da forma de aquisição: se o proprietário comprou o domicílio pronto, encomendou a construção, ou se o domicílio foi construído pelos próprios moradores.

Esse grupo de quesitos é repetido, com variações, em algumas pesquisas amostrais. A Encuesta Intercensal, realizada em 2015, continha ainda quesitos que, no caso dos domicílios próprios, identificam quem, entre os moradores, era o proprietário – essa informação foi coletada de duas formas: primeiro, questionando quem os moradores identificavam como proprietário e depois em nome de quem estava escriturado o imóvel<sup>28</sup>. A mesma pesquisa abordou ainda os mecanismos de crédito utilizado pelos moradores para compra ou construção do imóvel; a presença de aquecedor solar de água e painel solar para geração de energia elétrica; a prática de reciclagem de lixo por parte dos moradores e também o tempo despendido; e o modal utilizado no deslocamento de casa para o trabalho.

A temática de moradia aparece ainda na Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares - ENIGH, uma pesquisa bienal, por meio do módulo de condições

<sup>28</sup> Dessa forma, o primeiro quesito captou quem é percebido como proprietário pelos moradores, e o segundo quem está formalmente registrado como proprietário.

socioeconômicas, que, além de quesitos já mencionados acima, contempla uma descrição mais detalhada de gastos relacionados à moradia e um inventário mais abrangente de bens duráveis. A Encuesta Nacional de los Hogares - ENH também questiona os informantes a respeito de moradia e inclui a investigação da necessidade de reparar o domicílio ou de construir cômodos adicionais.

A caracterização mais detalhada da moradia fica por conta de uma pesquisa específica voltada para essa área, a Encuesta Nacional de Vivienda - ENVI, realizada pela primeira vez em 2014, com a função de alimentar a Conta Satélite de Moradia, dentro do sistema de contas nacionais do INEGI. A ENVI contemplou quesitos a respeito da metragem do domicílio; valor do aluguel ou da prestação; existência de contrato de locação; valor estimado de venda e de locação (no caso dos domicílios próprios); existência de sublocação de cômodos do domicílio e valor da sublocação; ano de compra ou de construção; valor de compra do domicílio; gastos com seguro; condomínio e imposto predial; forma de aquisição do terreno; gastos financeiros e horas despendidas pelos moradores no último período para reforma; ampliação do imóvel; existência de domicílio secundário; e características do domicílio secundário.

Por fim, cabe mencionar que um levantamento, realizado de forma conjunta ao último censo, fornece informações a respeito da infraestrutura do entorno (existência de pavimentação da rua; meio fio; rampa para cadeirantes; iluminação pública; sinalização; drenagem; transporte coletivo; e arborização).

Os indicadores relacionados à moradia mais comumente destacados nas publicações do INEGI são a média de moradores por domicílio (PANORAMA..., 2015; PRINCIPALES..., 2015); distribuição dos domicílios por condição de ocupação; existência de escritura do imóvel; existência de canalização de água; origem do abastecimento de água; existência de banheiro e forma de esgotamento sanitário; destino do lixo; acesso à energia elétrica; e combustível utilizado no preparo de alimentos<sup>29</sup>.

Entre os três elementos físicos do domicílio, cobertura, parede e piso, o que recebe mais destaque entre os indicadores do INEGI é o material do piso – ao contrário do que ocorre no Brasil, onde é o material das paredes que tem mais destaque –, pois algumas publicações apresentam apenas tabulações referentes ao material do piso. No caso do censo mexicano, por exemplo, o quesito sobre material do piso consta do questionário básico, enquanto os quesitos referentes ao material das paredes e coberturas só aparecem no questionário ampliado.

De forma geral, na abordagem do INEGI a unidade de análise dos indicadores referentes à moradia é o domicílio, e em geral os indicadores são desagregados apenas por classes de tamanho de população dos municípios. Desagregações dos indicadores de moradia por características socioeconômicas dos moradores aparecem apenas em publicações do INEGI de caracterização de grupos populacionais específicos, como *Mujeres y hombres en México 2014*, *Perfil sociodemográfico de niños* e *Las personas con discapacidad en México, una visión al 2010*. Essa última publicação destacou que os de domicílios onde residem deficientes apresentavam resultados piores em quase todos os indicadores analisados. Na desagregação por sexo, o que mais chama atenção é a diferença na forma de aquisição do domicílio: a proporção de domicílios que foram construídos pelos próprios moradores é significativamente menor entre

<sup>29</sup> O destaque dado pelo INEGI a esses dois últimos indicadores está relacionado à persistência no México de domicílios sem acesso à energia elétrica e da utilização de combustíveis sólidos no preparo de alimentos. De acordo com a Encuesta Intercensal 2015, 1,3% dos domicílios permanentes mexicanos não tinha acesso à energia elétrica, e 14,8% utilizava carvão ou lenha no preparo de alimentos (ENCUESTA..., 2015). No Brasil esses indicadores eram de 0,4% e 4,0%, respectivamente, em 2014, segundo a PNAD, do IBGE (PESQUISA..., 2015).

os domicílios onde mulheres são as proprietárias (a proporção era de 36,2% entre os domicílios onde o proprietário era homem, e de apenas 26,7% entre os domicílios onde uma mulher era a proprietária, segundo dados da ENIGH 2012).

O INEGI desenvolveu ainda o conceito de moradia precária, um indicador composto, semelhante ao indicador 11.1.1 dos ODS, embora utilize critérios mais rígidos e não abarque o componente de segurança de posse<sup>30</sup>. É considerado uma moradia precária o domicílio que apresenta alguma das seguintes deficiências: falta de acesso a abastecimento de água por rede geral; ausência de sanitário de uso exclusivo dos moradores, conectado a rede de esgoto ou fossa séptica; materiais precários no piso, teto ou paredes; e mais de três moradores por dormitório. Ao contrário do que normalmente ocorre com os demais indicadores, esse indicador é apresentado pelo INEGI utilizando os moradores como unidade de análise. Em 2014, 13,05% dos moradores de domicílios particulares permanentes urbanos mexicanos moravam em moradias precárias.

O INEGI também utiliza alguns indicadores relacionados à moradia – proporção de domicílios com piso de terra; ausência de sanitário; ausência de água encanada; ausência de esgotamento sanitário adequado; e ausência de energia elétrica – na construção do indicador de Atraso social (*Rezago social*), um indicador multidimensional de desenvolvimento social dos municípios, utilizado pelo Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social - CONEVAL.

Por fim, os dados produzidos pelo INEGI são utilizados também pela Comisión Nacional de Vivienda - CONAVI, órgão do governo mexicano responsável por monitorar o estoque e a necessidade de habitações. Há dois indicadores desenvolvidos pelo CONAVI que merecem ser mencionados. O primeiro é o indicador de Atraso habitacional (*Rezago habitacional*), produzido com base nas informações do módulo de condições socioeconômicas da ENIGH. O atraso habitacional é mensurado pelo número de famílias que vivem em domicílios compartilhados por mais de uma família, ou em domicílios com materiais precários no piso, parede ou cobertura. Essa situação atingia 39,1% das famílias mexicanas em 2014 (REZAGO..., 2016)<sup>31</sup>.

O segundo indicador, mais complexo, é o Déficit habitacional, cuja metodologia foi definida pelo CONAVI, em 2012. O domicílio que viole uma das seguintes condições entra no cômputo do déficit: relação de moradores por dormitório menor ou igual a 2,5; existência de sanitário com descarga e de uso exclusivo; paredes, piso e teto de material adequado; água encanada no interior do domicílio; não utiliza lenha ou carvão como combustível principal no preparo de alimentos ou, se utiliza, dispõe de chaminé na cozinha. De acordo com a gravidade das violações, o déficit é desagregado por soluções possíveis: construção de novo domicílio, ampliação e/ou melhoramento do atual<sup>32</sup>. Percebe-se, portanto, que o conceito de déficit habitacional adotado no México inclui, explicitamente, situações que podem ser sanadas sem a construção de novos domicílios, ao contrário do que ocorre no Brasil. O déficit habitacional total foi calculado em 15,3 milhões de domicílios, equivalente a 49,8% do estoque de domicílios particulares permanentes ocupados no México, em 2012 (MÉXICO, 2014)<sup>33</sup>.

<sup>30</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a metodologia desta pesquisa. Disponível em: <<http://www3.inegi.org.mx/sistemas/cni/default.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>31</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o banco de dados do CONAVI. Disponível em: <<http://sniiv.conavi.gob.mx/Reports/INEGI/Rezago.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>32</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a metodologia adotada na página do CONAVI. Disponível em: <<http://www.gob.mx/conavi>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>33</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página do CONAVI. Disponível em: <<http://www.gob.mx/conavi>>. Acesso em: ago. 2016.

## Considerações finais

A seguir, será comparado o tratamento que é dado no Brasil, Canadá, México, Austrália e União Europeia, bem como nos indicadores propostos para o monitoramento dos ODS, a cada componente do direito à moradia adequada, nos indicadores oriundos de censos e pesquisas domiciliares. Além dos sete componentes do direito à moradia, será comparada brevemente também as diferenças em relação à unidade de análise adotada. Ao longo da comparação, serão indicadas algumas lacunas na abordagem atualmente utilizada no Brasil.

## Habitabilidade

O componente do direito à moradia adequada que está mais frequentemente refletido em indicadores oriundos de pesquisas domiciliares é o da habitabilidade, tanto em seu aspecto de adequação do espaço, como no aspecto de adequação da estrutura física do domicílio.

Todos os países estudados, bem como a União Europeia, e o monitoramento dos ODS utilizam algum tipo de indicador relacionado a restrições de espaço e privacidade dos moradores. Porém, os critérios utilizados variam consideravelmente, e às vezes até mesmo dentro de diferentes indicadores do mesmo país.

Em alguns casos, o critério adotado é a proporção de moradores por dormitório ou por cômodo. Por um lado, esse critério oferece a vantagem de ser facilmente compreendido e calculado. Por outro, não leva em consideração que a demanda por privacidade é condicionada pelas características dos moradores e as relações estabelecidas entre eles – dividir um dormitório com o cônjuge representa, por exemplo, uma situação qualitativamente distinta de dividir o dormitório com uma pessoa com a qual não se tem laços de parentesco. Os conceitos de adensamento excessivo utilizados no Canadá, Austrália e União Europeia buscam contemplar essa dimensão ao utilizar as informações de conjugalidade, idade e sexo dos moradores para estabelecer o que seria considerado o número adequado de cômodos para aquele domicílio – o que implica em um indicador de cálculo mais complexo.

Há ainda diferenças significativas quanto ao rigor do critério adotado. O critério adotado no Canadá e na Austrália, no qual um adulto solteiro demanda um dormitório só para si, é consideravelmente mais rigoroso do que os critérios adotados no Brasil. Já o critério sugerido para mensuração do componente de adensamento do indicador 11.1.1 dos ODS, que classifica como inadequado apenas os domicílios com quatro ou mais moradores por cômodo, é muito menos rigoroso, ao ponto de ter pouca relevância para a realidade brasileira, pois essa situação já está praticamente erradicada em nosso País.

As diferenças de rigor não são necessariamente um problema. Há níveis diferentes de adensamento indesejado e é natural que os países desenvolvidos, onde é rara a ocorrência de formas mais severas de adensamento, utilizem indicadores que monitoram formas mais brandas do fenômeno.

Quanto à estrutura física dos domicílios, Brasil e México utilizam indicadores relacionados à durabilidade dos materiais utilizados nas construções. Já nos países desenvolvidos estudados, os indicadores relacionados com a estrutura física estão voltados aos domicílios deteriorados – identificados com quesitos relacionados às

necessidades de reparos ou à presença de alguns tipos de problemas estruturais. Pode-se argumentar que essas diferenças se devem, em parte, ao fato dos países desenvolvidos possuírem, de forma geral, um estoque de domicílios mais envelhecido. Porém, a identificação de domicílios que, mesmo construídos com materiais duráveis, enfrentam algum tipo de deterioração, seria interessante também no Brasil – tanto que essa lacuna é apontada pela FJP, quando afirma que não é possível, através da PNAD, estimar o déficit de moradia resultante da depreciação de domicílios. No Brasil, informações sobre o estado de conservação dos domicílios foram coletadas pela última vez na POF 2008/2009.

O Quadro 2 no **Anexo** deste capítulo sumariza as diferenças nos critérios utilizados em alguns indicadores de adequação da estrutura física e do espaço dos domicílios adotados no Brasil e nos quatro casos estrangeiros analisados.

Ainda dentro do componente de habitabilidade, a presença de fatores de risco no entorno é um aspecto menos abordado, ainda que faça parte dos critérios de durabilidade adotados pelo indicador 11.1.1 dos ODS. No Brasil, tanto o Censo Demográfico 2010 como a POF 2008/2009 coletaram, com métodos diferentes, informações a respeito.

## **Acesso a serviços, equipamentos e infraestrutura**

Este componente está refletido em indicadores utilizados no Brasil, no México e no monitoramento dos ODS, tendo bastante destaque nesses três casos. Os aspectos abordados são principalmente o acesso aos três serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), a iluminação elétrica, e, internamente aos domicílios, a existência de canalização interna de água e existência de sanitário.

Quanto ao abastecimento de água e o esgotamento sanitário, os indicadores utilizados no Brasil e no México refletem uma preocupação com a cobertura dos serviços públicos de abastecimento e esgotamento por rede. Já o indicador 11.1.1 dos ODS aceita como adequadas soluções individuais mais simples, como formas aprimoradas de poços e fossas (mesmo que não sépticas). As pesquisas domiciliares do IBGE, com suas formulações atuais, não permitem identificar essas soluções, já que não fazem distinções entre diferentes tipos de poço e, no caso das fossas, distinguem apenas entre as sépticas e as rudimentares.

Nos países desenvolvidos estudados, o acesso a serviços, equipamentos e infraestrutura recebe pouca atenção em termos de indicadores oriundos de pesquisas domiciliares, com exceção do indicador utilizado pela EUROSTAT, que monitora existência de instalações para banho e sanitário de uso exclusivo.

## **Acessibilidade econômica**

O componente de acessibilidade econômica da moradia é monitorado de forma semelhante no Brasil, Canadá, Austrália e União Europeia: identificando os domicílios onde os gastos com moradia superam uma determinada proporção da renda. Há, porém, uma diferença importante. No Brasil, o indicador utilizado é de ônus excessivo com aluguel. Nos demais casos é levado em conta um conceito mais amplo de gastos com habitação, incluindo taxas de condomínio, impostos, prestações de

domicílios em aquisição e tarifas de serviços domiciliares. Essa segunda concepção tem mais aderência à definição do direito à moradia adequada, tal como apresentado antes. Demanda, porém, a captação de mais informações – no caso das pesquisas domiciliares do IBGE, em seu formato atual, um indicador desse tipo somente poderia ser calculado a partir da POF.

Também se mostrou comum, nos casos analisados, a utilização de um limiar de renda para aplicação do critério de ônus excessivo com custos de moradia. Essa prática é condizente com a conceituação de acessibilidade econômica. Como exposto antes, o domicílio é economicamente acessível quando os gastos com moradia não comprometem outras necessidades essenciais dos moradores. No caso de um domicílio de alta renda, mesmo que os gastos de moradia representem uma percentagem elevada do rendimento domiciliar, ainda assim as demais necessidades essenciais não estariam comprometidas.

O critério utilizado pela FJP, que utiliza o conceito de ônus excessivo com aluguel apenas para os domicílios com renda familiar de até três salários mínimos, tem a vantagem de utilizar como parâmetro um valor conhecido pela população e que coincide com critérios para acesso a políticas públicas, inclusive de moradia. Por outro lado, dificulta comparações temporais, já que nem o poder real de compra do salário mínimo, nem a percentagem de domicílios que se enquadra nessa faixa de rendimento são fixos. O IBGE, na última edição da Síntese de Indicadores Sociais, não utilizou um limiar de renda na aplicação do conceito de ônus excessivo com aluguel, mas desagregou o resultado de acordo com os quintis de renda domiciliar *per capita*, destacando o primeiro quinto, o que se aproxima do critério australiano (que destaca os dois primeiros quintos).

O México, até onde foi verificado, não utiliza um indicador do tipo ônus com gastos de moradia, embora colete as informações que seriam necessárias para produzi-lo. É interessante também destacar a presença, nas pesquisas mexicanas, de quesitos dedicados a mensurar as horas dedicadas pelos moradores na construção e reparo de seus próprios domicílios. O fenômeno da autoconstrução de habitações também é comum no Brasil, e constitui um esforço econômico não monetário, que também é relevante para medir a acessibilidade econômica da moradia.

O Quadro 2 do **Anexo**, em sua última linha, compara diferentes critérios utilizados nos indicadores de acessibilidade econômica utilizados nos casos estudados.

## Segurança de posse

Todos os casos estudados utilizam o indicador de distribuição dos domicílios por condição de ocupação. Trata-se de uma informação muito importante para a caracterização das condições socioeconômicas dos moradores, na medida em que o domicílio próprio constitui um patrimônio importante e uma situação mais estável que o domicílio alugado ou cedido. Porém, a condição de ocupação, embora seja relacionada à segurança de posse, não é suficiente, por si só, para determiná-la: tanto domicílios próprios, como domicílios alugados, podem ou não ter segurança de posse.

No Brasil, a segurança de posse é abordada dentro do conceito de adequação fundiária desenvolvido pela FJP. É uma abordagem restrita, pois se refere apenas à propriedade autodeclarada do terreno – o que não implica necessariamente existência de algum tipo de documentação, muito menos que a documentação esteja regular e

em nome dos moradores. Além disso, também não contempla a segurança de posse dos locatários – no Brasil, uma ampla parcela das locações é feita informalmente<sup>34</sup>, o que dificulta o acesso do locatário às garantias legais. As informações coletadas pela PNAD, em seu formato atual, não permitem, porém, uma abordagem mais ampla – por outro lado, o levantamento de informações sobre a documentação do imóvel não é uma tradição nas pesquisas domiciliares brasileiras, e a introdução de um quesito a respeito poderia ser fator de recusas.

Da mesma forma, a PNAD, em seu formato atual, não coleta as informações necessárias para contemplar o aspecto de segurança de posse do indicador 11.1.1 de monitoramento dos ODS, ou seja, a existência de documentação e percepção de proteção contra despejos.

No México, a existência de documentação, tanto dos domicílios próprios como dos alugados, é captada em diversas pesquisas. Nos países desenvolvidos analisados a questão recebe menos atenção.

É preciso pontuar ainda que a segurança de posse do domicílio não implica segurança de posse de todos os moradores, já que os moradores podem ter diferentes relações com o domicílio. Indivíduos que moram “de favor” ou sublocam informalmente vivem uma situação de instabilidade, por exemplo. É digno de nota nesse sentido o esforço do México em identificar quem entre os moradores é o proprietário e de qualificar situações de sublocação.

## Localização

Em todos os casos analisados, são escassos os indicadores referentes ao componente de localização da moradia. Uma exceção nesse sentido são as pesquisas da Austrália e União Europeia, que possuem quesitos relacionados à dificuldade de acessar, a partir do domicílio, serviços e equipamentos públicos. O indicador de tempo de deslocamento de casa para o trabalho, uma informação relacionada à localização do domicílio, está presente na maioria dos casos estudados, mas em geral é estudado na temática de trabalho ou uso do tempo, e raramente combinado com outras informações a respeito da moradia.

## Adequação cultural

Outro componente a receber pouco destaque nos casos estudados é o de adequação cultural do domicílio – ou seja, que a estrutura e materiais do domicílio permitam a expressão da identidade cultural de seus moradores. A pouca visibilidade desse componente do direito à moradia em informações estatísticas pode, em parte, ser atribuído a seu caráter mais complexo e subjetivo. Quesitos de percepção e satisfação dos moradores com características do domicílio, como as que as do módulo de condições de vida da POF 2008/2009 e da EU-SILC podem fornecer informações que se relacionam de forma indireta com esse componente.

---

<sup>34</sup> Segundo dados da POF 2008/2009, 55,6% dos domicílios particulares permanentes alugados no Brasil tinham apenas contrato verbal de locação (PESQUISA..., 2012).

## Acessibilidade

O monitoramento do acesso à moradia por parte de grupos sociais em desvantagens está bastante ligado à desagregação dos indicadores por características socioeconômicas. Nos casos analisados, se mostraram comuns as desagregações por sexo; faixa etária; renda; situação rural ou urbana; e arranjos familiares e pertencimento a grupos étnicos específicos. Diversos dos indicadores relacionados ao direito à moradia se mostram sensíveis a essas variáveis. Cabe especial destaque a desagregação por sexo (seja da pessoa de referência, seja dos moradores), conforme recomendado pela Agenda Habitat e os ODS. No caso brasileiro, tem relevância também a desagregação dos indicadores pela variável de cor ou raça.

Esse componente não se resume, porém, a simples desagregação de indicadores. Alguns grupos em desvantagens têm demandas específicas em relação à habitação. A questão da acessibilidade física da moradia, seja no próprio domicílio ou no entorno, é extremamente relevante para idosos e deficientes físicos, por exemplo. Entretanto, em nosso levantamento ainda não encontramos muitos indicadores voltados a essas preocupações.

## Unidade de análise

Outra questão relevante diz respeito à unidade de análise dos indicadores de moradia – se é utilizado o domicílio, ou os moradores do domicílio. Nos casos internacionais analisados, encontram-se as duas soluções. No caso do indicador 11.1.1 de monitoramento dos ODS, por exemplo, escolheu-se os moradores como unidade de análise. Nos casos dos indicadores de Déficit habitacional, tanto no Brasil como no México, o domicílio é a unidade – o que é natural, já que a proposta é mensurar a quantidade de domicílios demandados.

Na medida em que muitas variáveis relacionadas à moradia são correlacionadas com o número de moradores, a adoção de uma ou outra unidade de análise pode levar a dar destaque a uma ou outra forma de violação do direito à moradia. Por um lado, a utilização do domicílio como unidade de análise é uma solução mais simples, na medida em que muitas das informações são coletadas em questionários de domicílios, e não de pessoas. Por outro lado, a utilização dos moradores como unidade de análise facilita a desagregação dos indicadores por características socioeconômicas. Além disso, algumas violações do direito à moradia podem atingir apenas alguns moradores dentro de um domicílio, sendo mais adequado seu monitoramento individual. Nesse sentido, as duas abordagens são complementares.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: ago. 2016.

CANADIAN housing observer 2014. Ottawa: Canada Mortgage and Housing Corporation - CMHC, 2014. Disponível em: <[http://www.cmhc.ca/en/corp/about/cahoob/upload/housing\\_affordability\\_and\\_need\\_68193\\_w.pdf](http://www.cmhc.ca/en/corp/about/cahoob/upload/housing_affordability_and_need_68193_w.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CORE housing need. Housing market information portal. Ottawa: Canada Mortgage and Housing Corporation - CMHC. Disponível em: <<https://www03.cmhc-schl.gc.ca/hmip-pimh/en/TableMapChart/CoreHousingNeedMethodology>>. Acesso em: ago. 2016.

CATÁLOGO nacional de indicadores. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, [2016]. Disponível em: <<http://www3.inegi.org.mx/sistemas/cni/default.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010: aglomerados subnormais: informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 251 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais\\_informacoes\\_territoriais/default\\_informacoes\\_territoriais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. 244 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_gerais\\_indigenas/default\\_caracteristicas\\_gerais\\_indigenas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_caracteristicas_gerais_indigenas.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010: características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 156 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/default\\_entorno.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/default_entorno.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO demográfico 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. 199 p. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd\\_2010\\_familias\\_domicilios\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

COMPILATION of metadata for the proposed global indicators for the review of the 2030 agenda for sustainable development. New York: United Nations - UN, [2016]. Disponível em: <<http://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/metadata-compilation/>>. Acesso em: ago. 2016.

DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 1998. 6 p. (Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

DÉFICIT habitacional no Brasil: 2011-2012. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - FJP, Centro de Estatística e Informações - CEI, 2015a. 126 p. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file>>. Acesso em: ago. 2016.

DÉFICIT habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares: nota técnica. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - FJP, Centro de Estatística e Informações - CEI, 2015b. 13 p. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/596-nota-tecnica-deficit-habitacional-2013normalizadarevisada/file>>. Acesso em: ago. 2016.

THE DYNAMICS of housing affordability. Ottawa: Canada Mortgage and Housing Corporation - CMHC, jan. 2008. (Socio-economic series, n. 8). Disponível em: <<http://www.cmhc-schl.gc.ca/odpub/pdf/65901.pdf?fr=1458595351608>>. Acesso em: ago. 2016.

ENCUESTA intercensal 2015. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, 2015. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/Proyectos/encuestas/hogares/especiales/ei2015/>>. Acesso em: ago. 2016.

EUROPEAN COMMISSION. *Database*. Luxembourg: Eurostat, [2016]. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>>. Acesso em: ago. 2016.

GLOSSÁRIO de conceitos e definições [da] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, [2016]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016.

THE HABITAT agenda. In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS, 2nd., 1996, Istanbul. *Relatório...* New York: United Nations - UN, 1997. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ha-1.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

HOUSEHOLDS and the environment survey 2013: questionnaires. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, 2013. Disponível em: <[http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&a=1&&lang=en&Item\\_Id=148668](http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&a=1&&lang=en&Item_Id=148668)>. Acesso em: ago. 2016.

HOUSING conditions. Luxembourg: Commission of the European Communities - EUROSTAT, 2014. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Housing\\_conditions](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Housing_conditions)>. Acesso em: ago. 2016.

LIVING conditions in Europe. Luxembourg: Commission of the European Communities - EUROSTAT, 2014. 129 p. (Statistical books). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/6303711/KS-DZ-14-001-EN-N.pdf/d867b24b-da98-427d-bca2-d8bc212ff7a8>>. Acesso em: ago. 2016.

MEASURES OF AUSTRALIA'S PROGRESS. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, n. 1370.0, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/%20Lookup/by%20Subject/1370.0~2013~Main%20Features~Home~27>>. Acesso em: ago. 2016.

METODOLOGÍA para estimar el déficit habitacional, y sus soluciones asociadas. Cidade do México: Comisión Nacional de Vivienda - CONAVI, 2012. Disponível em: <<http://www.gob.mx/conavi>>. Acesso em: ago. 2016.

MÉXICO. Decreto por el que se aprueba el Programa Nacional de Vivienda 2014-2018. *Diario Oficial de la Federación*, Cidade do México, 30 abr. 2014. Cuarta Sección, p. 1-40. Disponível em: <[http://www.conavi.gob.mx/images/documentos/transparencia/rendicion\\_cuentas/Programa%20Nacional%20de%20Vivienda,%202014-2018.pdf](http://www.conavi.gob.mx/images/documentos/transparencia/rendicion_cuentas/Programa%20Nacional%20de%20Vivienda,%202014-2018.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

MORADIA adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado. In: ROLNIK, R. *Conselho de Direitos Humanos adota resolução sobre moradia*. [São Paulo]: Blog da Raquel Rolnik, 2014. Postagem de 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/03/31/conselho-de-direitos-humanos-adota-resolucao-sobre-moradia/>>. Acesso em: ago. 2016.

MOVING house. *Australian Social Trends*. Canberra: Australian Bureau of Statistic - ABS, n. 4102.0, dec. 2010. Disponível em: <[http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/subscriber.nsf/0/1EC236296D59BBAACA2577F80010E159/\\$File/4102\\_housingmobility2010.pdf](http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/subscriber.nsf/0/1EC236296D59BBAACA2577F80010E159/$File/4102_housingmobility2010.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

MUJERES y hombres en México 2014. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, 2015. 99 p. Disponível em: <[http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos\\_download/101239.pdf](http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/101239.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de desenvolvimento do milênio*. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, [2015]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2016. 18 p. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NATIONAL household survey 2011: questionnaire. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, 2011. Disponível em: <[http://www23.statcan.gc.ca/imdb-bmdi/instrument/5178\\_Q2\\_V1-eng.pdf](http://www23.statcan.gc.ca/imdb-bmdi/instrument/5178_Q2_V1-eng.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PACTO internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, 1966. Adotado pela resolução 2200A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto\\_internacional.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PANORAMA sociodemográfico de México 2015. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, 2015. 96 p. Disponível em: <[http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva\\_estruc/702825078065.pdf](http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva_estruc/702825078065.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PEOPLE in the EU: who are we and how do we live?. Luxembourg: Commission of the European Communities - EUROSTAT, 2015. 175 p. (Statistical books). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/7089681/KS-04-15-567-EN-N.pdf/8b2459fe-0e4e-4bb7-bca7-7522999c3bfd>>. Acesso em: ago. 2016.

PERFIL sociodemográfico de niños. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, 2014. 214 p. Disponível em: <[http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/censos/poblacion/2010/perfil\\_socio/ninos/702825056629.pdf](http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/censos/poblacion/2010/perfil_socio/ninos/702825056629.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

LAS PERSONAS con discapacidad en México, una visión al 2010. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, 2013. 272 p. Disponível em: <[http://www3.inegi.org.mx/sistemas/componentes/previsualizador/vista.aspx?arch=/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/censos/poblacion/2010/discapacidad/702825051785.pdf&tipo=1](http://www3.inegi.org.mx/sistemas/componentes/previsualizador/vista.aspx?arch=/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/censos/poblacion/2010/discapacidad/702825051785.pdf&tipo=1)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 163 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009\\_perfil\\_despesas/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_perfil_despesas/default.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014. Acompanha 1 CD-ROM. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_sintese.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

PRINCIPALES resultados de la Encuesta Intercensal. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, 2015. 122 p. Disponível em: <[http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva\\_estruc/702825078966.pdf](http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva_estruc/702825078966.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

THE PRODUCTION of data on homelessness and housing deprivation in the European Union: survey and proposals. Luxembourg: Commission of the European Communities - EUROSTAT, 2004. 413 p. (Theme 3. Population and social conditions). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3888793/5832745/KS-CC-04-008-EN.PDF/2a7f26b4-4a10-4f05-a43a-52786a114279?version=1.0>>. Acesso em: ago. 2016.

QUALITY of life: facts and views. Luxembourg: Commission of the European Communities - EUROSTAT, 2015. 264 p. (Statistical books). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/6856423/KS-05-14-073-EN-N/742aee45-4085-4dac-9e2e-9ed7e9501f23>>. Acesso em: ago. 2016.

REZAGO habitacional. In: COMISIÓN NACIONAL DE VIVIENDA (México). *SNIIV 2.0: Sistema Nacional de Informações e Indicadores de Vivienda*. Cidade do México: CONAVI, [2016]. Disponível em: <<http://sniiv.conavi.gob.mx/Reports/INEGI/Rezago.aspx>>. Acesso em: ago. 2016.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 134 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 35). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2015/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016.

SMARTER, greener, more inclusive?: indicators to support the Europe 2020 strategy. Luxembourg: Commission of the European Communities - EUROSTAT, 2015. 195 p. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/6655013/KS-EZ-14-001-EN-N.pdf/a5452f6e-8190-4f30-8996-41b1306f7367>>. Acesso em: ago. 2016.

A STATISTICAL definition of homelessness. *Information Paper*. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, n. 4022.0, sep. 2012. Disponível em: <[http://www.ausstats.abs.gov.au/Ausstats/subscriber.nsf/0/B4B1A5BC17CEDBC9CA257A6E00186823/\\$File/49220\\_2012.pdf](http://www.ausstats.abs.gov.au/Ausstats/subscriber.nsf/0/B4B1A5BC17CEDBC9CA257A6E00186823/$File/49220_2012.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

SURVEY of Income and Housing, 2013-14: user guide. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2015. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/6553.0~2013-14~Main%20Features~Housing~4>> Acesso em: ago. 2016.

TRANSFORMANDO nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Adotado na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Nova York, 27 de setembro de 2015. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas - ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS. Centre for Human Settlements. *The global strategy for shelter to the year 2000*. Nairobi: UN-Habitat, 1976. 161 p. Adotada pela Resolução 43/181 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de dezembro de 1988. Disponível em: <[http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/3641\\_3113\\_HS-185.pdf](http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/3641_3113_HS-185.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General comment n. 4: the right to adequate housing: art. 11 (1) of the Covenant*. [6] p. Trabalho apresentado na 6th session of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights - CESCR, realizada em Geneva, 1991. Disponível em: <[http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CESCR/Shared%20Documents/1\\_Global/INT\\_CESCR\\_GEC\\_4759\\_E.doc](http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CESCR/Shared%20Documents/1_Global/INT_CESCR_GEC_4759_E.doc)>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. General Assembly. *International covenant on economic, social, and cultural rights*. New York, 1966. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/icescr.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. General Assembly. *Universal declaration of human rights: resolution adopted by the General Assembly. Third session. Paris, 1948*. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a3r217a.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Goal 6: ensure availability and sustainable management of water and sanitation for all. In: \_\_\_\_\_. *Sustainable development goals: 17 goals to transform our world*. New York, 2016a. 35 p. Disponível em: <<http://unstats.un.org/sdgs/files/metadata-compilation/Metadata-Goal-6.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Goal 7: ensure access to affordable, reliable, sustainable and modern energy for all. In: \_\_\_\_\_. *Sustainable development goals: 17 goals to transform our world*. New York, 2016b. 16 p. Disponível em: <<http://unstats.un.org/sdgs/files/metadata-compilation/Metadata-Goal-7.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Goal 11: make cities and human settlements inclusive, safe resilient and sustainable. In: \_\_\_\_\_. *Sustainable development goals: 17 goals to transform our world*. New York, 2016c. 37 p. Disponível em: <<http://unstats.un.org/sdgs/files/metadata-compilation/Metadata-Goal-11.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Principles and recommendations for population and housing censuses: the 2020 round. Rev. 3, Draft*. [New York]: United Nations - UN, Statistical Commission, 2015. 302 p. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/statcom/doc15/BG-Censuses.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS (1st : 1976 : Vancouver). *The Vancouver declaration on human settlements*. Vancouver: United Nations - UN, 1976. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/van-dec.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

THE VANCOUVER Declaration on Human Settlements. Nairobi: United Nations - UN, 1976. Declaração proclamada na convenção da United Nations Conference on Human Settlements, Vancouver, 1976. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/van-dec.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

## Anexos

**Quadro 1 - Componentes do direito à moradia e às informações captadas pelas principais pesquisas domiciliares do IBGE**

Componentes do Direito à moradia adequada	Aspectos do componente	Informações disponíveis nas pesquisas do IBGE	Fontes de dados		
			PNAD	CENSO	POF
Segurança de posse	Condição de ocupação	Condição de ocupação	x	x	x
	Propriedade do terreno	Condição de propriedade do terreno	x		
	Regularização dos contratos de aluguel	Existência de documentação do contrato de aluguel			x
	Segurança de posse do indivíduo	Condição do indivíduo no domicílio	x	x	x
Acesso a serviços, equipamentos e infraestrutura	Instalações adequadas	Existência de água encanada no interior do domicílio	x	x	x
		Existência de banheiro ou sanitário	x	x	x
		Presença de bens duráveis	x	x	x
		Presença de bens de Comunicação e informação	x	x	x
	Acesso a serviços	Acesso a energia elétrica	x	x	x
		Fontes de energia utilizadas no preparo de alimentos	x		x
		Acesso a abastecimento de água	x	x	x
		Acesso a esgotamento sanitário	x	x	x
		Acesso a coleta de lixo	x	x	x
		Acesso ao serviço de correio			x
	Satisfação com serviços domiciliares			x	
Acessibilidade financeira	Gastos com moradia	Gastos com aluguel	x	x	x
		Gastos com prestação	x		x
		Outros gastos com moradia (energia elétrica, água, taxas, condomínio)			x
		Inadimplência com gastos de moradia			x
	Coabitação familiar por motivo financeiro	Coabitação familiar por motivos financeiros	x		
Habitabilidade	Espaço adequado	Número de cômodos	x	x	x
		Número de dormitórios	x	x	x
		Coabitação familiar	x	x	x
		Intenção da família secundária de constituir outro domicílio	x		
	Estrutura adequada	Tipo e espécie do domicílio	x	x	
		Material das paredes externas	x	x	x
		Material da cobertura	x		x
		Material do piso			x
		Estado de conservação			x
	Proteção contra fatores de risco	Presença de fatores de risco no entorno		x	x
Satisfação com o domicílio	Satisfação com a estrutura do domicílio			x	
	Satisfação com entorno			x	
Acessibilidade	Acesso de grupos em desvantagem à habitação	Desagregações das características do domicílio por características de gênero, cor ou raça e faixa etária dos moradores ou pessoa de referência.	x	x	x
	Acessibilidade física	Acessibilidade física do entorno		x	
Localização	Acesso a postos de trabalho	Tempo de deslocamento casa-trabalho	x	x	
	Acesso a serviços	Deslocamento para outro município para estudar		x	
Adequação cultural	Técnicas tradicionais de construção	Características dos domicílios em terras indígenas		x	

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 2 - Comparação entre os critérios de adequação de estrutura física, adequação do espaço e acessibilidade financeira utilizados em indicadores adotados nos casos analisados**

	Brasil - Déficit Habitacional	Canadá - Necessidade Habitacional Fundamental	Austrália - Adensamento excessivo e stress habitacional.	União Europeia - Privação Habitacional Severa, adensamento excessivo e ônus excessivo com moradia	México - Déficit Habitacional
Critério de adequação de estrutura física do domicílio	Domicílio deve ser permanente e deve ter paredes construídas predominantemente com materiais duráveis	Domicílio não demanda reforma estrutural	-	Ter iluminação adequada e não possuir goteiras	Domicílio deve ter piso, paredes e cobertura construídos com materiais adequados
Critério de adequação do espaço adequado	Relação de moradores por dormitório menor ou igual a 3 nos domicílios alugados	Domicílio deve ter um dormitório para cada casal, cada par de crianças de até 5 anos, ou de jovens de até 18 anos do mesmo sexo, e um dormitório para os demais moradores	Domicílio deve ter um dormitório para cada casal, cada par de crianças de até 5 anos, ou de jovens de até 18 anos do mesmo sexo, e um dormitório para os demais moradores	Domicílio deve ter um cômodo para cada casal, um cômodo para cada adulto solteiro, um cômodo para cada par de crianças de até 11 anos, e um cômodo para cada dupla de jovens entre 12 e 17, solteiros e do mesmo sexo, e, por fim, um cômodo livre	Relação de moradores por dormitório menor ou igual a 2,5
Critério de acessibilidade econômica	Gastos com aluguel devem ser inferiores a 30% da renda domiciliar, entre os domicílios com renda domiciliar inferior a 3 salários mínimos	Gastos com moradia, incluindo aluguel, hipoteca, impostos e taxas de serviços, devem ser inferiores a 30% da renda domiciliar	Gastos com moradia não podem superar 30% da renda domiciliar, nos domicílios alugados pertencentes aos 2 primeiros quintis de renda domiciliar	Gastos com moradia, não podem superar 40% da renda domiciliar	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

# Indicadores de padrão de vida e distribuição de renda

Leonardo Athias\*  
Leonardo Oliveira\*\*

## Introdução

Indicadores que trazem informação sobre padrão de vida, quer dizer, acesso a uma série de direitos, serviços e produtos, servem de base para o estudo e caracterização do bem-estar das famílias<sup>1</sup>. O acesso a renda suficiente para adquirir alimentos e outros serviços (moradia, transporte, vestimentas etc.), assim como a oferta de serviços tais como educação e saúde em distância razoável do local de moradia são considerados essenciais para as pessoas conseguirem uma inserção social plena, como define Amartya Sen (1992). O quanto do acesso a esses bens e serviços será assegurado pelo mercado, pelo Estado, pelas famílias ou por uma combinação destes depende das estruturas institucionais vigentes, do padrão de vida mínimo e médio aceitos pelas sociedades e do que se entende por bem-estar e até onde deve ir o papel do Estado como provedor<sup>2</sup>.

---

\* Doutor em Ciência Política pela Universidade Bordeaux IV, França. Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

\*\*Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Membro da International Association for Research in Income and Wealth - IARIW. Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, do IBGE.

<sup>1</sup> Os autores desejam agradecer à grande ajuda dos colegas que leram esse trabalho e deram sugestões, Luanda Botelho e João Marques. Agradecemos também a atenção de Vandeli dos Santos Guerra, André Luiz Martins Costa e aos vários membros do GT-Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, além dos coordenadores da publicação, André Simões e Betina Fresneda. Erros e omissões permanecem de inteira responsabilidade dos autores.

<sup>2</sup> O Estado de bem-estar social teria uma dupla função: a primeira, "de Hobin Hood", está constituída por uma série de instituições que proveem redução da pobreza, redistribuição de renda e servem para reduzir a exclusão social; a segunda, de cofrinho (*piggy bank*), é composta por uma série de instituições que oferecem seguros e mecanismos de redistribuição no ciclo de vida. Tais funções existiriam tanto por razões de equidade, mas também para a eficiência econômica (BARR, 2012, p. 3).

Ademais de controvérsias do quanto medir prioritariamente o acesso a recursos monetários pelos indivíduos ou famílias traz suficiente informação para medir o padrão de vida da população (KAMANOU et al., 2005; BARROS et al., 2006; FERES; VILLATORO, 2013), esse acesso à renda varia na população e quanto às suas características, como sexo, cor ou raça, local de residência, inserção laboral etc. O acesso aos recursos monetários e sua distribuição na população (estatísticas da distribuição de renda/consumo) também são elementos-chave para delinear políticas para o avanço social e o desenvolvimento.

Além de tentar medir padrão de vida, rendimentos e sua distribuição, a investigação social correlata a esses temas se debruça sobre questões de pobreza e desigualdade, que são objeto de políticas para remediar esses males e, em especial, eliminar a extrema pobreza. A Meta 1.1. dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS<sup>3</sup> almeja até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia<sup>4</sup>. Em relação à desigualdade, ao mesmo tempo em que se denunciam seus efeitos negativos, há discussões normativas sobre justiça social e qual nível seria aceitável e mesmo desejável para incentivar o progresso, tal como discutido em publicações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD)<sup>5</sup> (DIVIDED..., 2011; IN ITTOGETHER..., 2015).

O presente capítulo busca trazer informação sobre indicadores relacionados a medidas de padrão de vida e distribuição de renda, com atenção voltada para medidas monetárias. Tal delimitação é necessária em razão da grande diversidade de direitos, acesso a bens e serviços relacionados à mensuração de padrões de vida, como acesso ao trabalho, educação e moradia, que vão além do escopo do presente capítulo e estão, inclusive, em outros locais dessa publicação. Ademais, o presente texto deixa de abordar muitas questões relacionadas ao papel do Estado no provimento de bens e serviços, incluindo indicadores relacionados à proteção social, que entram em uma definição completa de padrão de vida, pois têm um papel na garantia de padrões de vida mínimos, protegendo a população de “choques”, tais como eventos naturais, morte de um provedor familiar etc.

Ademais desta Introdução, seguem as seguintes seções: **Conceitos relevantes para a investigação de padrão de vida e distribuição de renda**, com uma breve discussão sobre os conceitos e termos usados;<sup>6</sup> **Recomendações internacionais a respeito da coleta de informação de renda, consumo, riqueza e a construção de indicadores relacionados; Como organizações e institutos de estatística selecionados tratam o tema**, com a experiência de organizações e institutos de estatística com medidas

<sup>3</sup> Os ODS sucederam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM como o arcabouço da agenda internacional de desenvolvimento. Os ODS estão compostos em 17 objetivos e 169 metas para os quais os países signatários devem dedicar esforços de políticas e monitoramento até 2030. “[A] Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Ela busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS..., 2016).

<sup>4</sup> Para informações mais detalhadas sobre o primeiro ODS, consultar a página do PNUD Brasil, no endereço: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview/goal-1.html>>.

<sup>5</sup> A OCDE é uma organização internacional composta por 34 países que, além de sua atividade política, produz uma série de estudos relacionados aos temas de bem-estar, padrão de vida e distribuição de renda. Para informações mais detalhadas consultar o portal da Organização, no endereço: <<http://www.oecd.org/about/>>.

<sup>6</sup> No decorrer do texto são trazidos vários termos traduzidos e em inglês (em itálico, entre parênteses), devido às dificuldades na tradução para o português, que se mostra, em alguns casos, pouco preciso para o que almejam as definições e recomendações dos manuais. Trazer os termos em inglês permite também aos leitores identificar mais facilmente os conceitos utilizados na literatura especializada, pois muitas referências essenciais estão publicadas unicamente em inglês.

relacionadas a padrões de vida, desigualdade, pobreza e bem-estar; **A experiência do IBGE na construção de indicadores, pesquisas e produtos**, destacando a experiência do IBGE na construção de indicadores, incluindo informação de pesquisas e produtos da Instituição; e nas **Considerações finais**, discutem-se oportunidades e desafios para o IBGE aprimorar sua produção estatística na temática, desafios estes que interagem com a agenda internacional de desenvolvimento que se delinea, a Agenda 2030.

## Conceitos relevantes para a investigação de padrão de vida e distribuição de renda

A presente seção busca trazer definições e discutir alguns termos relevantes que aparecem em estudos ligados ao tema do capítulo: qualidade de vida; bem-estar; padrão de vida; renda, rendimentos e riqueza; distribuição de renda e desigualdade de renda; dificuldades econômicas e pobreza. A seção seguinte será o momento de aprofundar a discussão sobre estatísticas da distribuição de renda com referência aos manuais internacionais e recomendações.

### Qualidade de vida

O primeiro termo que convém abordar é qualidade de vida. Ela representa um dos termos mais abrangentes usados e remete a um padrão de vida satisfatório, mas não se restringe a isso. Por exemplo, fala-se do acesso a alimentação, transporte, educação, saúde “de qualidade”. A qualidade de vida é, então, um termo que vai além do padrão de vida, podendo incluir informações que qualifiquem a saúde e a satisfação com a vida, bem-estar subjetivo, felicidade, valores pós-materialistas, inclusive a preocupação com a degradação do meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável<sup>7</sup> (SCHUESSLER; FISHER, 1985; NUSSBAUM; SEN, 1993; STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009; SMEDT, 2013).

Um exemplo de abordagem para medir qualidade de vida é o estudo da inserção social plena em termos de “seres”, “terres” e “fazeres”. Os “terres” referem-se à posse de bens materiais. Os “seres” e “fazeres” remontam ao que Amartya Sen (1992) chama de funcionamentos de uma pessoa, indicando o estilo de vida que pode atingir e o que pode realizar, como estar bem nutrido, estar educado, saudável, ter trabalho digno, ter direito a voto etc.

O relatório de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009, p. 58, tradução nossa), mais recentemente, enfatizou que a “qualidade de vida inclui um grande conjunto de fatores que fazem a vida valer a pena ser vivida, incluindo aqueles que não são transacionados em mercados e não são capturados por medidas monetárias”. Tal relatório, cujo objetivo foi tecer considerações e recomendações acerca da disponibilidade de informações estatísticas sobre a economia e a sociedade, defendeu maior proeminência à distribuição de renda, consumo e riqueza do que às médias (como o Produto Interno Bruto - PIB *per capita*), sem contar uma série de outras medidas importantes para dar conta do bem-estar da população e o progresso social.

<sup>7</sup> Para informações mais detalhadas, consultar: UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. *Improving the quality of life of people through sustainability*. Rio de Janeiro: UN-HABITAT, 2016. Notícia de 11 de fev. 2016. Disponível em: <<http://unhabitat.org/improving-the-quality-of-life-of-people-through-sustainability/>>. Acesso em: ago. 2016.

A decisão de compor com medidas não monetárias está ligada aos objetivos específicos das análises e ao nível de detalhe e abrangência requeridos. Tal decisão está também ligada às preferências dos pesquisadores em precificar ou não uma série de aspectos da vida social que, em muitos casos, escapam ao mercado (FLEURBAEY; BLANCHET, 2013). Medidas não monetárias vão, dessa forma, ser inseridas nas análises para completar, melhorar ou substituir as medidas monetárias, medidas estas classicamente compiladas para traçar perfis de pessoas, domicílios até a integração dessa informação nos agregados macroeconômicos, caracterizando as economias nacionais.

## Bem-estar

Assim como qualidade de vida, bem-estar também é um conceito multidimensional e pode ser entendido de forma mais ou menos restritiva. O termo está relacionado ao grego *eudaimonia* (teorizado por Aristóteles), a qualidade de vida, a saúde física e mental,<sup>8</sup> e a recursos para lidar com desafios (físicos, psicológicos e sociais), além de ser objeto de estudo de variadas vertentes metodológicas (DODGE et al., 2012). Levando-se em conta as estatísticas oficiais, há recorrente menção a medidas de bem-estar no relatório de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) e em Smedt (2013). O termo está ligado ao entendimento que há necessidade de medidas econômicas e não econômicas para dar conta de aspectos da vida que são importantes para as pessoas e para o progresso social, com atenção às gerações atuais e futuras.

A recente publicação *OECD framework for statistics on the distribution of household income, consumption and wealth* coloca: “embora o conceito de bem-estar seja amplamente utilizado, não existe uma definição aceita de forma abrangente sobre o que é. Além disso, os termos bem-estar, qualidade de vida, felicidade e satisfação com a vida são muitas vezes utilizados alternativamente” (OECD..., 2013, p. 20, tradução nossa).

O bem-estar econômico (ou material) está definido (de forma reconhecidamente restritiva, no nível microeconômico) na segunda edição do manual do Grupo de Camberra (Expert Group on Household Income Statistics), publicado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (United Nations Economic Commission for Europe - UNECE)<sup>9</sup>: “o bem-estar econômico de um domicílio pode ser expresso em termos de acesso a bens e serviços. Quanto mais um domicílio pode consumir, maior é seu nível de bem estar econômico” (CANBERRA GROUP, 2011, p. 2, tradução nossa). Dessa forma, fatores como a estrutura do domicílio, níveis de consumo, a decisão de poupar e a posse de patrimônio também influenciam no bem-estar econômico. Finalmente, muitos indicadores produzidos por institutos de estatística vão ser compilados para aproximar o bem-estar econômico das famílias, com destaque para sua variação no tempo e no espaço.

<sup>8</sup> A Organização Mundial de Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) define a saúde, em sua Constituição, de 1946, como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2006).

<sup>9</sup> A UNECE, além de seu papel para a integração econômica, tem uma grande produção de normas e convenções (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2016).

## Padrão de vida

Padrão de vida ou nível de vida<sup>10</sup> corresponde a uma medida de acesso a bens e serviços. Tal acesso está, ademais, consubstanciado em um direito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948 na Assembleia Geral das Nações Unidas, coloca em seu Art. 25:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 6).

Tal definição do direito a um nível de vida suficiente foi corroborada pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16.12.1966 e promulgado pelo Brasil por meio do Decreto n. 591, de 06.07.1992. De acordo com o Art. 11 “Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequando para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida” (BRASIL, 1992).

O estudo de padrões de vida pode se fundamentar (de forma restritiva/simplificada) na medida da renda auferida. Isso porque a renda, nas economias contemporâneas (monetizadas), permite aos indivíduos e famílias comprar muitos dos bens e serviços essenciais para seu sustento. Da mesma forma, padrão de vida pode ser medido pelos gastos em bens e serviços feitos pelas famílias, que podem coincidir com o consumo desses bens, mas não se restringir a isso, dependendo da abrangência dada aos conceitos usados (conforme a próxima seção). Medir padrão de vida a partir de recursos (normalmente pela renda e, às vezes, incluindo riqueza) ou despesas (consumo) são os dois métodos mais comuns para estimar o bem-estar econômico (das famílias), em consonância com a definição supracitada (CANBERRA GROUP, 2011).

Um exemplo de pesquisa brasileira a destacar foi a Pesquisa sobre Padrões de Vida - PPV 1996-1997, realizada pelo IBGE em convênio com o Banco Mundial<sup>11</sup> como um “projeto piloto de pesquisa multitemática para atender a necessidade de informações que (a) qualifiquem e indiquem os determinantes do bem-estar social de diferentes grupos sociais e (b) permitam identificar os efeitos de políticas governamentais nas condições de vida domiciliar”. A pesquisa abordou, além de rendimentos, despesas e posse de bens, temas como habitação, migração, educação, saúde, trabalho e fecundidade (CAILLAUX; BARROS, 1998, p. 2).

Uma visão abrangente de padrão de vida corresponde a observar um conjunto de bens e serviços ao qual indivíduo/família deve ter acesso para ter uma vida satisfatória, podendo incluir a investigação sobre a existência de mecanismos de proteção social, que servem para resguardar as pessoas de eventos (choques) que podem impactar suas vidas (desastres naturais, doença, desemprego etc.). Tais mecanismos são em geral providos pelo Estado e, em conjunto com o acesso a bens e serviços desmercantilizados, servem para tornar o bem-estar individual não tão dependente dos mecanismos de mercado, equalizando oportunidades (BARR, 2012).

<sup>10</sup> A diferença entre os termos parece ser apenas de uso e de como se pode traduzir *standard of living*.

<sup>11</sup> O Banco Mundial (World Bank) foi concebido em 1944 e evoluiu de uma única instituição, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (International Bank for Reconstruction and Development - IBRD) (1945), para um grupo de cinco instituições relacionadas ao desenvolvimento, além do BIRD, compõe-se pela Associação Internacional de Desenvolvimento - AID (International Development Association), Sociedade Financeira Internacional - SFI (International Development Association), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (Multilateral Guarantee Agency - MIGA) e Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos - CIADI (International Centre for the Settlement of Investment Disputes - Icsid) (WORLD BANK, 2016b).

## Renda, rendimentos e riqueza

No que se segue, renda e rendimentos são tratados como sinônimos. O termo rendimento será utilizado com frequência (e alternadamente ao termo renda) na seção **A experiência do IBGE na construção de indicadores, pesquisas e produtos**, que descreve cinco levantamentos do IBGE e como estes se relacionam com as orientações internacionais.

A renda (*income*) é tradicionalmente coletada sob duas abordagens, uma macro, com suas raízes na contabilidade nacional (macroeconômica), outra micro, “tendo suas raízes na microeconomia e particularmente no estudo da pobreza e seus efeitos nos diferentes grupos socioeconômicos na sociedade” (CANBERRA GROUP, 2011, p. 17). O conceito de renda domiciliar foi evoluindo no tempo e será objeto de avaliação na próxima seção.

Também para abordar bem-estar, é possível comparar informações sobre riqueza (*wealth*). A OCDE define a riqueza como o “estoque de recursos possuídos por uma pessoa em algum ponto do tempo” (OECD..., 2013, p. 45, tradução nossa). O conceito de riqueza, assim como bem-estar ou pobreza, pode ir muito além de medidas relacionadas a agregados monetários. Dessa forma, o presente texto restringe a riqueza à sua dimensão monetária.

## Distribuição de renda e desigualdade de renda

A segunda edição do manual do Grupo de Camberra discorre sobre a importância de estudar a distribuição de renda:

analistas econômicos e formuladores de política identificam três objetivos para compilar informações sobre distribuição de renda. O primeiro é impulsionado por um desejo de entender o padrão de distribuição de renda e como isso pode estar relacionado com a forma como as sociedades são organizadas. O segundo reflete a preocupação dos formuladores de política para avaliar o impacto de ações tanto universais quanto direcionadas a diferentes grupos socioeconômicos. Exemplos de questões políticas para as quais dados sobre distribuição de renda são importantes incluem benefícios sociais (*welfare*), tributação e outras políticas fiscais, habitação, educação, mercado de trabalho e saúde. O terceiro é um interesse em como os diferentes padrões de distribuição de renda influenciam o bem-estar das famílias e a capacidade das pessoas para adquirir os bens e serviços de que necessitam para satisfazer suas necessidades, por exemplo, estudos sobre pobreza e exclusão social, e pesquisa sobre comportamento de consumo. O interesse na distribuição de renda pode se justificar por si só como uma forma de ver como o produto nacional está distribuído na população, ou indiretamente como o melhor *proxy* de bem-estar econômico (CANBERRA GROUP, 2011, p. 14, tradução nossa).

Medidas de distribuição de renda compõem, então, estudos direcionados a abordar a desigualdade de renda, que pode ser objeto de políticas para diminuí-la. Quando há níveis altos ou crescentes, tais desigualdades costumam ser vistas como iniquidades e deletérias para a mobilidade social, com “armadilhas de pobreza” (SACHS, 2006). A desigualdade de renda poderia mesmo estar relacionada a crimes violentos e baixo crescimento econômico de médio e longo prazo (FAJNZYLBER; LEDERMAN; LOYAZA, 2002; IN IT TOGETHER..., 2015).

Compreender o padrão de vida, assim como a distribuição de renda, permite delinear políticas públicas para melhorar as condições de vida<sup>12</sup> da população. A focalização dessas políticas costuma, além disso, estar ligada a como são definidas as dificuldades econômicas e a pobreza, abordadas na sequência.

## Dificuldades econômicas e pobreza

Assim como para padrão de vida e os outros termos já abordados, há diferentes definições e abordagens para medir dificuldades econômicas (*economic hardship*) e pobreza. O conceito de pobreza remete a privações de diferentes tipos e ela tende a ser atualmente entendida como um fenômeno multidimensional, o que estaria ligado ao aumento da disponibilidade de dados e à influência dos escritos de Amartya Sen, entre outros (ALKIRE; FOSTER, 2007). Ao mesmo tempo, permanece mais recorrente a análise unidimensional e monetária (pela renda ou pelo consumo) por razões de preferência e/ou disponibilidade de dados. O manual do Grupo de Camberra (segunda edição) traz que:

Um entendimento abrangente do bem-estar econômico, ou dificuldades econômicas, requer a consideração de todos os tipos de recursos econômicos, assim como padrões de consumo específicos das pessoas e arranjos de vida. Além disso, um entendimento abrangente da pobreza requer informação de muitas dimensões não econômicas, porque ela não significa unicamente insuficiência de recursos, mas também engloba privações acumuladas em relação à renda, habitação, educação, saúde [...] no entanto, esse tipo de análise tem significativos requerimentos em termos de dados (CANBERRA GROUP, 2011, p. 101, tradução nossa).

Também como para padrão de vida, medidas não monetárias podem ser trazidas como complemento ou substituição de medidas monetárias e dependem do quanto o analista acredita que os preços de mercado permitem medir o essencial do acesso a bens e serviços necessários para o bem-estar mínimo que classificaria as pessoas como “não pobres”. Além disso, a evolução de indicadores monetários pode diferir de indicadores não monetários, de tal forma que o crescimento econômico não seja suficiente para garantir progresso, pois alguns aspectos importantes, tais como educação e saúde podem ficar para trás, especialmente para determinados grupos (BOURGUIGNON et al., 2010; ALKIRE et al., 2015).

Em países em desenvolvimento, comumente se usam medidas monetárias absolutas (tais como a linha de US\$1,25 por dia) e, em países desenvolvidos, medidas relativas (por exemplo, 50% da mediana do rendimento domiciliar disponível equivalente)<sup>13</sup>. Medidas subjetivas são menos recorrentes, talvez porque variam segundo a formulação das perguntas usadas. Ao mesmo tempo, tais medidas subjetivas têm o interesse de construir linhas a partir da percepção das pessoas sobre suas condições de vida, em vez de serem decididas por especialistas (GASPARINI et al., 2010).

<sup>12</sup> Outro termo que aparece na literatura, além de padrão ou nível de vida, é condições de vida e seria mais abrangente. A publicação analítica *Síntese de indicadores sociais*, do IBGE, existente desde 1998, tem como subtítulo: *uma análise das condições de vida da população brasileira*. Da mesma forma, uma das publicações de resultado da Instituição também traz o termo no subtítulo: *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida* (PESQUISA..., 2010).

<sup>13</sup> Os Estados Unidos constituem uma exceção, onde há várias linhas de pobreza absoluta com limites que variam em razão do tamanho e composição das famílias. Para informações mais detalhadas, consulte a página do U.S. Census Bureau, disponível em: <<http://www.census.gov/topics/income-poverty/poverty.html>>.

Há vários indicadores usados nos diferentes estudos clássicos sobre pobreza, sendo três os mais comuns: a proporção de pobres, que é uma contagem de pessoas na condição de pobreza; o hiato de pobreza, representando a porcentagem da renda da população necessária para levar todos os pobres até a linha de pobreza; e a severidade da pobreza, uma medida menos intuitiva, mas muito informativa, pois traz a distância dos pobres em relação à linha de pobreza, dando um peso maior para os indivíduos mais pobres e levando em conta a desigualdade de renda entre os pobres (EXPERT GROUP ON POVERTY STATISTICS, 2006, p. 96-97).

Pobreza é um termo polissemântico e, em alguns casos, quando são usados apenas indicadores de renda, consumo ou riqueza monetária, são escolhidos outros termos para representar as dificuldades econômicas. Por exemplo, as pessoas abaixo da linha de pobreza relativa calculada pela Oficina Estatística da União Europeia (Statistical Office of the European Union - EUROSTAT)<sup>14</sup> na Europa são classificadas em risco de pobreza (*at risk of poverty*), enquanto o Statistics Canada tem uma longa tradição de estudos sobre baixa renda (*low income*)<sup>15</sup>.

## Recomendações internacionais a respeito da coleta de informação de renda, consumo, riqueza e a construção de indicadores relacionados

A partir da 14ª Sessão da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (United Nations, Statistics Division), realizada em 1966, foi sendo desenvolvido um sistema de estatísticas abarcando renda, consumo e acumulação de riqueza no nível do domicílio. Tratou-se de um trabalho ligado aos esforços para aprimorar o Sistema de Contas Nacionais e progressivo. Um segundo momento importante coincidiu com a publicação do manual *Provisional guidelines on statistics of the distribution of income, consumption and accumulation of households* (UNITED NATIONS, 1977), visando ajudar os países a coletar e disseminar estatísticas sobre distribuição de renda.

Houve esforços metodológicos e de construção de manuais nas décadas de 1980 e 1990, mas destacou-se o manual do Grupo de Camberra,<sup>16</sup> publicado em 2001: *Expert group on household income statistics: final report and recommendations*, um guia para produção de estatísticas de rendimentos no nível microeconômico. Os padrões definidos nessa publicação foram revisados na XVII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET (Seventeenth International Conference of Labour Statisticians) (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2003), e ainda houve uma segunda edição revisada do manual, citado em seções anteriores (CANBERRA GROUP, 2011).

<sup>14</sup> EUROSTAT é o órgão de estatísticas da União Europeia, localizado no Luxemburgo. Produz um grande número de estatísticas para permitir a comparação entre os países e regiões, assim como fundamentar a tomada de decisão no nível europeu (STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN UNION, 2016b).

<sup>15</sup> Alguns manuais trazem recomendações metodológicas para a medição das dificuldades econômicas (*economic hardship*) (no nível individual ou familiar/domiciliar), desigualdade e pobreza, destacando-se o *Handbook on poverty statistics: concepts, methods and policy use* (KAMANOU et al., 2005), publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (United Nations, Department of Economic and Social Affairs), o *Compendium of best practices in poverty measurement* do Expert Group on Poverty Statistics (Rio Group) (2006), e o manual produzido pelo Banco Mundial, *Handbook on poverty and inequality* (HAUGHTON; KHANDKER, 2009).

<sup>16</sup> "O principal objetivo do Grupo de Camberra foi melhorar as estatísticas nacionais sobre renda domiciliar ao desenvolver padrões portando sobre questões conceituais e práticas, relacionadas à produção de estatísticas da distribuição de renda" (CANBERRA GROUP, 2001, p. 12, tradução nossa).

Esses passos mostraram um apuramento das formas de captar informação com definições mais precisas do que deveria entrar no conceito de renda domiciliar, levando em conta o aprimoramento metodológico na construção de indicadores por parte de países e instituições (OCDE e EUROSTAT, por exemplo). Os textos metodológicos e manuais também trouxeram questões para trabalho futuro, que englobam elementos mais difíceis de captar, tais como a mensuração monetária de serviços de bens duráveis e do trabalho não remunerado.

Ademais dessas publicações, destaca-se uma preocupação em melhorar a captação e a disponibilidade de informações de riqueza monetária/patrimônio, em conjunto com informações de rendimento, consumo e despesas para uma medida mais acurada do bem-estar material (NOLL, 2007; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013). Essa preocupação se justifica, pois o bem-estar se explica melhor quando se inclui informação de rendimentos e riqueza monetária, que pode estar crescendo ou diminuindo no período de referência para financiar o consumo. Tal esforço traz uma dimensão temporal que explicita os riscos incorridos pelas famílias e se o consumo é sustentável.

## Definição da renda domiciliar

A recomendação de definição de renda domiciliar (*household income*) da XVII CIET, em 2003, seguiu de forma geral o que foi definido em 2001, com a exceção do valor do trabalho doméstico não remunerado e o valor de serviços de bens de consumo duráveis no domicílio. Esses componentes não foram incluídos na definição de renda domiciliar da primeira edição do manual do Grupo de Camberra, mas estavam listados como questões para o futuro (CANBERRA GROUP, 2001). Na segunda edição do manual, os dois componentes foram incluídos na definição conceitual, adaptada do relatório da Organização Mundial do Trabalho (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2003):

A renda domiciliar (*household income*) é constituída por todas as receitas (*receipts*), sejam elas monetárias ou em espécie<sup>17</sup> (*in kind*) (bens e serviços) que são obtidas pelo domicílio ou por membros individuais do domicílio em intervalos anuais ou mais frequentes, mas exclui ganhos inesperados (*windfall*) e outros ganhos tipicamente recebidos de forma irregular e de uma só vez.

As receitas do domicílio (*household income receipts*) estão disponíveis para consumo corrente e não reduzem o patrimônio líquido (*net worth*), através de uma redução de dinheiro (*cash*), uso dos outros ativos financeiros ou não financeiros, ou o aumento das obrigações (*liabilities*) do domicílio.

A renda domiciliar engloba: "(i) a renda do trabalho (salários (*paid*) e conta-própria (*selfemployment*)); (ii) renda da propriedade; (iii) renda advinda da produção de serviços domésticos para consumo próprio; e (iv) transferências correntes recebidas" (CANBERRA GROUP, 2011, p. 22-23, tradução nossa).

Ainda segundo o manual, a definição conceitual traz o que deveria ser idealmente incluído para se ter a medida mais compreensível possível da renda. A definição operacional é consistente com a conceitual, "aparte da exclusão do valor de serviços domésticos não remunerados e o valor de bens duráveis e transferências sociais em espécie, devido às dificuldades em valorar tais componentes" (CANBERRA GROUP, 2011, p. 23, tradução nossa). O Quadro 1 traz a definição conceitual, operacional e mostra como os componentes devem ser agregados para construir várias medidas de renda.

<sup>17</sup> "Em espécie" é a tradução mais corriqueira em português para o termo inglês *in kind*, significando um bem ou serviço a ser trocado sem intermediação monetária. Existem outras traduções para essa troca, como em gêneros, *in natura*, não monetizados, não mercantis ou mesmo dação. Aqui vamos nos ater à tradução mais corriqueira, mesmo se tem a desvantagem de existir também em português a expressão pagamento em espécie, que remete a um pagamento monetário (em dinheiro).

**Quadro 1 - Componentes da renda nas definições conceituais e operacionais**

Definição conceitual	Definição operacional
<b>1 Renda do trabalho</b>	
Rendimento do empregado	√
Salários e vencimentos	√
Bônus em dinheiro e gratificações	√
Comissões e gorjetas	√
Remunerações de diretores	√
Participação nos lucros bônus e outras formas de remuneração ligadas aos lucros	√
Ações oferecidas como parte da remuneração do empregado	√
Produtos ou serviços gratuitos ou subsidiados fornecidos pelo empregador	√
Indenizações e verbas rescisórias	√
Contribuições sociais dos empregadores	√
Rendimentos do conta-própria/empregador	√
Ganhos/perdas de empresas não constituídas em sociedade	√
Bens e serviços produzidos para permuta, menor custo de insumos	√
Bens produzidos para próprio consumo, menos o custo de insumos	√
<b>2 Renda da propriedade</b>	
Rendimentos de ativos financeiros, líquido de despesas	√
Rendimentos de ativos não financeiros, líquido de despesas	√
Direitos autorais	√
<b>3 Receitas da produção domiciliar de serviços para consumo próprio</b>	
Valor líquido dos serviços do local de moradia ocupado pelo proprietário	√
Valor dos serviços domésticos não remunerados	–
Valor dos serviços de bens de consumo duráveis	–
<b>4 Transferências correntes recebidas</b>	
Aposentadorias e pensões	√
Pensões e outros benefícios de seguro	√
Benefícios de assistência social (em dinheiro)	√
Transferências correntes vindas de instituições sem fins lucrativos	√
Transferências correntes vindas de outros domicílios	√
<b>5 Renda da produção</b> (soma de 1 e 3)	
<b>6 Renda primária</b> (soma de 2 e 5)	
<b>7 Renda total</b> (soma de 4 e 6)	
<b>8 Transferências correntes pagas</b>	
Impostos diretos (líquidos de reembolsos)	√
Taxas obrigatórias e multas	√
Transferências correntes entre domicílios pagas	√
Contribuições para a segurança social pagas por empregados e empregadores	√
Transferências correntes para instituições sem fins lucrativos	√
<b>9 Rendimento disponível</b> (7 menos 8)	
<b>10 Transferências sociais em espécie recebidas</b>	–
<b>11 Rendimento disponível ajustado</b> (9 mais 10)	

Fonte: Canberra Group. Canberra Group handbook on household income statistics. 2nd. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. Disponível em: <[http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canbera\\_Handbook\\_2011\\_WEB.pdf](http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canbera_Handbook_2011_WEB.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

A definição operacional recomendada é aplicada de forma variada segundo os países. Isso se explica porque alguns componentes da renda são mais difíceis de serem coletados (com pesquisas multipropósito regulares no nível dos domicílios). As contribuições sociais, assim como as transferências entre domicílios, trazem dificuldades adicionais na captação, tanto que muitos países dispõem apenas de informação de renda simplificada em suas pesquisas anuais. O caso brasileiro é abordado na seção **A experiência do IBGE na construção de indicadores, pesquisas e produtos**, que descreve cinco levantamentos do IBGE e como cada um deles cobre as definições conceituais e operacionais da renda domiciliar apresentadas no Quadro 1.

## Indivíduo, família, domicílio e unidade de renda

Mesmo se há renda recebida por famílias ou domicílios, ela é normalmente recebida pelas pessoas, o que as torna a unidade de coleta privilegiada. A renda pode ser individual, familiar ou domiciliar, sendo esta última geralmente usada para medir bem-estar econômico, pois, mesmo se a renda é comumente recebida pelas pessoas, elas costumam compartilhar com outros membros do domicílio, tais como cônjuges e filhos (CANBERRA GROUP, 2011). A agregação se dá no nível do domicílio por essa razão, mas também porque seria muito difícil coletar informação sobre as transferências dentro do domicílio<sup>18</sup>.

Um domicílio pode conter mais de uma família e, dessa forma, além de indivíduos, podem ser construídos rendimentos familiares (ou renda familiar), mas também de unidades de renda (*income units*), representando um conjunto de pessoas que dividem renda (CANBERRA GROUP, 2011). Por exemplo, a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, do IBGE utiliza o conceito de unidade de consumo, que representa um conjunto de pessoas que compartilham a mesma fonte de alimentação ou, em sua ausência, despesas com moradia (PESQUISA..., 2008, p. 30). Além disso, tradicionalmente, no IBGE há hábito de reportar rendimentos familiares coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Uma medida comumente usada para medir bem-estar econômico no Brasil é a média ou mediana do rendimento domiciliar ou familiar *per capita*, medida no nível individual, como é a recomendação do Grupo de Camberra (CANBERRA GROUP, 2001).

## Rendimento total, disponível e equivalente

Podem ser construídos diferentes agregados de renda, enquanto renda total e disponível (*disposable*) constituem os mais comuns. O Grupo de Camberra coloca que,

a renda disponível é normalmente a medida preferida para a análise da distribuição de renda, pois é a renda à disposição do domicílio para financiar as despesas de consumo e a poupança durante o período de referência, observando que uma redução no patrimônio líquido também pode financiar o consumo (CANBERRA GROUP, 2011, p. 30).

Da mesma forma, “dado que a maioria dos regimes de taxaço da renda são progressivos, a renda após impostos é mais igualmente distribuída do que a renda antes de impostos” (CANBERRA GROUP, 2011, p. 30).

<sup>18</sup> Isso não impede que permaneça importante entender as relações financeiras entre os membros do domicílio, tocando à temática de gênero (BERTRAND; KAMENICA; PAN, 2015), e mesmo o estudo da organização das famílias, entre famílias no mesmo domicílio e em relação a outros moradores.

A Pesquisa sobre Práticas dos Países (Survey of Country Practices) foi enviada aos membros da UNECE e outros selecionados em 2009, inclusive o Brasil. Resultados trouxeram que “salários e vencimentos, juros e dividendos, transferências governamentais em dinheiro e transferências obrigatórias entre domicílios (pensão alimentícia (*alimony and child support*) são coletados por mais de 90% dos (58) países que participaram da pesquisa” (CANBERRA GROUP, 2011, p. 62-65, tradução nossa). Ao mesmo tempo, as deduções requeridas (coletadas ou imputadas) para calcular o rendimento disponível são “impostos diretos, contribuições do empregado para seguro social e transferências entre domicílios como pensões alimentícias (e foram [coletadas] por mais de 70% dos países participantes)” (CANBERRA GROUP, 2011, p. 62-65, tradução nossa).

A captação da renda em pesquisas que se necessitam simplificadas, como Censos Demográficos, além de extremamente difícil e onerosa, de forma geral, pode ser considerada apenas como uma aproximação. Recomenda-se, caso se vá investigar unicamente a renda total (com uma ou duas perguntas), direcionar para a renda bruta recebida por indivíduos e/ou domicílios no período de referência, normalmente os 12 meses anteriores à pesquisa (UNITED NATIONS, 2008).

A Austrália e países europeus têm tradição de se valer de escalas de equivalência para gerar uma renda equivalente (*equivalized income*),<sup>19</sup> defendida como uma medida que permite ajustar o tamanho dos domicílios, levando em conta que os indivíduos podem ter necessidades diferentes (por exemplo, crianças necessitariam de menor ingestão calórica do que adultos) e que há economias de escala no domicílio (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013). Um domicílio com três pessoas, por exemplo, não vai ter gasto três vezes maior com aluguel e eletricidade. Caso seja usado o domicílio unipessoal como o ponto de referência, “a renda equivalente é um indicador da renda do domicílio que seria necessária para uma pessoa ter o mesmo nível de bem-estar econômico do que o domicílio em questão” (CANBERRA GROUP, 2011, p. 81). Existem vários métodos para se calcular renda equivalente, como métodos clássicos baseados no consumo calórico por idade (RAVALLION, 1992) e mesmo a divisão pela raiz quadrada do número de componentes do domicílio, que é ainda aplicada (DIVIDED..., 2011). Não há consenso sobre qual escala é a ideal, tanto que nem o Grupo de Camberra, nem as publicações da OCDE recomendam uma escala em detrimento de outra.

Além da renda, também é possível gerar medidas de consumo e riqueza monetária equivalente. Entre outras críticas, há dúvidas se uma escala de equivalência poderia ser usada indiscriminadamente para mais de um tipo de renda ou somente faz sentido para a renda disponível. As economias de escala também podem variar no espectro da distribuição de renda (por exemplo, uma criança costuma requerer relativamente mais recursos em domicílios de alta renda, do que de baixa renda). Em relação à riqueza monetária, uma parte dela pode servir para financiar o consumo corrente, mas outra parte pode estar sendo acumulada para uso na aposentadoria, quando a composição do domicílio já terá mudado (os filhos terão saído), o que dissuade o uso de escalas de equivalência (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013). No Brasil é tradição se construir apenas a renda *per capita* para a análise do bem-estar<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Também é usado o termo ajustada (*adjusted*) para essa renda.

<sup>20</sup> Escalas de equivalência costumam ser usadas no Brasil somente para testar a robustez dos resultados obtidos com a análise da renda domiciliar *per capita*, levando, basicamente, às mesmas conclusões (FERREIRA; LITCHFIELD, 2000; BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

## Medidas de desigualdade

Há diversas medidas de desigualdade utilizadas por organismos internacionais e pelos países. As mais recorrentes são o coeficiente de Gini da renda ou consumo e razões entre percentis da renda ou consumo – por exemplo, a razão entre a quantidade da renda total concentrada pelos 10% com maiores rendas e os 10% com menores rendas. Tais medidas servem para comparar no espaço, entre países e outros recortes regionais, e também no tempo, quando medições recorrentes estão disponíveis. Essas medidas podem usar vários agregados de renda, como a renda total, a renda disponível, a renda do trabalho, a renda domiciliar *per capita*, etc. Qual renda, rendimento, consumo ou despesa usar depende dos objetivos da análise, mas entende-se que, na maioria dos casos, vale ponderar tais medidas no nível individual (CANBERRA GROUP, 2011; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013).

As medidas de desigualdade podem sofrer de dificuldades de captação e ser enviesadas, caso se capture melhor uma parte (por exemplo, a base) da distribuição de rendimentos e não outra (por exemplo, o topo). Outro ponto de atenção é quando se escolhem dois pontos no tempo para a comparação e a economia apresenta ciclos de expansão e retração dentro de uma tendência geral de crescimento ou diminuição da desigualdade, pois se pode estar escolhendo uma combinação de pontos que trazem uma conclusão equivocada (CANBERRA GROUP, 2011, p. 120).

Em complemento, quando se deseja avaliar o efeito dos impostos na desigualdade, por exemplo, ao incorporar impostos diretos (que entram no cômputo do rendimento disponível), mais fáceis de medir, mas não avaliar os impostos indiretos, de mais difícil captação, também pode trazer conclusões parciais ou equivocadas (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013, p. 60).

## Pesquisas domiciliares, registros e a captação no alto da escala de renda

Alguns países que têm registros administrativos adequados, assim como bases legais para seu uso para fins estatísticos, podem usá-los para substituir ou melhorar dados coletados por pesquisas. Cerca de  $\frac{3}{4}$  dos países que participam no projeto Estatísticas da União Europeia sobre o Rendimento e Condições de Vida (European Union Statistics on Income and Living Conditions - EU-SILC)<sup>21</sup> coletam ao menos parte de suas informações de renda com registros. O Canadá é um país que também tem essa prática (CANBERRA GROUP, 2011, p. 35). Usar tais registros, quando não chegam a substituir pesquisas, pode balizar resultados e ajudar a diminuir o tempo de entrevista. O suporte legal e a cooperação das administrações de impostos são essenciais, colaborando com informação a partir de chaves desidentificadas (CANBERRA GROUP, 2011, p. 36-37).

<sup>21</sup> EU-SILC é um instrumento de coleta de microdados multidimensionais, transversais e longitudinais sobre renda, pobreza, exclusão social e condições de vida. Este instrumento tem por base o Sistema Estatístico Europeu - SEE (European Statistical System - ESS) (STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN UNION, 2016a).

Dados fiscais, mesmo com suas limitações em razão de formato, cobertura e mesmo da evasão fiscal, são, sobretudo, uma aposta para ajudar a captação no topo da distribuição de rendimentos,<sup>22</sup> que tem se mostrado em muitos países cada vez mais difícil. O acesso a domicílios de alta renda, assim como questões de confidencialidade fazem com que os respondentes não queiram fornecer dados precisos. A captação de dados no topo da distribuição também pode ser prejudicada por questões operacionais, tais como limites para a codificação, em que altos rendimentos podem ser confundidos com valores extremos e mesmo quando há limite de caracteres para marcar rendimentos em aparelhos de coleta.

## Renda, consumo, despesas e riqueza monetária para medir bem-estar econômico

Para medir padrão de vida (e bem-estar econômico) é possível usar vários tipos de dados. De forma geral, entende-se que consumo (normalmente aproximado pelas despesas), uma medida direta, é a melhor, pois tanto despesas quanto consumo são menos voláteis que a renda, uma medida indireta (NOLL, 2007)<sup>23</sup>.

Todo o mais permanecendo igual, pessoas com maior consumo ou gastos de consumo são vistas como tendo um maior nível de bem-estar econômico presente do que aqueles com menor consumo. No entanto, para um entendimento mais abrangente do bem-estar econômico delas, é necessário também considerar aqueles recursos econômicos tais como renda e riqueza que permitem ao consumo acontecer agora e no futuro (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013, p. 16, tradução nossa).

Há um debate intenso e eterno entre especialistas sobre a construção das melhores medidas, ao passo que pesquisadores e produtores de estatísticas se deparam com questões de custo e dificuldades na captação. Perguntar sobre renda pode ser constrangedor e, sobretudo quando os rendimentos são irregulares, pode haver subnotificação. Ao mesmo tempo, pesquisas abrangentes sobre despesas são onerosas. Da mesma forma, há dificuldades para captar informação sobre riqueza monetária e medir o quanto dessa riqueza (patrimônio líquido) está sendo usado para financiar o consumo corrente (por exemplo, no período de referência de um ano). Para comparação no tempo e no espaço, também é importante prestar atenção à construção dos agregados de consumo. Outra indagação porta sobre o período de referência, pois avaliar um período mais longo de consumo pode fazer sentido, por exemplo, para agricultores, e se estaria aproximando de uma medida similar a uma renda permanente.

Quanto à frequência da captação, o documento *OECD framework for statistics on the distribution of household income, consumption and wealth* advoga que:

Dados sobre riqueza são melhor coletados, em uma pesquisa, integrados com renda. Muitos países coletam informação sobre renda todos os anos ou bianualmente. A mesma frequência é então recomendada para coletar dados sobre riqueza. Dados sobre despesas devem ser coletados ao menos uma vez a cada cinco anos (OECD..., 2013, p. 169, tradução nossa).

Essa publicação defende, ademais, a integração de informações de riqueza e consumo para entender a distribuição do bem-estar econômico no nível dos domicílios, pois a renda é apenas uma das dimensões. A riqueza monetária (patrimônio

<sup>22</sup> Recentemente foi publicado pelo Ministério da Fazenda, com dados da Receita Federal, um estudo sobre as altas rendas que mostram, como esperado, uma concentração maior do que a encontrada nas pesquisas domiciliares (RELATÓRIO..., 2016).

<sup>23</sup> As despesas do domicílio podem não coincidir exatamente com consumo em razão de doações para outros domicílios, ou caridade (DEATON; ZAIDI, 2002) e quando se usa definições mais abrangentes de consumo que incluem, por exemplo, bens públicos.

líquido, quer dizer, levando em conta o endividamento) também influencia os níveis de consumo correntes. Um domicílio com pouco ou nenhum rendimento e com patrimônio está em melhores condições de sustentar seu consumo do que em caso de ausência de patrimônio.

Em estatísticas internacionais comparadas de pobreza e desigualdade são usados alternadamente indicadores construídos a partir da renda ou do consumo, o que é uma decisão justificada, sobretudo, pela disponibilidade de dados, conforme a seção a seguir. No Brasil, como é praxe em países nas Américas, dados de renda são coletados de forma mais recorrente do que consumo (CANBERRA GROUP, 2011).

## Como organizações e institutos de estatística selecionados tratam o tema

A presente seção traz exemplos de sistematização de indicadores e estudos. Na sequência, são apresentadas informações do Banco Mundial (World Bank), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), Oficina de Estatística da União Europeia (Statistical Office of the European Union - EUROSTAT), Reino Unido (Office for National Statistics - ONS), Austrália (Australian Bureau of Statistics - ABS), Canadá (Statistics Canada - StatCan) e América Latina, com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL) e países. As instituições e países foram selecionados em razão da relevância e qualidade da produção estatística na temática, referenciada nos manuais.

### Banco Mundial

O Banco Mundial participa, em conjunto com outras organizações internacionais relacionadas ao desenvolvimento, no patrocínio de estudos, formulação de políticas e monitoramento de indicadores de bem-estar. Tem tradição no monitoramento global da pobreza monetária (linha de US\$ 1 por dia, desde o final dos anos 1980) e outros indicadores. Deteve o mandato para o monitoramento global dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM<sup>24</sup> e mantém para os ODS, com destaque para o Objetivo 1 (Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares) e o Objetivo 10 (Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles).

O Banco Mundial tem em seus arquivos uma série de estudos (RAVAILLON, 1992; HENTSCHEL; LANJOUW, 1996; DEATON; ZAIDI, 2002; VAKIS; RIGOLINI; LUCCHETTI, 2015; entre outros) e também bases de dados com informação de pobreza e desigualdade, em compasso com sua missão, que compreende, desde abril de 2013, dois objetivos: “erradicar a pobreza em uma geração e aumentar a prosperidade compartilhada” (A MEASURE..., 2015).

<sup>24</sup> De acordo com a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, para a meta “Reduzir pela metade entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$ 1 paridade de poder de compra (PPC) por dia”; havia quatro indicadores internacionais de monitoramento: proporção da população que ganha menos de US\$ 1 PPC por dia; proporção da população abaixo da linha nacional de pobreza; índice de hiato de pobreza - incidência x grau de pobreza; e participação dos 20% mais pobres da população no consumo nacional (OBJETIVOS..., 2010). Segundo o manual publicado pelas Nações Unidas (INDICATORS..., 2003, p. 1) sobre esses indicadores, todos indicadores “são baseados em renda ou consumo a partir de pesquisas domiciliares, mesmo se consumo permanece o indicador preferido de bem-estar econômico”.

Em outubro de 2015, o Banco Mundial publicou estimativas de pobreza global de 1981 a 2012 baseadas na paridade de poder de compra (PPC),<sup>25</sup> atualizada em 2011 no PovcalNet, uma ferramenta de análise *online* para o monitoramento global da pobreza<sup>26</sup>. Tais indicadores foram obtidos de pesquisas domiciliares em 153 países; em alguns casos com medidas de renda, outros com medidas de consumo. Aparentemente, a disponibilidade de dados está relacionada a tradições de pesquisas: renda é coletada de forma mais recorrente em pesquisas nas Américas, enquanto consumo é preferido na Europa e na Ásia (DEATON; ZAIDI, 2002). Em relação ao segundo objetivo do Banco Mundial, há uma base de dados sobre prosperidade compartilhada, a Global Database of Shared Prosperity - GDSP.<sup>27</sup> Nela encontra-se o crescimento médio real *per capita* de consumo ou renda dos 40% na base da distribuição de bem-estar (*welfare distribution*).

Além dessas ferramentas específicas, há coleção extensa de variáveis nos bancos de dados da Instituição<sup>28</sup>. A base Poverty and Equity Database, sobre pobreza e equidade (total de 42 indicadores) inclui o coeficiente de Gini (consumo ou renda domiciliar *per capita*) e taxa de pobreza extrema (atualmente US\$ 1,90 por dia PPC 2011, também calculada a partir de consumo ou renda), proporção do consumo ou renda concentrado em diferentes percentis, hiato de pobreza etc<sup>29</sup>. Na sequência são trazidos trechos de metadados para indicadores coeficiente de Gini e taxa de pobreza (Figura 1).

**Figura 1 - Metadados para indicadores sobre pobreza e equidade - Banco Mundial**

(continua)

#### **Coeficiente de Gini**

O índice de Gini fornece uma boa medida-resumo do nível de desigualdade. Os dados sobre a distribuição de renda ou de consumo vêm de pesquisas domiciliares nacionalmente representativas. Onde os dados originais da pesquisa domiciliar estavam disponíveis, eles foram usados para calcular as proporções de renda ou de consumo por quintil [sic]. Caso contrário, as proporções foram calculadas a partir dos melhores dados agrupados disponíveis.

É possível que o coeficiente de Gini de um país em desenvolvimento aumente (aumento da desigualdade de renda), enquanto o número de pessoas em pobreza absoluta diminui. Isso ocorre porque o coeficiente de Gini mede riqueza relativa (*relative wealth*), não absoluta.

Porque as pesquisas domiciliares subjacentes diferem em métodos e tipos de medidas de bem-estar recolhidos, os dados não são estritamente comparáveis entre países ou mesmo ao longo dos anos dentro de um país. Duas fontes de não comparabilidade devem ser observadas para a distribuição de renda em particular. As pesquisas diferem em muitos aspectos, incluindo se usam a renda ou a despesa de consumo como o indicador de padrão de vida. A distribuição de renda é tipicamente mais desigual do que a distribuição do consumo. Além disso, as definições de renda utilizadas diferem. O consumo é geralmente um indicador de bem-estar muito melhor, especialmente nos países em desenvolvimento e foi usado sempre que possível. Em segundo lugar, as famílias diferem em tamanho (número de membros) e na extensão da partilha da renda entre os membros. Ademais, os indivíduos diferem em idade e necessidades de consumo. Os funcionários do Banco Mundial fizeram um esforço para garantir que os dados sejam os mais comparáveis possíveis, mas diferenças entre países nesses aspectos podem enviesar a comparação.

<sup>25</sup> O Programa de Comparação Internacional (International Comparison Program - ICP) estima a PPC.

<sup>26</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a página da ferramenta. Disponível em: <<http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/>>.

<sup>27</sup> Para mais informações, consultar a página da base de dados. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/global-database-of-shared-prosperity>> .

<sup>28</sup> As base de dados estão disponíveis no portal do Banco Mundial. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org>> .

<sup>29</sup> Muitos outros indicadores relacionados a bem-estar estão na base World Development Indicators, com indicadores de desenvolvimento mundial. Somavam 1421 em junho de 2016.

**Figura 1 - Metadados para indicadores sobre pobreza e equidade - Banco Mundial**

(conclusão)

**Taxa de pobreza**

Comparações internacionais de estimativas de pobreza apresentam problemas conceituais e práticos. Países têm diferentes definições de pobreza, e comparações consistentes entre países são difíceis de conseguir. Linhas de pobreza nacionais tendem a ter maior poder de compra nos países ricos.

Desde o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, o Banco Mundial aplica um padrão comum para medir a pobreza extrema, ancorado nos países mais pobres do mundo, ajustando para diferenças no poder de compra (o padrão \$1 por dia).

Como diferenças no custo de vida em todo o mundo evoluem, a linha de pobreza internacional tem de ser atualizada periodicamente usando novos dados de preços PPC. A linha de pobreza extrema atual está fixada em US\$ 1,90 por dia (PPC 2011) e representa a média das linhas de pobreza encontradas nos 15 países mais pobres, classificados pelo consumo *per capita*. Como resultado das revisões das taxas de câmbio PPC, as taxas de pobreza de cada país não podem ser comparadas com as taxas de pobreza relatadas em edições anteriores.

As estatísticas são baseadas em dados de consumo ou, quando disponível, em renda. Uma análise de cerca de 20 países para os quais gastos de consumo e renda estavam disponíveis a partir dos mesmos levantamentos de dados encontrou que a renda tinha uma maior média, mas também apresentava maior desigualdade do que o consumo. Quando as medidas de pobreza baseadas no consumo e renda foram comparadas, os dois efeitos mais ou menos se anulam mutuamente: não houve diferença estatística significativa.

Apesar do progresso na última década, os desafios de medir a pobreza permanecem. A frequência, qualidade e comparabilidade das pesquisas domiciliares precisam aumentar substancialmente, em particular nos países mais pobres. A baixa frequência e a falta de comparabilidade traz incerteza sobre a magnitude da redução da pobreza. A renda é geralmente mais difícil de medir com precisão e varia mais no tempo do que o padrão de vida. Ao mesmo tempo, dados de consumo nem sempre estão disponíveis: as últimas estimativas aqui relatadas usaram dados de consumo para cerca de dois terços dos países.

Mesmo levantamentos semelhantes podem não ser estritamente comparáveis devido a períodos de referência ou na qualidade e formação dos recenseadores. Comparações de países com diferentes níveis de desenvolvimento também são um problema em potencial, em razão das diferenças na importância relativa do consumo de bens não mercantis. O valor de mercado local do consumo em espécie (incluindo produção própria) deveria ser incluído no total das despesas de consumo, mas isso nem sempre acontece. A maioria dos dados de pesquisas agora incluem avaliações para consumo ou rendimentos de produção própria, mas os métodos de avaliação variam.

Trechos selecionados e traduzidos de metadados disponíveis em < <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=poverty-and-equity-database>>. Acesso em jun. 2016.

Adaptado e traduzido de World Bank (2016c).

Destaca-se que, mesmo se há a defesa de produção e uso de dados de consumo em vez de renda, a Instituição constrói um indicador único de monitoramento tanto com dados de renda quanto de consumo, o que é justificado pela (in)disponibilidade de dados (WORLD BANK, 2016a). Os metadados também citam (sem detalhar) o resultado de um estudo de 20 países onde havia informação de renda e consumo nas mesmas pesquisas, indicando ausência de diferença estatística entre as estimativas. Os metadados não trazem mais informação sobre esses 20 países que, provavelmente, não compreendem países em desenvolvimento, onde se entende há maiores dificuldades na captação de dados de renda e consumo simultaneamente.

Indagações em relação à comparabilidade entre fontes, em razão de diferentes conceitos e métodos de medição tanto para renda como para (agregados de) consumo permanecem (HENTSCHEL; LANJOUW, 1996; LANJOUW; LANJOUW, 2001). Ademais,

discrepâncias entre dados publicados e dados nacionais, o que está relacionado a fontes internacionais desatualizadas e pouca transparência nos cálculos de produção/harmonização dos indicadores, também continuam a preocupar.

## Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE

Na sequência, são apresentadas três agendas de pesquisa da OCDE: uma está relacionada a um esforço de sistematizar informação para medir bem-estar; a segunda é a série bianual de publicações de indicadores sociais, *Society at a glance*, com informação da publicação mais recente; em terceiro lugar, é apresentada uma agenda de estudos sobre desigualdade nos países e sua relação com crescimento econômico, estudos que discutem indicadores clássicos, mas também incluem modelos econométricos.

### Better Life Initiative

Inspirado no que foi proposto no relatório de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), a OCDE apresentou em 2011 um sistema de indicadores, Better Life Initiative,<sup>30</sup> onde foram definidos três pilares para compreender e medir o bem-estar das pessoas:

- Condições materiais de vida (ou bem-estar econômico), que determinam as possibilidades de consumo das pessoas e seu comando sobre recursos.
- Qualidade de vida, que é definido como o conjunto de atributos não monetários de indivíduos que determinam suas oportunidades na vida, e tem um valor intrínseco sob diferentes culturas e contextos; e
- A sustentabilidade dos sistemas socioeconômico e natural, onde as pessoas vivem e trabalham, que é importante para o bem-estar durar ao longo do tempo. Sustentabilidade depende de como as atividades humanas presentes vão impactar os diferentes estoques de capitais (natural, econômico, social e humano) que sustentam o bem-estar para gerações futuras.

Os indicadores de padrão de vida econômico utilizados são: renda disponível líquida ajustada *per capita*<sup>31</sup> (*household net adjusted disposable income per capita*) e riqueza domiciliar monetária líquida *per capita*<sup>32</sup> (*household net financial wealth per capita*). Tais indicadores são originários de bases de dados de contas nacionais, compiladas pela OCDE. No momento da finalização desse texto, em junho de 2016, um ou outro ou os dois indicadores eram apenas estimados para Chile, Islândia, Israel, México, Nova Zelândia, Polônia, Turquia, e, dentre países não membros, Rússia e Brasil.

<sup>30</sup> Para informações mais detalhadas sobre o programa, consultar o portal da OECD, no endereço: <<http://www.oecd.org/statistics/better-life-initiative.htm>>.

<sup>31</sup> “É a quantidade (*amount*) máxima que uma família pode consumir sem ter de reduzir os seus ativos ou aumentar suas obrigações (*liabilities*). É obtida acrescentando ao rendimento bruto das pessoas (ganhos (*earnings*), rendimentos da conta-própria e renda de capital, assim como as transferências monetárias correntes recebidas de outros setores) as transferências sociais em espécie que as famílias recebem dos governos (como os serviços de educação e saúde), e, em seguida, subtraindo os impostos sobre o rendimento e o patrimônio (*wealth*), as contribuições para o seguro social pagas pelas famílias, bem como a depreciação dos bens de capital consumidos pelas famílias. Os dados disponíveis referem-se à soma dos domicílios e instituições sem fins lucrativos que servem os domicílios” (BETTER..., 2016, tradução nossa).

<sup>32</sup> “Riqueza monetária líquida (*net financial wealth*) consiste em: numerário (*currency*) e depósitos, valores mobiliários (*securities*) além de ações (*shares*), empréstimos e outras participações (*equity*) (incluindo ações emitidas por fundos de investimento), provisões técnicas de seguros (*insurance technical reserves*), e outras contas a receber ou a pagar, líquido de passivos financeiros domésticos (*household financial liabilities*), tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais. Os dados referem-se à soma dos domicílios e instituições sem fins lucrativos que servem os domicílios” (BETTER..., 2016, tradução nossa).

## Society at a glance

A OCDE já produz edições da publicação *Society at a glance* desde 2001, uma publicação bianual contendo indicadores sociais, “atendendo à crescente demanda por informação quantitativa sobre bem-estar social e suas tendências nos países da OCDE” (SOCIETY..., 2014, p. 5). A edição mais recente (2014) trouxe um conjunto de indicadores novos em relação às edições anteriores e se articulou em torno do subtítulo dessa edição: *the crisis and its aftermath* (a crise e suas consequências, em português). Informações sobre países não membros foram incluídas de forma separada quando disponível. Os indicadores foram articulados em três grandes grupos (SOCIETY..., 2014, p. 80, tradução nossa):

- Contexto social refere-se a indicadores gerais que, embora geralmente não direcionem objetivos políticos, são informações relevantes para a compreensão do contexto social. Um exemplo é a proporção de idosos em relação às pessoas em idade ativa;
- *Status* social descreve os resultados sociais que as políticas tentam influenciar. Idealmente, os indicadores selecionados podem ser interpretados de forma fácil e sem ambiguidade. Como um exemplo, todos os países preferem ter menores taxas de pobreza em vez de altas; e
- Resposta social fornece informações sobre medidas e atividades que afetam os indicadores de status social. Exemplos são as políticas governamentais, mas também atividades das ONGs, famílias e sociedade civil em geral.

Além dessa classificação, a publicação agrupou os indicadores de *status* social e resposta social “de acordo com as grandes áreas políticas que cobrem: autossuficiência, equidade, status de saúde e coesão social” (SOCIETY..., 2014, p. 80, tradução nossa).

Valem ser destacados a renda domiciliar (contexto social) e o conjunto de indicadores de equidade: desigualdade de renda, gastos sociais, pobreza, pessoas vivendo de benefícios, e pessoas beneficiárias de prestações de desemprego.

A Figura 2 reproduz a definição e o modo como se mediu o rendimento domiciliar e a pobreza na publicação. Para a primeira, destaca-se o esforço de construir uma renda domiciliar disponível equivalente, medida pensada pela OCDE como a ideal para comparar bem-estar no nível do domicílio. Em relação à pobreza, os autores valeram-se da medida tradicionalmente usada em países europeus, quer dizer, uma porcentagem (no caso 50%) da mediana da mesma renda domiciliar disponível equivalente. Alertaram na publicação que, para melhor avaliar o indicador de pobreza relativa num período de recessão, o indicador foi também balizado em 2005, ano anterior à crise econômica.

Em relação à desigualdade de renda, a publicação trouxe coeficientes de Gini baseados em renda equivalente (total e disponível) para países da OCDE e a Federação Russa, renda *per capita* para parceiros-chave (inclusive Brasil), exceto Índia e Indonésia, para as quais foi utilizado o consumo *per capita*. A publicação também trouxe a razão 90/10 calculada pela diferença da média de renda do décimo no topo e na base da distribuição de renda (rendimento disponível equivalente) e, finalmente, a proporção da renda (antes de impostos) concentrada no 1% com maior renda (SOCIETY..., 2014, p. 112).

**Figura 2 - Society at a glance - definição e medição de rendimento domiciliar e pobreza****Rendimento domiciliar**

A renda do domicílio fornece uma indicação dos bens e serviços que as famílias podem comprar no mercado. É, então, uma indicação objetiva da qualidade de vida material. Os dados da renda disponível equivalente mediana vêm do banco de dados OECD *Income Distribution Database*. A renda disponível é o rendimento total (renda do capital e do trabalho) depois de deduzidos os impostos diretos e pagamentos de contribuição sociais. Exclui serviços em espécie fornecidos aos domicílios pelo governo e entidades privadas, impostos sobre o consumo, e fluxos de renda imputados devido à posse do local de moradia. Foram atribuídos às pessoas os rendimentos de seu domicílio. Após subtrair impostos e adicionar benefícios sociais, os rendimentos do domicílio fornecem uma indicação dos bens e serviços que as famílias podem comprar no mercado. A renda do domicílio é ajustada pelo tamanho da família e a medida do ajuste é atribuída a cada pessoa no domicílio. Metade de todas as pessoas tem um rendimento maior do que a mediana e a outra metade, menor.

**Pobreza**

Percepções sobre o que seria um padrão de vida decente variam segundo o país e ao longo do tempo. Dessa forma, não há consenso sobre as medidas de pobreza nos países da OCDE. Assim como para a desigualdade de renda, o ponto inicial para a medição da pobreza é o conceito de renda disponível equivalente dos domicílios [...] as pessoas são classificadas como pobres quando sua renda domiciliar equivalente é menor que 50% da mediana prevalecente em cada país. O uso de um limite de renda relativo significa que os países ricos têm limites de pobreza mais altos. Tais limites em países ricos capturam a noção de que escapar da pobreza significa poder acessar bens e serviços que são considerados de acesso normal ou comum em cada país. A taxa de pobreza é uma contagem de quantas pessoas se encontram abaixo da linha da pobreza. Mudanças na pobreza relativa referentes à mediana do rendimento corrente podem ser de difícil interpretação durante recessões. Em uma situação onde os rendimentos de todos os domicílios caem, mas caem menos na parte inferior do que no meio, a pobreza relativa irá diminuir. Assim, índices mais “absolutos” de pobreza, ligados a padrões de vida passados, são necessários para complementar a imagem fornecida pela pobreza relativa. Portanto, mudanças na pobreza são também apresentadas usando um indicador que mede pobreza contra o referencial “ancorado” para a metade da mediana da renda real observada em 2005.

Adaptado e traduzido de Society at a glance (2014).

**Desigualdade e crescimento**

A OCDE tem tradição em contribuir no corpo de estudos clássicos que buscam relações teóricas e empíricas entre crescimento econômico e desigualdade de renda (e outros resultados sociais). Ao avaliar a literatura, o analista se depara com estudos que identificaram relações diretas, outros, relações inversas (CINGANO, 2014). Em abordagens recentes, contando com modelos econométricos e correções consideradas essenciais para dar conta da difícil comparabilidade dos dados entre países, a OCDE identificou aumento da desigualdade de renda nos últimos 30 anos em seus países membros e uma relação contrária entre desigualdade de renda e crescimento (CINGANO, 2014; IN IT TOGETHER..., 2015).

O ponto de partida das publicações foi comparar países e ver a evolução nos últimos 30 anos, valendo-se do coeficiente de Gini e a razão entre a média da renda domiciliar disponível corrigida pelo tamanho do domicílio (raiz quadrada do número de componentes) dos décimos superior e inferior (s90/s10). Ao mesmo tempo, alertaram que alguns mecanismos negativos da desigualdade afetam de forma diversa diferentes segmentos populacionais. O coeficiente de Gini mostra, dessa forma, limitações, pois sua variação está fortemente relacionada aos movimentos no centro da distribuição (COBHAM, 2013).

Os impactos negativos da desigualdade encontrados estão, segundo a OCDE, na base da pirâmide de renda (40% com menores rendas) e atrapalhariam investimentos em capital humano e aumentariam o risco de persistência na pobreza. Ademais, alta ou crescente desigualdade estaria associada a menor mobilidade ocupacional ou mesmo desemprego de longo prazo, devido a uma inserção precária no mercado de trabalho desde o início da vida laboral (*scarring effect*).

## União Europeia: Statistical Office of the European Union - EUROSTAT

Em relação à agenda de desenvolvimento EU 2020 Strategy,<sup>33</sup> que tem como ponto fundamental “tirar 20 milhões de pessoas do ‘risco de pobreza e exclusão social’ até 2020”; a EUROSTAT tem o mandato de monitorar uma série de indicadores e fazer “comparações geográficas e temporais dos elementos monetários e não monetários do indicador que descreve a pobreza e a exclusão social na União Europeia (UE)” (PEOPLE..., 2015). Para isso, a pesquisa EU-SILC é usada como fonte.

Risco de pobreza ou exclusão social é um indicador sintético que se refere à situação na qual as pessoas estão em ao menos uma de três situações: em risco de pobreza, com privação material severa ou em domicílios com intensidade de trabalho muito baixa.

Pessoas sob risco de pobreza são aquelas que vivem em um domicílio com rendimento disponível equivalente abaixo do limite de risco de pobreza, que corresponde a 60% do rendimento mediano disponível em moeda nacional. O rendimento disponível é calculado, levando em conta as transferências sociais. A escala de equivalência usada é a escala de equivalência OCDE modificada<sup>34</sup>.

A taxa de privação material severa se refere à incapacidade de pagar despesas consideradas desejáveis pela maioria das pessoas ou até mesmo necessárias para se levar uma vida adequada. O indicador mede a percentagem da população que não pode pagar pelo menos três dos seguintes nove itens (pagar o aluguel, hipoteca ou contas de serviços públicos; manter a sua casa adequadamente aquecida; enfrentar despesas inesperadas; comer carne ou proteínas regularmente; sair de férias; comprar um aparelho de televisão; comprar uma máquina de lavar; comprar um carro; e comprar um telefone). Essa taxa é considerada persistente se a incapacidade de pagar pelo menos três dos itens citados é identificada em ao menos dois dos três anos anteriores à pesquisa no seu componente de painel.

O terceiro indicador se refere às pessoas que vivem em domicílios com baixa intensidade de trabalho, sendo definido como o número de pessoas que vivem em uma casa com uma intensidade de trabalho abaixo de um limite fixado em 0,20. A intensidade de trabalho de um domicílio é a razão entre o total de meses que todos os membros residentes em idade ativa (pessoa entre 18 e 59 anos, excluindo estudantes entre 18-24 anos) trabalharam durante o ano de referência em relação ao que eles poderiam ter trabalhado no mesmo período.

<sup>33</sup> Agenda para desenvolver uma economia mais inteligente (*smarter*), mais verde, baseada no conhecimento, crescendo de forma rápida e sustentável, criando elevados níveis de emprego e progresso social (STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN UNION, 2013).

<sup>34</sup> Essa escala dá peso de 1,0 para o primeiro adulto, 0,5 para o segundo e subsequentes membros de 14 anos ou mais, 0,3 para cada criança com menos de 14 anos.

O estudo mais recente da EUROSTAT com dados de 2013-2014 (PEOPLE..., 2015) apresentava as variações do risco de pobreza ou exclusão social das crianças em relação ao resto da população e apontava os principais fatores que afetam a pobreza infantil, como: a situação de mercado de trabalho dos pais (está diretamente ligada à educação recebida pelas crianças, sendo de pior qualidade quanto mais precária a situação de trabalho familiar), a composição do domicílio onde vivem e a eficácia da intervenção do governo por meio do auxílio à renda e disponibilidade da oferta de serviços. A situação dos idosos também foi apresentada, em que os riscos de pobreza e exclusão social dependiam de fatores diferentes, como as características dos sistemas de pensão e aposentadoria.

## **Austrália: Australian Bureau of Statistics - ABS**

Serão apresentados dados da principal pesquisa de renda e riqueza na Austrália, produzida pelo ABS, e também uma iniciativa recente de sistema de indicadores relacionado a bem-estar, a publicação eletrônica *Measures of Australia's Progress - MAP*.

### **Renda e riqueza na Austrália**

O ABS publica estudos em seu portal na Internet a partir de uma série de pesquisas, dentre elas, destaca-se a Survey of Income and Housing - SIH, uma pesquisa domiciliar que recolhe informações sobre os níveis de renda (*income*) e riqueza (*wealth*) e suas variações no tempo. A pesquisa começou em 1994-1995 anualmente e é bianual desde 2003-2004. A última edição disponível é de 2013-2014 e, com dados dessa pesquisa, o Instituto produziu uma publicação unificada com análise de indicadores de renda e riqueza no nível dos domicílios: *Household income and wealth: Australia: 2013-14*.

A documentação da pesquisa declara que as informações de renda e riqueza são usadas por analistas sociais e formuladores de políticas para: entender a distribuição dos recursos econômicos nos domicílios particulares australianos; identificar domicílios com maiores riscos de experimentar dificuldades econômicas; e entender os efeitos da tributação e dos sistemas de suporte à renda no bem-estar das pessoas e domicílios.

Indicadores de renda e riqueza a sublinhar são: o valor médio e a variação da renda domiciliar disponível equivalente,<sup>35</sup> segmentados por domicílios de alta e baixa renda; o patrimônio líquido (*net worth*) também é segmentado por domicílios de alta e baixa renda (este indicador mostra variação, sobretudo, em razão da posse do local de moradia); existência e nível de endividamento dos domicílios, com atenção para superendividamento e os riscos de ter "dificuldades econômicas (*economic hardship*) em caso de algum choque, como queda inesperada na renda ou aumento das taxas de juros" (HOUSEHOLD..., 2015).

<sup>35</sup> A escala de equivalência usada atribui o peso de 1,0 para o chefe de família, 0,5 para cada pessoa adicional com 15 anos ou mais e 0,3 para cada criança com menos de 15 anos.

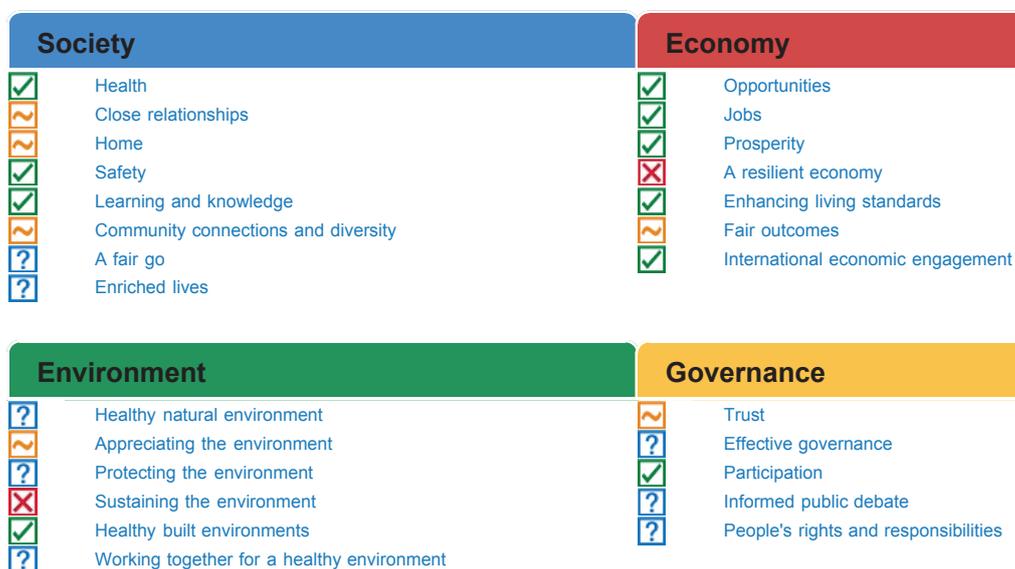
## Measures of Australia's Progress - MAP

O ABS tem uma publicação eletrônica<sup>36</sup> que apresenta um sistema de indicadores, *Measures of Australia's Progress - MAP* em desenvolvimento, que visa responder a uma questão: "a vida na Austrália está melhorando?". Os indicadores atuais foram definidos em 2013, após uma série de consultas para entender "o que mais importa para os australianos para o progresso?"

O painel (*dashboard*) do sistema traz uma série de indicadores dentro de vários temas em quatro grandes áreas: sociedade, economia, meio-ambiente e governança. No painel, cada tema está apresentado com uma simbologia se há progresso, estabilidade ou piora (*regression*) (Figura 3). Ainda em construção, algumas dimensões vistas como importantes pelas pessoas não têm indicadores definidos ou com dados disponíveis.

Dentro da grande área economia, podem ser arrolados alguns indicadores: a renda disponível real líquida *per capita*; ativos não financeiros *per capita* (contas nacionais); razão do rendimento recebido pelos domicílios de baixa renda, sobre os de renda média, operacionalizado pela razão da média do rendimento disponível equivalente (com aluguel imputado) do 1º décimo em relação ao 5º décimo (S10/S50) (MEASURES..., 2013).

Figura 3 - Painel do *Measures of Australia's Progress - MAP* australiano



Measures of Australia's progress (2016)

<sup>36</sup> Para informações mais detalhadas, consultar o portal do ABS, no endereço: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/1370.0~2013~Main%20Features~About%20MAP~2>>.

## Reino Unido: Office for National Statistics - ONS

Cabe notar o esforço do instituto de estatísticas do Reino Unido, o Office for National Statistics - ONS, para desenvolver medidas relacionadas a bem-estar já há alguns anos. Measuring National Well-being é um programa para “desenvolver e publicar um conjunto de Estatísticas Nacionais confiável para ajudar as pessoas a entender e monitorar o bem-estar nacional” (BEAUMONT, 2011, p. 10, tradução nossa), a fim de “fornecer um quadro mais completo de como a sociedade está se portando, de forma a completar medidas econômicas, sociais e ambientais existentes” (MEASURING..., 2016).

Tais esforços incluíram consultas à população na década passada e a construção de um sistema de indicadores, cujos domínios são: bem-estar individual, governança, economia e meio-ambiente. Os fatores identificados como afetando mais diretamente o bem-estar individual foram: nossos relacionamentos, saúde, o que fazemos, onde vivemos, finanças pessoais, educação e habilidades.

Sob finanças pessoais, os indicadores escolhidos foram: percentual dos indivíduos em domicílios abaixo de 60% da renda mediana disponível equivalente com custos de moradia deduzidos (fonte: Family Resources Survey, realizada pelo Department for Work and Pensions do Reino Unido), riqueza monetária total líquida mediana dos domicílios particulares (fonte: Wealth and Assets Survey, do ONS), satisfação com a renda domiciliar (fonte: British Household Panel Survey / Understanding Society<sup>37</sup>), porcentagem dos domicílios com nenhum adulto trabalhando, excluindo estudantes (fonte: Labour Force Survey, do ONS). Como se vê, o sistema traz diversas fontes e busca abordar uma série de dimensões para compor o bem-estar econômico.

## Canadá: Statistics Canada - StatCan

O Canadá tem uma longa tradição em publicar dados sobre baixa renda. Os limites para baixa renda (LICO) (*low income cut-offs*) foram publicados pela primeira vez em 1967 a partir de dados do Censo 1961. Trata-se de linhas que definem valores “a partir dos quais as famílias destinam uma maior proporção [20% a mais] da renda para as necessidades de alimentação, moradia e vestimenta do que uma família padrão” (LOW..., 2015, p. 5).

Hoje em dia, há linhas de limites para baixa renda para sete tamanhos de família e cinco áreas de residência, captando variações de custo de vida em zona urbana e rural. São revisadas a cada cinco anos, após pesquisas sobre despesas familiares, e atualizadas pelo índice de preço anualmente. Tais linhas são publicadas com renda total e disponível desde 1991, sendo a renda disponível (após impostos e levando em conta as transferências governamentais) preferida por StatCan. Além dos limites para baixa renda, há duas outras medidas de baixa renda em destaque no Canadá, entendendo-se que diferentes objetivos analíticos e de formulação de políticas necessitam de diferentes informações.

A medida de baixa renda (LIMs) (*low income measures*) está fixada em 50% da mediana da renda domiciliar equivalente.<sup>38</sup> É publicada anualmente com a renda total e a renda disponível. O StatCan declara que “LIM é a medida de baixa renda

<sup>37</sup> A pesquisa British Household Panel Survey foi sucedida pelo estudo Understanding Society, liderada por um time de especialistas ligados à Universidade de Essex.

<sup>38</sup> A escala de equivalente utilizada é a raiz quadrada do número de membros do domicílio.

mais usada para a comparação internacional” (LOW..., 2015, p. 8) e é (atualmente) construída com renda domiciliar, mas atribuída às pessoas, unidade de ponderação recomendada. Da mesma forma, desde 2008-2009, o domicílio substituiu a família econômica, o que se justificaria por duas razões, os custos no domicílio, tais como hipoteca, são divididos pelos moradores, independente de a qual família pertencerem, além disso, o domicílio é o padrão internacional para analisar a distribuição de renda (LOW..., 2010, p. 10).

Finalmente, a medida de cesta de mercado (MBM) (*market basket measure*) é uma medida de baixa renda baseada no custo de uma cesta específica de bens e serviços “representando um padrão de vida básico, modesto” (LOW..., 2015, p. 8). Essa medida foi primeiramente construída por um grupo de trabalho contando com funcionários dos três níveis de governo entre 1997 e 1999. A medida de cesta de mercado teve ampla revisão em 2009-2010, culminando na formulação atual, estabelecida em 2011. Essa medida apresenta maior detalhe geográfico que o limite para baixa renda e o valor da cesta é comparado com a renda disponível<sup>39</sup> para definir um status de baixa renda.

## **América Latina: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL/países**

Por um lado, pode-se avaliar diretamente se as famílias conseguem satisfazer suas necessidades básicas, perguntados sobre os bens e serviços disponíveis para elas (método direto). Por outro lado, é possível medir os recursos domésticos, normalmente receitas ou despesas, e avaliar se são suficientes para o domicílio desfrutar de um padrão de vida decente, de acordo com as normas sociais vigentes (método indireto). A abordagem indireta culmina em linhas de pobreza, sendo que as necessidades básicas insatisfeitas (NBI) já foram “o método direto mais conhecido e utilizado na América Latina” (FERES; MANCERO, 2001, p. 65).

Na sequência, são apresentados estudos latino-americanos sobre padrão de vida, seja por uma abordagem monetária (linhas de pobreza absoluta), seja multidimensional, pelas necessidades básicas insatisfeitas e estratégias correlatas.

### **Linhas de pobreza nacionais**

Há uma tradição de abordagem já clássica na América Latina com a construção de linhas nacionais de pobreza monetária, baseadas em valores mínimos para aquisição alimentar (linha de pobreza extrema ou linha de indigência). Pesquisas de orçamentos familiares coletam, então, hábitos de consumo de gêneros alimentícios. Atendendo a valores de necessidades calóricas estabelecidas (e, de certa forma, levando em conta preferências alimentares regionais), são calculados os gastos necessários para adquirir tais alimentos, o que é o princípio para a construção dessas linhas de pobreza (ROCHA, 2003; SOARES, 2009).

<sup>39</sup>A renda disponível é definida como o montante sob poder da família após a dedução de: total de imposto de renda pago; a parte que remete aos trabalhadores de impostos sobre os salários; outras deduções obrigatórias da folha de pagamento, como contribuições para os planos de pensão patrocinados pelo empregador, planos de saúde complementar e contribuição sindical; pagamentos de pensão alimentícia para outra família; gastos extras (*out-of-pocket*) com cuidados infantis; gastos médicos após prescrição médica, mas não reembolsados por seguro, tais como despesas com cuidados dentários, visão e medicamentos prescritos, e ajuda a pessoas com deficiência (LOW..., 2015, p. 11).

Outras necessidades além da alimentação (transporte, habitação, higiene, etc.) definiriam o necessário para as famílias viverem dignamente e serviriam para construir a linha de pobreza. Em alguns casos, um multiplicador “k” é usado para se chegar à linha de pobreza a partir da linha de indigência. A CEPAL, por exemplo, tradicionalmente usava o valor de 2 para esse multiplicador. Dessa forma, a linha de pobreza (renda necessária para aquisição alimentar e outros bens e serviços) corresponderia ao dobro da linha de pobreza extrema (renda necessária para aquisição alimentar unicamente).

Tal abordagem também é justificada porque os países da região são classificados como de nível de renda médio. A linha de pobreza extrema internacional (atuais US\$ 1,90 PPC 2011), como mencionado na Figura 1, foi calculada a partir dos países mais pobres; seria, então, inadequada para uma visão acurada da pobreza na região (OBJETIVOS..., 2005). Isso tem eco, ademais, em estudos do Banco Mundial sobre a região, que costumam incluir linhas de maior valor, tal como US\$ 4,0 PPC 2005 (VAKIN et al., 2015).

### **Necessidades básicas insatisfeitas e outras abordagens multidimensionais**

Atenção às carências da população e à caracterização da pobreza fundamentaram a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas (NBI). Tal abordagem foi introduzida nos anos 1980 para aproveitar dados coletados em censos demográficos (FERES; MANCERO, 2001, p. 64), e as necessidades básicas insatisfeitas são, inclusive, ainda utilizadas, tal como atesta sua presença no censo demográfico uruguaio de 2011<sup>40</sup>.

Estudos mais recentes vêm buscando combinar a abordagem pelas necessidades básicas insatisfeitas (medidas não monetárias) com uma medida monetária. Santos e outros (2010, tradução nossa), por exemplo, compararam países latino-americanos a partir de uma medida multidimensional, valendo-se de indicadores monetários e não monetários, e colocam três razões para adicionar rendimentos às medidas das necessidades básicas insatisfeitas: “(a) rendimentos podem ser um *proxy* de todas as dimensões não consideradas por falta de dados; (b) têm uma correlação relativamente baixa com outros indicadores; (c) mesmo se é um ‘meio’, o poder de compra traz alguma liberdade para o domicílio na escolha dos bens adquiridos” (SANTOS et al., 2010, p. 3). A renda utilizada para o recorte de pobreza monetária (*income poor*) nesse estudo foi a renda familiar *per capita* abaixo de US\$ 2,0 (atribuída às pessoas)<sup>41</sup>.

O Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social - CONEVAL do México, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children’s Fund - UNICEF) e o Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, fizeram um esforço de avançar no estudo das necessidades básicas insatisfeitas, combinando diversas carências sociais coletadas em pesquisas domiciliares a uma medida monetária. Trata-se de uma metodologia de medição de pobreza/privação justificada por uma “perspectiva multidimensional de efetivação de direitos humanos” (CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL, 2012).

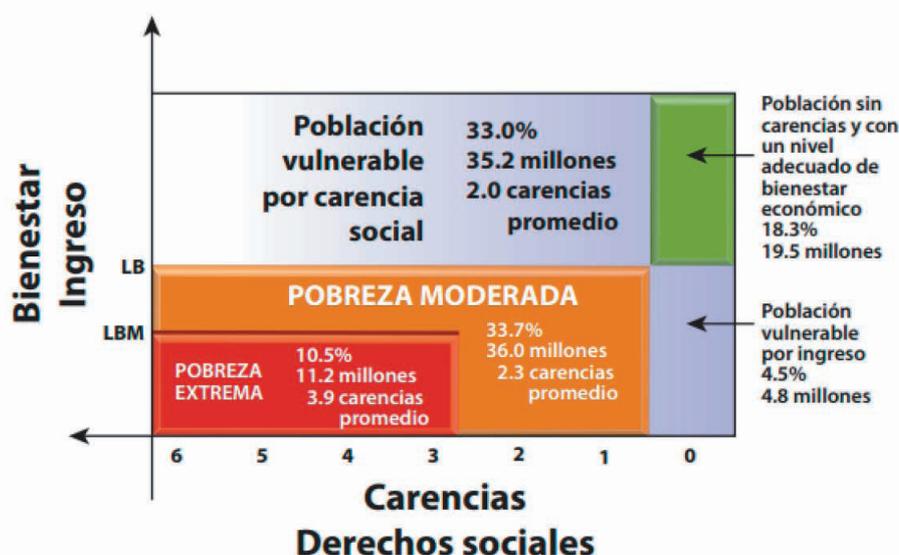
<sup>40</sup> Para maiores informações, consultar os microdados disponíveis no portal na Internet do Instituto Nacional de Estadística - INE, no endereço: <[www.ine.gub.uy](http://www.ine.gub.uy)>.

<sup>41</sup> Dados originários da base Socio-Economic Database for Latin América and the Caribbean - SEDLAC, com dados de pesquisas amostrais na América Latina compilados e harmonizados pelo Center for Distributional, Labor and Social Studies - CEDLAS, da Universidad Nacional de la Plata em parceria com o Banco Mundial, disponíveis no endereço: <<http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/eng/>>.

No exercício mexicano, o indicador monetário se constrói pela classificação da renda domiciliar *per capita* (trazida ao nível individual) em relação à linha de bem-estar e à linha de bem-estar mínimo, construídas a partir do valor de uma cesta de bens e serviços essenciais, em consonância com a tradição latino-americana.

Essa abordagem incluiu, então, uma medida monetária e uma série de carências,<sup>42</sup> o que permite classificar os indivíduos em grupos (Gráfico 1): vulneráveis por renda e carências sociais (classificados em pobreza extrema ou pobreza moderada, segundo a linha de pobreza monetária usada); vulneráveis por carências sociais (que podem ser segmentados pelo número de direitos sociais desrespeitados); vulneráveis por renda (sem sofrer carências); e não vulneráveis. O método desenvolvido por CONEVAL foi, ademais, testado com adaptações no Brasil<sup>43</sup> e mostrou diferenças regionais marcadas segundo as diferentes identificações de pobreza (COBO; ATHIAS; MATTOS, 2014). Outras abordagens conceituais e técnicas de mensuração da pobreza em suas diferentes dimensões são encontradas em Oliveira (2010), que trata, em especial, da comparação entre a abordagem das necessidades básicas e das capacidades/liberdades. Traz também a aplicação da abordagem das capacidades à pobreza das crianças e jovens no Recife.

**Gráfico 1 - Classificação das pessoas segundo pobreza multidimensional - México - 2008**



Fonte: Campa, E. E. M.; Lima, M. La utilidad de la información estadística oficial en la medición de la pobreza en México. Realidad, Datos y Espacio: Revista Internacional de Estadística y Geografía, Aguascalientes, v. 3, n. 1, p. 20, 2008. Disponível em: <[http://www.inegi.org.mx/RDE/RDE\\_05/doctos/rde\\_05\\_art2.pdf](http://www.inegi.org.mx/RDE/RDE_05/doctos/rde_05_art2.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>42</sup> Na abordagem mexicana, foram incluídas as seguintes dimensões além da renda: atraso educacional, acesso a serviços de saúde, acesso à proteção social, qualidade da moradia, acesso a serviços básicos no domicílio e acesso a alimentos.

<sup>43</sup> Foram usadas variáveis disponíveis no questionário da amostra do Censo Demográfico 2010, do IBGE: atraso educacional, densidade de moradores por dormitório, acesso a serviços básicos adequados (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, iluminação elétrica), acesso a seguridade social (domicílios com ao menos uma pessoa contribuinte para instituto de previdência em qualquer trabalho, aposentado ou pensionista de instituto de previdência, recebimento de 'outros rendimentos' para faixas de rendimento domiciliar *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo – proxy de acesso a programas de transferência). Diferente do México, para a medida de pobreza monetária, foi usada uma medida relativa (60% da mediana do rendimento domiciliar *per capita*) e as carências de acesso à saúde ou à alimentação não estavam disponíveis na fonte de dados brasileira.

## A experiência do IBGE na construção de indicadores, pesquisas e produtos

Nesta seção, primeiramente, são descritas as cinco principais pesquisas domiciliares que trazem informação sobre renda de forma regular, divulgadas pelo IBGE: Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua; Pesquisa Nacional de Saúde - PNS; e o Censo Demográfico. A seção traz, em segundo lugar, informação de publicações relacionadas a essas pesquisas e os indicadores utilizados.

### Operações regulares e rendas coletadas

Cada uma das operações abordadas aqui investiga as rendas domiciliares. Vale atentar que, na documentação produzida pelo IBGE, é padrão chamar rendas (como variáveis, indicadores, desagregações etc.) de rendimentos. Este termo tem, assim, forte presença na descrição de pesquisas e produtos da Instituição. Ademais, a investigação de renda é dinâmica. Mudanças nas pesquisas são necessárias para melhorar a captação, atender às necessidades dos usuários e acatar recomendações e aprimoramentos metodológicos. Dessa forma, serão apresentadas prioritariamente as formulações mais recentes de cada pesquisa.

O Censo Demográfico dedica alguns poucos quesitos à renda domiciliar, enquanto a POF investiga detalhadamente diversas fontes de renda. Maior atenção é dada, então, para esta pesquisa – por ter o levantamento mais detalhado – e para a PNAD Contínua, que substitui a PNAD. O Quadro 2 sintetiza as diferenças, listando os componentes da renda que são explicitamente investigados ( $\sqrt{\sqrt{\quad}}$ ), ou abordados de forma agregada ( $\sqrt{\quad}$ ), nas pesquisas.

### Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF

A POF levanta, dentre outras informações, o orçamento das famílias<sup>44</sup>, listando e detalhando várias das despesas, rendas e, até mesmo, outros valores recebidos que compõem o “balanço” anual dos entrevistados. As aquisições não monetárias<sup>45</sup> também são registradas e seus valores (estimados pelos entrevistados) são contabilizados tanto nas despesas como na renda, dando origem aos termos despesas não monetárias e renda não monetária.

A operação de campo da POF leva 12 meses e tem cobertura nacional. A POF mais recente, de 2008-2009, por exemplo, teve início no campo em 19 de maio de 2008 e terminou em 18 de maio de 2009. Cada domicílio é visitado mais de uma vez, porém em um curto período de tempo previamente determinado. Durante as visitas, os entrevistados respondem sobre as despesas com alimentos, habitação, eletrodomésticos, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, serviços pessoais, compra de imóveis,

<sup>44</sup> Nas publicações da POF, o termo família é utilizado como sinônimo de unidade de consumo. Cabe ressaltar que em mais de 99% dos domicílios visitados pela POF há apenas 1 unidade de consumo. Nesses casos, os rendimentos domiciliares e familiares são idênticos.

<sup>45</sup> Bens adquiridos por meio de trocas, doações, retiradas do próprio negócio, produção própria, ou outra forma não monetária (bens achados na rua etc.).

**Quadro 2 - Componentes da renda nas definições conceitual e operacional e pesquisas regulares do IBGE**

Definição conceitual	Definição operacional	POF	PNAD Contínua	PNS	PNAD	Censo (Amostra)
<b>1 Renda do trabalho</b>						
Rendimento do empregado	Inclui	√√	√√	√√	√√	√√
Salários e vencimentos	Inclui	√√	√	√	√	√
Bônus em dinheiro e gratificações	Inclui	√√	√	√	√	√
Comissões e gorjetas	Inclui	√√	√	√	√	√
Remunerações de diretores	Inclui	√√	√	√	√	√
Participação nos lucros bônus e outras formas de remuneração ligadas aos lucros	Inclui	√√	√			
Ações oferecidas como parte da remuneração do empregado	Inclui	√√				
Produtos ou serviços gratuitos ou subsidiados fornecidos pelo empregador	Inclui	√	√√	√√	√√	
Indenizações e verbas rescisórias	Inclui	√√	√			
Contribuições sociais dos empregadores	Inclui					
Rendimentos do conta-própria/empregador	Inclui	√√	√√	√√	√√	√√
Ganhos/perdas de empresas não constituídas em sociedade	Inclui	√√	√	√	√	√
Bens e serviços produzidos para permuta, menor custo de insumos	Inclui					
Bens produzidos para próprio consumo, menos o custo de insumos	Inclui	√				
<b>2 Renda da propriedade</b>						
Rendimentos de ativos financeiros, líquido de despesas	Inclui		√	√√	√	√
Rendimentos de ativos não financeiros, líquido de despesas	Inclui	√√	√√	√√	√√	√
Direitos autorais	Inclui	√√	√	√	√	√
<b>3 Receitas da produção domiciliar de serviços para consumo próprio</b>						
Valor líquido dos serviços do local de moradia ocupado pelo proprietário	Inclui	√√				
Valor dos serviços domésticos não remunerados	Não inclui					
Valor dos serviços de bens de consumo duráveis	Não inclui					
<b>4 Transferências correntes recebidas</b>						
Aposentadorias e pensões	Inclui	√√	√√	√√	√√	√√
Pensões e outros benefícios de seguro	Inclui	√√	√√	√√	√√	√
Benefícios de assistência social (em dinheiro)	Inclui	√√	√√	√√	√√	√√
Transferências correntes vindas de instituições sem fins lucrativos	Inclui	√√	√	√	√	√
Transferências correntes vindas de outros domicílios	Inclui	√√	√√	√√	√√	√
<b>5 Renda da produção (soma de 1 e 3)</b>						
<b>6 Renda primária (soma de 2 e 5)</b>						
<b>7 Renda total (soma de 4 e 6)</b>						
<b>8 Transferências correntes pagas</b>						
Impostos diretos (líquidos de reembolsos)	Inclui	√√				
Taxas obrigatórias e multas	Inclui	√√				
Transferências correntes entre domicílios pagas	Inclui	√√				
Contribuições para a segurança social pagas por empregados e empregadores	Inclui	√√				
Transferências correntes para instituições sem fins lucrativos	Inclui	√√				
<b>9 Rendimento disponível (7 menos 8)</b>						
<b>10 Transferências sociais em espécie recebidas</b>	Não inclui	√				
<b>11 Rendimento disponível ajustado (9 mais 10)</b>						

Fontes: 1. IBGE, Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua outubro 2015, Pesquisa Nacional de Saúde 2013, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, e Censo Demográfico 2010. 2. Canberra Group, Canberra Group handbook on household income statistics. 2nd. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. p. 24. Disponível em: <[http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canberra\\_Handbook\\_2011\\_WEB.pdf](http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canberra_Handbook_2011_WEB.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

Notas: 1. √√ - indica se o valor desse componente é explicitamente levantado no campo.

2. √ - indica se o componente é levantado, mas de forma agregada.

pagamento de dívidas, etc. Junto do levantamento detalhado das despesas (monetárias e não monetárias), os entrevistados respondem sobre os próprios rendimentos em um período de referência de 12 meses (os últimos 12 meses). Tal roteiro permite um maior contato entre o agente de campo e o entrevistado; e aumenta a disposição dos informantes em declarar corretamente seus rendimentos.

O fato de a própria pessoa informar a sua renda nos últimos 12 meses tem uma dupla utilidade: evitar erros de declaração, pois a própria pessoa tende a saber mais sobre os próprios rendimentos do que outros membros da família; além disso, usar o período de referência de 12 meses possibilita uma avaliação dos rendimentos anuais<sup>46</sup>, reduzindo o impacto da sazonalidade e outras flutuações momentâneas, próprias de períodos de referência mais curtos. Tanto o período de referência de 12 meses quanto os vários componentes da renda investigados fazem com que praticamente todas as famílias entrevistadas tenham renda, sendo muito raro uma família (ou domicílio) com renda zero.

Além das diversas aquisições não monetárias, a POF 2008-2009 levantou cerca de 110 itens que compõem os rendimentos de empregados, empregadores, trabalhadores por conta-própria, aposentadoria, programas de transferência de renda, pensão alimentícia, doação, aluguel etc., assim como variações de ativos e patrimônio (venda de imóvel, heranças, ganhos na loteria etc.).

No Quadro 2, o levantamento da renda na POF é associado aos componentes da renda presentes no manual do Grupo de Camberra (CANBERRA GROUP, 2011, p. 24). Como dito, os países coletam de forma variada tais componentes para gerar diversos agregados de renda, sendo que a POF coleta quase todos da definição operacional, a exceção de contribuições sociais dos empregadores, bens e serviços produzidos para permuta menos custo de insumos e rendimentos de ativos financeiros, líquido de despesas<sup>47</sup>. Também não coleta elementos incluídos na definição conceitual: valor dos serviços domésticos não remunerados, valor dos serviços de bens de consumo duráveis<sup>48</sup> e transferências sociais em espécie recebidas, caso a transferência social se dê na forma de serviços<sup>49</sup>.

Além das informações sobre os rendimentos já mencionados, a POF permite tanto o estudo do consumo quanto uma avaliação subjetiva das condições de vida. Como dito, uma justificativa para o uso do consumo é a sua maior estabilidade em relação à renda, o que permite uma aproximação mais confiável do padrão de vida e do bem-estar das famílias (e domicílios) analisados. Entretanto a construção do consumo a partir dos dados da POF exige a seleção cuidadosa e apropriada das despesas, além do tratamento das informações disponíveis (OLIVEIRA et al., 2016).

De forma geral, a POF apresenta uma investigação detalhada e ampla dos rendimentos, sendo a escolha mais apropriada ao estudo da evolução da renda familiar ou domiciliar, pobreza e desigualdade. A pesquisa conta também com uma avaliação

<sup>46</sup> Posteriormente o valor total é "mensalizado" (dividido por 12) para os propósitos da divulgação o que, de fato, não muda o argumento.

<sup>47</sup> A renda dos ativos financeiros não é coberta na POF, mas o "balanço" das movimentações financeiras é feito, registrando os valores aplicados e resgatados pelo entrevistado em 12 meses.

<sup>48</sup> Apesar de não contabilizar diretamente o valor dos serviços dos bens duráveis, a POF 2008-2009 levantou a posse de vários bens duráveis em seu inventário. Com isso, os valores dos serviços desses bens podem ser estimados com as informações da própria pesquisa, tal como foi feito em Oliveira e outros (2016).

<sup>49</sup> Bens providos pelo governo são captados, valorados e agregados na renda não monetária. A pesquisa também tem informação sobre o acesso aos serviços de educação providos pelo governo, muito embora forneça pouca informação sobre a qualidade do serviço e nenhuma informação sobre o valor. A POF 2008-2009 não perguntou nem o acesso nem o valor dos serviços de saúde adquiridos de forma não monetária.

subjéitiva das condições de vida. Atualmente, o maior limitador ao uso da pesquisa, para o estudo regular da renda e do consumo das famílias, é a grande distância no tempo das suas operações. A última delas foi realizada há sete anos (POF 2008-2009), a próxima deve ir a campo em 2017-2018.

## PNAD Contínua

A PNAD Contínua está em campo desde 2012 e foi desenhada para substituir a Pesquisa Mensal de Emprego - PME e a PNAD (anual), pesquisas que, dentre outras coisas, foram desenhadas para coletar informações sobre o nível e a distribuição da renda do trabalho e da renda domiciliar no país. Para cumprir seu papel, a PNAD Contínua investiga temas tanto por trimestre quanto por ano.

A alocação dos temas é feita em conformidade com o esquema de rotação da pesquisa. Nesse esquema, os domicílios são visitados uma vez por trimestre em cinco trimestres consecutivos. Depois da quinta visita, os domicílios são substituídos. Em todo trimestre (fixo ou móvel) há domicílios na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª visitas. Os temas trimestrais utilizam todas as visitas do trimestre. Esse é o caso do rendimento do trabalho, que atualmente é levantado em todos os trimestres e faz parte de todas as entrevistas. Já os temas anuais são obtidos acumulando as informações de determinada visita ao longo do ano. Esse é o caso do rendimento domiciliar (*per capita*) que atualmente é obtido pelo acumulado da primeira visita ao longo do ano.<sup>50</sup>

O levantamento da renda da PNAD Contínua difere da POF em ao menos três pontos. O primeiro deles diz respeito ao informante. Na POF, a própria pessoa informa seus rendimentos. Isso nem sempre ocorre na PNAD Contínua; uma pessoa pode responder sobre a renda de outra.

O segundo ponto diz respeito ao horizonte de tempo. Na POF o entrevistado responde sobre os rendimentos recebidos nos últimos 12 meses. Já na PNAD Contínua, o entrevistado informa o rendimento bruto do mês de referência (rendimento efetivo) do trabalho e das demais fontes. Para reduzir o efeito das flutuações sazonais e esporádicas sobre a captação do rendimento do trabalho, o entrevistado também responde o rendimento bruto normalmente recebido (rendimento habitual) pelo trabalho.

O terceiro ponto diz respeito ao detalhamento. Na PNAD Contínua, um número menor de quesitos é dedicado à renda. Esses quesitos levantam os valores de renda do trabalho (efetivo e habitual), programa social (Bolsa Família, Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC/LOAS e outros programas), aposentadoria e pensão, seguro desemprego/defeso, transferências entre domicílios (doação, pensão alimentícia, mesada), aluguel/arrendamento e outros rendimentos.

Por exemplo, até setembro de 2015, só havia dois quesitos sobre a renda do trabalho principal na PNAD Contínua. Perguntava-se diretamente pelo total do rendimento habitual e, imediatamente depois, pelo total do rendimento efetivo. O mesmo ocorria com a investigação da renda do trabalho secundário. Esse levantamento sucinto diferia da POF e das recomendações internacionais. Tal discrepância motivou a inclusão de novos quesitos sobre a renda do trabalho (principal e secundário) dos empregados.

<sup>50</sup> Para informações mais detalhadas sobre a reformulação das pesquisas domiciliares, consultar o portal do IBGE, no endereço: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/>>.

Em outubro de 2015, um questionário atualizado da PNAD Contínua foi a campo, alterando o levantamento da renda em pelo menos dois aspectos. O primeiro, e mais importante, diz respeito à inclusão de novos quesitos sobre a renda do trabalho (principal e secundário) dos empregados<sup>51</sup>. O segundo aspecto diz respeito à alteração da ordem e agregação de algumas perguntas sobre outras fontes de renda<sup>52</sup>.

Sobre a associação entre os quesitos da PNAD Contínua e os componentes da renda (Quadro 2), três fatos merecem destaques. O primeiro se refere aos valores dos serviços produzidos no domicílio para consumo próprio – item 3. Tais valores não são cobertos pela pesquisa. Isso não é uma limitação considerada grave, principalmente quando a pesquisa permite a imputação dos valores (em especial do aluguel). O segundo fato diz respeito aos valores dos bens e serviços recebidos como pagamento. A PNAD Contínua não levanta todos esses valores. Ela só o faz para os bens recebidos pelos trabalhadores agrícolas<sup>53</sup>. O terceiro fato diz respeito ao item 8. A PNAD Contínua não capta o pagamento de impostos diretos e outras transferências correntes. A exclusão desses itens impede o cálculo da renda disponível e limita os estudos sobre a desigualdade e sobre o papel redistributivo da política fiscal com essa fonte de dados.

Tais limitações não impedem o uso da PNAD Contínua nas análises do nível e da distribuição da renda, mesmo se restringem o alcance de alguns estudos<sup>54</sup>. Com efeito, além de publicações e outros produtos, o IBGE divulga, mensalmente, a média dos rendimentos habituais e efetivos do trabalho da PNAD Contínua. Ademais, a renda domiciliar *per capita* da PNAD Contínua é divulgada anualmente para o cálculo do Fundo de Participação dos Estados.

Cabe ressaltar que as principais características do levantamento de rendimentos da PNAD Contínua também estão presentes na PNS, na PNAD e no Censo Demográfico, de forma parecida. Sendo assim, o restante da subseção descreve brevemente essas outras pesquisas.

## Pesquisa Nacional de Saúde - PNS

A PNS compõe o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD<sup>55</sup> e levantou, em 2013, dentre outras informações, dados sobre a renda dos informantes, com quesitos praticamente idênticos aos do questionário da PNAD Contínua. A principal diferença entre os levantamentos da PNS e da PNAD Contínua diz respeito ao rendimento do trabalho e às alterações na ordem e na agregação de algumas perguntas sobre outras fontes de renda. Entre outras razões, tais diferenças se explicam porque o SIPD é de implantação recente e suas pesquisas sofreram modificações com vistas a melhorar a captação e se adequar a recomendações internacionais.

<sup>51</sup> Antes de informar o rendimento efetivo, os empregados respondem se receberam ou não 13º salário, adicional de férias, comissões, horas extras, bonificações e participações nos lucros, desconto por atraso, falta ou adiamento de salário – tais perguntas têm caráter padronizador e recordatório. Além disso, o novo questionário pergunta sobre os valores recebidos na forma de cartão e tiquete alimentação e transporte. Entretanto, tais valores estão em análise e não foram incorporados ainda às estatísticas de renda divulgadas (situação de junho de 2016).

<sup>52</sup> Informações mais detalhadas sobre as alterações no questionário e seus impactos, consultar: OLIVEIRA, L. et al. Atualização do questionário e o levantamento dos rendimentos do trabalho na PNAD Contínua, 2016. No prelo.

<sup>53</sup> Mais especificamente, a pessoa que trabalha na agricultura, silvicultura, pecuária, piscicultura, pesca e extração vegetal.

<sup>54</sup> Especialmente os estudos sobre a incidência de impostos, transferências e redistribuição de renda.

<sup>55</sup> O SIPD é um sistema que visa fornecer uma estrutura única e compartilhada para várias pesquisas que se valem de uma amostra mestra e um corpo básico e unificado de perguntas, entre outras vantagens. A PNS foi a campo pela primeira vez em 2013, substituindo suplementos de saúde aplicados em várias edições da PNAD. A complexidade das necessidades do levantamento mais recente demandou uma pesquisa específica. A próxima PNS está prevista para 2018.

A PNS investigou apenas a renda habitual do trabalho de julho de 2013. Dessa forma, os componentes eventuais da renda do trabalho não foram contabilizados, o que exclui, por exemplo, a participação nos lucros, indenizações e verbas rescisórias e, até mesmo, bônus e comissões recebidos eventualmente. Além disso, a PNS não investigou separadamente os rendimentos do trabalho secundário. Em contraste, levantou informações sobre os rendimentos de programas sociais (Bolsa Família, BPC-LOAS e outros programas), aposentadorias e pensões, seguro desemprego/defeso, transferências entre domicílios (doação, pensão alimentícia, mesada), aluguel/arrendamento, rendimento de ativos financeiros (poupança, dividendos, juros de aplicações financeiras) e outros rendimentos.

Em relação à definição operacional da renda recomendada por Canberra Group (2011), a PNS apresenta características semelhantes àquelas já apontadas na descrição da PNAD Contínua. Em especial, a pesquisa não cobre o pagamento de impostos diretos e outras transferências correntes (item 8 do Quadro 2). No SIPD tais componentes serão cobertos na POF (Contínua). Dito isso, a PNS tem o valor de contribuir para os estudos sobre padrão de vida (e mesmo qualidade de vida) ao ter levantado, em uma mesma base, um grande leque de informações sobre a renda e a saúde da população.

## **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**

A PNAD dará lugar à PNAD Contínua, após décadas de contribuições em diversas áreas e, em especial, aos estudos sobre a evolução da renda domiciliar, da pobreza e da desigualdade no Brasil<sup>56</sup>. Na sequência serão apresentadas características da captação de renda na PNAD, cuja presente forma de investigação variou pouco desde 1992, com exceção da inclusão de perguntas sobre o valor de benefícios recebidos de programas sociais em 2007 (e que passaram a constituir um bloco de perguntas a partir de 2011).

O levantamento da renda na PNAD e na PNAD Contínua difere em ao menos quatro pontos. O primeiro ponto diz respeito ao mês de referência. Na PNAD (anual) o mês de referência era fixo em setembro. Isso vale para todos os rendimentos captados pela pesquisa. Já na PNAD Contínua os rendimentos domiciliares são coletados ao longo do ano e os meses de referência variam de acordo com a data da entrevista. Segundo ponto: na PNAD, todos os rendimentos eram habituais com exceção dos rendimentos de programas sociais, efetivos. O terceiro ponto diz respeito aos componentes investigados. A PNAD levantava o valor de 14 fontes de renda: os rendimentos do trabalho (principal, secundário e outros trabalho), programas sociais (Bolsa Família, BPC-LOAS, outros programas), aposentadorias e pensões (de instituto de previdência, do governo federal, outro tipo de aposentadoria, outros tipos de pensões), abono de permanência, aluguel, doação de não morador e outros rendimentos. Dessa forma, há grande sobreposição entre os rendimentos cobertos pela PNAD e a PNAD Contínua, mas eles não são iguais. O quarto ponto se refere aos procedimentos estatísticos envolvidos no levantamento de campo e no tratamento da informação. A PNAD não utilizava a Amostra Mestra do IBGE nem adota os procedimentos de crítica e imputação de renda existentes na PNAD Contínua.

<sup>56</sup> A primeira investigação da PNAD aconteceu em 1967. A pesquisa foi aumentando seu escopo geográfico e conteúdo, chegando à cobertura nacional em 2004. A última edição prevista da pesquisa foi a campo no quarto trimestre de 2015.

Em relação à investigação e os componentes da renda (Quadro 2), cabe ressaltar que foram levantados de forma separada os valores dos rendimentos recebidos de programas sociais. Esses valores sempre foram, no entanto, agregados aos outros rendimentos nas divulgações da pesquisa. A PNAD também não captava o pagamento de impostos diretos e outras transferências correntes.

Mesmo com essas limitações, a PNAD tem sido utilizada intensamente nos estudos de desigualdade e pobreza em virtude da sua abrangência e regularidade, que permitem o cálculo de séries históricas da média, mediana e outros recortes da renda domiciliar (*per capita*), coeficiente de Gini etc. Além disso, ao longo da sua história, a PNAD levou a campo suplementos sobre diversos temas associados à qualidade de vida: segurança alimentar, mobilidade social, vitimização e acesso à justiça etc.

## Censo Demográfico

O Censo Demográfico é a operação mais abrangente do IBGE, porém é decenal e conta com o levantamento mais sucinto da renda. O Censo Demográfico 2010 levantou, dentre outras coisas, o rendimento total do informante em uma única questão em seu questionário básico. Já no questionário da amostra, o levantamento foi um pouco mais detalhado.

No questionário da amostra do Censo Demográfico 2010, havia dois quesitos sobre a renda bruta mensal habitual (em dinheiro) com referência a julho de 2010. Havia um quesito para o trabalho principal e outro quesito para os demais trabalhos. Depois, constavam quatro quesitos recordatórios, sobre o recebimento de outras rendas (aposentadoria e pensão, Bolsa Família - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, outros programas sociais, outras rendas). Seguiu, finalmente, no fluxo do questionário, um quesito sobre o valor total destes rendimentos.

A relação entre o levantamento do Censo Demográfico 2010 e os componentes da renda (Quadro 2) mostra que se trata da definição menos detalhada. Apesar de limitada, em termos conceituais e no número de perguntas, a renda coletada em Censos Demográficos é de interesse daqueles que querem ou necessitam de estimativas municipais ou em pequenas áreas.<sup>57</sup> Entretanto, vale ter cuidado ao utilizar esses dados. Souza (2015) sugere o tratamento dos dados do Censo Demográfico, antes do seu uso para a construção de indicadores pobreza, desigualdade e da comparação desses indicadores com os demais resultados obtidos das pesquisas domiciliares do IBGE.

## Publicações com indicadores de padrão de vida e distribuição de renda

Dentre a produção analítica do IBGE com base na PNAD, destacam-se duas séries de publicações, a primeira é a *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores* (PESQUISA..., 2015), que traz curtos textos e uma série de tabulações com os diversos temas abordados na pesquisa. A segunda é a *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (SÍNTESE..., 2012,

<sup>57</sup> O IBGE em parceria com o Banco Mundial fez estimativas de pobreza e desigualdade em pequenas áreas utilizando dados do Censo Demográfico 2000 e da POF 2002-2003 (MAPA..., 2008).

2013, 2015), que traz desde 1998 capítulos temáticos, com informações de diversas pesquisas do IBGE e de outras instituições, mas tem como principal fonte a PNAD. Dentre os capítulos dessa segunda publicação, em vários anos, abordou padrão de vida e distribuição de renda, valendo-se, sobretudo, de indicadores monetários. Em relação à POF e o Censo Demográfico, duas publicações de resultado dessas pesquisas (PESQUISA..., 2010; CENSO DEMOGRÁFICO, 2011) trazem também detalhes sobre rendimentos, tanto como indicadores, quanto como para desagregação de outros indicadores, por exemplo, a segmentação de “despesas monetária e não monetária média *per capita* dos 40% das famílias com menores rendimentos [totais] e dos 10% das famílias com maiores rendimentos [totais]” (PESQUISA..., 2010, p. 69).

Uma série de indicadores está presente (em valores nominais ou inflacionados para o ano mais recente para balizar comparações temporais) nas publicações. Pode-se enumerar: rendimento mensal; rendimento mensal de todas as fontes; rendimento mensal de todos os trabalhos; rendimento mensal do trabalho principal; rendimento mensal familiar; rendimento mensal familiar *per capita*; rendimento mensal domiciliar; rendimento mensal domiciliar *per capita*; índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*; índice de Gini do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimentos, etc. Além disso, destacam-se recortes por classes de rendimento (domiciliar e familiar) por faixas de salário mínimo (vigente na época da pesquisa), décimos e quintos da distribuição do rendimento (familiar ou domiciliar *per capita*), entre outros.

## Considerações finais

A produção estatística do IBGE, abrangendo o estudo do padrão de vida e da distribuição de renda da população, é, como destacado na seção anterior, tributária das fontes de dados e permanece dinâmica. A avaliação apresentada aqui data do momento da conclusão desse texto em junho de 2016. Pode-se, então, enfatizar uma série de desafios e perspectivas para o Instituto, em razão dos esforços para aprimorar sua produção estatística, em compasso com a tentativa de acatar recomendações internacionais aplicáveis, e também devido às necessidades de produção estatística para monitorar os esforços de desenvolvimento e a forte desigualdade de renda constatada no País.

São apresentados na sequência alguns pontos de reflexão portando sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, esforços metodológicos de aprimoramento e também perspectivas, pois pesquisas novas ou modificadas podem ser subsídio para análises e balizar políticas.

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

O primeiro ODS está definido como acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares e encontra-se ligado a esforços que visam melhorar o padrão de vida, com destaque para as pessoas identificadas como pobres e vulneráveis.

Como no momento em que esse texto foi finalizado não havia indicadores escolhidos de forma definitiva para o monitoramento global, regional ou nacional,

vale destacar termos que se encontram no texto das metas do primeiro objetivo. Há menções a: pobreza extrema (linha de US\$1,25 por dia), pobreza em todas suas dimensões, pobres e vulneráveis, proteção social, cobertura substancial, recursos econômicos, resiliência a choques e desastres econômicos<sup>58</sup>.

Outro ODS bastante relacionado à temática do presente capítulo é o Objetivo 10: “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. No texto das metas, há menções a: renda dos 40% da população mais pobre, inclusão econômica, condição econômica, política fiscal, salarial e de proteção social e maior igualdade<sup>59</sup>.

Da mesma forma, um dos princípios norteadores dos ODS é “não deixar ninguém para trás”, o que significa o esforço de desagregar os indicadores. Nas discussões do arcabouço de monitoramento, os cortes de rendimento (por exemplo, 20% mais pobres) entrariam transversalmente nos indicadores para os quais tal desagregação é possível.

Em termos de desafios, a Agenda 2030 demandará uma série de indicadores ainda não coletados pelos institutos nacionais de estatística. Deverão ser, então, objeto de investigação em pesquisas específicas ou introduzidos em pesquisas já em campo. Outro ponto, e relacionado às melhores medidas de bem-estar econômico (pobreza monetária), consiste no interesse em coletar informações sobre consumo de forma regular, o que, atualmente, não se faz no Brasil.

## Esforços metodológicos

Na produção estatística internacional, o IBGE se destaca por ter uma tradição de grande transparência e compartilhamento de microdados de forma gratuita. A Instituição tem, ademais, um projeto em curso para construção de metadados de variáveis de pesquisa, também visando maior transparência. Pode, ao mesmo tempo, ainda trazer mais informações sobre como constrói indicadores de renda publicados. Um aspecto que ganha mais espaço na divulgação de resultados, também em razão da democratização do acesso a *softwares* estatísticos livres, é a inclusão nas divulgações da explicitação de critérios e a programação (códigos estatísticos) que geraram os indicadores publicados, tais como Gini do rendimento domiciliar *per capita* e recortes da renda em percentis. A construção de tais indicadores requer uma série de decisões que merecem estar o mais documentado possível para as estimativas serem replicáveis e atender aos princípios do *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*, publicado pelo próprio Instituto (IBGE, 2013).

Da mesma forma, mudanças metodológicas são inevitáveis no trabalho dos institutos de estatística (que buscam aprimorar seus trabalhos) e os usuários devem estar bem informados sobre elas para fazer bom uso das informações que recebem, sobretudo quando comparam dados de diferentes períodos (CANBERRA GROUP, 2011).

Uma das fronteiras metodológicas concerne o acesso e uso de dados tributários. O IBGE já negocia há alguns anos esses dados e recebe informações, atualmente utilizadas nas Contas Nacionais. Um caminho alinhado com algumas experiências

<sup>58</sup> Para informações mais detalhadas sobre o primeiro ODS, consultar a página do PNUD Brasil, no endereço: <<http://www.pnud.org.br/ODS1.ASPX>>

<sup>59</sup> Para informações mais detalhadas sobre o décimo ODS, consultar a página do PNUD Brasil, no endereço: <<http://www.pnud.org.br/ODS10.aspx>>.

internacionais exitosas são acordos de cooperação com a administração tributária para ter informação desidentificada que possa auxiliar na construção de indicadores relacionados ao alto da escala de renda domiciliar, seja diretamente, seja para balizar os resultados vindos das pesquisas domiciliares.

Outros registros administrativos, tais como os coletados pelo Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Cadastro Único), também podem servir para verificar a qualidade das informações coletadas em pesquisas domiciliares, avaliar a cobertura e mesmo auxiliar no método de imputação de recusas etc.

## Pesquisas novas ou modificadas

As Pesquisas de Orçamento Familiar - POF trazem informação sobre renda, consumo e alguns elementos que permitem avançar na investigação sobre riqueza monetária, tais como aquisição e posse de bens duráveis, assim como o “balanço” da variação patrimonial. Em acordo com recomendações internacionais, mas que ainda trabalha por um arcabouço harmonizado (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013), valeria então discutir a possibilidade de aumentar o leque de informações que possam permitir um retrato mais fiel de padrão de vida (sob a ótica monetária) com informação integrada de renda, consumo e riqueza monetária numa mesma fonte de dados. Há constatações no nível internacional que a desigualdade patrimonial (um estoque) é maior que a desigualdade de renda (um fluxo) (PIKETTY; SAEZ, 2014), e dados advindos das estatísticas oficiais permitiriam entender melhor esse aspecto da vida social brasileira.

Para captar informação da renda disponível e consumo de forma regular, um caminho em vista pelo IBGE é a implementação da POF Contínua, pesquisa que se prestaria a trazer informações detalhadas sobre bem-estar econômico anualmente. No esquema de POF's Contínuas, a POF Completa iria a campo a cada cinco anos e a POF Simplificada<sup>60</sup> iria a campo nos demais anos. Assim, todo ano, seriam disponibilizadas as informações sobre o nível e a evolução dos rendimentos, das despesas (e do consumo) das famílias e, nas mesmas bases de dados, teríamos regularmente informações sobre temas complementares: educação, moradia, saneamento, segurança alimentar, avaliações subjetivas etc.<sup>61</sup> Isso torna a POF uma via natural para a incorporação da investigação sobre qualidade de vida no sistema de pesquisas domiciliares do IBGE.

Estudos sobre bem-estar podem se valer também de informação advinda de pesquisas de uso do tempo (já objeto de um teste piloto<sup>62</sup> por parte do IBGE em 2009), pois complementam estudos sobre dimensões da vida que contam para as pessoas, tal como tempo de transporte, lazer, acesso à cultura e tempo livre etc.

<sup>60</sup> Uma comparação entre a renda da POF e do teste piloto da POF Simplificada encontra-se em Oliveira (2013).

<sup>61</sup> A complementariedade das informações propicia a análise socioeconômica sugerida por Kuklys (2005), Oliveira (2010), Fleurbaey e Blanchet (2013) e Decancq, Fleurbaey e Schokkaert (2015). Trata-se de análises sobre a conversão (heterogênea) entre recursos (rendimento e riqueza), consumo, bem-estar subjetivo e outros indicadores, tais como os associados a oportunidades e liberdades.

<sup>62</sup> Para informações mais detalhadas do teste piloto, consultar a apresentação no VI Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), realizado no Rio de Janeiro, em 2009, e disponível no endereço: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/sexta\\_forum/uso\\_do\\_tempo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/sexta_forum/uso_do_tempo.pdf)>.

Finalmente, e talvez lugar comum, fica a exortação da necessidade de pesquisas longitudinais (de painel) para uma visão mais acurada de mudanças de bem-estar no nível individual. Pesquisas de painel, existentes tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, permitem revelar padrões de situações de pobreza e mobilidade social, assim como reconstruir sequências de eventos levando a desvantagens e seu alívio (pobreza transitória/permanente), cujas análises ajudam no desenho de políticas (CANBERRA GROUP, 2011, p. 104). Cabe o exemplo da pesquisa chilena Panel Caracterización Socioeconómica Nacional - CASEN, que conseguiu estudar a transição e permanência na pobreza dos mesmos indivíduos com um intervalo de cinco anos e de 10 anos (NEILSON et al., 2001; PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2009).

Houve avanço no IBGE no sentido de ter informação longitudinal com a atual implementação da PNAD Contínua, mesmo se é um painel curto, em que o domicílio fica cinco trimestres nas pesquisas. Athias (2011) defendeu a possibilidade de identificação única dos entrevistados nas POF como passo intermediário para que esses mesmos domicílios possam ser procurados após certo tempo. Igualmente, já existe identificação única na PNAD Contínua e o esforço de recontato poderia também ser pensado para essa pesquisa.

## Referências

ALKIRE, S.; FOSTER, J. *Counting and multidimensional poverty measurement*. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative - OPHI, 2007. 33 p. (OPHI working papers series, n. 7). Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

ALKIRE, S. et.al *Multidimensional poverty measurement and analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2015. 312 p.

A MEASURED approach to ending poverty and boosting shared prosperity. Washington, DC: World Bank, 2015. 279 p. (Policy research report). Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1792A%20Measured%20Approach%202015.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: suplemento histórico 1980 a 2008. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 5, 2008.

ATHIAS, L. *Reflexões sobre pesquisas longitudinais: uma contribuição à implementação do sistema integrado de pesquisas domiciliares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 27 p. (Textos para discussão. Diretoria de pesquisas, n. 38). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv52781.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. de Poverty distribution among the brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, 2006. 20 p. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

BARR, N. A. *The economics of the welfare state*. 5th ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. 386 p.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006. 37 p. (Texto para discussão n. 1227). Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1688/1/TD\\_1227.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1688/1/TD_1227.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

BARROS, R. P. et al. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R. P. de.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006. v. 1. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5553](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5553)>. Acesso em: ago. 2016.

BEAUMONT, J. *Measuring national well-being: a discussion paper on domains and measures*. London: Office for National Statistics, 2011. 35 p. Disponível em: <[http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20160105160709/http://www.ons.gov.uk/ons/dcp171766\\_240726.pdf](http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20160105160709/http://www.ons.gov.uk/ons/dcp171766_240726.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

BERTRAND, M.; KAMENICA, E. PAN, J. Gender identity and relative income within households. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 571-614. Disponível em: <<http://faculty.chicagobooth.edu/emir.kamenica/documents/identity.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

BETTER life index. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD.Stat*. [Paris], 2016. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/index.aspx?DataSetCode=BLI>>. Acesso em: ago. 2016.

BOURGUIGNON, F. et al. The millennium development goals: an assessment. In: KANBUR, R.; SPENCE, M. (Ed.). *Equity and growth in a globalizing world*. Washington, DC: The World Bank; Commission on Growth and Development, 2010. p. 17-39. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/489960-1338997241035/Growth\\_Commission\\_Equity\\_Growth\\_Globalizing\\_World.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/489960-1338997241035/Growth_Commission_Equity_Growth_Globalizing_World.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992. Atos internacionais. Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Promulgação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 130, n. 128, 7 jul. 1992. Seção 1, p. 8713-8716. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: ago. 2016.

CAILLAUX, E. L.; BARROS, R. P. de. *Living conditions measurement in Brazil*. Trabalho apresentado no Meeting of the Expert Group on Poverty Statistics (Rio Group), realizado no Rio de Janeiro, em 1998. Título alternativo: Uma avaliação da magnitude e estrutura da pobreza no Brasil com base na Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/poverty/pdf/s31ecaillauxandrpbarros.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

CAMPA, E. E. M.; LIMA, M. La utilidad de la información estadística oficial en la medición de la pobreza en México. *Realidad, Datos y Espacio: Revista Internacional de Estadística y Geografía*, Aguascalientes [México]: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, v. 3, n. 1, p. 14-23, 2008. Disponível em: <[http://www.inegi.org.mx/RDE/RDE\\_05/doctos/rde\\_05\\_art2.pdf](http://www.inegi.org.mx/RDE/RDE_05/doctos/rde_05_art2.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CANBERRA GROUP. Canberra Group handbook on household income statistics. 2nd edition. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. Disponível em: <[http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canberra\\_Handbook\\_2011\\_WEB.pdf](http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canberra_Handbook_2011_WEB.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Expert group on household income statistics: final report and recommendations*. Ottawa, 2001. 200 p. Disponível em: <[http://www.lisdatacenter.org/wp-content/uploads/canberra\\_report.pdf](http://www.lisdatacenter.org/wp-content/uploads/canberra_report.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/default\\_caracteristicas\\_da\\_populacao.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

CINGANO, F. *Trends in income inequality and its impact on economic growth*. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2014. 64 p. (OECD social, employment and migration working papers, n. 163). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/5jxrjncwv6j-en>>. Acesso em: ago. 2016.

COBHAM, A. *Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality*. London: Washington, DC: Center for Global development, 2013. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>>. Acesso em: ago. 2016.

COBO, B.; ATHIAS, L.; MATTOS, G. A multidimensionalidade da pobreza a partir da efetivação de direitos sociais fundamentais: uma proposta de análise. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, n. 8, 2014.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL. Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México. *Realidad, Datos y Espacio: Revista Internacional de Estadística y Geografía*, Aguascalientes [México]: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, v. 2, n. 1, p. 36-63, 2012. Disponível em: <[http://www.inegi.org.mx/RDE/rde\\_02/doctos/rde\\_02\\_opt.pdf](http://www.inegi.org.mx/RDE/rde_02/doctos/rde_02_opt.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

DEATON, A.; ZAIDI, S. *Guidelines for constructing consumption aggregates for welfare analysis*. Washington, DC: World Bank, 2002. 104 p. (Living standards measurement study, working paper, n. 135). Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPA/Resources/429966-1092778639630/deatonZaidi.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

DECANCO, K.; FLEURBAEY, M.; SCHOKKAERT, E. Inequality, income, and well-being. In: ATKINSON, A. B.; BOURGUIGNON, F. (Ed.) *Handbook of income distribution*. Amsterdam: Elsevier, 2015. v. 2a.

DEVELOPMENT co-operation report 2013: ending poverty. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2013. 292 p. Disponível em: <[http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2013\\_dcr-2013-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2013_dcr-2013-en)>. Acesso em: ago. 2016.

DIVIDED we stand: why inequality keeps rising. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2011. 4 p. Disponível em: <<https://www.oecd.org/els/soc/49170768.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

DODGE, R. et al. The challenge of defining wellbeing. *International Journal of Wellbeing*, New York: Hamilton College, v. 2, n. 3, p. 222-235, 2012. Disponível em: <<http://www.internationaljournalofwellbeing.org/index.php/ijow/article/download/89/238>>. Acesso em: ago. 2016.

EMMERIJ, L. *The basic needs development strategy*. New York: Department Of Economic and Social Affairs, 2010. 3 p. (Background paper. World economic and social survey 2010). Disponível em: <[http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess\\_bg\\_papers/bp\\_wess2010\\_emmerij.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_bg_papers/bp_wess2010_emmerij.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

EXPERT GROUP ON POVERTY STATISTICS. Rio Group. *Compendium of best practices in poverty measurement*. Rio de Janeiro: IBGE; Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Eclac, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/poverty/pdf/rio\\_group\\_compendium.pdf](http://www.ibge.gov.br/poverty/pdf/rio_group_compendium.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

FAJNZYLBBER, P.; LEDERMAN, D.; LOYAZA, N. Inequality and violent crime. *Journal of Law and Economics*, Chicago: The University of Chicago, v. 45, Apr. 2002. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Crime%26Inequality.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

FERES, J. C.; MANCERO, X. *El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, División de Estadísticas y Proyecciones Económicas, 2001. 52 p. (Estudios estadísticos y prospectivos, n. 7). Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4784/S0102117\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4784/S0102117_es.pdf?sequence=1)>. Acesso em: ago. 2016.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. *A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. 88 p. (Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate, n. 15). Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14827709-Cadernos-de-estudos-desenvolvimento-social-em-debate-a-viabilidade-de-se-erradicar-a-pobreza-uma-analise-conceitual-e-metodologica.html>>. Acesso em: ago. 2016.

FERREIRA, F. H. G.; LITCHFIELD, J. A. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil: 1981/95. In: HENRIQUE, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000. Cap. 2. Trabalho apresentado no Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em 1999. Disponível em: <<http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%Adticas%20Sociais/Desigualdade,%20pobreza%20e%20bem%20estar%20social%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

FLEURBAEY, M.; BLANCHET, D. *Beyond GDP: measuring welfare and assessing sustainability*. Oxford: Oxford University, 2013. 306 p.

GASPARINI, L. et al. *Multidimensional poverty in Latin America and the Caribbean: new evidence from the Gallup World Poll*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata - UNLP, Centro de Estudios Distributivos, Laborales y Sociales - Cedlas, 2010. 30 p. (Documento de trabajo, n. 100). Disponível: <[http://cedlas.econo.unlp.edu.ar/archivos\\_upload/doc\\_cedlas100.pdf](http://cedlas.econo.unlp.edu.ar/archivos_upload/doc_cedlas100.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Anpur, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/download/136/120>>. Acesso em: ago. 2016.

GUTTMAN, L.; LEVY, S. On the definition and varieties of attitude and wellbeing. *Social Indicators Research*, Dordrecht [Holanda]: Reidel Publishing, v. 10, n. 2, p. 159-174, 1982. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF00302508>>. Acesso em: ago. 2016.

HARMONISED concepts and questions for social data sources: secondary principles. London: Office for National Statistics, 2015. 12 p. Disponível em: <>. Acesso em: ago. 2016.

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. R. *Handbook on poverty and inequality*. Washington, DC: World Bank, 2009. 419 p. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11985/9780821376133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: ago. 2016.

HENTSCHEL, J.; LANJOUW, P. *Constructing an indicator of consumption for the analysis of poverty: principles and illustrations with reference to Ecuador*. Washington, DC: World Bank, 1996. 40 p. (Living standards measurement study. Working paper, n. 124). Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1996/03/01/000009265\\_3961214182511/Rendered/PDF/multi0page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1996/03/01/000009265_3961214182511/Rendered/PDF/multi0page.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

HOUSEHOLD Income and Wealth: Australia: 2013-14. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2015. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lookup/6523.0Main+Features312013-14?OpenDocument>>. Acesso em: ago. 2016.

IBGE. *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*. Rio de Janeiro, 2013. 48 p. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Informacoes\\_Gerais\\_e\\_Referencia/Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_das\\_Estatisticas\\_do\\_IBGE.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Informacoes_Gerais_e_Referencia/Codigo_de_Boas_Praticas_das_Estatisticas_do_IBGE.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

IN IT TOGETHER: why less inequality benefits all. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2015. 332 p. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/employment/in-it-together-why-less-inequality-benefits-all\\_9789264235120-en#page1](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/employment/in-it-together-why-less-inequality-benefits-all_9789264235120-en#page1)>. Acesso em: ago. 2016.

INDICADORES sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 149 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 28). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

INDICATORS for monitoring the millennium development goals: definitions, rationale, concepts and sources. New York: United Nations; Development Group Working Group on Indicators, 2003. 97 p. Disponível em: <[http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/poverty-reduction/poverty-website/indicators-for-monitoring-the-mdgs/Indicators\\_for\\_Monitoring\\_the\\_MDGs.pdf](http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/poverty-reduction/poverty-website/indicators-for-monitoring-the-mdgs/Indicators_for_Monitoring_the_MDGs.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

INTEGRATING social services for vulnerable groups: bridging sectors for better service delivery. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2015. 210 p. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/integrating-the-delivery-of-social-services-for-vulnerable-groups\\_9789264233775-en#page1](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/integrating-the-delivery-of-social-services-for-vulnerable-groups_9789264233775-en#page1)>. Acesso em: ago. 2016.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Report II: household income and expenditure statistics*. Geneva: ILO, 2003. Adotada pela Seventeenth International Conference of Labour Statisticians, 2003. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/meetingdocument/wcms\\_087588.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/meetingdocument/wcms_087588.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Resolution concerning household income and expenditure statistics*. Geneva: ILO, 2003. Adotada pela Seventeenth International Conference of Labour Statisticians, 2003. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms\\_087503.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087503.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

KAMANOU, G. et al. *Handbook on poverty statistics: concepts, methods and policy use*. New York: United Nations, Statistics Division, 2005. 378 p. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/methods/poverty/pdf/UN\\_Book%20FINAL%2030%20Dec%2005.pdf](http://unstats.un.org/unsd/methods/poverty/pdf/UN_Book%20FINAL%2030%20Dec%2005.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

KUKLYS, W. Amartya Sen's capability approach: theoretical insights and empirical applications. Berlin: Springer, 2005. 116 p.

LANJOUW, J. O.; LANJOUW, P. How to compare apples and oranges: poverty measurement based on different definitions of consumption. *Review of income and wealth*, Malden: Blackwell, v. 47, n. 1, p. 25-42, Mar. 2001. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/PGLP/Resources/LanjouwLanjouwAppleOranges1475.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

LAVINAS, L; COBO, B. O direito à proteção social: perspectivas comparadas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2009. 25 p. (Análises e propostas, n. 37). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07114.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

LOW income lines, 2008-2009. Ottawa: Statistics Canada, 2010. 34 p. (Income research paper series). Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/75f0002m/75f0002m2010005-eng.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

LOW income lines, 2013-2014. Ottawa: Statistics Canada, 2015. (Income research paper series). Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/75f0002m/75f0002m2015001-eng.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

MAPA de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 1 DVD.

MEASURES of Austrália Progress 2013. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2013. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/1370.0~2013~Main%20Features~About%20MAP~2>>. Acesso em: ago. 2016.

MEASURING national well-being. London: Office for National Statistics - ONS, [2016]. Disponível em: <<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20160105160709/http://www.ons.gov.uk/ons/guide-method/user-guidance/well-being/index.html>>. Acesso em: ago. 2016.

METODOLOGIA na determinação das linhas de pobreza e indigência (por insuficiência no consumo de calorias por dia). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, [s.n]. Disponível em: <[http://www.ipeadata.gov.br/doc/metodologiaLP\(Revisada\).pdf](http://www.ipeadata.gov.br/doc/metodologiaLP(Revisada).pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Declaração universal dos direitos humanos*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 1998. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) em 10 de dezembro de 1948. 6 p. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)> . Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: ago. 2016.

NATALINO, M. (Org.). *Pesquisa painel de mobilidade ocupacional e acesso a programas sociais: apresentação e contribuições metodológicas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015. (Cadernos de estudo desenvolvimento social em debate, n. 21). Disponível em: <[http://sia.eurosocial-ii.eu/files/docs/1435834401-Caderno%20de%20Estudos%2021\\_COMPLETA.pdf](http://sia.eurosocial-ii.eu/files/docs/1435834401-Caderno%20de%20Estudos%2021_COMPLETA.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NEILSON, C. A. *Dinámica de la pobreza y movilidad social: Chile 1996-2001*. Santiago de Chile: Departamento de Economía, Universidad de Chile, 2004. 39 p. Disponível em: <[http://repositorio.uchile.cl/tesis/uchile/2004/neilson\\_c/sources/neilson\\_c.pdf](http://repositorio.uchile.cl/tesis/uchile/2004/neilson_c/sources/neilson_c.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NERI, M. C. Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade. *Nueva sociedad: Democracia y Política en América Latina*, Caracas: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2007. Disponível em: <[www.nuso.org/upload/articulos/p8-4\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/p8-4_1.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NOLL, H. *Household consumption, household incomes and living standards: a review of related recent research activities*. Mannheim [Alemanha]: Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften - Gesis, 2007. 22 p. Disponível em: <[http://www.gesis.org/fileadmin/upload/institut/wiss\\_arbeitsbereiche/soz\\_indikatoren/Publikationen/Household-Expenditures-Research-Report.pdf](http://www.gesis.org/fileadmin/upload/institut/wiss_arbeitsbereiche/soz_indikatoren/Publikationen/Household-Expenditures-Research-Report.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. (Ed.). *The quality of life*. Oxford: Oxford University, 1993.

OBJETIVOS de desarrollo del milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2005. 335 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/objmilperspalec.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 184 p. Disponível em: <[http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408\\_relatorioodm.pdf](http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

OECD framework for statistics on the distribution of household income, consumption and wealth. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2013. 274 p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264194830-en>>. Acesso em: ago. 2016.

OLIVEIRA, L. S. de. *Comparing income results: simplified POF pilot test vs POF 2008/2009*. Rio de Janeiro, 2013. Trabalho preparado para a IARIW-IBGE 2013 Conference on Income, Wealth and Wellbeing in Latin America, 2013, realizada no Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Três ensaios sobre pobreza multidimensional*. 2010. 123 p. Tese (Doutorado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Leonardo\\_Santos.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Leonardo_Santos.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

OLIVEIRA, L. et al. *Atualização do questionário e o levantamento dos rendimentos do trabalho na PNAD Contínua*, 2016. No prelo.

OLIVEIRA, L. S. et.al. Construction of a consumption aggregate based on information from POF 2008-2009 and its use in the measurement of welfare, poverty, inequality and vulnerability of families. *Review of Income and Wealth*. Malden: Blackwell, v. 62, n.1, p. 179-2010, July 2016. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/roiw.12234/full>>. Acesso em: ago. 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. The OECD approach to measure and monitor income poverty across countries. In: SEMINAR THE WAY FORWARD IN POVERTY MEASUREMENT, 2013, Geneva. *Working paper*. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2013. Disponível em: <[https://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/documents/ece/ces/ge.15/2013/WP\\_17\\_OECD\\_D\\_En.pdf](https://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/documents/ece/ces/ge.15/2013/WP_17_OECD_D_En.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

OSORIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. de. *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011. (Texto para discussão, 1619). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1619.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PALMA, J. G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'inverted-U: the share of the rich is what it's all about. *Cambridge Working Paper in Economics - CWPE*, Cambridge: University of Cambridge, n. 1111, 2011. Disponível em: <<http://www.econ.cam.ac.uk/dae/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

PEOPLE at risk of poverty or social exclusion. Luxembourg: Statistical Office of the European Union - Eurostat, 2015. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/People\\_at\\_risk\\_of\\_poverty\\_or\\_social\\_exclusion](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/People_at_risk_of_poverty_or_social_exclusion)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA de orçamentos familiares: 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 215 p. Acompanha 1 CD-ROM Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45130.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_: 2008-2009: manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE. 2008. 300 p. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc2625.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2625.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 97 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

PIKETTY, T.; SAEZ, E. Inequality in the long run. *Science*, Washington, DC: American Association for the Advancement of Science - AAAS, v. 344, n. 6186, p. 838-843, 2014. Disponível em: <<https://eml.berkeley.edu/~saez/piketty-saezScience14.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. *Análisis encuesta panel casen*. Santiago de Chile, 2009. (Paper programa equidad).

RAVALLION, M. *Poverty comparisons: a guide to concepts and methods*. Washington, DC: World Bank, 1992. 123 p. (Living standards measurement study. Working paper, n. 88). Disponível em: <[http://info.worldbank.org/etools/docs/library/93518/Hung\\_0603/Hu\\_0603/RavallionEnglish.pdf](http://info.worldbank.org/etools/docs/library/93518/Hung_0603/Hu_0603/RavallionEnglish.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

RELATÓRIO da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira: dados do IRPF 2015/2014. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, 2016. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

ROCHA, S. M. R. da. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas - FGV, 2003.

SACHS, J. D. *The end of poverty: economic possibilities for our time*. New York: Penguin books, 2006.

SANTOS, M. E. et. al. *Refining the basic needs approach: a multidimensional analysis of poverty in Latin America*. Santiago de Chile: División de Estadísticas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2010. 25 p. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Medición Multidimensional de la Pobreza en América Latina, realizado em Santiago de Chile, 2010. Disponível em: <[http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/0/38360/Santos\\_Lugo\\_\\_Lopez\\_Calva\\_\\_Cruces\\_and\\_Battiston.pdf](http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/0/38360/Santos_Lugo__Lopez_Calva__Cruces_and_Battiston.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

SCHUESSLER, K. F.; FISHER, G. A. Quality of life research and sociology. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto [Estados Unidos]: Annual Reviews, v. 11, p. 129-149, Aug. 1985.

SEN, A. *Inequality reexamined*. New York: Russel Sage Foundation; Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1992. 207 p.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 293 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2012/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_ : uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 266 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 32). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2013/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_ : uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 134 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 35). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2015/default.shtm>>. Acesso em: ago. 2016.

SMEDT, M. Measuring subjective issues of well-being and quality of life in the european statistical system. *Social Indicators Research*, Dordrecht [Holanda]: Reidel Publishing, n. 114, p. 153-167, 2013. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11205-013-0389-5>>. Acesso em: ago. 2016.

SOARES, S. S. D. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2009. (Texto para discussão, n. 1381). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4933](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4933)>. Acesso em: ago. 2016.

SOCIETY at a glance 2014: OECD social indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2014. 144 p. Subtítulo na capa: the crisis and its aftermath. Disponível em: <[http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/society-at-a-glance-2014\\_soc\\_glance-2014-en](http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/society-at-a-glance-2014_soc_glance-2014-en)>. Acesso em: ago. 2016.

SOUZA, P. H. G. F. de A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre Censos, PNADs e POFs. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populaconais - Abep, v. 32, n. 1, 165-188, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v32n1/0102-3098-rbepop-32-01-0165.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN UNION. *European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC)*. Luxembourg, [2016a]. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Glossary: EU 2020 strategy. Luxembourg, 2013. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:EU\\_2020\\_Strategy](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:EU_2020_Strategy)>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Overview*. Luxembourg, [2016b]. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/about/overview>>. Acesso em: ago. 2016.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. 2009. 292 p. Relatório apresentado pela Comissão, Paris, 14 set. 2009. Disponível em: <[http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/dossiers\\_web/stiglitz/doc-commission/RAPPORT\\_anglais.pdf](http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/dossiers_web/stiglitz/doc-commission/RAPPORT_anglais.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Principles and and recommendations for population and housing censuses*. Rev. 2. New York, 2008. 420 p. (Statistical papers. Series M, n. 67/rev.2). Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm\\_67rev2e.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_67rev2e.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Department of Economic and Social Affairs. *Provisional guidelines on statistics of the distribution of income, consumption and accumulation of households*. New York, 1977. 97 p. (Studies in methods. Series M, n. 61). Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM\\_61E.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_61E.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *Mission*. Geneva, [2016]. Disponível em: <<http://www.unece.org/mission.html>>. Acesso em: ago. 2016.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. *Improving the quality of life of people through sustainability*. Rio de Janeiro: UN-HABITAT, 2016. Notícia de 11 de fev. 2016. Disponível em: <<http://unhabitat.org/improving-the-quality-of-life-of-people-through-sustainability/>>. Acesso em: ago. 2016.

VAKIS, R.; RIGOLINI, J.; LUCCHETTI, L. *Left behind: chronic poverty in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC.: World Bank, 2015. 38 p. Disponível em: <[http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/LAC/chronic\\_poverty\\_overview.pdf](http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/LAC/chronic_poverty_overview.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

WORLD BANK. *Defining welfare measures*. Washington, DC, 2016a. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTPA/0,,contentMDK:20242876~menuPK:435055~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:430367,00.html>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *History*. Washington, DC, 2016b. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/history>>. Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Poverty and equity database*. Washington, DC, 2016c. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=poverty-and-equity-database>>. Acesso em: ago. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Constitution (1946). Constitution of the World Health Organization . *Basic Documents*, Geneva, v. 45, Oct. 2006, p. 1-18. Disponível em: <<http://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1>>. Acesso em: ago. 2016.

# Indicadores de trabalho

André Simões\*  
Paulo Dick\*\*

## Introdução

As estatísticas de trabalho ocupam importante papel no âmbito dos sistemas de informações estatísticas dos países. Sua amplitude se deve ao fato de abarcar tanto a análise do mercado de trabalho, onde os indicadores produzidos são reflexos do comportamento conjuntural e estrutural da economia, quanto à análise das condições de vida dos trabalhadores. Sua complexidade, por sua vez, reside na possibilidade de articulação entre as dimensões econômica e social, viabilizando, com isso, uma apropriação multitemática das questões referentes ao trabalho.

Esta última característica ganhou relevância nos últimos anos, a partir da disseminação, por organismos internacionais, de novas recomendações, cujo conteúdo era crítico às abordagens orientadoras da produção de indicadores de trabalho calcados na associação exclusiva com a dimensão da produção (THE GLOBAL..., 2013). Embasadas por um novo paradigma de desenvolvimento, fundamentado na ideia de sustentabilidade<sup>1</sup>, estas recomendações incorporaram as condições de vida como importante elemento no processo de elaboração das estatísticas de trabalho (JOBS..., 2013). As mudanças conceituais em alguns indicadores, assim como a introdução de novas categorias para serem investigadas, e que foram sugeridas nas referidas recomendações, refletem esse processo.

---

\* Doutor em Economia (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Tecnologista de Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

\*\* Mestre em Epidemiologia em Saúde Pública (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ). Tecnologista de Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

<sup>1</sup> O novo paradigma de desenvolvimento, que ganha destaque a partir da década de 1980, surge a partir da visão de desenvolvimento como um fenômeno multidimensional, que integra a perspectiva econômica à perspectiva social e ambiental, passando a considerá-las dimensões centrais à estratégia de desenvolvimento dos países (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Tendo essa questão como pano de fundo, objetiva-se, no presente texto, fazer uma discussão das recomendações sugeridas para a construção dos principais indicadores de trabalho, considerando as mudanças introduzidas pela 19ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho - CIET, realizada em Genebra, em 2013. Pretende-se, da mesma forma, verificar como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE vem se adequando às recomendações internacionais a partir da discussão acerca da reformulação de suas pesquisas domiciliares. Sendo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua a pesquisa que substituiu a Pesquisa Mensal de Emprego - PME e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, é importante verificar não apenas suas principais características; captação de novos indicadores e satisfação das demandas por indicadores oriundos das pesquisas antigas, como também se o sistema de pesquisas domiciliares do qual ela faz parte está em condições de atender às novas recomendações relativas aos indicadores de trabalho. O capítulo traz também uma seção que apresenta experiências internacionais de produção de indicadores de trabalho, as quais complementam a visão das possibilidades de produção estatística.

## Recomendações internacionais para as estatísticas de trabalho

A centralidade ocupada pelo trabalho na dinâmica das sociedades modernas pode ser mensurada pelo seu lugar de destaque em relatórios apresentados pelos organismos internacionais. Nesse aspecto, a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO)<sup>2</sup> se configura como principal canal de discussão e proposição de mudanças nas ferramentas de análise sobre o mercado de trabalho, garantindo, além disso, comparabilidade entre as informações de diferentes países (STATISTICS..., 1982). Estes pontos são convencionados em conferências internacionais periódicas que reúnem representantes de governos, trabalhadores e empresários.

Estes fóruns deliberativos atuam em contextos históricos – conjunturais e estruturais – específicos que moldam as proposições de ferramentas para captar determinados aspectos ou mesmo novas dinâmicas do mercado de trabalho. As primeiras CIETs (1925, 1947 e 1954), por exemplo, estavam preocupadas em definir metodologias que captassem com precisão indicadores de emprego e desemprego, dado que esta era uma questão importante no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A partir de 1966, com a 8ª CIET, as propostas de investigação passaram a incorporar questões mais profundas relacionadas ao mercado de trabalho, como a mensuração do subemprego, e a análise de grupos populacionais específicos, como as mulheres. Ao longo do tempo, conceitos e indicadores clássicos de mercado de trabalho foram redefinidos, refletindo as transformações mais recentes no mundo do trabalho (INFORME II..., 2013).

As resoluções que fizeram parte da 19ª CIET, ocorrida em 2013, não fugiram à regra e propuseram novas questões relativas à agenda de pesquisa dos institutos

<sup>2</sup> A OIT foi criada em 1919 e tem uma atuação diferente das demais agências da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN), agregando governos, trabalhadores e empresários em sua estrutura de funcionamento. Sua atuação abrange desde questões relacionadas à definição de normas de trabalho, desenvolvimento de políticas e programas afins à área, até a promoção de direitos no trabalho, trabalho decente e fortalecimento de mecanismos de proteção social nos países.

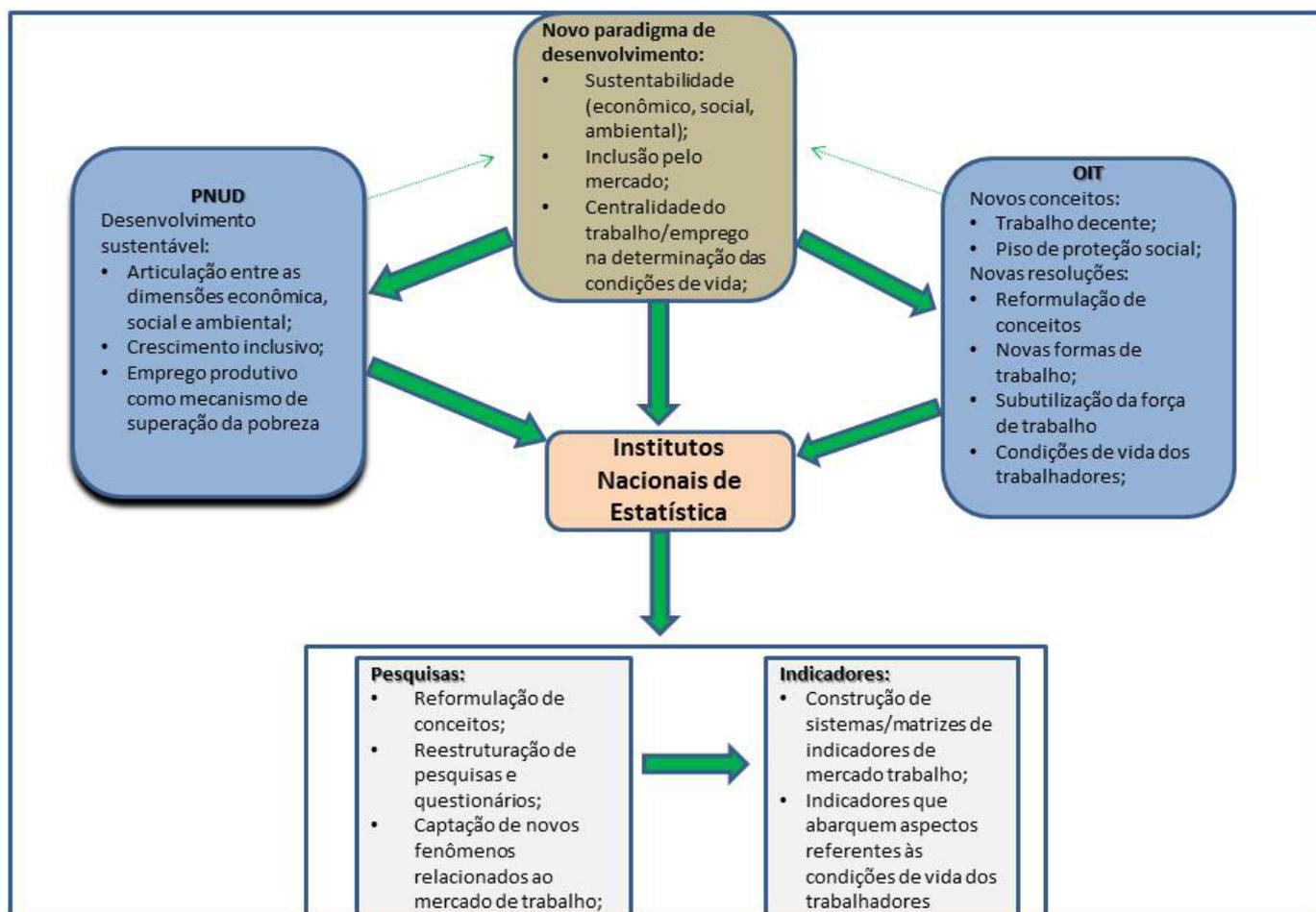
nacionais de estatística. Dentre as resoluções que mais chamam atenção está a necessidade dos institutos de captarem informações que mostrem a relação entre o mercado de trabalho e as condições de vida da população (INFORME II..., 2013)<sup>3</sup>. Apesar de algumas recomendações anteriores da OIT fazerem menção a esta relação (STATISTICS..., 1982), mantinha-se uma vinculação direta entre o levantamento das estatísticas de trabalho e a mensuração do nível de produção da economia. Inibia-se, com isso, a redefinição do próprio conceito de trabalho, que se encontrava restrito, basicamente, às atividades produtoras de bens e serviços para o mercado, no âmbito da fronteira de produção da economia, cuja definição estava em acordo com o estabelecido pelo Sistema de Contas Nacionais (System of National Accounts) (SYSTEM..., 2009).

As questões relativas às condições de vida dos trabalhadores vêm assumindo importância cada vez maior junto aos organismos internacionais, como a própria OIT e refletem, em larga medida, a necessidade de integração, por parte dos institutos nacionais de estatística, da dimensão social do trabalho ao processo de produção de estatísticas. Exemplo da força desta nova concepção é a inclusão do conceito de emprego produtivo e trabalho decente como um dos alicerces conceituais que fundamentam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, conjunto de metas e indicadores que irão substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM no monitoramento do desenvolvimento dos países para o período posterior a 2015 (THE GLOBAL..., 2013). Neste novo *framework*, a criação de empregos decentes é uma importante forma de garantir a redução dos níveis de pobreza e vulnerabilidade de milhões de pessoas em condições de vida precárias (REALIZING..., 2012). O mercado de trabalho ganha centralidade como importante mecanismo de superação das desigualdades e pobreza dos países, como aponta o documento da OIT: “No mundo em desenvolvimento, o acesso a bons empregos são meios indispensáveis para erradicação da pobreza e estabelecimento de um círculo virtuoso de expansão e crescimento econômico inclusivo” (JOBS..., 2013, p. 1, tradução nossa ).

A Figura 1 a seguir ilustra, em linhas gerais, como a difusão de ideias oriundas de um novo paradigma de desenvolvimento se traduz nos processos de trabalho dos institutos nacionais de estatística. A disseminação dessas ideias pelos organismos internacionais, em forma de recomendações, tende a balizar o processo de reestruturação e reformulação de pesquisas levadas a cabo pelos referidos institutos, fornecendo, além disso, elementos para a construção de novos indicadores. Esta dinâmica se reproduz em relação aos indicadores de mercado de trabalho, a partir da disseminação de recomendações – calcadas em categorias conceituais – pelas instituições que compõem o sistema das Nações Unidas – como a OIT e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD – afins à temática de trabalho.

<sup>3</sup> A definição de uma nova perspectiva de análise do mercado de trabalho ganhou força nos últimos anos, a partir da disseminação de importantes documentos elaborados por acadêmicos e organismos internacionais, que incorporaram uma série de críticas ao determinismo econômico que pautava, até então, a utilização de indicadores econômicos como *proxy* das condições de vida da população (INFORME II..., 2013; STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009; JOBS..., 2013).

**Figura 1 - Fluxo de disseminação das recomendações internacionais para produção de estatísticas de trabalho**



Elaborado pelos autores

Antes que se avance na análise das recomendações internacionais, é importante esclarecer alguns pontos referentes às classificações propostas pela OIT que, além de abarcarem conteúdos diversos, respondem a objetivos distintos. Cabe ressaltar, em primeiro lugar, que as estatísticas de trabalho compõem apenas uma parte da área de atuação da referida instituição, que está fortemente voltada para a criação de consenso entre os países em torno de questões relativas às condições de trabalho: por meio da criação dos conceitos de trabalho decente e piso de proteção social; abolição do trabalho forçado e infantil e a promoção de mínimos sociais para os trabalhadores; garantia dos direitos de organização sindical, entre outros.

Estas questões são discutidas em fóruns específicos, alguns deles com poder deliberativo, enquanto outros têm como objetivo fornecer orientações para a estruturação de sistemas de estatísticas de mercado de trabalho. As resoluções estabelecidas pelas CIETs, por exemplo, espelham os contextos político, econômico e social dos processos que têm lugar no mundo do trabalho, fornecendo, além disso, recomendações e metodologias para sua captação, ambas sem caráter de implementação obrigatória. São as convenções, estabelecidas nas Conferências

Internacionais do Trabalho, que estabelecem as orientações para a introdução e/ou reformulação das questões atinentes ao mundo do trabalho, que englobam, da mesma forma, importantes recomendações relativas às estatísticas do trabalho<sup>4</sup>. Para tanto, devem ser ratificadas pelos países, sendo, portanto, objeto de fiscalização por parte da OIT, através de relatórios de avaliação conduzidos por especialistas em diferentes segmentos representativos do mercado de trabalho<sup>5</sup>.

## Resoluções internacionais para estatísticas do trabalho

A principal convenção relativa às estatísticas do trabalho, *Labour Statistics Convention*, conhecida como Convenção n. 160, foi aprovada em 1985 e ratificada por 49 países, dentre eles o Brasil<sup>6</sup>. Sua importância reside no fato de estabelecer obrigatoriedade aos países quanto à produção de uma série de indicadores, que abrangem diferentes dimensões relativas ao mercado de trabalho. Garante-se, assim, uma ampla série estatística comparativa entre os países signatários, que se encontra, juntamente com outros indicadores, disponibilizada em formato eletrônico no portal da OIT, na seção *Statistics and database*<sup>7</sup>. Os indicadores devem ser construídos a partir dos nove domínios listados a seguir (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 1985, tradução nossa):

- a) população economicamente ativa, emprego, desemprego (se relevante), subemprego visível, quando possível;
- b) estrutura e distribuição da população economicamente ativa, para análises mais detalhadas e que possam servir de informações de referência;
- c) ganhos médios e média de horas trabalhadas (horas efetivamente trabalhadas ou horas remuneradas) e, se pertinente, taxas de salários por tempo e horas habituais de trabalho;
- d) estrutura e distribuição salarial;
- e) custo da mão de obra;
- f) índices de preços ao consumidor;
- g) despesas domiciliares ou, quando apropriado, despesas familiares e, se possível, renda domiciliar ou, quando apropriado, renda familiar;
- h) as lesões profissionais e, tanto quando possível, as doenças profissionais; e
- i) os conflitos do trabalho<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> São muitas as convenções, recomendações e resoluções adotadas ao longo do tempo pela OIT, fato que reflete a magnitude da temática relacionada ao trabalho. Abordar cada uma delas seria tarefa hercúlea, além de fugir aos propósitos deste texto. Nesse sentido, optou-se por dar maior ênfase às resoluções que fazem parte das CIETs, com foco especial à 19ª CIET, que foi responsável pela proposição de uma série de orientações, posteriormente incorporadas pelo IBGE no processo de reformulação de suas pesquisas domiciliares. Estas novas resoluções, no entanto, não substituíram as recomendações encaminhadas pela OIT por meio de convenções voltadas especificamente ao levantamento de estatísticas sobre o mercado de trabalho, que continuaram a ser disponibilizadas pela instituição.

<sup>5</sup> O relatório intitulado *Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations*, publicado pela OIT desde 1932, realiza uma avaliação de como os países que ratificaram as convenções internacionais do trabalho desenvolvem as legislações voltadas para a implementação de suas recomendações.

<sup>6</sup> As duas únicas cláusulas que o Brasil não ratificou se referem às dimensões: e) custo da mão de obra e h) as lesões profissionais, e tanto quando possível, as doenças profissionais.

<sup>7</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a seção *Statistics and database* do portal da ILO (OIT, na América do Sul), no endereço: <<http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/lang--en/index.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>8</sup> Para informações mais detalhadas relativas à ratificação de convenções pelos países membros, consultar o portal da ILO, no endereço: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:1:0::NO:::~](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:1:0::NO:::)>. Acesso em: ago. 2016.

As metodologias desenvolvidas para a construção desses indicadores, por sua vez, derivam das recomendações estabelecidas nas CIETs, o que mostra a complementariedade entre esses fóruns de discussão. A definição de população economicamente ativa, base para a produção de grande parte dos indicadores de mercado de trabalho, por exemplo, foi estabelecida pela 13ª CIET e teve como objetivo restringir o conceito de trabalho às atividades desenvolvidas no âmbito da fronteira de produção da economia. Estabelecia-se com isso uma relação direta entre o trabalho e a produção de bens e serviços mercantis, excluindo da sua definição parte do trabalho na produção para o autoconsumo – os serviços, que incluem afazeres domésticos e os cuidados com familiares – e o trabalho voluntário.

A 19ª CIET sugeriu mudanças significativas nos conceitos e metodologias utilizadas para análise do mercado de trabalho (INFORME II..., 2013). A principal delas se refere à própria natureza do conceito de trabalho, que deixou de estar ancorada exclusivamente na produção mercantil de bens e serviços, ganhando novos contornos, delineados a partir do destino final da produção (se para uso final próprio ou para o consumo de terceiros) e pela natureza das transações (se monetárias ou não monetárias). Manteve-se, ainda assim, sua vinculação com a fronteira de produção da economia, conforme definido pelo Sistema de Contas Nacionais (Figura 2). Foram propostas cinco formas de trabalho (RESOLUCIÓN I, 2013)<sup>9</sup>, mutuamente excludentes, mas que podem ser desenvolvidas concomitantemente pelos trabalhadores:

- Trabalho na produção para o autoconsumo: compreende a produção de bens e serviços para uso final próprio. Inclui a produção de bens e serviços, inclusive o trabalho doméstico;
- Trabalho na ocupação: compreende o trabalho para terceiros em troca de remuneração ou benefícios;
- Trabalho não remunerado na formação: compreende o trabalho realizado para terceiros, não remunerado, com objetivo de adquirir experiência naquela atividade;
- Trabalho voluntário: trabalho não obrigatório prestado para terceiros sem contrapartida de remuneração; e
- Outras atividades produtivas: não foram definidas pela resolução<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> O critério utilizado para definir se a pessoa trabalhou no período de referência, em cada forma de trabalho, mantém-se em pelo menos uma hora, como definido na 13ª CIET. Já o período de referência varia, sendo considerados os últimos sete dias para o trabalho na ocupação e quatro semanas, para a produção de bens para o autoconsumo e o trabalho voluntário. No caso da produção de serviços para o autoconsumo, o período de referência é de um ou mais dias na semana de referência, em que se levantariam as horas de trabalho despendidas. Esta particularidade é especialmente importante para a captação do trabalho doméstico (JOBS..., 2013).

<sup>10</sup> Esta definição se refere à resolução publicada em outubro de 2013. O IBGE considera como outras formas de trabalho: os serviços não remunerados prestados à comunidade ou o trabalho nas prisões impostos pelas autoridades e o serviço militar não remunerado (PESQUISA..., 2014).

Figura 2 - Formas de trabalho e o Sistema de Contas Nacionais 2008

Destino previsto da produção	Para uso próprio final (autoconsumo)		Para consumo de terceiros				
	Trabalho na produção para o próprio uso		Trabalho em uma ocupação (trabalho por remuneração ou benefício)	Trabalho como estagiário ou aprendiz não remunerado	Outras formas de trabalho*	Trabalho voluntário	
Formas de trabalho	de serviços	de bens				Em unidades de mercado e de não mercado	Em domicílios produtores
			bens	serviços			
Relação com o SCN 2008	Dentro da fronteira de produção do SCN						
	Dentro da fronteira geral do SCN						

Adaptado de Resolución I: Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo (2013).

\*Trabalho obrigatório não remunerado para terceiros.

As referidas mudanças trouxeram duas consequências para as estatísticas de trabalho: em primeiro lugar, a separação por formas de trabalho circunscreveu a população economicamente ativa ao campo das relações mercantis – trabalho na ocupação –, o que significa que os indicadores de ocupação, desocupação, além de alguns indicadores de subutilização da força de trabalho ficaram restritos a essa categoria (excluíram-se as demais categorias que antes faziam parte da força de trabalho, como os trabalhadores na produção para o próprio uso e consumo). As recomendações sugerem, inclusive, que a terminologia da população economicamente ativa seja substituída por pessoas na força de trabalho.

Da mesma forma, mesmo estando fora da força de trabalho, ainda assim os indivíduos estariam trabalhando, caso desenvolvessem alguma forma de trabalho distinta da ocupação. Este olhar mais abrangente sobre as estatísticas do trabalho ampliou as possibilidades de incorporação da dimensão social do trabalho à agenda de pesquisa acadêmica e às políticas governamentais, que já se encontram pautadas pelas recomendações referentes ao piso de proteção social e aos indicadores de trabalho decente, viabilizando a captação e análise de importantes fenômenos relacionados à reprodução das condições de vida dos trabalhadores. Vale ressaltar, como exemplo, o tratamento dos afazeres domésticos como uma forma efetiva de trabalho.

Outra importante recomendação oriunda da 19ª CIET (II INFORME..., 2013) se refere à introdução de medidas de subutilização da força de trabalho. Seu principal objetivo foi qualificar não apenas situações de desemprego, desalento e/ou impossibilidade de inserção no mercado de trabalho, como também avaliar a adequação da jornada de trabalho em relação à disponibilidade de horas trabalhadas por parte dos trabalhadores. As referidas medidas se dividem da seguinte forma (II INFORME..., 2013, p. 39-45, tradução nossa):

- Subocupação por insuficiência de horas trabalhadas: ocorre quando o trabalhador possui disponibilidade para trabalhar mais horas, seja em um segundo trabalho ou mesmo substituindo o trabalho atual por um outro que tenha carga horária maior. Nesta medida torna-se importante separar os trabalhadores que possuem as horas habituais e efetivas de trabalho abaixo de

um mínimo de horas definido – tendo disponibilidade para serem contratados em outro emprego – daqueles cujas horas efetivas sejam superiores às horas habituais de trabalho;

- Desocupação: engloba os trabalhadores que, não estando ocupados, encontram-se inseridos ativamente na procura por um posto de trabalho;
- Força de trabalho potencial: fazem parte deste grupo as pessoas que possuem interesse em ingressar na força de trabalho, mas não o fazem devido a situações específicas que limitam sua busca ativa e/ou sua disponibilidade. Como exemplo mencionam-se aquelas pessoas que, mesmo tendo tomado providências para procurar trabalho, não estavam disponíveis no momento da pesquisa e aquelas que, de forma contrária, não procuraram emprego, mas estavam disponíveis para trabalhar.

A partir dessas mudanças, a 19ª CIET sugere três grupos de indicadores para a análise do mercado de trabalho (II INFORME..., 2013, p. 53-54, tradução nossa):

- O número de pessoas na força de trabalho; de pessoas fora da força de trabalho; de pessoas ocupadas; de pessoas em ocupação por insuficiência de tempo de trabalho; de pessoas desocupadas; de pessoas na força de trabalho potencial e de produtores de alimentos de subsistência;
- As taxas calculadas com base na população em idade ativa: nível de ocupação; taxa de atividade; e taxa de produtores de alimentos de subsistência, referente aos produtores para o autoconsumo; e
- Medidas de subutilização da força de trabalho, em que os indicadores devem refletir suas diferentes formas de manifestação, sendo necessária, para isso, a construção de diferentes indicadores:

Taxa de desocupação:

$(\text{pessoas desocupadas}/\text{força de trabalho}) \times 100;$

Taxa combinada de subocupação por insuficiência de horas de trabalho e desocupação:

$[(\text{pessoas em subocupação por insuficiência de horas trabalhadas} + \text{pessoas desocupadas})/\text{força de trabalho}] \times 100;$

Taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial:

$[(\text{pessoas desocupadas} + \text{força de trabalho potencial})/\text{força de trabalho ampliada}] \times 100;$  e

Medida composta de subutilização da força de trabalho:

$[(\text{pessoas em subocupação por insuficiência de horas trabalhadas} + \text{pessoas desocupadas} + \text{força de trabalho potencial})/(\text{força de trabalho ampliada})] \times 100.$

O contexto que fundamentou as mudanças conceituais sugeridas pela 19ª CIET produziu efeitos não apenas sobre a nomenclatura de alguns indicadores, mas, sobretudo, na natureza dos mesmos. Como resultado, haverá necessidade de adaptação das metodologias de cálculo por parte dos países que adotarem as referidas recomendações, tendo que avaliar os riscos de eventualmente incorrerem na quebra de séries históricas. O cálculo da taxa de desocupação e da taxa de atividade, por exemplo, passa a considerar apenas o trabalho na ocupação para o seu cálculo, deslocando o trabalho na produção para o autoconsumo para uma categoria específica.

Nessa mesma linha, o estabelecimento de novos indicadores, em especial aqueles relacionados às medidas de subutilização da força de trabalho, demandarão esforços por parte dos institutos nacionais de estatísticas, principalmente na captação de informações que traduzam as diferentes formas de subocupação por insuficiência de horas de trabalho. A sistematização dessas informações e o estabelecimento de formas de comparação entre os países permitirão o conhecimento mais apropriado dos diferentes padrões que regem a dinâmica interna dos mercados de trabalho.

Por fim, cabe ressaltar que as mudanças conceituais introduzidas pela 19ª CIET possuem um impacto maior quando articuladas com as demais orientações introduzidas pelos organismos internacionais. Tais mudanças e orientações estão ligadas a um contexto marcado por transformações no conceito de desenvolvimento, que se desloca da esfera da produção e incorpora a dimensão da sustentabilidade em sua definição. Esta visão de natureza holística, cristalizada nos pressupostos teóricos metodológicos que fundamentam os ODS, e que também é adotada, sob roupagem específica, pela OIT, confere dimensão mais ampla aos estudos sobre o mercado de trabalho, tornando-os ferramenta indispensável às análises sobre as condições de vida dos trabalhadores.

## A produção de estatísticas de trabalho pelo IBGE

Como instituição oficial de estatística do Brasil, o IBGE possui número considerável de pesquisas que investigam a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Cabe destacar, nesse sentido, as principais pesquisas domiciliares, como o Censo Demográfico, a PNAD, a PME, a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF e, mais recentemente, a PNAD Contínua. Além de qualificar a dinâmica do mercado laboral em diferentes recortes temporais, territoriais e temáticos, estas pesquisas levantam uma série de informações que permitem, a partir do cruzamento com indicadores clássicos de mercado de trabalho, traçar um perfil socioeconômico e demográfico do trabalhador, viabilizando, com isso, a apreensão de aspectos referentes às suas condições de vida<sup>11</sup>.

O Sistema de Contas Nacionais também oferece ampla série de informações sobre o mercado de trabalho brasileiro, apresentando-as, no entanto, de forma mais agregada e articulada com outras dimensões da economia nacional. Embora não seja uma fonte voltada diretamente para a apreensão de questões referentes às condições de vida do trabalhador, ela permite que se conheça, de forma mais aprofundada, algumas características da inserção dos trabalhadores nas atividades produtivas – especialmente a inserção setorial –, seus padrões de consumo, assim como seu papel na geração do produto e da renda nacional. Da mesma forma, os levantamentos conjunturais relativos às estatísticas de indústria, comércio e serviços, embora se voltem principalmente para disseminar informações que estão centradas no âmbito da empresa, também captam algumas características referentes à estrutura da mão de obra.

<sup>11</sup> A PNAD, por exemplo, coleta as seguintes informações relativas aos indivíduos e às famílias: características do domicílio; perfil das famílias; acesso a serviços de saneamento básico; educação; mobilidade (migração e deslocamento para o trabalho); rendimento e fecundidade; além, obviamente, de informações referentes à dinâmica do mercado de trabalho. A PME é uma pesquisa que, além de restrita a seis Regiões Metropolitanas, era voltada basicamente à captação de aspectos conjunturais referentes ao mercado de trabalho como, por exemplo, o comportamento sazonal das taxas de desemprego, população economicamente ativa, assim como suas características. Ainda assim oferecia a possibilidade de se conhecer algumas características da educação do trabalhador, bem como alguns aspectos sociodemográficos (cor ou raça, idade e sexo). Da mesma forma a POF é uma pesquisa desenhada para conhecer os padrões alimentares, de gastos e consumo das famílias brasileiras, mas levanta, em POF 5 - Questionário de Trabalho e Rendimento Individual algumas informações de trabalho destas famílias, permitindo que se construam algumas associações entre as condições de vida dos trabalhadores e suas famílias com sua inserção no mercado de trabalho.

As pesquisas domiciliares do IBGE permitem a captação de informações necessárias à elaboração de parte significativa dos indicadores listados na Convenção n. 160, de 25.06.1985, da OIT com periodicidades e desagregações distintas, a depender a fonte de informação utilizada. A população economicamente ativa, por exemplo, indicador básico para a produção dos demais indicadores de mercado de trabalho, possui frequência de disseminação mensal quando captada pela PME e, anual, quando pela PNAD. O mesmo vale para outros indicadores, tais como: taxa de desemprego; subemprego; média de horas trabalhadas; estrutura da distribuição dos rendimentos do trabalho; e estrutura setorial. O Censo Demográfico fornece as mesmas informações, mas com uma frequência decenal, o que impede o monitoramento conjuntural do mercado de trabalho. Suas informações, no entanto, possuem maior desagregação territorial – chegam aos municípios brasileiros –, ao contrário da PME e da PNAD, cuja captação atinge no máximo algumas Regiões Metropolitanas (Quadro 1).

**Quadro 1 - Indicadores relacionados à Convenção n. 160 da OIT, segundo fonte das informações, frequência da disseminação e desagregações possíveis**

Indicadores propostos	Fonte	Frequência	Desagregação
População economicamente ativa, emprego, desemprego, subemprego	PNAD	Anual	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas
	PNAD Contínua	Trimestral	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios
	PME	Mensal	Regiões Metropolitanas
	Censo Demográfico	Decenal	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios
Estrutura e distribuição da população economicamente ativa	PNAD	Anual	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas
	PNAD Contínua	Trimestral	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas
	PME	Mensal	Regiões Metropolitanas
	Censo Demográfico	Decenal	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios
Ganhos médios e média de horas trabalhadas	PNAD	Anual	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas
	PNAD Contínua	Trimestral	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas
	PME	Mensal	Regiões Metropolitanas
	Censo Demográfico	Decenal	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios
Estrutura e distribuição salarial	PNAD	Anual	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas
	PNAD Contínua	Trimestral	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas
	PME	Mensal	Regiões Metropolitanas
	Censo Demográfico	Decenal	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios
Custo da mão de obra (1)			
Índices de preços ao consumidor	POF (ponderação dos índices de preços)	Indeterminada	Brasil
Despesas domiciliares e familiares gastos e renda familiar	POF	Indeterminada	Brasil (outras desagregações dependem do indicador)
Lesões e doenças profissionais			
Conflitos do trabalho	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: 1. O Brasil não ratificou as cláusulas referentes aos indicadores Custo da mão de obra e Lesões e doenças profissionais.

2. A PME capta informações para seis Regiões Metropolitanas: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

(1) As pesquisas domiciliares não fornecem informações suficientes para o cálculo de indicadores de custo de mão de obra. Essas informações são obtidas em pesquisas de estabelecimento, como: Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, Pesquisa Industrial Anual - PIA, Pesquisa Anual de Serviços - PAS e Pesquisa Anual do Comércio - PAC.

Por sua vez, a PNAD Contínua disponibiliza essas mesmas informações em periodicidade trimestral, com a desagregação chegando aos municípios das capitais – caso das informações sobre desemprego – e algumas Regiões Metropolitanas, para os demais indicadores. Como será detalhado na próxima seção, **A reformulação das estatísticas domiciliares de trabalho no IBGE**, foi introduzida pela pesquisa uma série de novos indicadores que refletem as recomendações internacionais mais recentes, tornando-a, dessa forma, uma fonte de informações complementar às demandas da Convenção n. 160 da OIT.

Com as informações da POF é possível calcular indicadores relacionados às despesas domiciliares e familiares, assim como dos rendimentos familiares e domiciliares. Além disso, a POF fornece as informações para a construção dos pesos necessários à ponderação dos índices de preços (através da mensuração dos diferentes componentes das despesas no orçamento das famílias).

O conjunto de pesquisas domiciliares do IBGE voltado à compreensão da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro fornece as informações necessárias para que o Brasil cumpra seus compromissos institucionais junto à OIT. Oferece, ainda, a oportunidade de construção de indicadores direcionados à compreensão de dimensões correlatas do mercado de trabalho brasileiro, como, por exemplo, a questão da formalidade x informalidade; inserção setorial da população economicamente ativa; características demográficas, educacionais, domiciliares e de saúde dos trabalhadores; além, obviamente, de viabilizar a apresentação dos indicadores segundo diferentes recortes territoriais, etários, por gênero e por cor ou raça. Fornecem, assim, um importante *background* analítico, viabilizando uma apropriação das estatísticas de trabalho que não se limita às relações mercantis estabelecidas no âmbito da fronteira de produção da economia, incorporando, para tanto, a dimensão das condições de vida entre as possibilidades de análise, o que está em conformidade com as recomendações mais recentes disseminadas não apenas pela OIT (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009), como também por acadêmicos e estudiosos do mercado de trabalho (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009; INDICADORES..., 1979).

Da forma como estão organizadas, as estatísticas domiciliares do IBGE fornecem subsídios para o monitoramento de grande parte de indicadores dos ODS que estão, direta ou indiretamente, relacionados ao mercado de trabalho<sup>12</sup>. A realização de estudos desta natureza, como os *Relatórios de Indicadores Sociais*, publicados ao longo dos anos de 1970 e 1980 e, mais recentemente, a *Síntese de indicadores sociais* – especialmente no seu capítulo trabalho – são convergentes a este novo *framework* das Nações Unidas que se organiza de tal forma a vislumbrar os efeitos do crescimento econômico sobre as condições de vida dos trabalhadores.

---

<sup>12</sup> Os indicadores de mercado de trabalho perpassam diferentes objetivos, pois a inserção plena em um emprego produtivo e decente faz parte dos alicerces que fundamentam os ODS. Dessa forma, há indicadores sobre mercado de trabalho nos ODS (Meta 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas no mundo todo; Meta 4: Garantir uma educação equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem; Meta 5: Atingir a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas; e, mais especificamente na Meta 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

## A reformulação das estatísticas domiciliares de trabalho no IBGE

A análise mais pormenorizada da adequação das estatísticas produzidas pelo IBGE às recomendações internacionais deve, necessariamente, levar em consideração o processo de reformulação das pesquisas domiciliares por amostragem, o que envolve a introdução de novos procedimentos metodológicos. Nesse sentido, cabe destacar a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, cujo principal objetivo é garantir a coordenação conjunta dos procedimentos – planejamento, organização, execução e análise dos resultados – que envolvem a implantação de diferentes pesquisas domiciliares, visando, dentre outros: a harmonização metodológica de conceitos e definições de indicadores; a otimização na alocação de recursos; a ampliação da cobertura das pesquisas, com a disponibilização de informações de curto prazo para o mercado de trabalho em nível nacional (PESQUISA..., 2015). Para tanto o SIPD conta com uma infraestrutura amostral comum, o que implica na utilização de um mesmo cadastro e de uma mesma amostra, também chamada de amostra mestra, de onde são selecionadas subamostras para atender às pesquisas que fazem parte do sistema (PESQUISA..., 2014).

A reestruturação das pesquisas domiciliares voltadas à captação de informações referentes ao mercado de trabalho teve como objetivo tornar mais robusto o sistema de informações de estatísticas de trabalho do IBGE, adequando-o às demandas por informações cada vez mais descentralizadas e com maior frequência. As pesquisas que foram objeto da reformulação – a PME e a PNAD – apresentavam características distintas, sendo, portanto, necessária a harmonização de metodologias, períodos de referência e de disseminação das informações. Enquanto a natureza conjuntural da PME permitia que as informações fossem disponibilizadas mensalmente, a PNAD divulgava informações estruturais, isto é, relativo a uma data específica no ano. Esta última pesquisa, por sua vez, possuía cobertura geográfica maior, permitindo a captação de informações até o nível de nove Regiões Metropolitanas. Já a PME só fornecia informações para seis Regiões Metropolitanas.

A PNAD Contínua surgiu como uma síntese dessas duas pesquisas, agregando em sua metodologia uma cobertura geográfica ampliada da PNAD com a periodicidade conjuntural da PME. Informações conjunturais básicas referentes ao mercado de trabalho como, por exemplo, população na força de trabalho (anteriormente chamada de população economicamente ativa); taxa de participação na força de trabalho; taxa de desocupação; nível de ocupação; além de informações referentes ao rendimento de todos os trabalhos, que antes eram restritas às seis Regiões Metropolitanas, passaram a ser disponibilizadas para outros níveis geográficos com periodicidade trimestral e mensal – esta última restrita a alguns indicadores. Além disso, a inserção de módulos referentes a temáticas específicas, como educação; habitação; fecundidade; migrações; rendimento; e trabalho infantil, além das outras formas de trabalho mantiveram seu levantamento pontual, restritos a apenas um trimestre no ano ou a uma das cinco entrevistas feitas no domicílio, acumuladas no tempo. Tudo isso permite que informações mais aprofundadas relativas às condições de vida das pessoas sejam disseminadas anualmente, embora com datas de referência distintas.

Outra questão importante introduzida pela PNAD Contínua diz respeito à idade mínima para que o informante possa responder ao questionário. Ao contrário da PNAD e da PME que estipularam em 10 anos ou mais a idade mínima, na PNAD Contínua

a idade mínima foi estipulada em 14 anos ou mais. Tal procedimento não se deve a mudanças nas recomendações internacionais, mas à adequação à legislação brasileira, que apenas permite o exercício do trabalho às pessoas com 14 anos ou mais de idade – sendo que os jovens de 14 a 15 anos podem apenas trabalhar na condição de aprendiz. Com isso, as informações relativas ao trabalho infantil passaram a ser captadas em um bloco específico, coletadas em um trimestre, fornecendo informações anualmente.

Uma importante medida tomada ao longo deste processo se refere à incorporação de alguns conceitos oriundos da 19ª CIET, que passaram a pautar a construção de alguns dos indicadores de trabalho disponibilizados pela PNAD Contínua. A principal delas se refere à captação das diferentes formas de trabalho, o que, se por um lado permitiu a incorporação de atividades relacionadas ao trabalho não remunerado – o trabalho voluntário, os afazeres domésticos e o cuidado de pessoas no domicílio<sup>13</sup> –, por outro, forçou uma adequação metodológica na definição da população economicamente ativa. Desde a reformulação da PNAD, em 1992, o cálculo da população economicamente ativa incluía tanto os trabalhadores que, na semana anterior à pesquisa, estavam ocupados ou procurando emprego em atividades voltadas para produção de bens e serviços – tendo como contrapartida a remuneração em dinheiro ou em mercadorias – quanto os trabalhadores na produção para o próprio uso e para o próprio consumo – exclusive os serviços domésticos (SILVA; DEL GROSSI, 1997). Na PNAD Contínua, estes últimos deixaram de fazer parte da população economicamente ativa e, seguindo as recomendações da 19ª CIET, passaram a constituir como mais uma forma de trabalho<sup>14</sup>.

A captação de medidas de subutilização da força de trabalho, embora já presente na PME, foi ampliada na PNAD Contínua, a partir da inclusão de quesitos que buscam qualificar as formas de subutilização, permitindo, com isso, diferenciar os trabalhadores que optariam por trabalhar mais horas no mesmo trabalho daqueles cuja preferência seria trocar de trabalho ou conseguir um trabalho adicional. Além disso, mantiveram-se os quesitos direcionados à mensuração da força de trabalho potencial – pessoas que manifestaram interesse em trabalhar, mas que não o fizeram por algum motivo. Com isso será possível construir os indicadores propostos pela 19ª CIET como, por exemplo, a taxa combinada de subocupação por insuficiência de horas de trabalho e desocupação e a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial. Pretende-se que a adoção dessas novas medidas tragam elementos para uma melhor qualificação do mercado de trabalho, a partir da identificação de trabalhadores que, mesmo ocupados, estejam subalocados, guardando, ainda, potencial para desenvolvimento das atividades laborais.

Uma particularidade importante da PNAD Contínua, que a diferencia da PNAD, se refere ao não alinhamento de seus blocos temáticos em um único trimestre, o que é uma característica operacional da pesquisa, pois é razoável evitar colocar um peso muito grande de informações em um único trimestre, de forma a obter melhores respostas dos informantes. Por outro lado, tal característica da pesquisa, cujo objetivo principal é produzir informações sobre o mercado de trabalho no curto prazo, deve levar em consideração a crescente demanda por informações afins às recomendações

<sup>13</sup> Uma particularidade importante da PNAD Contínua está na separação dos afazeres domésticos e cuidado de pessoas do domicílio em relação ao trabalho para o autoconsumo, e sua divulgação como formas específicas de trabalho. Nas recomendações da 19ª CIET, essas informações estão juntas em uma mesma categoria de trabalho.

<sup>14</sup> Seguindo as recomendações da 19ª CIET, os afazeres domésticos passaram a ser considerados uma forma de trabalho, no âmbito do trabalho na produção para o autoconsumo. Até então esta categoria era levantada pela PNAD, mas não era contabilizada como trabalho, pois os serviços para o autoconsumo não fazem parte da fronteira de produção do Sistema de Contas Nacionais.

propostas pelos organismos internacionais que, calcadas no novo paradigma de desenvolvimento, em processo de consolidação, colocam aos institutos nacionais de estatística o desafio de produzir indicadores que articulem as dimensões relativas às condições de vida da população. É importante que a organização das estatísticas de trabalho pelo IBGE leve em consideração esta questão, que vai além da adequação às recomendações da 19ª CIET, e que, em virtude das características peculiares da PNAD Contínua, tendem a demandar outros tipos de pesquisa, com regularidade definida, a exemplo de outras pesquisas domiciliares – como a POF e a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS – ou mesmo a integração de informações oriundas de registros administrativos produzidos ou não pela Instituição<sup>15</sup>.

## Experiências Internacionais

Grande importância é dada às estatísticas de trabalho nos institutos ao redor do mundo, em razão da centralidade do assunto na análise de condições de vida e da dinâmica da economia, tal como discutido ao longo deste texto. Ainda que o Brasil seja pioneiro na implementação das recomendações da 19ª CIET, é importante avaliar como alguns desses institutos nacionais de estatística organizam suas informações de trabalho. A presente seção se propõe a descrever as experiências observadas pelo Chile, Canadá e o EUROSTAT<sup>16</sup>.

### Chile

O Instituto Nacional de Estadísticas - INE do Chile apresenta suas estatísticas de força de trabalho dando ênfase à sua pesquisa de emprego, a Nueva Encuesta Nacional de Empleo - NENE, que traz critérios definidos a partir das recomendações decorrentes das CIETs, em particular àquela de 1982.

As informações sobre a força de trabalho são divulgadas mensalmente, usando indicadores agregados por trimestres móveis. Dentre os indicadores elaborados há um conjunto de indicadores principais e um segundo conjunto de indicadores analíticos, estes últimos com o propósito de caracterizar as condições de trabalho da população empregada e facilitar a análise da situação de emprego (CIFRAS..., 2016). Dentre os indicadores principais estão:

- Taxa de desemprego: proporção de pessoas desocupadas na força de trabalho;
- Taxa de desemprego padronizada: proporção de pessoas desocupadas e que iniciarão novo trabalho em breve na força de trabalho;
- Taxa de atividade: proporção de pessoas na força de trabalho em relação ao total;
- Taxa de ocupação: proporção de pessoas ocupadas na força de trabalho; e

<sup>15</sup> A utilização de registros oriundos de outros órgãos tem sido objeto de discussão pelo IBGE, sendo já prática disseminada em outros países, o que aponta para necessidade de definição dos critérios de incorporação dessas novas informações ao sistema estatístico devido, fundamentalmente, as características que as distinguem das pesquisas domiciliares. Os principais registros utilizados na análise sobre trabalho provêm da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, ambos oriundos do ministério do trabalho e que fornecem informações sobre o mercado de trabalho formal.

<sup>16</sup> EUROSTAT é o órgão de estatísticas da União Europeia, localizado em Luxemburgo. Produz um grande número de estatísticas para permitir a comparação entre os países e regiões, assim como fundamentar a tomada de decisão no nível europeu. Para informações mais detalhadas, consultar a página do EUROSTAT. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/about/overview>>. Acesso em: ago. 2016.

- Taxa de pressão na força de trabalho: número de pessoas ocupadas que buscam trabalho, desocupadas e iniciantes<sup>17</sup>.

Esta pesquisa surgiu no ano de 2010, quando o INE realizou uma grande revisão no tratamento das suas estatísticas laborais (NEW..., 2010). Dentre as mudanças conceituais adotadas, são destacadas:

- Atualização do conceito de pessoal ocupado, passando a incorporar o critério de ter trabalhado pelo menos uma hora na semana de referência da pesquisa e ter recebido pagamento por isto;
- Classificação em trabalho tradicional e trabalho não-tradicional, ocorrendo o primeiro quando o respondente reconhece sua atividade como trabalho;
- Incorporação do critério de ter procurado trabalho nas últimas quatro semanas e disponibilidade para iniciar trabalho nas duas semanas posteriores à semana de referência da pesquisa na conceituação de pessoal desocupado;e
- Classificação da população fora da força de trabalho por razões de inatividade e de acordo com potencial para participar da força de trabalho<sup>18</sup>.

## União Europeia

O EUROSTAT, em conjunto com os institutos nacionais de estatística dos países que compõem a União Europeia, trabalha na coleta e produção de informações visando atingir um padrão de homogeneidade. Especificamente, trabalho é considerado como um subtema de população e condições sociais.

As estatísticas relacionadas ao trabalho são apresentadas basicamente em dois grandes grupos: mercado de trabalho em geral e tópicos relacionados. No primeiro se destaca a European Labour Force Survey - EU-LFS, de caráter domiciliar e contínuo, com dados trimestrais. Diferentes esquemas de amostragem e rotação são aplicados pelos diferentes países (STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN UNION, 2014; STATISTICS..., 2015). A EU-LFS é realizada atualmente em 33 países, dentre membros da União Europeia, candidatos a ingressar no bloco, e alguns membros da Associação de Livre Comércio (European Free Trade Association - EFTA), com o objetivo primário de caracterizar a população em idade de trabalhar (15 anos ou mais) nas três grandes categorias de trabalho: ocupadas, desocupadas e economicamente inativas. Para tanto, utiliza os critérios alinhados aos estabelecidos na 13ª CIET, em 1982, a saber Resolución sobre estadísticas de la población económicamente activa, del empleo, del desempleo y del subempleo, além de conceitos complementares para medir subemprego ou disponibilidade para trabalhar de pessoas economicamente inativas (YEARBOOK..., 2016) <sup>19</sup>.

Os indicadores principais de trabalho são apresentados de forma agregada, para os países que compõem o bloco da União Europeia, e também individualmente, e disponibilizados ao público principalmente em publicações ou tabelas acessadas *online*, que são atualizadas trimestralmente, com exceção das estatísticas de desemprego,

<sup>17</sup> O conceito de iniciantes se refere à parcela da população em idade ativa que não buscou trabalho nas últimas quatro semanas porque iniciará em breve novo trabalho e pode ou não estar disponível para trabalhar nas duas semanas seguintes à semana de referência.

<sup>18</sup> Potencialmente ativos são pessoas economicamente inativas que buscaram trabalho, mas não estariam disponíveis para iniciar, ou que não buscaram trabalho mas estariam disponíveis. Este conceito é similar ao de subutilização da força de trabalho, definido na 19ª CIET e implementado no questionário da PNAD Contínua.

<sup>19</sup> Outra pesquisa conduzida pelo EUROSTAT que possui fortes ligações com as estatísticas de trabalho é a European Union Statistics on Income and Living Conditions - EU-SILC, que fornece dados comparativos sobre pobreza e condições de vida, de forma relacionada ao trabalho.

apresentadas mensalmente, além dos microdados não identificados. Uma publicação anual compila os resultados observados nos quatro trimestres (YEARBOOK..., 2016).

Além da investigação tradicional sobre mercado de trabalho, a EU-LFS possui suplementos anuais que visam prover estatísticas sobre tópicos específicos relacionados ao mercado de trabalho. Desde 1999, os suplementos cobrem uma gama de assuntos, dentre os quais a transição trabalho-aposentadoria; ocupação de pessoas com deficiência; reconciliação entre trabalho e vida em família; acidentes de trabalho; e situação dos migrantes no mercado de trabalho. Tais suplementos são levados a campo com regularidade definida (de cinco em cinco anos) e têm como objetivo fornecer informações adicionais do mercado de trabalho, captando elementos referentes às condições de vida dos trabalhadores. O segundo grande grupo de apresentação do tema para a EUROSTAT se dá por tópicos que aprofundam questões específicas ou relacionam os indicadores de trabalho com outros temas (EU LABOUR..., 2016). Cada um destes possui artigos associados, disponibilizados *online* pelo instituto. Os temas e alguns dos seus subtemas são:

- Ocupação e desocupação: barreiras para emprego de pessoas com deficiência, emprego no esporte;
- Gênero: diferenças salariais de gênero, anos de vida saudáveis;
- Saúde e segurança do trabalho;
- Ofertas de trabalho: estatísticas de vagas de emprego;
- Custo do trabalho: custos de mão de obra por hora;
- Rendimentos: estatísticas de rendimentos, salário mínimo; e
- Jovem no mercado de trabalho: acesso e participação, migração e *status* socioeconômico.

O EUROSTAT possui quatro séries de publicações *online* que têm como objetivo compilar os resultados observados por ano. As duas primeiras, *Eurostat yearbook* e *Regional yearbook*, apresentam formatos similares aos utilizados para divulgação da EU-LFS, que diferencia entre si o nível de desagregação utilizado. A série *The EU in the world: a statistical portrait* tem foco na comparação dos resultados obtidos para os países integrantes das pesquisas do EUROSTAT com os de outros países ao redor do mundo. Por fim, a série *Statistics in focus* fornece análises baseadas em dados recentes sobre assuntos específicos. O tema trabalho é incluído em seções ou artigos específicos dentro destas quatro séries (EUROSTAT..., 2016).

## Canadá

O instituto de estatística do Canadá, Statistics Canada - StatCan, apresenta um grande grupo temático de estatísticas de trabalho, organizado em 16 subtópicos que se entrelaçam, entre os quais podem ser citados:

- Emprego e desemprego;
- Deslocamento para o trabalho;
- Formação profissional e nível de escolaridade;
- Ocupações;
- Transições de trabalho e fases da vida; e
- Trabalho não remunerado.

Para os dados de força de trabalho, a principal pesquisa conduzida pelo StatCan é a Labour Force Survey - LFS, que possui periodicidade mensal e permite a obtenção de estimativas de ocupação e desocupação, com resultados apresentados apenas 10 dias após a finalização da coleta dos dados. Estimativas são desagregadas geograficamente de forma a permitir que os diferentes níveis de governo possam efetuar suas análises e planejamento de programas de emprego no país. As taxas de desocupação também são utilizadas na análise de concessões de benefícios regionalmente (LABOUR..., 2016).

Em conjunto com a LFS, outras quatro pesquisas conduzidas pelo StatCan permitem uma análise completa dos eventos relacionados ao mercado de trabalho canadense (LABOUR..., 2016). Estas são:

- Survey of Employment, Payrolls and Hours - SEPH, pesquisa empresarial de resposta obrigatória que fornece uma visão mensal do número de postos de trabalho, horas trabalhadas e rendimentos;
- Employment Insurance Statistics - EIS, pesquisa censitária a partir de dados administrativos, conduzida para complementar estatísticas do mercado de trabalho, particularmente para detalhar informações sobre benefícios de seguro do trabalho;
- Job Vacancy Statistics - JVS, pesquisa empresarial que fornece visão mensal do nível de posições desocupadas e ofertas de emprego; e
- Job Vacancy and Wage Survey - JWVS, outra pesquisa empresarial que aprofunda a análise sobre ofertas de emprego e requisitos para preenchê-los.

A primeira forma de divulgação dos resultados da LFS é através de texto informativo com os principais resultados obtidos, com análise de tendências de emprego e desemprego mensais nos últimos anos, ajustados sazonalmente, com desagregação geográfica, para grupos específicos e comparações com resultados dos Estados Unidos da América - EUA (United States of America - USA) caso os indicadores fossem calculados utilizando a mesma metodologia. Outras formas de divulgação são através de publicações mais específicas de frequência ocasional. Uma destas é a *Insights of canadian society*, que, de forma geral, traz compilações e análises multitemáticas de assuntos que afetam a sociedade canadense. Outro exemplo deste tipo de publicação é o *Analytical Studies Branch Research Paper Series*, que têm a intenção de promover o debate e encorajar a reflexão dos autores sobre aspectos do mercado de trabalho. Também é disponibilizado um aplicativo *online* que permite a obtenção de indicadores de mercado de trabalho pelo usuário (INSIGHTS..., 2016; ANALYTICAL..., 2016).

## Considerações finais

As recentes transformações no paradigma de desenvolvimento foram responsáveis pela introdução de novas orientações sobre as estatísticas de trabalho, disponibilizadas pela OIT na 19ª CIET, fundamentando, da mesma forma, a formulação de novas categorias voltadas para a análise das condições de vida dos trabalhadores, como o trabalho decente e o piso de proteção social. Assim, promoveram a centralidade do trabalho dentre os alicerces teóricos que fundamentam os ODS, o que representou um claro movimento de dissociação da relação até então unívoca entre as estatísticas do trabalho e a dimensão da produção da economia. Houve, então, a incorporação da dimensão da sustentabilidade – com foco na inclusão – como orientadoras da organização das referidas estatísticas.

A adoção das recomendações da 19ª CIET pelo IBGE, além da ativa participação da instituição no processo de definição e preparação para o monitoramento dos indicadores dos ODS são movimentos importantes que indicam a adequação do processo de produção das estatísticas de trabalho às recomendações internacionais. O avanço deste processo, por sua vez, deve incorporar o conjunto de ideias oriundas do referido paradigma de desenvolvimento, o que implica necessariamente na ampliação da produção de estatísticas que reflitam os múltiplos aspectos que compõem as condições de vida dos trabalhadores.

Cabe ressaltar que a reformulação do sistema de pesquisas domiciliares do IBGE é um importante caminho para se atingir este objetivo. A adoção da amostra mestra como base para a organização destas pesquisas tende a viabilizar não apenas uma maior articulação entre elas, como também uma organização do processo de produção de estatísticas de trabalho de tal forma que seja garantida a construção de um sistema de estatísticas de trabalho. Para tanto, torna-se necessária a definição dos temas a serem pesquisados, a regularidade em que essas informações estarão disponíveis, bem como a natureza das fontes (pesquisas domiciliares e/ou registros administrativos).

## Referências

ANALYTICAL STUDIES BRANCH RESEARCH PAPER SERIES. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, 2016. Disponível em: <<http://www5.statcan.gc.ca/olc-cel/olc.action?ObjId=11F0019M&ObjType=2&lang=en&limit=0&fpv=2621>>. Acesso em: ago. 2016.

CIFRAS mensuales: año 2016: trimestre móvil. Santiago de Chile: Instituto Nacional de Estadísticas - INE, [2016]. Disponível em: <[http://www.ine.cl/canales/chile\\_estadistico/mercado\\_del\\_trabajo/nene/cifras\\_trimestrales.php](http://www.ine.cl/canales/chile_estadistico/mercado_del_trabajo/nene/cifras_trimestrales.php)>. Acesso em: ago. 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1988. 430 p. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

EU LABOUR force survey: data and publication. Luxembourg: Commission of the European Communities - Eurostat, 2016. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU\\_labour\\_force\\_survey\\_%E2%80%93\\_data\\_and\\_publication](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU_labour_force_survey_%E2%80%93_data_and_publication)>. Acesso em: ago. 2016.

EUROSTAT online publications. Luxembourg: Commission of the European Communities - Eurostat, 2016. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Online%20publications>>. Acesso em: ago. 2016.

THE GLOBAL conversation begins: emerging views for a new development agenda. New York: United Nations - UN, 2013. 62 p. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/english/global-conversation-begins-web.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

INDICADORES sociais: relatório 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 441 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=28120>>. Acesso em: ago. 2016.

INFORME II: estadísticas del trabajo, el empleo y la subutilización de la fuerza de trabajo. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2013. 80 p. Trabalho apresentado na 19ª Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo - CIET,

realizada em Genebra, de 2-11 de outubro de 2013. Disponível em: <[http://www.ilo.org/stat/Publications/WCMS\\_220537/lang--es/index.htm](http://www.ilo.org/stat/Publications/WCMS_220537/lang--es/index.htm)>. Acesso em: ago. 2016.

INSIGHTS on canadian society. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, 2016. Disponível em: <<http://www5.statcan.gc.ca/olc-cel/olc.action?ObjId=75-006-X&ObjType=2&lang=en&limit=0&fpv=2621>>. Acesso em: ago. 2016.

JOBS and livelihoods in the post-2015 development agenda: meaningful ways to set targets and monitor progress. Genebra: International Labor Office - ILO, 2013. 8 p. (ILO concept note, n. 2). Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/---dcomm/documents/genericdocument/wcms\\_213309.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/---dcomm/documents/genericdocument/wcms_213309.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

LABOUR Force Survey documentation. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, 2016. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDS=3701>>. Acesso em: ago. 2016.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Labour statistics convention, 1985 - C160*. Geneve: ILO, 1985. Convenção adotada na 71ª Sessão da General Conference of the International Labour Organization, realizada em Genebra, 1985. Disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312305](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312305)>. Acesso em: ago. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2016. 18 p. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

NEW National Employment Survey: methodological and conceptual manual: sampling design. [Santiago de Chile]: Instituto Nacional de Estadística - INE, 2010. 56 p. Disponível em: <[http://www.ine.cl/canales/chile\\_estadistico/mercado\\_del\\_trabajo/empleo/metodologia/pdf/eng/labour\\_force\\_survey\\_methodology.pdf](http://www.ine.cl/canales/chile_estadistico/mercado_del_trabajo/empleo/metodologia/pdf/eng/labour_force_survey_methodology.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: notas metodológicas. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 47 p. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Notas\\_metodologicas/notas\\_metodologicas.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua\\_mensal/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua_mensal/default.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

REALIZING the future we want for all: report to the Secretary-General. New York: United Nations - UN, 2012. 52 p. Disponível em: <[http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Post\\_2015\\_UNTTreport.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Post_2015_UNTTreport.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

RESOLUCIÓN I: Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 19., 2013, Ginebra. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2013. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/meetings-and-events/international-conference-of-labour-statisticians/19/lang--es/index.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

SILVA, J. G. da.; DEL GROSSI, M. E. A mudança no conceito de trabalho nas PNADS. *Economia e sociedade*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia, n. 8, p. 247-261, jun. 1997. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=461&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=461&tp=a)>. Acesso em: ago. 2016.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil: referência 2010. Emprego e remunerações. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 10 p. (Nota metodológica n. 14). Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas\\_2010/14\\_emprego\\_e\\_remuneracoes.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/14_emprego_e_remuneracoes.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN UNION. *Employment and unemployment*: Eurostat metadata. Luxembourg: Eurostat, 2014. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/employ\\_esms.htm#meta\\_update1470211305649](http://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/employ_esms.htm#meta_update1470211305649)>. Acesso em: ago. 2016.

STATISTICS explained. Luxembourg: Commission of the European Communities-Eurostat, 2015. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Online%20publications>>. Acesso em: ago. 2016.

STATISTICS of labour force, employment, unemployment and underemployment: second item on the agenda. Genebra: International Labor Office - ILO, 1982. 92 p. Relatório preparado para a 13ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, em Genebra, 18-29 de outubro de 1982. Disponível em: <[http://embargo.ilo.org/public/libdoc/ilo/1982/82B09\\_438\\_engl.pdf](http://embargo.ilo.org/public/libdoc/ilo/1982/82B09_438_engl.pdf)>. Acesso em: ago. 2016.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. P. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, 2009. 291 p. Disponível em: <[http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/default.asp?page=dossiers\\_web/stiglitz/documents-commission.htm](http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/default.asp?page=dossiers_web/stiglitz/documents-commission.htm)>. Acesso em: ago. 2016.

SYSTEM of national accounts 2008. New York: United Nations - UN, 2009. 662 p. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>>. Acesso em: ago. 2016.

YEARBOOK abstract 2016. Luxembourg: Commission of the European Communities - Eurostat, 2016. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Yearbook\\_abstract](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Yearbook_abstract)>. Acesso em: ago. 2016.

## Sobre os autores

### **André Simões**

Economista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e Doutor em Economia pela UFRJ. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE. Possui experiência na área de mercado de trabalho e indicadores sociais, tendo trabalhos publicados nesta área e na de sistemas de proteção social, desenvolvimento regional e federalismo.

### **Betina Fresneda**

Economista, Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE. Possui experiência na área de Sociologia, com ênfase em desigualdades sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdade de oportunidades educacionais, ensino médio, juventude e gênero.

### **Bruno Mandelli Perez**

Graduado em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Artes - ECA da Universidade de São Paulo - USP. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE, tendo como principais temas: habitação e saneamento básico.

**Cintia Simões Agostinho**

Economista, Doutora em Demografia, pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE, onde os principais temas tratados são: grupos populacionais específicos (crianças, adolescentes, jovens, idosos), famílias, além de gênero e uso do tempo.

**Leonardo Athias**

Cientista Político, Mestre em Relações Internacionais e Doutor em Ciência Política pela Universidade Bordeaux IV, na França. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE. Especializado em estudos eleitorais e política comparada, com destaque para o estudo das desigualdades raciais, direitos humanos e estatísticas da cultura. Possui trabalhos publicados sobre comportamento político, metodologia de pesquisa e mobilidade social.

**Leonardo Santos Oliveira**

Doutor em economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE-UFRJ. Membro da International Association for Research in Income and Wealth - IARIW. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, do IBGE, onde desenvolve estudos e análises sobre as desigualdades e as privações tanto de renda e consumo quanto em outras dimensões associadas qualidade de vida e ao bem-estar em geral.

**Paulo Dick**

Estatístico, Mestre em Epidemiologia em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE. Possui experiência na construção e análise de indicadores sociais de diversos temas a partir de pesquisas domiciliares, como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

# Equipe técnica

## **Diretoria de Pesquisas**

### **Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Bárbara Cobo Soares

### **Gerência de Indicadores Sociais**

#### **Revisão dos textos**

André Simões  
Barbara Cobo  
Betina Fresneda  
Caroline Santos  
Leonardo Athias  
Luanda Botelho

## **Projeto Editorial**

### **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

#### **Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

#### **Gerência de Editoração**

##### **Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura  
Katia Vaz Cavalcanti  
Marisa Sigolo

##### **Diagramação tabular e de gráficos**

Beth Fontoura

##### **Diagramação textual**

Solange Maria Melo de Oliveira

##### **Programação visual da publicação**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

**Produção do e-book**

Roberto Cavararo

**Gerência de Documentação****Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

**Normalização textual e padronização de glossários**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Elaboração de quartas capas**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Gerência de Gráfica****Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

**Gráfica Digital****Impressão**

Ednalva Maia do Monte

## **Série Estudos e Análises**

### **Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 2236-5265**

Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil, n.1, 2011.

Características étnico-raciais da população: classificação e identidades, n.2, 2013.

Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população, n. 3, 2015.

Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população, n. 4, 2016.

Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais, n.5, 2016.

### **Documentação e disseminação de informações - ISSN 1807-5355**

O Saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências, n.1, 2004.

Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados, n.2, 2010.

Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas, n.3, 2014.

Se o assunto é **Brasil**,  
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

**[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)** 0800-721-8181

## PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

Ao trabalho cotidiano de construir indicadores sociais, desenvolver análises e identificar lacunas de investigação à luz das recomendações internacionais, somou-se, recentemente, às atividades do IBGE, uma crescente demanda por informações sociais, econômicas e ambientais para agendas de trabalho em níveis mundial e regional, capitaneadas pelas Nações Unidas e suas agências.

Assim, é que, em sessão presidida pelo Brasil, representado pelo IBGE, a Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) aprovou, em 2016, um amplo conjunto de indicadores que serão utilizados para monitorar e revisar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em escala mundial, no âmbito da Agenda 2030. Os ODS contemplam variados temas – erradicação da pobreza e da fome, agricultura sustentável, educação de qualidade, igualdade de gênero, acesso a água potável e saneamento, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, entre outros aspectos – em um total de 17 objetivos, 169 metas e cerca de 230 indicadores.

Em paralelo ao compromisso firmado com as Nações Unidas, o Instituto também está envolvido com a organização da agenda de trabalho sobre população e desenvolvimento, dirigida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL). Essa agenda regional segue modelo semelhante ao da agenda global, porém se propõe a dialogar mais estreitamente com temas correlatos às questões enfrentadas pelos países latino-americanos e caribenhos, em especial nas questões sociodemográficas sobre desigualdades de gênero e raça/etnia, garantia de direitos e saúde sexual e reprodutiva.

Com a presente publicação, o IBGE busca mapear e tornar público seu processo de trabalho de construção de indicadores sociais e contribuir para a construção de tais estratégias, oferecendo ao leitor uma discussão centrada na avaliação metodológica da produção de indicadores sociais, em consonância com as agendas global e regional de sustentabilidade.

A publicação está organizada em cinco capítulos temáticos que discutem a produção de indicadores nas áreas de *Educação, Famílias, Habitação e o direito à moradia, Padrão de vida e distribuição de renda e Trabalho*. Ao longo dos capítulos, são abordadas questões sobre a adequação dos indicadores produzidos pelo IBGE às recomendações internacionais; experiências de outros institutos nacionais de estatística; relações dos temas tratados pelo Instituto com aqueles contemplados nos ODS; lacunas na produção de indicadores; além de questões conceituais relacionadas ao cálculo destes. Com essa abordagem, pretende-se não só fornecer uma avaliação do estado da arte da produção de indicadores sociais no IBGE, mas também apontar sua importância estratégica no monitoramento das ações referentes à nova agenda de desenvolvimento.

Esse conjunto de informações também está disponibilizado no portal do IBGE na Internet.

